



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E
QUALIDADE DE VIDA**

CECY ONEIDE DO NASCIMENTO SUSSUARANA

**ÀS MARGENS DO RIO TAPAJÓS: INVESTIGAÇÃO CULTURAL E MEMORIAL
DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARQUITETÔNICO DE SANTARÉM - PA**

**Santarém-PA
2022**

CECY ONEIDE DO NASCIMENTO SUSSUARANA

**ÀS MARGENS DO RIO TAPAJÓS: INVESTIGAÇÃO CULTURAL E MEMORIAL
DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARQUITETÔNICO DE SANTARÉM - PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida – PPGSAQ, do Centro de Formação Interdisciplinar – CFI, da Universidade Federal do oeste do Pará – UFOPA, como exigência para obtenção do título de mestre em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida, elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Itamar Rodrigues Paulino.

**Santarém-PA
2022**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado Bibliotecas – SIBI/UFOPA

S964m Sussuarana, Cecy Oneide do Nascimento Sussuarana
 Às margens do rio Tapajós: investigação cultural e memorial do patri-
 mônio histórico-arquitetônico de Santarém-Pa / Cecy Oneide do Nasci-
 mento Sussuarana – Santarém, 2022.
 208 f.: il.

 Orientador: Itamar Rodrigues Paulino
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-rei-
 toria de Pesquisa, Pós graduação e Inovação Tecnológica, Centro de Forma-
 ção Interdisciplinar, Programa de Pós Graduação em Sociedade, Ambiente e
 Qualidade de vida.

 1. Inventário. 2. Patrimônio histórico. 3. Cultura. 4. Memória. I. Paulino,
 Itamar Rodrigues, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 363.69098115

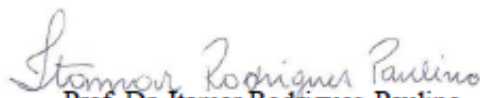
Bibliotecária - documentalista: Mary Caroline Santos Ribeiro – CRB-2/566





UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA


ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

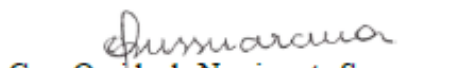
No vigésimo terceiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, quatorze horas, por meio remoto <https://meet.google.com/gnv-gmdx-wow> instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado da discente Cecy Oneide do Nascimento Sussuarana. A banca examinadora foi composta pelos professores: Dr. Augusto Rodrigues da Silva Junior, Examinador Externo, Dra. Regina do Nascimento Gomes Xavier, Examinadora Externa, Dra. Maria de Fátima Matos de Souza, Examinadora Interna e Dr. Itamar Rodrigues Paulino, orientador da discente. Deu-se início a abertura dos trabalhos por parte do professor Itamar Rodrigues Paulino, presidente da banca, que após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, solicitou a discente que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada “Às Margens do Rio Tapajós: Investigação Cultural e Memorial do Patrimônio Histórico-Arquitetônico de Santarém”, marcando um tempo de quarenta minutos para a apresentação. Concluída a exposição, o professor Itamar Rodrigues Paulino, passou a palavra aos examinadores para arguir a discente. Terminadas as arguições, o presidente da banca solicitou aos presentes que se retirassem da sala, para a realização do julgamento do trabalho, concluindo a Banca Examinadora por sua aprovação, conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa, no prazo máximo de sessenta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora. Conforme o Artigo 57 do Regimento Interno do Programa, a discente não terá o título se não cumprir as exigências acima.


Prof. Dr. Itamar Rodrigues Paulino
Presidente


Prof. Dr. Augusto Rodrigues da Silva Junior
Examinador Externo – UnB


Profa. Dra. Regina do Nascimento Gomes Xavier
Examinador Externo – IFBA


Profa. Dra. Maria de Fátima Matos de Souza
Examinadora Interna


Cecy Oneide do Nascimento Sussuarana
Mestranda

Dedico

Aos meus pais Renato e Enoe Sussuarana

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, primeiramente, que me deu força para concluir esta etapa de minha vida.

Agradeço aos meus pais, especialmente, por todo o tipo de suporte e incentivo que me deram, sem os quais não teria conseguido concluir essa etapa.

Ao meu orientador professor Itamar Rodrigues Paulino, pela orientação, paciência e amizade.

À Universidade Federal do Oeste do Pará UFOPA que através do Centro de Formação Interdisciplinar – CFI / Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida, me proporcionou a oportunidade de ser mestre e a expandir de meus horizontes.

A todos os meus professores do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida - PGSAC, por tudo o que aprendi com seus ensinamentos.

À minha amiga Wandicléia Lopes, que é a culpada de eu chegar aqui hoje, agradeço todo apoio, incentivo e sobretudo à amizade.

À minha amiga Kátia Maciel, que apesar de estar do outro lado do oceano Atlântico, é presença constante na minha vida.

A todas as pessoas que se dispuseram pacientemente a responder as perguntas das entrevistas.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida - PPGSAQ, pelos auxílios ao longo do curso, pela companhia e por todos os momentos compartilhados, de estudo e de alegria, estes últimos tão importantes para tornar essa caminhada mais leve, mesmo que de forma virtual.

A todos os amigos que direta ou indiretamente participaram da minha formação, o meu muito eterno agradecimento.

Enfim, a todas as pessoas que, de alguma maneira, contribuíram para que eu pudesse concluir essa dissertação, dentre os quais destaco o senhor Cristóvan Sena, do Instituto Cultural Boanerges Sena, pela colaboração na coleta de informações e imagens.

Santarém!

A minha alegria
É te ver todos os dias
Muito, muito a crescer,
Embora que o progresso,
Bem perverso,
Venha a destruir:
Tudo aquilo que outrora
Era belo, a qualquer hora
E trazia recordações.
Mas o tempo foi passando,
Tudo foi se transformando
Ficando somente a saudade
Das tuas coisas, "MINHA CIDADE."
Mas, mesmo assim,
Não acredito que alguém
Possa esquecer-se de ti,
Minha amada Santarém.

(Renato Sussuarana)

RESUMO

A preservação das edificações históricas que permite uma síntese memorial da história vivida, também transmite em suas estruturas fatos e contribuem com o senso criativo e cultural das gerações futuras. A conservação destas edificações faz com que seja sempre mantida presente a memória coletiva, fazendo com que a sociedade tenha um senso de pertencimento àquele lugar. O local onde a pesquisa foi desenvolvida é o centro-histórico da cidade de Santarém, no oeste do Estado do Pará, fundada no século XVII às margens do rio Tapajós, na sua foz junto ao rio Amazonas. A questão científica que norteou nossa pesquisa foi: *O resgate da memória social e a realização do inventário são contribuições necessárias à preservação e salvaguarda dos bens patrimoniais edificados?* Considerado essa questão, adotamos como objetivo principal a discussão da relação do indivíduo santareno com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual. Complementarmente, os objetivos específicos foram: a) identificar o patrimônio histórico, arquitetônico e cultural, na área *locus* da pesquisa; b) analisar como a sociedade santarena desenvolve suas práticas de preservação de seu patrimônio arquitetônico; c) resgatar as memórias construindo a história do patrimônio edificado do centro histórico de Santarém; e d) inventariar as edificações selecionadas a partir do ponto de vista dos entrevistados. A pesquisa possui cunho predominantemente qualitativo, abordada na forma de narrativas e história oral, cuja escolha se justifica pela possibilidade de uma leitura coletiva da história local, e como os patrimônios construídos manifestam essa história. A proposta é alcançar um maior entendimento da história da arquitetura da área geográfica que foi objeto de estudo. Também propomos um *corpus* documental e de inventariação dos patrimônios históricos locais que contribua para o conhecimento do patrimônio arquitetônico de Santarém e amazônica, e possibilite reflexões sobre a necessidade de sua preservação no município de Santarém. A amostra registrada nas narrativas de residentes locais permitiu confirmar que a identidade e o sentimento de pertencimento de cada um está intrinsecamente ligado à memória afetiva e à vivência relacionada aos locais e bens patrimoniais. O relato dessas transformações trazem à tona o sentimento de perda e tristeza pela destruição dos bens materiais e a descaracterização do centro histórico de Santarém. A descaracterização, para os entrevistados, está relacionada diretamente com a falta de cuidado das autoridades locais, mas também dos próprios cidadãos. Os entrevistados

consideraram importante a manutenção do patrimônio porque o relacionam diretamente com a identidade de cada um (individual) e com a manutenção da história da cidade (coletiva). Manter o patrimônio e adequá-lo ao desenvolvimento e crescimento urbano é possível desde que haja uma organização sustentável, com instrumentos legais, educação ambiental e envolvimento e comprometimento de toda a sociedade.

Palavras-Chave: Inventário. Patrimônio Histórico. Cultura. Memória.

ABSTRACT

The preservation of historic buildings allows a memorial synthesis of lived history as well as transmits facts in its structures and contributes to the creative and cultural sense of future generations. The conservation of these buildings makes the collective memory always present and gives to society a sense of belonging to that place. The place where the research was carried out is the historic Centre of Santarém, a city located in the west of the State of Pará. It was founded in the 17th century on the banks of the Tapajós River just at the encounter with the Amazon River. The scientific question that guided our research was: *Are the reconstitution of the social memory and the carrying out of the inventory necessary contributions to the preservation and safeguard of the built heritage assets?* On consideration to this question, we adopted as main objective the discussion of the Santarém individual's relationship with cultural heritage from the understanding of individual memory. In addition, the specific objectives were: a) to identify the historical, architectural and cultural heritage in the area locus of the research; b) to analyse how Santarém society develops its practices of preservation of its architectural heritage; c) rescue memories by building the history of the built heritage of the historic Centre of Santarém; and d) inventory of selected buildings from the point of view of the interviewees. The research has a predominantly qualitative nature and approached in the form of narratives and oral history, whose choice is justified by the possibility of a collective reading of local history, and how the built heritage manifests this history. The proposal is to achieve a greater understanding of the architectural history of the geographical area that was the object of our study. We also propose a documentary and inventory corpus of local historical heritage that contributes to the knowledge of the architectural heritage of Santarém and the Amazon region. It enables reflections on the need for its preservation in the city of Santarém. The sample recorded in the narratives of local residents confirmed that the identity and sense of belonging of each one is intrinsically linked to affective memory and experience related to places and heritage assets. The report of these transformations brings to light the feeling of loss and sadness for the destruction of material goods and the mischaracterization of the historic Centre of Santarém. According to the interviewees, mischaracterization is directly related to the lack of care by local authorities, but also by the citizens themselves. The interviewees considered important the maintenance of the heritage because they relate it directly with the identity of each

one (individually) and with the maintenance of the history of the city (collectively). Maintaining heritage and adapting it to urban development and growth is possible as long as there is a sustainable organization with legal instruments, environmental education as well as the involvement and commitment of society as a whole.

Keywords: Inventory. Historic Heritage. Culture. Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Casas junto à falda do outeiro.....	65
Figura 2: Área após a demolição das casas.....	65
Figura 3: Solar do Barão de Santarém.....	69
Figura 4: Prédio construído entre os anos de 1853 e 1868.....	70
Figura 5: O estado atual do Centro Cultural João Fona.....	70
Figura 6: Hotel Mocarongo e loja “O Castelo”.....	71
Figura 7: Villa Paraizo.....	71
Figura 8: Mapa Zona de Preservação ao Patrimônio Cultural – ZPPC do município de Santarém/PA.....	79
Figuras 9 e 10: Edificações históricas localizadas na zona de preservação ao patrimônio cultural.....	79
Figura 11: <i>Fac-símile</i> núcleo formador da cidade – planta da cidade de Santarém, 1865.	80
Figura 12: Praça Rodrigues dos Santos.....	88
Figura 13: Antigo prédio da Usina de Luz.....	90
Figura 14: Tapajós Bar.....	90
Figuras 15, 16, 17 e 18: Teatro Vitória.....	92
Figura 19: Igreja de São Raimundo Nonato e praça do Centenário.....	94
Figura 20: Escadaria que dava acesso ao morro da fortaleza.	95
Figura 21: Antiga Casa de Saúde de Santarém.....	95
Figura 22: Praça Rodrigues dos Santos, demolição de parte da praça berço da cidade de Santarém/PA.	98
Figura 23: Mosaico com imagens das edificações históricas abordadas na pesquisa.	101
Figura 24: Mapa de identificação das edificações abordadas na pesquisa.....	101
Figura 25: Mapa de entorno de bens imóveis em processo de tombamento.	101
Figura 26: Solar do Barão de Santarém.....	105
Figura 27: Solar dos Campos.....	107
Figura 28: Sobrado do Sol.....	109
Figura 29: Centro Cultural João Fona.....	111
Figura 30: Solar dos Brancos.....	113
Figura 31: Solar Eclético.....	115

Figura 32: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	117
Figura 33: Solar do Barão de São Nicolau	119
Figura 34: Casa Elza.....	122
Figura 35: Casarão da Família Miléo	123
Figura 36: Casa dos Reças.....	125
Figura 37: Casarão Tapajônico	128
Figura 38: Casa dosFigueiras	129
Figura 39, 40, 41: Panificadora Lucy.....	130
Figura 42: Hotel Mocarongo e loja “O Castelo”	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Demonstrativo de entrevistados e tempo de morada na edificação	83
Tabela 2 - Relação de entrevistados e iniciais.	83
Tabela 3 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Solar do Barão de Santarém.....	106
Tabela 4 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Solar dos Campos.	108
Tabela 5 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Sobrado do Sol.	110
Tabela 6 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Centro Cultural João Fona.	111
Tabela 7 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Solar dos Brancos.....	113
Tabela 8 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Solar Eclético.....	116
Tabela 9 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.....	118
Tabela 10 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Solar do Barão de São Nicolau.....	120
Tabela 11 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Casa Elza.	122

Tabela 12 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Casarão da Família Miléo.	123
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relatos dos Entrevistados acerca do Solar do Barão De Santarém	106
Quadro 2- Relatos dos Entrevistados acerca do Solar dos Campos.....	108
Quadro 3 - Relatos dos Entrevistados acerca do Sobrado do Sol	110
Quadro 4 - Relatos dos Entrevistados acerca do Centro Cultural João Fona	112
Quadro 5 - Relatos dos Entrevistados acerca do Solar dos Branco.....	114
Quadro 6 - Relatos dos Entrevistados acerca do Solar Eclético	116
Quadro 7 - Relatos dos Entrevistados acerca da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	118
Quadro 8 - Relatos dos Entrevistados acerca do Solar do Barão de São Nicolau ..	120
Quadro 9 - Relatos dos Entrevistados acerca da Casa Elza.....	122
Quadro 10 - Relatos dos Entrevistados acerca do Casarão da Família Miléo	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

DPHAC – Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado do Pará

DPHAN – Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

INBISU – Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PCH – Programa Cidades Históricas

SICG - Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

IPTU – Imposto predial territorial urbano

ZPPC – Zona de Preservação do Patrimônio Cultural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I: ASPECTOS CONCEITUAIS DE CULTURA, MEMÓRIA E IDENTIDADE NA CONTEMPORANEIDADE	22
1.1 O Conceito de Cultura como fundamento abrangente e agregador	22
1.2 Memória, Identidade e Arquitetura, a conexão para conservar e perpetuar a História.....	27
CAPÍTULO II: PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO: ENTENDIMENTOS E DEFINIÇÕES	38
2.1 Patrimônio Arquitetônico: memórias de lugares sobre os lugares de memória	38
2.2 Entrelaçamentos das culturas e a constituição da História de Santarém....	58
CAPÍTULO III: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	73
3.1 Quanto ao Procedimento	73
3.2 Quanto aos Instrumentos de Coleta de Dados e os Sujeitos da Pesquisa ..	76
3.3 Local e Período da Pesquisa	78
3.4 Procedimentos Éticos.....	81
3.5 Procedimentos de Biossegurança.....	81
3.6 Análise dos dados coletados	81
3.7 Perfil dos Entrevistados	83
3.8 Instrumento para o Registro de Relatos e coleta de informações em campo	84
CAPÍTULO IV: TEIA, HISTÓRIA E MEMÓRIAS DO CORAÇÃO	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	170
APÊNDICE	177
Apêndice A – Ficha de Inventariação	177
Apêndice B – Modelo de Formulário de Pesquisa de Campo	180
ANEXO	184
Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	184

Anexo B – Lei Nº 16.661/2014	185
Anexo C – Lei Nº 8.120/1978	192
Anexo D – Lei Nº 11.620/1986	194
Anexo E – Lei Nº 13.958/1991	196
Anexo F – Lei Nº 16.904/2001	199
Anexo G – Lei Nº 17.912/2005.....	202
Anexo H - Roteiro Investigativo de Pesquisa e Registro Patrimonial de Cultura, Identidade e Memória Local	205

INTRODUÇÃO

“Mas o tempo foi passando, tudo foi se transformando ficando somente a saudade das tuas coisas, MINHA CIDADE...”. A epígrafe utilizada nesta dissertação é uma poesia de autoria de meu pai Renato Sussuarana, que com suas sábias palavras, expressa o amor por esta terra que encanta, cantada em versos e prosas, e que guarda na memória os momentos de outrora que agora são relatos da história do muito que se perdeu. E esses relatos por ele contados foram os impulsionadores da escolha dessa temática para a realização da pesquisa, aflorando em mim cada vez mais o sentimento de pertencimento.

Os patrimônios, sejam materiais ou imateriais, são elementos constituintes da história do lugar, carregam as marcas do tempo, caracterizam o sentimento de pertencimento, identificam e testemunham as diversas transformações que ocorrem na cidade. Esses patrimônios servem, entre tantas coisas, para manter viva a memória individual e coletiva de uma sociedade. No entanto, para que isso aconteça é necessário que a história, a memória e o patrimônio sejam preservados e criadas políticas públicas que garantam que a história não seja apagada ou destruída.

Percebendo que a cidade passa por transformações e como resultado a descaracterização, destruição do patrimônio e a perda da memória coletiva, essa pesquisa busca responder a uma questão científica e problematizadora, mas também que serve de questão alertadora quanto à perda, o esquecimento e desmemorialização da história da Amazônia, encontrada na cidade de Santarém, por meio da destruição, demolição e “modernização” das habitações, dos prédios públicos e comerciais, e dos espaços de encontro público como praças e paços. A questão científica é: *O resgate da memória social e a realização do inventário são contribuições necessárias à preservação e salvaguarda dos bens patrimoniais edificados?* A intenção da pesquisa é responder se a sociedade santarena se importa e se esforça em se apropriar de seus bens culturais arquitetônicos e, assim, possa exigir das autoridades sua preservação sob a pena da perda da história local, que também é parte fundamental na história do Brasil.

Neste sentido, propomos como objetivo principal discutir a relação do indivíduo santareno com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual. Complementarmente, os objetivos específicos propostos foram: a) identificar o patrimônio histórico, arquitetônico e cultural, na área *lócus* da pesquisa; b) analisar

como a sociedade santarena desenvolve suas práticas de preservação de seu patrimônio arquitetônico; c) resgatar as memórias construindo a história do patrimônio edificado do centro histórico de Santarém; e d) inventariar as edificações selecionadas a partir do ponto de vista dos entrevistados.

A pesquisa possui cunho predominantemente qualitativo, abordada na forma de narrativas e história oral, cuja escolha se justifica pela possibilidade de uma leitura coletiva da história local, e como os patrimônios construídos manifestam essa história. Nossa investigação também intenta alcançar um entendimento aprofundado da história da arquitetura da área geográfica que foi objeto de estudo. Também propomos um *corpus* documental e de inventariação dos patrimônios históricos locais que contribua para o conhecimento do patrimônio arquitetônico de Santarém e amazônica, e possibilite reflexões sobre a necessidade de sua preservação no município de Santarém. Nossa perspectiva é de que a amostra registrada nas narrativas de residentes locais permitam confirmar que a identidade e o sentimento de pertencimento de cada um está intrinsecamente ligado à memória afetiva e à vivência relacionada aos locais e bens patrimoniais.

O relato dessas transformações trazem à tona o sentimento de perda e tristeza pela destruição dos bens materiais e a descaracterização do centro histórico de Santarém. A descaracterização, para os entrevistados, está relacionada diretamente com a falta de cuidado das autoridades locais, mas também dos próprios cidadãos. Os entrevistados consideraram importante a manutenção do patrimônio porque o relacionam diretamente com a identidade de cada um (individual) e com a manutenção da história da cidade (coletiva). Manter o patrimônio e adequá-lo ao desenvolvimento e crescimento urbano é possível desde que haja uma organização sustentável, com instrumentos legais, educação ambiental e envolvimento e comprometimento de toda a sociedade.

A pesquisa está dividida em quatro capítulos e composta da seguinte forma: no primeiro capítulo, a partir de pesquisas bibliográficas e documentais, abordamos o conceito de cultura; que é diverso e abrangente, sendo definido tanto de forma simples como com uma abordagem mais complexa. Finalizamos o capítulo com uma contextualização sobre identidade e memória. No segundo capítulo, inicialmente, fizemos uma abordagem sobre a conceituação de Patrimônio Histórico de modo geral; e especificamente como e quando o patrimônio começou a ser debatido e sua preservação exigida no Brasil. Na segunda parte do capítulo, abordamos a cidade de

Santarém/PA, fazendo uma contextualização histórica e finalizando o capítulo com a abordagem do patrimônio histórico arquitetônico de Santarém/PA. No terceiro capítulo, descrevemos os procedimentos metodológicos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa, quanto à estrutura da pesquisa em campo, técnicas e instrumentos da pesquisa de abordagem qualitativa, local da pesquisa, perfil dos entrevistados. Finalmente, são apresentados no quarto capítulo os dados coletados a partir de um questionário aplicado, a análise das falas dos entrevistados, e a inventariação externa de bens patrimoniais edificados, para que dessa forma possamos responder à questão científica proposta.

Ao final, apresentamos em nossas considerações os resultados que permitem responder de maneira objetiva nossa questão científica, a partir dos relatos dos entrevistados e da literatura que nos serviu de apoio teórico na construção de nossa pesquisa. A dissertação foi estruturada dessa forma, para que o leitor tenha um olhar cognitivo, crítico e valorativo de nossa dissertação. Seguindo esta organização didática, esperamos apresentar um texto bastante propositivo ao leitor, para que este possa fazer sua leitura de maneira crítica criativa.

CAPÍTULO I

ASPECTOS CONCEITUAIS DE CULTURA, MEMÓRIA E IDENTIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

O presente capítulo tem como objetivo apresentar um debate atualizado sobre o conceito de cultura, que é bastante abrangente e acolhe as mais diversas manifestações coletivas e individuais, sendo definido tanto de forma simples como com abordagens mais complexas. O outro objetivo é que a discussão sirva de base na construção de análise e proposições sobre patrimonialidades históricas do Município de Santarém, pois esse tipo de análise implica compreensão acurada de cultura, de memória e de identidade, e sem a dimensão da arquitetura um olhar sobre a cultura fica incompleto, e sem a dimensão cultural um olhar sobre a arquitetura de uma dada região é nebuloso, chegando às vezes a tornar-se vazio. Neste sentido, compomos uma série de debates entre grandes pensadores ao longo da Modernidade até chegarmos aos tempos atuais, com um conceito abrangente, aberto e inclusivo. Após o entendimento do conceito, partimos para debater sobre memórias e identidades, até alcançar a conceituação de Patrimônio Histórico, extensão de cultura, que é o objeto maior de nossa pesquisa.

1.1 O conceito de Cultura como fundamento abrangente e agregador

Para compreender o conceito de cultura, é fundamental delinear sua genealogia, permeando a formação da palavra, o conceito científico, sua origem, evolução semântica e o entendimento com base na concepção do senso comum. Esta estruturação de estudos conceituais nos permite alcançar uma noção de cultura que tenha fundamentos abrangentes e agregadores, já que intentamos correlacionar o termo com as noções e a pesquisa sobre Patrimônio Histórico no município de Santarém, no oeste paraense.

A cultura conota interesses multidisciplinares, já que é estudada em várias áreas do conhecimento humano como sociologia, filosofia, arquitetura, história, administração, antropologia, entre outras. Sendo discutida de maneira interdisciplinar a partir de diferentes conceitos, noções e usos. Neste sentido, quando se mergulha

na origem do termo cultura, se remonta ao pensamento greco-latino clássico relacionado à ideia de natureza.

Para Eagleton (2005, p. 10), a “raiz latina da palavra “cultura” é *colere*, o que pode significar qualquer coisa, desde cultivar e habitar a adorar e proteger”. Nesse contexto, Cuche (1999, p. 19) resgata a origem da palavra como “o cuidado dispensado ao campo ou ao gado, ela aparece nos fins do século XIII para designar uma parcela de terra cultivada”. No sentido de habitar, o termo evoluiu do latim *colonus* para o contemporâneo colonialismo, de forma que termos como cultura e colonialismo acabam tendo o mesmo sentido. O sentido de *Colere* também está atrelado ao termo religioso culto, pois deriva do latim *cultus*, tendo então um sentido desvanecente de divindade e transcendência, tendo em vista a ideia de cultura surgida na Idade Moderna (EAGLETON, 2005).

Essa construção terminológica sobre a composição do conceito de cultura que vinha ocorrendo desde o período medieval, ganha a partir do século XVIII uma nova perspectiva já que o termo passou a ser sinônimo de civilidade, estando atrelado a um processo geral de progresso intelectual, espiritual e material (PAULA, 2018). Assim, a compreensão de cultura pertencia “ao espírito geral do iluminismo, com culto do autodesenvolvimento secular e progressivo” (EAGLETON, 2005, p. 19). Considerando a lógica iluminista evidenciada na busca por objetividade e fortalecimento da razão, o conceito de cultura se deu pós-evolução semântica da palavra, que aconteceu na língua francesa no século XVIII, e somente depois se difundiu, por empréstimo linguístico, às línguas alemã e inglesa. Ainda no século XVIII o termo cultura no sentido figurado, passa a ser utilizado com mais frequência, sempre seguido de um complemento, “cultura das artes”, “cultura das letras”, “cultura das ciências”, como se fosse necessário explicitar o que se cultivava.

Em seguida cultura passa a designar a “formação”, a “educação” do espírito, posteriormente num movimento oposto, deixa de ter o significado de “cultura” como ação (ação de instruir) e passa a significar “cultura”, como estado (estado do espírito cultivado pela instrução, estado do indivíduo que tem cultura) (CUCHE, 1999, p.19,20). Na concepção de Cuche (1999, p. 21), “cultura é sempre empregada no singular, o que reflete o universalismo e o humanismo dos filósofos: a cultura é própria do Homem (com maiúscula), além de toda distinção de povos ou de classes.” Não por acaso, o termo está relacionado aos conceitos Iluministas franceses de *Civilization* e

alemães de *Kultur*, ou seja, proporcionando concepções ligadas ao desenvolvimento nos diferentes campos do pensamento desse período.

Com raízes latinas, a palavra *cultura* surge do termo *colon*, focada na atividade agrícola. Com o tempo, o termo foi apossado por intelectuais europeus e a partir do século XIX usada como sinônimo de civilização. Inicialmente, ela tinha um sentido abstrato no processo de um povo ou um grupo se tornar civilizado ou cultivado. Depois, o termo foi redefinido pelos historiadores do Iluminismo que o vincularam ao conceito de civilização como definição do desenvolvimento humano (WILLIAMS, 2011). Transformada em conceito, a palavra cultura é formada pela união entre o termo alemão *Kultur* - voltado a aspectos espirituais – e o francês *Civilization* – ligado a realizações materiais (PAULINO, 2018). É, de fato, um conceito dinâmico que recebeu seus fundamentos no século XIX, por Edward Burnett Tylor (1832-1917), em seu livro *Primitive Culture: Researches into the Development of Mithology, Philosophy, Religion, Art, and Custoum*:

Cultura ou civilização, tomada em seu amplo sentido etnográfico, é esse todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, direito, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade. A condição de cultura entre as várias sociedades da humanidade, na medida em que é capaz de ser investigada em princípios gerais, é uma matéria apta para o estudo das leis do pensamento e da ação humana. Por outro lado, a uniformidade que impregna tão amplamente a civilização pode ser atribuída, em grande medida, à ação uniforme de causas uniformes; enquanto, por outro lado, suas várias gradações podem ser consideradas como estágios de desenvolvimento ou evolução, cada um dos resultados da história anterior, prestes a fazer sua parte adequada na formação da história do futuro (TYLOR, 1871, p. 01).¹

Então, observa-se que a conceituação proposta por Tylor (1958) é bastante diferente e até mesmo divergente do que hoje se entende como cultura. Para o autor, as sociedades se desenvolvem de uma mesma forma, o que resulta na ideia de um processo progressivo de desenvolvimento humano, um movimento que ocorre desde o estágio de selvageria, perpassando pela barbárie, até a humanidade alcançar o

¹ Tradução livre para “Culture or Civilization, taken in its wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society. The condition of culture among the various societies of mankind, in so far as it is capable of being investigated on general principles, is a subject apt for the study of laws of human thought and action. On the other hand, the uniformity which so largely pervades civilization may be ascribed, in great measure, to the uniform action of uniform causes; while on the other hand its various grades may be regarded as stages of development or evolution, each the outcome of previous history, and about to do its proper part in shaping the history of future” (TYLOR, 1871, p. 01).

estágio civilizatório. Somente a partir deste, o indivíduo era considerado apropriado de Cultura.

A conceituação do antropólogo britânico Edward Burnett Tylor é a primeira definição objetiva que temos de cultura. É uma definição descritiva e não normativa que rompe com as definições restritivas e individualistas de cultura. Segundo Cucho (1999), Tylor concebe cultura como a expressão da totalidade da vida social do homem, caracterizando-se por sua dimensão coletiva. Assim, a cultura é adquirida e, por isso, não depende de hereditariedade biológica. Sendo adquirida, sua origem e seu caráter são em grande parte subjetivos, já que as dinâmicas sociais que justificam a existência do conceito são as mais variadas possíveis. Na acepção de Tylor, a palavra Cultura é uma palavra neutra, que permite pensar toda a humanidade. Entretanto, essa neutralidade se esfacela quando ele condiciona estágios de progresso civilizador, adotando a Europa como modelo final de alcance do estágio civilizatório, servindo de padrão para as civilizações que ainda estiverem em estágios de selvagismo e de barbarismo. Se Tylor concebe Cultura nesta lógica, Bauman (1925-2017) expõe esse período da modernidade e suas condições culturais, considerando que:

Se deixarmos as coisas à sua sorte e nos abstermos de interferir no que as pessoas fazem quando se deixa que ajam como entenderem, ocorrerão coisas demasiadamente horripilantes de se contemplar; mas, se abordarmos as coisas com a razão e submetemos as pessoas ao tipo correto de processo, temos todas as possibilidades de construir um mundo excelente, nunca antes conhecido por seres humanos (BAUMAN, 1998, p. 161).

Bauman (1998) afirma a necessidade de interferência com a razão na vida social das pessoas, pois ao contrário as consequências seriam catastróficas. Ao oferecer uma explicação ao conceito de Tylor, ele aponta que em seu entendimento, a conceituação de Tylor necessitaria de uma “interferência para fins de uniformidade e padronização das sociedades por meio da cultura no modo de ocorrência do avanço em seu processo civilizatório” (SILVA, 2018). Neste sentido, uma compreensão do conceito de cultura elaborado em outra perspectiva nos é dada por Freud (2010), que argumenta:

Como se sabe, a cultura humana – me refiro a tudo aquilo em que a vida humana se elevou acima de suas condições animais e se distingue da vida dos bichos; e eu me recuso a separar cultura (Kultur) e civilização (Civilization) - mostra dois lados ao observador. Ela abrange, por um lado, todo o saber e toda a capacidade adquiridos pelo homem com o fim de

dominar as forças da natureza e obter seus bens para satisfação das necessidades humanas e, por outro, todas as instituições necessárias para regular as relações dos homens entre si, em especial, a divisão dos bens acessíveis (FREUD, 2010, p. 23).

Esses argumentos mostram que no século XIX a concepção que se tinha acerca de cultura, estava intrinsicamente ligada à cultura europeia, e tinha como característica específica a uniformização da humanidade por meio da padronização das diversas culturas europeias e não europeias. Dessa forma, Paulino (2018, p. 156) afirma que em período prévio às conquistas europeias as culturas brasileiras e da América Latina “foram tratadas como mundos à parte das culturas nacionais do velho continente”, fato que era resultante do pensamento europeu de que somente era considerada cultura aquela que tivesse em sua estrutura possíveis contribuições ao processo civilizatório europeu, enquadrados aos conceitos na época, *Kultur* [aspectos espirituais] e *Civilization* [realizações materiais] de um povo.

Segundo Nascimento (2018), com a propagação da conceituação de cultura feita por Tylor, transforma a cultura em um objeto de estudo das demais áreas do conhecimento. Isto o torna um dos fundadores do evolucionismo cultural que, fundamentado na teoria de Charles Darwin, rompe com a visão criacionista até então dominante. A partir das ideias do evolucionismo darwiniano, a percepção de cultura do século XIX parece ter sido impulsionada.

De posse das ideias de Darwin, os pensadores da cultura nesse século davam ao processo cultural uma espécie de hierarquização humana, ou seja, uma evolução que começaria de um estado selvagem, completo de irracionalidades, sem cultura, evoluindo até chegar a um nível de progresso tão alto que se poderia chamar de civilidade ou civilizados (PAULINO, 2018). O século XIX colhia os frutos da Ilustração, movimento intelectual e filosófico que dominou o mundo das ideias na Europa durante o século XVIII, cuja orientação às sociedades europeias dizia respeito a um esforço civilizador e de educação sistemática em promover aperfeiçoamento moral e a elevação do gosto numa perspectiva universalista (BAUMAN, 1998).

Nesse século que efervesciam as discussões acerca da evolução da humanidade, pensadores de diferentes áreas procuravam apresentar algum modelo para que as sociedades humanas atingissem o estágio máximo do processo civilizatório. Paulino (2018), de forma concisa, cita alguns deles:

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e a crítica de que as instituições educativas corrompem o homem e tiram-lhe a liberdade, sendo preciso educar a criança de acordo com a natureza, Immanuel Kant (1724-1804) e a questão do imperativo categórico como normatização moral ou o dever universal a ser cumprido como condição de vida, Auguste Comte (1789-1857) e o uso das leis positivistas como critério de explicação das leis que regem o mundo social, Charles Darwin (1809-1882) e a teoria evolucionista de que a sobrevivência das espécies está intrinsecamente relacionada à seleção natural; Karl Marx (1818-1883) e a crítica ao papel e ao poder do Mercado no estágio civilizatório da humanidade, Friedrich Nietzsche (1844-1900) e a transmutação dos valores para recuperar a unidade ética perdida pela humanidade ao longo da história, Sigmund Freud (1856-1939) e o estudo do equilíbrio das pulsões e dos instintos humanos como condição que permite a sociedade avançar no processo civilizatório, Jean-Paul Sartre (1905-1980) e o debate sobre o fato de que a única condição para um ser humano estar livre é estando preso à liberdade (PAULINO, 2017, p. 155).

Percebe-se como pensadores de diversas áreas e épocas compreendiam e apresentavam suas teorias objetivando explicar o mundo numa perspectiva de avanço do processo civilizatório, por meio de uma concepção humana, chamada de cultura, que é tanto material quanto intangível, mas esbarravam no conflito entre natureza humana e condição humana. Ainda assim, essa época simboliza o espírito de uma sociedade na tentativa de compreender-se a si mesma, em seus diversos aspectos, principalmente nos de cunho antropológico e social.

Na concepção de Paulino (2018, p. 158), a cultura precisa ser pensada e discutida considerando conceitos como identidade e memória. Assim, cultura é um fator inerente e simbólico da própria condição humana, por isso, “é fundamental considerarmos culturas como expressões de identidades e memórias”, e acrescentaríamos expressões de patrimonialidade. Dessa forma é necessário abordar conceitos sobre outros temas que dialogam ou que são referências quando se quer discutir sobre cultura. Particularmente, memória, identidade e patrimônio, são três termos que remetem ao termo cultura. Segue-se, portanto, contextualizando sobre identidade.

1.2 Memória, Identidade e Arquitetura, a conexão para conservar e perpetuar a história

Segundo Paulino (2018), as identidades culturais enquanto conjuntos de características particulares são formas de se promover o senso de pertencimento de pessoas a grupos populacionais, comunidades, entre outros, e servem para diluir separações, tensões sociais e diferenças entre grupos. Neste caso,

A formação de uma identidade cultural é algo que depende de diversos fatores, e seu reconhecimento é tanto mais plausível quanto mais forem realizadas práticas singulares de cultura daí resultantes. Embora seja fundamental a identidade de um grupo cultural para sua existência porque revela a qualidade do idêntico entre entes participantes, não se pode negar que processos identitários são relativos devido ao caráter dinâmico da formação cultural de um povo. (PAULINO, 2018, p. 158).

Nesse contexto, Coriolano e Martins (2007) definem que a identidade é a característica que nos faz diferentes dos outros tornando possível a identificação. Para as autoras, as identidades são formadas pelos indivíduos que internalizam valores e contribuições socioculturais do lugar ao qual pertencem de forma que eles passam a fazer de suas estruturas pessoais um lugar de cultura, formando unidade que conjuga o modo de ser subjetivo de cada um com os lugares objetivos, ou seja, unidade dos sujeitos com o modo cultural ao qual pertencem (PAULINO, 2018). Dessa forma, entende-se que a identidade cultural se constitui de relações sociais, vivências históricas, de hábitos e costumes, e valores simbólicos que ao serem compartilhadas conferem comunhão entre os indivíduos do grupo cultural, promovem laços e criam raízes culturais (SILVA, 2019).

Hall (2006, p. 10), ao discutir identidade, mostra as metamorfoses ocorridas no conceito ao longo da história, construindo as seguintes definições: numa perspectiva iluminista, o sujeito era compreendido “como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior”. Esse tipo de concepção nos parece bastante individualista, já que o sujeito é considerado como autossuficiente, responsável e criador da sua identidade. Já numa perspectiva sociológica, o sujeito foi concebido a partir da crescente mudança no entendimento do mundo moderno de que a autonomia desse sujeito não era precisamente idealizada, uma vez que ela é constituída na relação com outras pessoas que são importantes para ele. Aqui a identidade “preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ – entre o mundo pessoal e o mundo público”, internalizando sentimentos subjetivos com os lugares objetivos, o mundo social e cultural (HALL, 2006, p. 10).

Nesse sentido, percebemos que o autor defende a busca de uma identidade fixa e permanente. No entanto, essa forma de manifestação costuma entrar em colapso, e conseqüentemente em crise. Então, surge o indivíduo pós-moderno, diferente do indivíduo iluminista e sociológico, que não é caracterizado por uma

identidade fixa ou permanente. “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que no rodeiam” (HALL, 2006, p. 13). Bauman (1998) e Canclini (1998), por sua vez, identificam a diversidade de identidades manifestadas em função de várias situações encontradas e aceitas como sendo características do sujeito nesse período.

Segundo Bauman (1998), ao enfrentar um processo fragmentado, o sujeito da contemporaneidade se transforma em alguém resultante de várias identidades que se projetam como identidades provisórias cujas variações se dão à medida que esse sujeito entra em relação de conflito e de harmonia com o seu diferente. Então, a construção é realizada de forma contínua na qual os sujeitos carregam conhecimento adquirido de seus antepassados e da convivência com os membros da comunidade/sociedade que pertencem. Assim, entendemos que a identidade humana individual e coletiva é construída e modificada por processos contínuos, em consonância com os princípios culturais norteadores do sujeito e da coletividade, e que assume diferentes identidades em momentos diferentes (HALL, 2006).

Em nossa percepção, esses autores consideram que a formação da identidade não é entendida como algo somente individual ou coletivo, como também como uma permanente conexão entre o social e o individual, um processo constante de interação, de mudança e de troca, ou seja, uma construção constante e nunca acabada. Dessa forma, não é possível delinear o processo de construção de uma única identidade social, uma vez que essa identidade implica um processo caracterizado pela multiplicidade e mudança nos hábitos humanos que continuamente se movem no mundo contemporâneo.

Então, como pensar discussões teóricas acerca da identidade no espaço da Amazônia? Paulino explica que:

/.../ Temos que nos assegurar em primeiro lugar que não são as manifestações e os valores dos diversos grupos culturais da Amazônia que devem se adaptar às lógicas conceituais produzidas em algum lugar externo à região, mas que os conceitos sejam repensados e redefinidos obedecendo à lógica difusa dessa região brasileira; em segundo lugar, o fato de as culturas, identidades e memórias amazônicas serem dissimilares às europeias ou de países ditos ‘desenvolvidos’, ou mesmo das culturas brasileiras fora dessa região, não é argumento para não defini-las ou apresentá-las ao mundo; finalmente, não é possível pensar culturas sem o papel essencial da educação como guardiã desses processos. (PAULINO, 2017, p. 158).

Dessa forma, observamos que identidade no âmbito da Amazônia requer certa contextualização histórica, uma vez que durante os períodos da colonização e início do republicanismo a coesão nacional foi feita com constituição cultural apostando na crença de que a unificação cultural do país a partir de suas diferentes culturas teriam arestas, mas que elas seriam aparadas com o passar do tempo por força da imposição de aparente homogeneidade dos traços culturais, e que um dia a identidade nacional seria padronizada e universalmente reconhecida (SILVA, 2018).

A identidade brasileira, e também a amazônica, é resultante de uma grande miscigenação entre o indígena, o africano e o europeu, uma diversidade de raízes, cada uma com suas peculiaridades, o que faz com que o Brasil não possua apenas uma formação identitária, senão diversas identidades misturadas que resultaram das relações interculturais. Dessa forma, as manifestações diferentes e por certas vezes divergentes em variados aspectos como no religioso, na visão coletiva de mundo, nos jeitos e trejeitos de se 'levar a vida', na linguagem e nos usos simbólicos, na maneira de lidar com o meio ambiente, são particularidades identitárias dos diversos grupos populacionais brasileiros que ganham significado à medida que seus agentes vivenciam, subvertem e transformam suas experiências cotidianas, atualizando fronteiras entre as múltiplas identidades (PAULINO, 2018).

A região amazônica é assim detentora de uma tão grande diversidade de culturas humanas que podemos comparar com o imensurável número de árvores em suas florestas. Dessa forma, com toda pluralidade cultural como as Igrejas, os museus, as casas cheias de estilos de época, as formações geológicas, os trejeitos da fala, hábitos alimentares, festejos e festivais, danças e cantorias, trabalho e sustento criativos, memórias e histórias nos leva à conclusão de que a Amazônia, segundo Paulino (2018), não deve ser vista apenas como um único espaço, homogêneo e simples.

Não cabe aqui uma apresentação descritiva e detalhada dos diversos patrimônios amazônicos visto que isso demandaria um espaço mais amplo, mas de afirmar sua diversidade, apresentando uma síntese do patrimônio cultural material e imaterial brasileiro como afirmação do caráter heterogêneo das expressões de cultura, ou seja, a Amazônia não é um espaço culturalmente homogêneo. Sequer a floresta o é, e se a floresta não o é, nem mesmo seu povo e suas manifestações culturais adaptadas à diversidade florestal seria um todo homogêneo. (PAULINO, 2018, p. 161).

Por sua vez, Paes Loureiro (1995, p. 17) aponta que “a cultura amazônica [...] tem suas raízes fincadas numa trajetória histórica marcada por dois elementos fundamentais – isolamento e identidade”. Afirma ainda que “o isolamento da Amazônia era significativo não apenas em relação ao restante do Brasil, mas também em relação à própria América Latina” (p. 20). O autor entende como “cultura amazônica aquela que tem sua origem ou está influenciada em primeira instância, pela cultura do caboclo” e que “o conceito de cultura cabocla, portanto, pode ser estendido para além das limitações que a questão étnica poderia impor” (p. 27). Nesse contexto, entendemos que os sujeitos estão inseridos para moldarem sua identidade, uma vez que é necessário estar contido no ambiente para que este seja compreendido. Loureiro (1995) afirma ainda que:

A margem do rio, entre o rio e a floresta, é o lugar privilegiado dos enigmas da Amazônia transfigurados em enigmas do mundo. Oferece interrogações sobre origens e destinos. É quando o rio deságua no imaginário. Onde se pode ler a multiplicidade dos ritmos, da vida e do tempo, observar as indecisões da fronteira entre o real e o imaginário, o espontâneo maravilhamento diante dos acasos. O sentido privilegiado da contemplação conduz ao jogo estético, pela quimera de olhar as coisas ante o mistério que delas emana e pelo que nelas se exprime, nesse vago e gratuito prazer da imaginação que não busca um porto, embora numa viagem de vagos destinos. Uma viagem que não precisa levar a nenhuma parte. A margem do rio não existe lógica para ser coerente. Nela estão os mais preciosos arquivos culturais do mundo amazônico, os manguezias simbólicos de nossa cultura, as raízes submersas da alma cabocla (LOUREIRO, 1995, p. 165).

Paulino (2017) corrobora com a concepção de Loureiro, já que para ele o patrimônio amazônica natural é formado por:

Terra firme, várzea, planaltos e montanhas, serras e planícies, acidentes geológicos de todos os tipos, paisagens de campos gerais, florestas densas e de savana, veredas, manguezais e igapós, espécies vegetais de variadas formas, ciclos de enchentes e vazantes de rios, águas correntes de cores turvas e límpidas, complexos hídricos, igarapés e cachoeiras, animais de diversas espécies povoando céus, terras e rios. (PAULINO, 2018, p. 161).

Diante disso, vê-se que tais elementos fazem com que a Amazônia seja um cenário singular para o desenvolvimento das mais diversas culturas e para a manutenção da vida econômica de suas comunidades. Assim, as populações locais tem uma grande ligação com o meio ambiente, porque é a partir dele que acontecem as produções culturais. Dessa forma, a preservação do meio ambiente é importante

para esses povos, uma vez que as condições climáticas decorrentes ou não de ações humanas, influenciam diretamente no ciclo de enchente e seca.

No universo amazônico, além do patrimônio natural, há um complexo de conhecimento de saberes e fazeres aprendidos e vivenciados pelos diversos grupos sociais e étnicos em sua conexão com a natureza, “que pode ser denominado de cosmologia enraizada no mistério e na crença espiritual de que tudo está intrinsecamente vinculado a tudo, concebendo a natureza como uma totalidade” (PAULINO, 2018, p.162). A Amazônia na sua vastidão territorial é terra de culturas, tendo diferentes formas de manifestações, quais sejam:

Dramas coletivos, familiares e individuais, jogos de interesse e poder, casos amorosos e “causos” do imaginário, valores morais, convicções espirituais, crenças e credências; e sua diversidade sociocultural é demasiado rica, resultante das mais diversas matrizes étnicas, raciais e sociais – Indígena: Pauxi, Konduri, Mundurucu, Kaxuiana, Wai-Wai, Tupinanambá, Bororó e outras; Europeia: Portuguesa, Italiana, Espanhola, Francesa e outras; Africana: Yorubá, Marroquina, Bantu, Nagô, Ketu e outras; Asiática: japonesa, chinesa e outros; e grupos culturais resultantes da leva migratória de nordestinos, sulistas, centro-oesteiros e sudestinos no último século. (PAULINO, 2018, p. 162).

Essas manifestações, verdadeiras riquezas patrimoniais estão na eminência de desaparecer, já que relações interculturais num ambiente globalizado fazem com que as culturas de minorias sejam sufocadas. Este é o caso da maioria das populações da Amazônia, que apesar de grande dimensão territorial, e a vivência de gigantescas fragilidades no processo de proteção de seus patrimônios ainda lutam para não deixar o passado desaparecer ao mesmo tempo em que o presente se mantenha como extensão do passado, gerando assim a perpetuação da memória, que gera conhecimentos e reconhecimentos identitários.

Acerca da memória, Jacques Le Goff expõe que “memória remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (GOFF, 1990, p. 423). Neste sentido, a memória não é algo do passado, mas algo sobre o passado, uma memória de recordação ou reconhecimento, podendo ser uma evocação deliberada ou uma invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica – saberes, crenças, sensações, sentimentos, entre outros.

A memória é constituída por heranças simbólicas, cristaliza experiências do passado e pode perdurar por milênios. Então, a memória como faculdade humana, é essencial para que o indivíduo possa recordar quem ele é, de onde vem, quem são seus pares. De acordo com Le Goff (1990, p.425), a memória é importante no contexto social, uma vez que “a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações [...] pode determinar perturbações graves na identidade coletiva”.

Manter viva a memória do passado é uma das funções contemporâneas da cultura, tendo em vista a função social da memória para o entendimento e consolidação da cultura, principalmente quando retratada pelos idosos. Segundo Miranda (2007), a memória não é somente uma capacidade psíquica do ser humano, é um dos principais elementos da formação cultural humana. Segundo ele, a memória é mais do que um conjunto de saberes acumulados, é experiência de várias vidas que exprimem aspectos sociais e afetivos. Entre tantas funções da memória, uma delas seria,

[...] aumentar a capacidade de perceber as transformações da sociedade pela ação humana, permitindo que se tenha quase que afetivamente - e não apenas cognitivamente – a experiência da dinâmica social, da ação das forças que constroem a sociedade e que podem mudá-la a todo instante. (MIRANDA, 2007, p. 21).

Podemos notar, pois, que a memória, semelhante à cultura e à identidade, ocupa um grande campo social. A memória ou as memórias, vistas de diversas formas, se fazem presentes ao retomarem as vivências e experiências do passado, desde um simples ato de lembrar das palavras como atos complexos de relações com o sagrado, por exemplo.

Por meio dessas contextualizações de Le Goff (1990) e Miranda (2007), observamos que o cotidiano das pessoas é conduzido pelas memórias de onde se veio e para onde se caminha. São essas inúmeras ações do passado interconectadas que produzem uma dada compreensão de si, de seu coletivo e do mundo. Segundo Le Goff (1990), os estudos recentes vêm sendo desenvolvidos fazendo uma aproximação da memória com a linguagem. Assim, antes de uma ideia ser falada ou escrita, primeiramente precisa estar armazenada na memória. Pesquisadores observaram que os sentimentos inerentes ao ser humano, como a afetividade, a censura, o desejo, podem manipular a memória individual, consciente e

inconscientemente. Acerca da memória coletiva, observaram que grupos que exercem o poder em determinados momentos históricos são capazes de manipulá-las. No entendimento de Le Goff, a cultura dos homens com escrita é de certa forma diferente da cultura dos sem escrita, mas não radicalmente divergente. Os homens sem escritas mantinham suas tradições por meio de narrativas mitológicas, que eram transmitidas às gerações futuras – por meio de histórias orais.

Para Le Goff (1990), do período que aconteceu o desenvolvimento da memória pela oralidade, ainda na Pré-História, até o aparecimento da escrita, já na Antiguidade, houve uma mudança na memória coletiva. A partir do momento em que as pessoas começaram a inscrever suas aventuras e conquistas em monumentos epigrafados e seus feitos em documentos escritos, acontece outro avanço: as pessoas passam a ter a capacidade de registrar, marcar, reordenar, memorizar. Segundo o autor, esse desenvolvimento não esteve separado do crescimento de núcleos urbanos e o aumento de necessidades e condições humanas.

O autor destaca que na Idade Média, os idosos eram idolatrados, posto que, eram considerados homem-memória. Uma condição memorial pode durar bastante tempo, por meio da transmissão oral de uma memória para outra. Contudo, por meio dos escritos, essa duração converge para a eternidade. Para Bergson, os conhecimentos e lembranças podem ser guardados de maneiras distintas, sendo:

“O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória-hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado” (BERGSON, *apud* BOSI, 1979, p. 18).

Conforme citado por Bosi, Bergson apresenta duas formas de manifestação da memória, uma vinculada a memórias-hábitos, por exemplo, “o comer segundo as regras de etiqueta, o escrever, o falar”; e a outra voltada para lembranças independentes de hábitos, que “traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida.” Nesse sentido, Bosi afirma que “a lembrança é a sobrevivência do passado” (BOSI, 1979, p. 20). Através dela o passado é recontado e perpetuado. A memória teria uma função prática de limitar a indeterminação do pensamento e da ação e de levar o sujeito a produzir formas de comportamento que deram certo.

No mesmo sentido, Chauí (2000) afirma que “a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (CHAUI, 2000, p. 158). Se tal afirmação é fato, podemos dizer que a memória é um viés essencial na constituição da identidade de um povo. Para Paulino (2018), as memórias ajudam no processo de aquisição de identidade humana porque traz para o presente o que o passado registrou como fundamental. Percebe-se então a razão de se registrar eventos culturais resultantes de manifestações memoriais.

Ainda nesta lógica, podemos apresentar Nora (1993), para quem a memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos. Dialogando com a autora, Paulino (2018, p.160) nos diz que “os lugares onde a memória pendura ganham significados à medida que o povo que neles habitam os tem como ponto de recordação de um acontecimento passado e eternizado por meio da sacralização histórica do lugar”. Segundo Paulino (2018), Nora criou a expressão *lugares da memória* que consiste na necessidade de registrar a memória e o local onde ela ocorre. De acordo com o autor, essa necessidade seria uma reação em relação aos métodos de aceleração da história e, ao construir os lugares de memória, a comunidade constrói também sua identidade.

Pierre Nora também é um defensor da ideia de que os lugares de memória surgem em resposta à necessidade de identificação do indivíduo contemporâneo a partir de escritos, fotos, monumentos, bustos, enfim, sinais proferidos oralmente, desenhos, objetos, artefatos, pinturas, que transportam o ser humano constantemente pela viagem da vida que não para. Por isso, seguindo um posicionamento de Le Goff, o ser humano precisa constantemente da ação memorial, pois ela o liberta ou o aprisiona, de acordo com a vontade de poder de quem dela usufrui ou a manipula junto dos fatos históricos dela derivados (LE GOFF, 1990). Ainda segundo Le Goff, a memória é tão importante para o ser humano, que quando este a perde, junto com ela perde o entendimento de sua identidade, dos vínculos que mantém com outras pessoas, perde o sentido de sua vida. Da mesma forma, uma sociedade que não conhece a sua história, suas origens, seus patrimônios, perde a capacidade de viver coletivamente, podendo ser manipulada facilmente. Neste caso, Paulino (2018, p. 160) é taxativo: “povo sem memória, é povo sem história”.

A memória é um elemento de constante organização e reorganização do passado, pois coloca os vestígios do passado em relação uns com os outros, dando-

lhes sentido. Por essa razão, a memória é importante na organização e orientação da vida das pessoas.

Extensivamente a esses conceitos, acrescentamos o de patrimonialidade, especificamente, o de patrimônio histórico. O conceito de patrimônio, vinculado à compreensão de lugar de memória que, segundo Nora (1993), seriam espaços criados pelos indivíduos contemporâneos, diante da crise dos paradigmas modernos. Conseqüentemente, ocorre uma significativa ampliação do conceito de patrimônio ao longo dos anos, ficando cada vez mais abrangente, principalmente ao longo do século XX. Essa ampliação do conceito criou novas questões sobre preservação e processo de constituição de uma cultura, de uma memória e de uma identidade local a partir de heranças arquitetônicas.

Em síntese, cultura, identidade e memória estão constantemente em transformação. Dessa tríade surge a construção do patrimônio material e imaterial² que se legitima como expressão das identidades culturais a partir do seu reconhecimento pelos indivíduos de determinada sociedade. Assim, podemos relacionar cultura e arquitetura, ao analisarmos as estruturas de monumentos, organizações rurais e urbanas, georrefenciamentos de vilas e comunidades a partir de suas necessidades existenciais, que também são necessidades culturais. Então, é plausível reconhecer que os diferentes estilos arquitetônicos, constituídos a partir e através de reconhecimentos de necessidades existenciais e de valores e costumes vinculados a ela, expressam a diversidade cultural cuja comprovação se dá por meio do detalhamento arquitetônico, de engenharia e de estética, sintonizado com hábitos, costumes, escolhas, prioridades, preferências, aspirações, histórias e contextos socioeconômicos e ambientais de uma dada população.

Neste caso, cabe afirmar que um dado espaço, quando é ocupado e territorializado por humanos, demandará ser preenchido dentro de certas condições culturais que atendam às necessidades e desejos de seus ocupantes. A história das diversas culturas nos demonstra isso, desde os grandes monumentos aos deuses encontrados na Índia, da Grécia e em Roma, até as suntuosas estruturas contemporâneas dos Estados Unidos, França, Alemanha e Inglaterra que reúne estética, funcionalidade, conforto e bem-estar. Desde a arquitetura orgânica e

² Patrimônio material – também chamados de tangíveis, são paisagens naturais, objetos, edifícios, monumentos e documentos. Patrimônio imaterial – estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas e ao modo de ser das pessoas. (IPHAN, 2012, p.18)

sustentada dos povos indígenas até os estilos adaptativos ao meio ambiente desenvolvidos pelos africanos em suas terras e nas terras de sua diáspora.

Sobre o aspecto da Arquitetura relacionada à cultura, trataremos com mais efetividade e de maneira mais aprofundada, no capítulo que segue.

CAPÍTULO II

PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO: ENTENDIMENTOS E DEFINIÇÕES

Neste capítulo, abordamos o conceito de patrimônio, vinculado à compreensão de lugar de memória. Neste sentido, acompanhamos o pensamento de Pierre Nora (1993), proponente de um modelo de estudos que resgata a necessidade de se ritualizar a memória em seu espaço físico como estrutura que desfragmenta o modelo de patrimônio tão particionado e pontualizado. O novo modelo dá ancoragem às memórias das sociedades contemporâneas a partir de olhares coletivos, pouco universais, por não ter padronagem, mas profundamente identitários. Os lugares de memória, em nossa concepção, espaços cuja lembrança compõe e recompõe o presente por meio da evocação permanente ao passado. Segundo Nora, nas sociedades contemporâneas, abastecidas de valores pós-modernos e midiáticos, cujos modelos arquitetônicos obedecem mais aos projetos computacionais do que aos alicerces da necessidade coletiva espiritual, não há possibilidade de uma história-memória.

Assim, a história-memória, tão vivamente vigente durante o século XIX, precisa se redefinir no âmbito das culturas atuais, oferecendo uma narrativa que dá unidade e significado ao tempo, já que este deve ser acolhido como um processo de apresentação do momento por evocação do passado. Esta é a razão de superarmos conceitos como memória viva por oposição à memória morta, já que nessa perspectiva o passado está bastante próximo ao perto, porque não está morto: "A verdadeira percepção do passado consistia em considerar que ele não era verdadeiramente passado" (NORA, 1993, p. 18).

2.1 Patrimônio Arquitetônico: memórias de lugares sobre os lugares de memória

As memórias de lugares são o que compõe os lugares da memória. As memórias são recordações que transcendem estudos técnicos, já que as tipologias arquitetônicas de construções populares e/ou de monumentos e os estudos estritamente técnico-compositivos evidenciam aspectos característicos de um lugar a partir do patrimônio construído, enquanto que as memórias dos lugares como lugares que constituem uma arquitetura de recordações implicam uma narração de costumes,

de histórias, de emoções para justificar o valor com que uma determinada arquitetura possui para as identidades culturais de uma coletividade.

Não se trata de recordar um lugar físico com suas propriedades materiais, com as construções existentes e que voltam à memória na qualidade de um mapa político-administrativo e organizativo de uma determinada localidade. Trata-se, de fato, de uma recriação de significados válidos que permitem à memória diluir possíveis rupturas entre o lugar existente e o lugar que existiu. Essa recordação exige desfragmentação entre passado e presente, para que haja uma sincronia desses tempos, ou seja, entre o que é da contemporaneidade das pessoas e a arquitetura que a memória insiste em manter recordado, não permitindo assim o esquecimento do propósito da organização arquitetônica do passado, popular ou erudita, e sua extensão corporativa ao que é do universo contemporâneo da organização arquitetônica (ASENSIO, 2017).

Essas ponderações sobre arquitetura, memória e cultura nos faz trazer ao texto um importante pensamento de Martin Heidegger (1889-1976), em sua conferência "*Bauen, Wohnen, Denken*" (Construir, Morar, Pensar), no ano de 1951, feita por ocasião da "Segunda Reunião de Darmstadt", quando recordava de *Todtnauberg*, uma região ao sul da Alemanha, onde está localizada a *Südschwarzwald* (Floresta Negra do Sul), para onde sua família e ele teriam se mudado para viver em uma pequena cabana ainda no ano de 1922. Segundo Heidegger, uma habitação é mais que um lugar físico:

Parece que só é possível habitar o que se constrói. Este, o construir, tem aquele, o habitar, como meta. Mas nem todas as construções são habitações. Uma ponte, um hangar, um estádio, uma usina elétrica são construções e não habitações; a estação ferroviária, a autoestrada, a represa, o mercado são construções e não habitações. Essas várias construções estão, porém, no âmbito de nosso habitar, um âmbito que ultrapassa essas construções sem limitar-se a uma habitação. Na autoestrada, o motorista de caminhão está em casa, embora ali não seja a sua residência; na tecelagem, a tecelã está em casa, mesmo não sendo ali a sua habitação. Na usina elétrica, o engenheiro está em casa, mesmo não sendo ali a sua habitação. Essas construções oferecem ao homem um abrigo. Nelas, o homem de certo modo habita e não habita, se por habitar entende-se simplesmente possuir uma residência. Considerando-se a atual crise habitacional, possuir uma habitação é, sem dúvida, tranquilizador e satisfatório; prédios habitacionais oferecem residência. As habitações são hoje bem divididas, fáceis de se administrar, economicamente acessíveis, bem arejadas, iluminadas e ensolaradas. (HEIDEGGER, TOMO I, 1954).

Até esse ponto de seu pensamento, as constatações são evidentes. A partir de então, ele faz um questionamento que mudará o curso de seu pensamento. Afirma ele: “Mas será que as habitações trazem nelas mesmas a garantia de que aí acontece um habitar?”. Continua ele:

Construir não é, em sentido próprio, apenas meio para uma habitação. Construir já é em si mesmo habitar. Quem nos diz isso? Quem nos oferece de fato uma medida para dimensionarmos o vigor essencial do que seja habitar e construir? /.../ Não habitamos porque construímos. Ao contrário. Construímos e chegamos a construir à medida que habitamos, ou seja, à medida que somos como aqueles que habitam./.../ Os mortais habitam à medida que salvam a terra, tomando-se a palavra salvar em seu antigo sentido, ainda usado por Lessing. Salvar não diz apenas erradicar um perigo. Significa, na verdade: deixar alguma coisa livre em seu próprio vigor. Salvar a terra é mais do que explorá-la ou esgotá-la. Salvar a terra não é assenhorar-se da terra e nem tampouco submeter-se à terra, o que constitui um passo quase imediato para a exploração ilimitada. /.../ Salvando a terra, acolhendo o céu, aguardando os deuses, conduzindo os mortais, é assim que acontece propriamente um habitar. (HEIDEGGER, TOMO I, 1954)

Se pudermos simplificar o eloquente pensamento de Heidegger, diríamos que não é somente após construirmos que temos uma habitação, o fato de se construir já implica morar, viver, habitar. Construir uma habitação está além do que se propõe um pensamento arquitetônico com regras de construção material. Esse entendimento é proposto por Fernando Fuão, ao analisar a questão:

Creio que o caráter desconstrutor do texto de Heidegger resida exatamente em sugerir que os lugares nos falamos, são algo vivo, o mundo nos fala; não são incipientes, inócuos, inanimados, não são uma superfície em que inserimos uma construção, mas sim algo vivo que se comunica conosco. Cada lugar nos diz, nos constrói um tipo e pensamento distinto. É justamente isso que Heidegger vai nos dizer de uma implícita que o pensar do campo, no campo é distinto do pensar na cidade, da cidade. No campo, as estrelas na escuridão da noite iluminam nosso sentido de pertencimento e orientação na imensidão do firmamento, nos situam, nos centram revelando nossa dimensão e o sentido de habitar no mundo; na cidade: o contrário, a claridade das luzes artificiais nos ofuscam o olhar ascendente fazendo-nos esquecer nossa posição no mundo, em outras palavras nos ‘desterrando’. (FUÃO, 2016, p. 3).

Ainda segundo Fuão, o debate sobre a arquitetura funda-se na compreensão de ser esta uma leitura do espaço existencial, fenomenológico, como uma oposição ao espaço medido matematicamente, já que toda arquitetura é uma estruturação do *dasein* heideggeriano – estar-no-mundo – no espaço material do mundo. Neste sentido, é que necessitamos urgentemente fazer uma leitura mais imaterial, no sentido cultural do termo, do que uma leitura material dos patrimônios históricos de uma

determinada sociedade, pois são nas construções que estão escoradas as histórias das diversas populações, seus trejeitos sociais e suas relações com o meio ambiente, gerando vida no espaço existencial, transcendendo o espaço medido à régua matemático-geométrica. Assim, Heidegger afirma que:

A essência de construir é deixar-habitar. A plenitude de essência é o edificar lugares mediante a articulação de seus espaços. Somente em sendo capazes de habitar é que podemos construir. /.../ Habitar é, porém, o traço essencial do ser de acordo com o qual os mortais são. Quem sabe se nessa tentativa de concentrar o pensamento no que significa habitar e construir torne-se mais claro que ao habitar pertence um construir e que dele recebe a sua essência. Já é um enorme ganho se habitar e construir tornarem-se dignos de se questionar e, assim, permanecerem dignos de se pensar. /.../ Buscamos concentrar o pensamento na essência do habitar. O passo seguinte, nesse sentido, seria perguntar: o que acontece com o habitar nesse nosso tempo que tanto dá a pensar? /.../ A crise propriamente dita do habitar consiste em que os mortais precisam sempre de novo buscar a essência do habitar, consiste em que os mortais devem primeiro aprender a habitar. E se o desenraizamento do homem fosse precisamente o fato de o homem não pensar de modo algum a crise habitacional propriamente dita como a crise? Tão logo, porém, o homem pensa o desenraizamento, este deixa de ser uma miséria. Rigorosamente pensado e bem resguardado, o desenraizamento é o único apelo que convoca os mortais para um habitar. De que outro modo, porém, os mortais poderiam corresponder a esse apelo senão tentando, na parte que lhes cabe, conduzir o habitar a partir de si mesmo até a plenitude de sua essência? Isso eles fazem plenamente construindo a partir do habitar e pensando em direção ao habitar. (HEIDEGGER, TOMO II, 1954).

O pensamento de Heidegger é fundamental para nossa compreensão do que vem a ser uma construção, seu significado coletivo cultural, bem como a transcendência que um determinado patrimônio possui pelo fato dele existir materialmente e que demanda das populações presentes seu cuidado, sua conservação. Não por acaso, Fuão confirma:

Aqui se percebe a dimensão do que Heidegger entende por construir ao comparar também com um cultivo, uma plantação, e também de um aspecto efêmero e temporal. Construimos sempre temporalmente, de um modo permanente, a morada é efêmera, e é preciso conservá-la, guardá-la, cuidá-la para que perdure, é preciso uma manutenção, (maintenance, maintenant). Há também nesse sentido do cuidado uma amorosidade perdida, amar é cuidar, e construir também, veladamente, é também uma forma de amar e de se relacionar com o mundo. O amor é mais que uma categoria de espaço amoroso, talvez, ele seja o princípio mesmo, ainda não permitido, indizível que possa ligar todos os lugares, todas as coisas. (FUÃO, 2016, p. 12).

O construir como uma forma de relacionamento com o mundo é, factualmente, uma condição que permite ligar os lugares diversos e as diversas coisas do mundo dando a eles um significado cultural, uma afirmação identitária e uma fluidez unitária

do passado com o presente. É neste sentido, na perspectiva heideggeriana, que é preciso encaminhar uma discussão sobre patrimonialidade.

O termo patrimônio possui uma diversidade de definições, já que desde suas origens o conceito vem passando por reformulações. Choay (2006, p. 11) afirma que desde sua origem a palavra patrimônio estava ligada “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. O termo foi constantemente requalificado por diversos adjetivos, como genético, natural, histórico, que fizeram dele um conceito dinâmico.

Assim, o patrimônio deve estar conectado a alguma esfera social para que dessa forma possa ter um sentido, em um determinado tempo e espaço. Para Ferreira (2006), o termo originário do latim *patrimonium* implica legado e posse. Ele pode ser compreendido também como herança paterna, já que as propriedades eram transmitidas hereditariamente, de pai para filhos. Neste sentido, a palavra patrimônio fazia referência à herança ou bens de família repassados de pais para filhos, especificamente em relação aos bens de valor econômico e afetivo, ao longo do tempo.

Ferreira (2006, p. 79) aponta que “quando se fala de patrimônio, para além da origem jurídica do termo, o sentido evocado é o da permanência do passado, a necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades, do desaparecimento”. O conceito de patrimônio perpassa de uma formulação restrita e delimitada para uma concepção contemporânea ampla, abarcando a gestão do espaço como um todo, dando unidade a todas as fenomenologias nelas contidas conforme as propostas por Heidegger (1954) e Fuão (2016). Assim, o patrimônio, na sua didática organizativa, passa a ser discutido como patrimônio artístico, histórico, cultural, arquitetônico, urbanístico, etnográfico, ecológico, genético, tangível, intangível, paisagístico e natural.

Dessa forma, patrimônio rememora diversas dimensões da cultura: imagens de um passado guardado na memória, fatos e coisas a serem preservadas, porque coletivamente possuem significado em sua diversidade. Assim, quando se pensa em preservar o patrimônio, é porque ele é compreendido como forma de respeito pela história social, pelo passado e presente, além de sua perpetuação para as futuras gerações. Para que isso ocorra, não se deve pensar somente nas dimensões construtivas, estéticas e decorativas, mas nos sentidos, significados e valores simbólicos, sociais e culturais peculiares a tais dimensões (HEIDEGGER, 1954).

Quando se atrelou o termo histórico ao patrimônio, a expressão passou a abranger outros sentidos, que ao longo do tempo foram sendo modificados. Choay (2011), na obra *O patrimônio em questão*, faz uma diferenciação entre os conceitos de monumento e monumento histórico, que no seu entendimento são precursores mais remotos do Patrimônio Histórico. Monumento seria,

Todo artefato [túmulo, tumba, poste, totem, construção, inscrição...] ou conjunto de artefatos deliberadamente concebido e realizado por uma comunidade humana, independentemente da natureza e das dimensões [da família, à nação, do clã à tribo, da comunidade de crentes daquela cidade...], a fim de lembrar, para a memória viva, orgânica e afetiva dos seus membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais constitutivos de sua identidade. (CHOAY, 2011 p. 12).

O monumento tem por objetivo “fazer reviver um passado mergulhado no tempo” (CHOAY, 2006, p.26). Dessa forma, o monumento é caracterizado pela sua função identificatória e tem por objetivo aportar sociedades humanas em um espaço natural e cultural, dentro da temporalidade dos humanos e da natureza. Por sua vez, o monumento histórico não está voltado para a memória lembrada, pois é escolhido de um “corpus de edifícios preexistentes, em razão do seu valor para a história [seja de história factual, social, econômica ou política, de história das técnicas ou de histórias da arte ...] e/ou de seu valor estético.” (CHOAY, 2011 p. 13-14). Em outros termos, o monumento histórico é uma construção intelectual com um valor abstrato de saber, constituída através do olhar do historiador ou do amante da arte, e relaciona-se de maneira diferente com a memória e com a duração no tempo.

Segundo De Paoli (*apud* Chuva e Nogueira, 2012, p. 181), a “noção do patrimônio histórico é uma construção *moderna*.” Acerca dessa percepção, o autor compreende a modernidade como uma atitude intelectual, não como um período histórico, atitude que é identificada por um sentimento de crise, que faz com que o indivíduo tenha seu mundo desestabilizado e colocado em discussão. Essa atitude não delimita tempo histórico, embora em alguns momentos da história ela possa ser percebida. Ainda assim, é complexo estabelecer um tempo histórico exato em que os monumentos passaram a ser valorizados. Com todo deslumbramento que as obras antigas exerceram desde a Antiguidade, alcançando até a Idade Média, o passado era então visto como algo contínuo ao presente, pela perfeição na execução ou por suas dimensões. Nesse sentido, Kuhl nos apresenta uma observação bastante válida:

A partir do Renascimento, entre os séculos XV e XVIII, foram posteriormente conjugadas na formação das vertentes teóricas da restauração: o respeito pela matéria original; a ideia de reversibilidade e distinguibilidade da intervenção; a importância da documentação e de uma metodologia científica; o uso como um meio de preservar os edifícios e não como a finalidade da intervenção; o interesse por aspectos conservativos e de mínima intervenção; a noção de ruptura entre passado e presente. (KUHL, 2006, p.15).

Considerando o pensamento de Kuhl, podemos aferir que as mudanças de perspectiva nos olhares da modernidade sobre o trato com a manutenção, restauração ou mesmo a construção arquitetônica ganham aspectos de proteção e defesa de edificações a partir do memorial sobre a construção, expondo ideias como as citadas por Kuhl no fragmento citado, principalmente o uso do espaço construído como meio de preservar os edifícios, evitando a condição inadequada de intervir pelo simples fato de preservar.

No caso de se considerar a memória como valor fundante na defesa da preservação de edificações como apregoa Kuhl, que em nossa percepção guarda a mesma proposição de Heidegger, fora ainda no século XIX defendida por Ruskin (1819-1900), ao relacionar a arquitetura e memória. Para ele, é preciso garantir “a arquitetura como o elemento central e abonador desta influência de ordem superior da natureza sobre as obras do homem. Podemos viver sem ela, rezar sem ela, mas sem ela não podemos recordar” (RUSKIN, 1996, p.08), e constata que:

Como é fria toda a história, como é sem vida toda a fantasia do homem comparada àquela escrita por um povo cheio de vida sobre a pureza do mármore! Quantas páginas de incertas reconstruções do passado não poderíamos economizar em troca de umas poucas pedras deixadas em pé umas sobre as outras. (RUSKIN, 1996, p. 08)

As observações de Kuhl e Ruskin, por um lado, devem ser consideradas como placas sinalizadoras cujas setas apontam para onde se deve pensar as questões arquitetônicas da contemporaneidade. Ruskin, entretanto, era radical no sentido de preservar até mesmo as ruínas sem compor qualquer intervenção, inclusive aquela do tipo restaurador, já que esse tipo de reconstrução implica na destruição que um edifício pode sofrer pelas mãos humanas (RUSKIN, 1996). Por outro lado, Eugène Emannue Viollet Le Duc (1814-1879), defendia a possibilidade do restauro como técnica de restabelecimento da situação original do monumento, priorizando aspectos estilísticos em detrimento dos aspectos históricos (COUTO, 2013). As opiniões eram divergentes entre esses dois pioneiros da preservação citados anteriormente, porém

serviram de base para novas discussões, como foi o caso do arquiteto Camillo Boito, que aproveitou as ideias e desenvolveu um conjunto de princípios.

Para uma compreensão mais sensata dessas discussões, é preciso retomarmos uma análise do contexto histórico moderno. Até meados do século XVIII, os objetos do passado eram conservados ou demolidos de acordo com a conveniência dos que estavam no poder. Nesse período, buscando superar a dimensão transcendental que as construções dos períodos passados buscavam impingir no comportamento da sociedade, as cidades eram construídas conforme os princípios matemáticos do Renascimento (MENICONI, 1999). Nessa época, a concepção de Patrimônio histórico ganhou uma noção que rompia com um passado pré-industrial, o que propiciaria a tomada de distância do passado, essencial para que ele se estabelecesse como patrimônio no sentido entendido a partir do Iluminismo.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ocorreram grandes destruições do patrimônio cultural e histórico de diversos países da Europa e da Ásia, sobretudo pelos nazistas. Essa situação obrigou as nações vencedoras no período pós-guerra a elaborar uma Convenção para a Proteção de Bens Culturais, em caso de conflito armado, cujo documento foi assinado em 14 de maio de 1954, na Conferência Internacional reunida de Haia. A Convenção reconheceu que os bens culturais haviam sofrido graves danos durante os últimos conflitos armados e que, em decorrência do aperfeiçoamento de técnica de guerra, eles estavam cada vez mais sujeitos à destruição. Assim, o objetivo principal da convenção foi o de proteger os bens culturais em tempo de conflito (SOARES, 2018).

Podemos assim afirmar que os danos causados aos bens culturais pertencentes a qualquer povo trazem prejuízos ao patrimônio cultural de toda a humanidade, considerando que cada povo tem suas peculiaridades, sua história, que enriquece a humanidade com sua própria contribuição. Dessa forma, a preservação do patrimônio cultural é de grande importância para todos os povos, haja vista ser bens de interesse de toda a humanidade e não se constituem simples elementos de propriedade circunstancial, ou seja, o bem é coletivo, de titularidade difusa local e global, que deve ser preservado em benefício do interesse comum, das presentes e futuras gerações.

Antes mesmo da Conferência de Haia, ocorreu no ano de 1863, em Genebra, uma conferência de institucionalização do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Neste encontro ficou estabelecido o Código *Lieber*, um documento que reuniu normas

e costumes militares da época e propôs princípios de cunho humanitário. Também chamado de *Code for the Government of Armies in the Field* (Código do Governo para os Exércitos dos Estados Unidos em campo de batalha, Ordem Geral Nº 100), o Código Lieber, escrito pelo filósofo e jurista alemão que viveu nos Estados Unidos, Francis Lieber (1800-1872), foi primeiro firmado pelo presidente Abraham Lincoln (1809-1865), durante a Guerra Civil dos Estados Unidos. Ele normatizou a maneira como os soldados deveriam se comportar durante uma guerra. O código também estabeleceu em seu artigo 35, algumas medidas acerca da proteção de bens culturais em conflitos armados:

Obras de artes clássicas, bibliotecas, coleções científicas ou instrumentos precisos, por exemplo, telescópios astronômicos, assim como hospitais, devem ser protegidos contra todos os danos possíveis, mesmo quando em áreas fortificadas que estão cercadas ou bombardeadas. (CÓDIGO LIEBER, 1863).

Essa primeira normatização deixa evidente que não se admitirá que bens culturais, em qualquer hipótese, sejam alvos de ataques inimigos, sob a pena de violação dos direitos humanitários. Essa defesa do patrimônio ficou mais bem normatizada durante a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado (Convenção de Haia, 1954), quando o conceito de patrimônio cultural foi introduzido pela primeira vez no Direito Internacional de forma global, estando voltado para a proteção dos bens culturais, móveis, imóveis, de acordo com o preâmbulo da convenção:

As Altas Partes Contratantes:

Considerando que os bens culturais sofreram graves danos durante os últimos conflitos e que eles se encontram cada vez mais ameaçados de destruição devido ao desenvolvimento de tecnologia de guerra.

Convencidos de que os atentados perpetrados contra os bens culturais, qualquer que seja o povo a quem eles pertençam, constituem atentados contra o patrimônio cultural de toda a humanidade, sendo certo que cada povo dá a sua contribuição para a cultura mundial.

Considerando que a convenção do patrimônio cultural apresenta uma grande importância para todos os povos do mundo e que importa assegurar a este patrimônio uma proteção internacional.

Guiados pelos princípios respeitantes à proteção dos bens culturais em caso de conflito armado estabelecidos nas Convenções da Haia de 1899 e de 1907 e no Pacto de Washington de 15 de Abril de 1935.

Considerando que, para ser eficaz, a proteção destes bens deve ser organizada em tempo de paz através de medidas quer nacionais quer

internacionais. Determinados a adotar todas as disposições possíveis para proteger os bens culturais. (CONVENÇÃO DE HAIA, 1954).

Assim sendo, a proteção do patrimônio cultural dispõe de normas internacionais que buscam a preservação da memória, da história e da identidade de uma nação, bem como o desenvolvimento do progresso social no decorrer do tempo, e entendemos que sua salvaguarda contribui com o interesse do sentimento de pertença de um povo por meio de sua identificação com os bens imóveis de arquitetura refinada ou não.

Para Brusadin (2012, p. 36), até a primeira metade do século XX, o patrimônio cultural era “sinônimo de grandes obras monumentais, obras de artes consagradas, propriedades de grande luxo, que eram associadas às classes dominantes, pertencentes à sociedade política ou civil”. Palácios, residências dos nobres ou locais relevantes para a história eram edificações tidas como merecedoras de proteção especial.

Então, patrimônio cultural era entendido como obras de arte no espaço, como a pintura, a escultura e a arquitetura. À medida que o conceito evolui no tempo, ele alcança dimensões artísticas imateriais diversas, tais como dança, literatura e música. Essas modalidades são artes que perpassam o tempo e constituem patrimônio cultural de um povo. Porém, por não apresentarem a mesma materialidade que as edificações, acabavam sendo excluídas das ações de proteção patrimonial. (BRUSADIN, 2012, p. 36-37).

Nas últimas décadas do século XX, porém, tem-se dispensado atenção especial aos patrimônios culturais em âmbito mundial e redefinido como novos olhares estão propiciando a ampliação do conceito de patrimônio cultural, que nos tempos atuais abrange patrimônios históricos edificados, artísticos, socioculturais, linguísticos e humanos que encontram diversas expressões nos dias atuais. Difusores de modo de viver no passado e na atualidade e que de forma conjunta estabelecem a memória social dos bens tangíveis e intangíveis, estes patrimônios revelam a identidade, os significados, os lugares de memória, uma vez que a experiência propiciada pelos lugares de memória está relacionada a uma considerável busca do ser humano: a compreensão de si mesmo (ALMEIDA, 2009, P.69) e o seu estar-ai no mundo, sua relação plena com o mundo (HEIDEGGER, 1954)

Atualmente, o conceito de patrimônio cultural é bem mais amplo que no passado. Produções das comunidades, nos aspectos emocional, intelectual, material

e sua interação com os elementos da natureza, são considerados bens culturais que constituem o patrimônio cultural (IPHAN, 2014). Segundo Stello (2013, p. 44) o “patrimônio deixa de ser um elemento excepcional e isolado para se tornar mais abrangente, apontando para sua dimensão social, suas múltiplas expressões em um universo de diversidade cultural”.

A Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade Cultural das Expressões Culturais que ocorreu em outubro de 2005, na cidade de Paris, conceituou diversidade cultural:

Refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedade encontram expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados (UNESCO, 2005).

Nesse contexto, Silva e Silva (2008, p. 325) compreendem que “tudo que permite ao homem conhecer a si mesmo e o mundo que o rodeia pode ser chamado de bem cultural.” No mesmo sentido aponta Stello (2013, p. 44), “essa modificação de bem cultural em patrimônio cultural, é um salto qualitativo que ocorre quando uma comunidade passa a entender e se apropriar - ou se reapropriar – deste patrimônio como seu”. Percebemos então, que o patrimônio cultural transcende o bem material, ele também é constituído de bens imateriais utilizados pela sociedade para estabelecer ligação com a memória e a identidade do grupo que deles compartilham, assim manifestando o sentimento de pertencimento.

No Brasil, segundo Chuva (2017), a discussão acerca da proteção e da conservação de um patrimônio nacional é recente, quando a partir da década de 1920, adquiriram o estatuto de projetos legislativos. A autora afirma que:

Em 1925, o jurista mineiro Jair Lins, considerando a proteção e conservação de um patrimônio nacional um ‘passo tardado’ a ser dado sem demora pela legislação brasileira, apresentava um panorama internacional relativo às ‘medidas legislativas tendentes à proteção dos seus patrimônios artísticos’, evidenciando notável conhecimento a respeito do assunto. (CHUVA, 2017, p.49).

Corroborando com Chuva (2017), Fonseca contextualiza que essa discussão também está ocorrendo nos Estados modernos, na mesma década de 1920, com a

participação de agentes públicos e intelectuais, buscando instrumentos jurídicos específicos, que pudessem delimitar um conjunto de bens no espaço público (FONSECA, 2005, p.11).

Observa-se então que, a partir da década de 1920, começam a ser esboçadas políticas de preservação do patrimônio no Brasil. Assim, a percepção da necessidade de preservação dos elementos constituintes de cultura, a sociedade e o reconhecimento da importância de sua preservação para as gerações futuras é algo bastante recente. Nesse momento, a arte moderna no Brasil foi motivada pelo desejo de ruptura das relações de dependência cultural em relação à Europa. Então, artistas que participaram da Semana de Arte Moderna de 1922 passaram a buscar uma identidade nacional, uma brasilidade, cujo enfoque era a cultura popular (CHUVA; NOGUEIRA, 2012, p.184).

Assim, os padrões estéticos europeizados no Brasil começaram a ser libertados para assumirem-se como manifestações e expressões tidas como autênticas da cultura brasileira, buscando em nada parecer com a europeia. Dessa forma, os artistas buscavam inspiração, “nos ‘excluídos’ da cultura da elite – e da ‘imagem oficial’ que o país possuía naquele momento. Teriam como temática central os operários, os índios, os sertanejos, os mestiços.” (DE PAOLI, *apud* CHUVA; NOGUEIRA, 2012, p. 184). Paulino (2017) aponta que as formas de manifestação cultural são diversas:

Há uma panaceia delas na música; nas literaturas prosaicas e poéticas; no fabrico de bens artesanais; nas construções de edificações; em festas e festejos populares; em festivais, folias e rituais religiosos; nas contações de histórias, mitos e lendas; nos trejeitos de fala, gesto e cantoria com expressões lexicais locais e regionais; nas atividades produtivas para subsistência como o extrativismo, a agricultura e a pecuária; nos hábitos alimentares e de beberagem; nas manifestações de arte como pintura, arte cênica de teatro e circo e o artesanato. (PAULINO, 2017, p.151)

Segundo o autor, além dessas manifestações, existem outras que quando unidas se tornam elementos da Cultura de um grupo social, que para ele “são patrimônios materiais e imateriais de um povo, concentrados em quatro dimensões, a cultural, histórica, memorial e natural” (PAULINO, 2018, p. 152).

Na Constituição brasileira de 1934 aconteceu a primeira manifestação institucional atribuindo deveres acerca de proteção ao patrimônio em um contexto jurídico, sendo contemplado em seu artigo 10, inciso III: “proteger as belezas naturais

e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte.” Segue o mesmo teor o artigo 148:

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetivos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, 1934).

Já na Constituição de 1937, em seu artigo 134, a questão da preservação é abordada pela primeira vez:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. (CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, 1937).

No período de 1934 a 1945, Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde Pública, àquela época tomou iniciativa de ordenar a realização de estudos que fundamentassem a elaboração de um novo projeto de lei acerca das questões patrimoniais. Contou com a colaboração do historiador Luís Camilo de Oliveira Neto, que recomendou a elaboração de “um plano geral visando a conservação e o aproveitamento dos monumentos nacionais”, (IPHAN, 1980, p. 12) com a criação de um órgão voltado para o assunto, observando as legislações existentes. O primeiro estudo, elaborado por Wanderley Pinho, não foi aprovado, e o assunto necessitava de estudos mais profundos, então no início do ano de 1936 Capanema decidiu tomar providências acerca da questão (IPHAN, 1980, p. 12).

Gustavo Capanema solicita a Mário de Andrade a elaboração de um programa de proteção ao patrimônio histórico e artístico brasileiro. Nesse sentido, o escritor lançou as bases não somente legais e administrativas como também teóricas da preservação do nosso patrimônio (AZEVEDO, 1987). No plano apresentado para a criação do Serviço de Patrimônio Histórico Artístico e Nacional - SPHAN, Mario de Andrade abordou a experiência de outros países com as especificidades brasileiras. Corroborando sua capacidade intelectual, artística, crítica e também de organizador, elaborou “em poucas páginas, desde a fixação de definições preliminares sobre patrimônio até um plano quinquenal de montagem e funcionamento do serviço” (IPHAN, 1980, p. 13).

Assim, através da lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, foi criado o SPHAN, que tinha a finalidade de “implantar, gerir e reproduzir uma forma de poder de Estado, com suas técnicas, normas e leis, constituídas e constituintes de uma dada forma de proteção do que seria denominado patrimônio histórico e artístico nacional” (CHUVA, 2017, p. 77). Nesse mesmo ano, o órgão foi regulamentado pelo Decreto-lei nº 25, que estabeleceu a estrutura legal do SPHAN, designando ao órgão a função de organizar o “tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (DECRETO-LEI, 1937). Sendo então definido o que constituiria o patrimônio histórico e artístico nacional:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.[...]

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937).

Em 1946 o Decreto-lei nº 8.534 transforma o SPHAN em Diretoria de Patrimônio Histórico Artístico e Nacional – DPHAN, e em 1970 o Decreto-lei transforma a DPHAN no Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional – IPHAN, com o propósito de preservação, e o que antes era um setor de serviço passa a ter a denominação de instituição (FRANCO, 1987, p. 34). No ano de 1973 foi criado o Programa Cidades Históricas – PCH, implantado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral como uma política pública de preservação do patrimônio cultural brasileiro, por meio de tombamento de monumentos, oferecendo condições para que esses espaços sejam economicamente viáveis por meio de seu uso turístico e cultural, possibilitando a geração de renda e sustentabilidade econômica para manutenção de tais bens tombados.

O PCH é considerado o primeiro programa de governo federal a disponibilizar recursos para a recuperação de patrimônio cultural urbano. Suas ações buscavam o desenvolvimento socioeconômico das cidades históricas e dialogavam com o desenvolvimento urbano, regional e econômico, atrelados ao reconhecimento das consequências do crescimento urbano, que acontecia de forma concentrada e acelerada (CORRÊA, 2012).

No ano de 1975 foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, objetivando “a realização de estudos, pesquisas, planos e programas, visando estabelecer um sistema nacional básico, a ser empregado na descrição e na análise da dinâmica cultural brasileira” (FERREIRA, 2015). Em 1979 o PCH e o CNRC foram incorporados ao IPHAN (REZENDE et al. (2015). Esse ajuntamento gerou uma dosagem de superpoderes ao IPHAN, que agora teria o poder fiscalizador das políticas e ao mesmo tempo o privilégio de captar e fazer uso de recurso. Esses dois instrumentos juntos não eram comuns às organizações aptas para captar recurso. Assim, foi constatada inviabilidade dessa centralização de poder no IPHAN, conformando apenas um modelo de fundação no quadro institucional brasileiro capaz de gerenciamento fiscal e ao mesmo tempo de captação e uso de recursos.

Adotou-se, então, como solução a criação de duas instituições: uma que mantivesse o poder de fiscalização e uso de atributos de foro privilegiado, que seria a SPHAN e outra que tivesse a liberdade quanto à captação e ao uso dos recursos, que seria a Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN,1980), criada em 1979 através da Lei nº 6.757, de 17 de dezembro. Esta última, a FNPM, era uma entidade jurídica de direito privado, supervisionada pelo Ministério da Educação e Cultura, com a função de “contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no país” (BRASIL, 1979, art. 1). As duas instituições, entretanto, a Fundação Pró-Memória e a SPHAN – após sofrerem diversas transformações na sua estrutura, - foram extintas no ano de 1990, com a Lei nº 8.029, de 12 de abril, que criou o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), que absorveu as funções das duas instituições. Entretanto, esse instituto também não teve vida longa, já que no ano de 1994 foi extinto.

Essa nova tentativa de organização resultou das discussões advindas da nova Constituição brasileira sobre patrimônio cultural. Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, o conceito de patrimônio auferiu nova proporção, dessa forma ampliando consideravelmente a abrangência do termo:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – As formas de expressão;

II – Os modos de criar, fazer e viver;

III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

- IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Podemos então perceber certa abrangência dos instrumentos legais brasileiros, quando definem subjetivamente a categoria de patrimônio histórico e artístico nacional, mas é notável que as questões do patrimônio, de início, limitavam-se “à semelhança de outros países, a monumentos e peças de arte, cuja origem remontava a um tempo histórico determinado, que se pretendia sacralizar” (CHUVA, 2017, p. 50). Com a Constituição de 1988, observamos uma mudança nesse pensamento, estabelecendo ligação com a identidade e a memória dos diferentes grupos que constituem a sociedade brasileira. Dessa forma, patrimônio passa a ser elemento expressivo e constituinte da identidade cultural dos sujeitos no contexto institucional, sendo constituído tanto pelo bem material quanto pelo imaterial.

Contudo, a criação do IBPC para servir de autarquia vinculada à Secretaria da Cultura da Presidência da República, órgão criado também em 1994 para substituir o Ministério da Cultura, que foi extinto no mesmo ano, gerou diversos conflitos, já que diversos debatedores da organização do patrimônio brasileiro insistiam que essa denominação institucional acarretava a perda da “marca” Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que já havia ganhado legitimidade e notoriedade desde há mais de cinquenta anos. Enquanto que os defensores insistiam que a nova denominação – IBPC – se adequava à ampliação do conceito de patrimônio cultural enunciado na Constituição de 1988, já que a ideia por trás do novo conceito transcendia os valores histórico e artístico atribuídos aos bens culturais.

Somente em 1994 a instituição retomou o nome IPHAN, por meio da Medida Provisória nº 610, de 08 de setembro, em cujo artigo 6 foi definido que: “O Instituto do Patrimônio Cultural – IBPC – e o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBAC – passam a denominar-se, respectivamente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – e Fundação Nacional de Artes – Funarte, mantidas suas competências e naturezas jurídicas” (BRASIL, 1994).

Com a criação do CNRC, novas discussões sobre a salvaguarda de patrimônios culturais imateriais e materiais brasileiros deram início. Neste sentido, dois momentos fundamentais ocorreram desde então. Na primeira etapa, no ano de

1997, deram início as discussões em torno dos fundamentos e das políticas norteadoras da salvaguarda patrimonial da cultura nacional.

Para além das discussões, é preciso considerar a experiência existencial do CNRC, inicialmente organizado em quatro áreas (Ciências Humanas; Ciências Exatas; Documentação; Artes e Literatura), mas bastante acadêmico, e no segundo momento mais amplo quando de sua reorganização em quatro categorias: Artesanato; Levantamentos Socioculturais; História da Tecnologia e das Ciências no Brasil; e Levantamentos de Documentação sobre o Brasil. O CNRC também projetou como metodologia a descrição e a análise de bens culturais – não necessariamente patrimônio cultural - baseadas em levantamentos descritivos, mapeamentos, seminários, registros documentais, fotográficos e fílmicos, entre outras que pudessem subsidiar um sistema básico nacional de referência com informações da cultura brasileira (DUTRA, 2017).

Outra experiência que permitiu a retomada das discussões sobre patrimonialização cultural ou registro de bens culturais foi a FNPM. Embora a fundação tenha sido extinta em 1990, sua experiência permitiu que anos depois ocorreu uma reabertura ao debate sobre a salvaguarda de bens culturais, que nos tempos atuais também são denominados de imateriais, com dois momentos importantes.

O primeiro momento ocorreu no ano de 1997, na cidade de Fortaleza, no Ceará, por meio da realização do I Seminário de Patrimônio Imaterial: Estratégias e formas de Proteção, com o objetivo de revisitar a construção de uma noção mais ampla de patrimônio, a partir das propostas da vanguarda modernista ainda nos anos 1930, bem como de trazer à baila discussões sobre a salvaguarda dos saberes, fazeres, celebrações, formas de expressão e lugares que também compõe o patrimônio cultural brasileiro. Essas discussões foram expressas nas recomendações apresentadas na I Carta de Fortaleza, documento sintetizador do evento (SANT'ANNA, 2021). São essas recomendações que serviram de base para a implementação de ações de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro pelo IPHAN, por meio da promulgação do Decreto Presidencial nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro, Cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e o inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

Segundo o IPHAN (2000), o INRC é uma metodologia de pesquisa desenvolvida para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. Contempla, além das categorias estabelecidas no Registro, edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. A delimitação da área do Inventário ocorre em função das referências culturais presentes num determinado território. Essas áreas podem ser reconhecidas em diferentes escalas, ou seja, podem corresponder a uma vila, a um bairro, a uma zona ou mancha urbana, a uma região geográfica culturalmente diferenciada ou a um conjunto de segmentos territoriais (IPHAN, 2000).

Seguindo a mesma dinâmica discursiva, no ano de 2017, por ocasião da celebração dos 20 anos da I Carta de Fortaleza, ocorreu o II Seminário de Fortaleza: Desafios para o Fortalecimento da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, ocasião em que foram feitos diversos balanço das conquistas e dos desafios ocorridos nesses vinte anos e a busca por um novo pacto conceitual para a salvaguarda dos bens culturais brasileiros.

No caso dos patrimônios materiais, a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, estendeu a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e ao estabelecer outras formas de preservação por meio de Registro e Inventário, além do Tombamento, instituído ainda em 1937, pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro, voltado à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos. O Patrimônio Material brasileiro é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, e que são registrados em um dos quatro Livros do Tombo, a saber: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Os bens podem ser imóveis, cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais. Especificamente os bens tombados são organizados em Bens gerais Tombados, Conjuntos Urbanos tombados, Fortificações Brasileiras, Patrimônio Arqueológico e Patrimônio ferroviário.

É na esteira dessa constituição de instituições e autarquias governamentais como o IPHAN e suas 27 superintendências sediadas nas capitais dos estados brasileiros, e de instrumentos de organização do espaço patrimonial brasileiro, que o próprio Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desenhou uma série de

publicações visando auxiliar nessa jornada de patrimonialização de bens imóveis, a partir da temática do tombamento. Segundo o IPHAN, um tombamento de bem pode ser solicitado por qualquer pessoa junto à Superintendência do Iphan no estado onde o bem está situado, bem como à Presidência do Iphan, ou ao órgão maior responsável pela cultura nacional [que às vezes é uma secretaria especial vinculada à Presidência da República; às vezes sob o status de Ministério da Cultura. Ainda segundo o portal do IPHAN na Internet (2022), na página explicativa de patrimônio material/bens tombados, para ser tombado, o bem passa por um processo administrativo de análise da sua importância nacional. Após essa análise, o bem é inscrito em um ou mais Livros do Tombo. Após o procedimento, os bens tombados estão sujeitos à fiscalização pelo IPHAN, com o fim de verificar suas condições de conservação. No caso de possíveis intervenções nesses bens, a ação deve ser autorizada previamente (IPHAN, 2022). Na página de Patrimônio Material do portal do IPHAN, também se lê:

O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos. Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como os cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. A relação de patrimônios materiais tombados pelo Iphan podem ser acessados por meio do Arquivo Noronha Santos ou pelo Arquivo Central do Iphan, que é o setor responsável pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento, de entorno e de saída de obras de artes do País. O Arquivo também emite certidões para efeito de prova e faz a inscrição dos bens nos Livros do Tombo. (IPHAN, 2022, #1)

Certamente que tais orientações são bastante gerais para o conhecimento público, sua educação, patrimônio e como base estruturante de um pedido de tombamento por pessoas pouco especializadas no assunto. Então, o IPHAN tem lançado por meio da Equipe Técnica do Programa Monumenta, uma série de publicações que possam ajudar no processo. Os volumes são os seguintes:

Vol. 1 - Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural (José Gomide, Patrícia da Silva e Sylvia Braga, 2005);

Vol. 2 - Cadernos de Encargos (Equipe Técnica Programa Monumenta, 2005);

Vol. 3 - Sítios Históricos e Conjuntos de Monumentos Nacionais (Equipe Técnica Programa Monumenta, 2005);

Vol. 4 - Sítios Históricos e Conjuntos de Monumentos Nacionais (Equipe Técnica Programa Monumenta, 2005);

Vol. 5 - Análise de Risco de Incêndio em Sítios Históricos (Antônio Maria Gouveia, 2006);

Vol. 6 - Madeira: uso e conservação (Armando Gonzaga, 2006);

Vol. 7 - A Documentação como Ferramenta de Preservação da Memória: Cadastro, Fotografia, Fotogrametria e Arqueologia (Mário Mendonça, 2008);

Vol. 8 - Conservação e Intervenção em Argamassas e Revestimentos à Base de Cal (Maria Isabel Kanan, 2008);

Vol. 9 - Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos (Sandra Bernardes Ribeiro, 2014).

Além desses volumes, o IPHAN também publicou o livro “Intervenções em Bens Culturais Móveis Integrados à Arquitetura: manual para elaboração de projetos”, no ano de 2019, que pode ser acessado pelo portal da autarquia.

Por certo, que a preservação das cidades, segundo o IPHAN (2007), exige o enfrentamento de questões complexas que exigem respostas rápidas, tais como decisão sobre solicitação e execução de obras de restauração, solicitação de intervenção para adaptação do imóvel para novos usos, parcelamento do solo, abandono e degradação dos casarios. Essa organização governamental, que obedece aos referenciais internacionais de preservação patrimonial material e imaterial, é de grande importância no inventário, registro, proteção, conservação, fiscalização, aprovação de intervenção do tipo restauro, dos bens imóveis que já foram tombados e aqueles passíveis de tombamento.

Nesta perspectiva, Paulino (2018, p. 153), comenta que “o Brasil é detentor de um imenso patrimônio material e imaterial de cultura, história, memória e natureza”, mas possui apenas vinte bens, entre patrimônios edificados e naturais, tombados pela *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* - Unesco (2016). Na região Norte, com toda pluralidade cultural amazônica, há somente um bem tombado como Patrimônio da Humanidade – o Círio de Nazaré, no ano de 2013, fato que para o pesquisador é preocupante, sendo necessária a implantação de planos federais com políticas culturais mais incisivas.

2.2 Entrelaçamentos das culturas e a constituição da história de Santarém

Santarém é uma cidade situada na região amazônica (Cf.: item 3.3, sobre o georrefenciamento de Santarém), no oeste do Estado do Pará. É uma cidade rica de elementos culturais. Sobre sua história, é preciso fazermos uma contextualização desde suas primeiras fundações até o presente momento.

Os primeiros registros que se tem, sem fazer citação de nome tribal, os tapajó, povo que liderou uma confederação pan-étnica, desde a aldeia Tupaiu, foi o “Descubrimiento del Rio de Orellana”, quando Frei Gaspar de Carvajal, narra a descida da expedição de Francisco Orellana pelo rio Amazonas até o mar, por volta de 1541/1542 (CARVAJAL, 1641; SUSSUARANA, 2000; LOPES, 2019).

Há muitos, muitos anos, na parte leste da grande enseada onde se localizava a populosa aldeia dos tupaius³, hoje Santarém, dominando as margens do Paraná-pixuna (Rio Preto), hoje Tapajós, havia uma ocara-açu, ou seja, terreiro grande – que em descida suave escorria para a praia arenosa do rio das águas pretas, na opinião dos silvícolas; verdes, no parecer de alguns viajantes; azuis, aos olhos do poetas (SANTOS, 1974, p. 307).

Especificamente ao comentar as expedições europeias à região do Baixo Amazonas, a de Francisco Orellana e a de Pedro Teixeira, Lopes revela que:

O estabelecimento das populações nas Américas, que ocorreram a milhares de séculos, fora de certa forma negligenciada pelos cronistas expedicionários. Entretanto, no quesito como essas sociedades se organizavam? Carvajal e Acuña, em formas diferentes, apresentam suas percepções. Enquanto o primeiro vislumbra organização que beira à civilidade, Acuña não demonstra o mesmo otimismo, pois o adensamento populacional ‘espetacularizado’ por Carvajal, não encontra eco em seu relato. (LOPES, 2019, p. 53).

A parte as expedições colonizadoras intentavam explorar a região e pilhar as riquezas locais dos povos originários, o fato é que os registros da História de Santarém são feitos a partir da história europeia na região, ignorando que nas terras do Baixo Amazonas e do Baixo Tapajós, havia centenas de povos indígenas. Couto (2013, p. 51) afirma que “esse contato com os índios, que pareciam dominar o interior da região, aconteceu de forma repentina e nada convidativa”.

³ Tupaiu – nome da sua enseada escura e apelido (cara preta) do povo que a habitava (SUSSUARANA, 2000, p. 185).

De imediato, o grande relato da expedição de Orellana, ao percorrer a região do Baixo Tapajós na confluência com o rio Amazonas, é a constatação de que os habitantes locais eram povos bárbaros e possuidores de mantimentos (CARVAJAL, 1542), motivo pelo qual ocorreram assaltos e saqueamento de suas plantações, principalmente o milho. Esse relato é ainda mais detalhista ao forçarmos apenas nos estudos sobre a expedição de Pedro Teixeira, já que Orellana expõe apenas o momento em que chega ao rio Tapajós durante sua fuga das mulheres guerreiras Conduris, por volta de 1542 (LOPES, 2018). Já os relatos de Acuña (1641) evidenciam com bastante precisão a região do Baixo Tapajós, onde foi fundada a cidade de Santarém.

Por volta de 1626, tem-se novo registro da presença dos brancos na Amazônia, com o pressuposto de proteção do território contra possíveis invasores (COUTO, 2013, p.51). Quando o capitão português Pedro Teixeira, nomeado para liderar a expedição denominada 'Tropas de Resgate', a pressuposta proteção consistia em tomar, comprar ou barganhar a troca de bugigangas prisioneiros índios que os silvícolas mantinham nas suas malocas como escravos (SANTOS, 1974).

Nessa expedição, conforme expõe Lopes, Acuña relata que na chegada da expedição de Teixeira ao rio Tapajós, "os expedicionários testemunharam portugueses atacando e capturando índios Tapajós, e os escravizando para trabalhos braçais em Belém" (LOPES, 2019, p. 51). No relato, propriamente dito, sobre os primeiros habitantes das terras que viriam a se tornar o município de Santarém, Acuña expõe:

A quarenta léguas deste estreito desemboca, pela banda do Sul, o vistoso rio dos Tapajós, tomando o nome da Nação e Província que sustenta em suas margens, que é muito povoada de bárbaros, com boas terras e abundantes mantimentos. São estes Tapajós gente de brios, muitas vezes temida pelas nações circunvizinhas, porque usam tal peçonha em suas flechas, que só com o chegar a fazer sangue, tiram sem remédio a vida. Por este mesmo motivo os próprios Portugueses lhes temeram a comunicação por muito tempo, desejando atraí-los por bem à sua amizade, à qual falharam em fazê-lo, porque os obrigavam com ela a sair do seu natural, vindo a se instalar entre os já pacificados, como salientam muito estas Nações. Embora em suas terras recebessem com bom agasalho aos nossos, como verificámos, quando alojados perto de uma aldeia sua, de mais de quinhentas famílias, de onde não cessaram, durante o dia inteiro, de vir trocar patos, galinhas, redes, peixes, farinhas, frutas e outras coisas e com tanta confiança, que mulheres e meninos não se afastaram de nós, prometendo que, se os deixassem em suas terras, poderiam os Portugueses em boa hora vir a povoá-los, que os receberiam e serviriam em paz por toda a vida. (ACUÑA, 1641, tomo LXXIV, 38).

Essa narração que parece valorizar as relações da expedição de Teixeira com os *Tupius* ou *Tapajozes* ou *Tapajós*, que se encontravam a quarenta léguas da desembocadura do estreito ao sul [aproximadamente cento e noventa quilômetros rio abaixo a partir da desembocadura do Estreito do rio Amazonas, conhecido como Estreito de Óbidos ou Fivela do rio Amazonas], expõe a crueldade dos portugueses que já estavam no local quando a expedição chegou na foz do rio Tapajós. Para comprovação, optamos por expor um trecho completo do texto de Acuña:

Não bastaram os humildes oferecimentos destes Tapajós para que fossem admitidos ou pelo menos tratados com candura e conveniência, pois isto não convinha a pessoas tão interessadas, como são as destas conquistas, e que só arrastam dificuldades com a cobiça de escravos que venham a conseguir. Suspeitando que esta Nação tivesse muitos a seu serviço, tentaram com toda violência ir oferecer-lhes crua guerra, sob o pretexto de que eram rebeldes. Esta se estava preparando, quando chegamos ao forte do Desterro [*Forte de Santarém*], onde se reunia gente para tão desumana façanha. Desde logo procurei, pelos melhores meios que pude, se não impedir, pelo menos sustar, até que houvesse nova ordem de Sua Majestade e o Sargento-Mor do Estado, cabo e caudilho de todos, que era Bento Maciel, filho do Governador, me deu a sua palavra de que não prosseguiria no seu intento até ter aviso de seu pai. Mas apenas virei as costas, quando com a maior quantidade de gente que pode, em uma lancha com peças de artilharia e em outras embarcações menores, dando sobre eles de improviso, lhes ofereceu crua guerra, se não queriam boa paz. Eles logo aceitaram a esta com boa vontade, como sempre haviam oferecidos, prontos a tudo o que quisessem dispor de suas pessoas. Ordena-lhes que entreguem todas as flechas ervadas de peçonha, que tinham, e que era do que mais se podia reçar, no que os míseros obedeceram prontamente; e vendo-os agora desarmados, agarra grande quantidade de bárbaros e, encerrando-os todos em um curral, com guarda suficiente, dá liberdade aos índios amigos que levava (que para fazer mal é cada qual um diabo solto) (ACUÑA, 1641, LXXV, 38).

Notemos que a narração de Acuña revela a crueldade dos portugueses em fazer dos Tapajós seus escravos. Continua Acuña:

E que, em pouco tempo saquearam toda a aldeia, sem deixar coisa nela que não fosse devastada, aproveitando-se, como me contou uma testemunha de vista, das mulheres e filhas dos aflitos presos, à vista de seus próprios olhos; e fazendo coisas que, me assegurou esta pessoa que é bem antiga naquelas conquistas, para não as presenciar, não só deixaria de comprar escravos, mas daria de quebra os que possuía. Não parou aqui a crueldade dos Portugueses, que, como estava em volta com a cobiça de escravos, não ficava satisfeita até ver-se senhor deles. Ameaçam os índios encurralados e tímidos, aterrorizando-os com crueldades novas, para que ofereçam escravos, assegurando-lhes que, com isso, não só ficariam livres, mas também seus amigos, e deveriam entregar a eles as ferramentas e os panos de algodão. Que haviam de fazer os miseráveis, presos, sem armas, saqueadas suas casas, oprimidas suas mulheres e filhas, senão render-se a tudo o que aqueles quisessem fazer? Oferecem mil escravos, mandam procurar os que com o alvoroço da guerra se tinham posto em dobro, e, não podendo juntar mais de duzentos entregam-nos. Com a palavra de que

obterão os restantes, deixam os Portugueses livres aos que, para conseguir isso, ofereciam seus próprios filhos por escravos, como aconteceu muitas vezes. Despacham todos estes para o Maranhão e Pará, que os vi com meus olhos, e satisfeitos da presa, dispõem logo outra expedição mais para dentro do Rio das Amazonas, onde terão sem dúvidas ainda maiores as crueldades, porque são menos pessoas de categoria, que possam estar sob a mão de quem a todos comanda. Com isto ficará o rio tão alvoroçado que, quando sua Majestade quiser que se pacifique, terá enormes dificuldades, ao passo que, ficando como o deixei, com muito pouco trabalho se conseguiria. São estas as conquistas do Pará, este é o tráfico de que se sustentam, esta é a justíssima causa porque todos andam pobres, sem ter um pão para comer. E se não fora pelos serviços que prestaram a ambas as Majestades Divina e humana, resistindo valorosamente ao inimigo Holandês, que várias vezes atacou aquela terra, já nosso Senhor os teria destruído. (ACUÑA, 1641, LXXV, 38).

Este relato do próprio cronista de Pedro Teixeira não é um atestado de bondade à expedição em relação aos povos indígenas, já que sua intenção da compra de escravos silvícolas tinha o objetivo de ter posse desses escravos. Não podemos deixar de lado que em 1639 o então Capitão-mor da Capitania do Cabo Norte, Bento Maciel Parente (1567-1642), enviou seu filho Bento Maciel Filho, para atacar a Aldeia dos Tapajós, dizimando grande parte dos indígenas. Lima (1843) comenta que Maciel Parente tinha ímpeto de ferocidade sobre os índios:

Este chefe indômito e feroz não se cansava de fazer aos Índios guerra de extermínio: perseguia com igual barbaridade aos aliados como os inimigos, os Índios pacíficos como os revoltosos. Debaixo do pretexto de novo projeto de sublevação, prendeu vinte e quatro chefes Tupinambás, e no mesmo dia e hora mandou-os cortar em pedaços pelo Tapuyas, seus implacáveis adversários, servindo-se assim do ódio, que entre si nutriam os Brasileiros, para subjugar e destruir." (LIMA, 1843, p. 119-120)

Assim, a relação de Pedro Teixeira, com sua expedição a Quito, no Equador, em 1637, tem intrínseca relação com o ataque à Aldeia dos Tapajós em 1639, por Bento Maciel. Tempos depois destas incursões, Vieira perguntou a um dos soldados que participou das incursões, bem como das incursões dos dois conquistadores sobre como eles tratavam os índios:

E, perguntando eu a um dos cabos desta entrada, como se haviam com eles, me respondeu com grande desenfado e paz da alma: «A esses dávamos-lhe uma carga cerrada, caíam uns, fugiam outros, entrávamos na aldeia, tomávamos aquilo que havíamos mister, metíamos-los nas canoas e, se algumas das suas eram melhores que as nossas, trocávamo-las e prosseguíamos nossa viagem». Isto me respondeu este capitão como se contara uma ação mui louvável; e assim fala toda esta gente nos tiros que fizeram, nos que lhe fugiram, nos que alcançaram, nos que lhe escaparam, e nos que mataram, como se referiram às festas de uma montaria, e não

importaram mais as vidas dos índios que a dos javalis ou gamos. (SARNEY; COSTA, 1999, p. 67)

Em 22 de junho de 1661, chega à Aldeia dos Tupaius o padre João Felipe Bettendorf, com o objetivo de instalar uma missão. Santos (1974, p. 21) comenta que a instalação foi de “grande importância, pois não tinha só o cunho religioso, mas também o político”. Neste ponto, a questão é definir para qual grupo social a fundação da missão foi de grande importância, já que a catequização de índios implicava a pacificação por meio da dominação e escravização dos nativos por parte dos portugueses. Reis comenta que:

O plano da missão dos Tapajós não compreendia, exclusivamente, a conversão ou ajuda espiritual àquele grupo do gentio local, mas perseguia objetivo territorial muito mais vasto – estendia-se ao mais dilatado sertão [...] A aldeia dos Tapajós, transformada em sede de missão católica passava a servir de cabeça-de-ponte para a penetração a longa distância. Significava, pois, marca política para a expansão que sendo espiritual, não deixava, também de ser política. (REIS, 1979, p. 31).

O estabelecimento da missão significava que até naquele ponto era domínio de Portugal. Assim, a região onde está situada atualmente a cidade de Santarém, no oeste paraense, foi colonizada e submetida às condições de domínio do invasor feitas pelas expedições portuguesas no início do século XVII. Homônima a uma cidade de Portugal, Santarém é banhada pelo rio Tapajós, considerado um dos maiores rios brasileiro em extensão territorial.

Ela possui diversos elementos arquitetônicos históricos, característicos da cultura portuguesa, que demonstram a presença desse povo no local, ao mesmo tempo em que ocorreu o desaparecimento arquitetônico dos povos originários que viviam na região, principalmente o Povo Tupaiu ou Tapajó, obrigados pelos portugueses a assimilarem o modelo organizacional do povo dominador, inclusive se tornando escravizadores de outros povos indígenas, obedecendo aos portugueses que, após dominá-los à base de violência e morte, os obrigaram a servi-los escravizando outros povos indígenas para não serem dizimados por completo (NIMUENDAJU, 1953, p. 54).

No ano de 1661, o Padre Antônio Vieira enviou em missão até o Rio Tapajós e suas Aldeias os missionários Tomé Ribeiro e Gaspar Misseh, que prepararam o caminho para a chegada do missionário luxemburguês Filipe Bettendorff. Assim, no ano de 1661, o Padre Antônio Vieira ordenou ao Padre Bettendorf que promovesse a

fundação da missão de Nossa Senhora da Conceição dos Tapajós que teria como base a Aldeia dos Tapajós (BETTENDORFF, 2010).

Assim, em 22 de junho de 1661 o padre luxemburguês João Felipe Bettendorff, vinculado à Ordem dos Jesuítas, fundou a "Aldeia dos Tapajós", a partir da construção da primeira capela na região, cujo nome ele batizou de Nossa Senhora da Conceição (NIMUENDAJU, 1953). Durante a implantação da vila, uma liderança indígena do povo Tapajó chamada de Maria Moaçara, filha da índia Anna com um português e viúva do chefe dos Tapajó, chamado de Principal Roque, titulada de Principaleza dos Tapajós pelos colonizadores, teve um papel primordial, já que sua condição de liderança a levou a promover diversas negociações com o colonizador, principalmente sob as interlocuções do Padre Felipe Bettendorff.

Contudo, no ano de 1677, o padre jesuíta português Antônio Pereira decidiu ordenar a destruição de um importante símbolo cultural da cultura Tapajó, o Monhangarypy, um corpo mumificado de um antepassado mítico dos povos indígenas da região. A Principaleza Maria Moaçara, embora tenha sido batizada nos princípios da Cristandade, tentou de todas as formas intermediar com o padre uma solução amigável para não ter o símbolo destruído, mas não obteve obter êxito (PRIANTE, 2016).

A povoação portuguesa na Vila tapajoaras de Nossa Senhora da Conceição gerou progresso, o que levou o colonizador português Francisco da Mota Falcão a iniciar a construção de uma fortaleza, finalizada por seu filho, Manoel Mota Siqueira, em 1697. No ano seguinte à fundação da Fortaleza de Santarém, com a escravização e a violência praticada pelos colonizadores portugueses, os últimos integrantes dos povos indígenas Tapajó e Urucucú que habitavam a foz do rio Tapajós foram levados compulsoriamente pelos jesuítas para a Missão de Cumarú, fundada para catequizar os indígenas Arapiuns. Esta missão passa a reunir os povos Arapium, Tapajó, Comandys, Goanacuás, Marxagoaras, Aputiás, Arapucús, Andirágoaris, entre outros (NIMUENDAJÚ, 1953).

Segundo Rodrigues (1875), a partir da Aldeia dos Tapajós outros povoamentos foram fundados, entre eles a Aldeia de Tupinambarana ou Santo Inácio em 1669 no lago Uaicurapá pelo padre jesuíta Antônio da Fonseca e que mudou sua localização em 1737 para o local que atualmente é denominada de Boim; a Aldeia de São José de Matapus em 1722 que nos dias de hoje se chama Pinhel, no município de Itaituba, e foi fundada pelo padre jesuíta José da Gama, que então missionava os indígenas

Arapiuns, e Borary ou Ybyrayb fundada em 1738 pelo padre jesuíta Antônio Pereira, cujo nome atual é Alter-do-Chão).

A Aldeia dos Tapajós foi elevada à categoria de vila em 1758 pelo governador da Província do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, recebendo então o nome de Santarém em homenagem a cidade portuguesa do mesmo nome. Neste mesmo ano, a Aldeia de Borary também foi elevada à categoria de vila, porém, no século XIX, retornaria à condição de freguesia, e no século XX o termo de Vila de Alter do Chão foi restabelecido se mantendo até os dias atuais

Com a extinção da Missão no ano de 1758, logo após a assinatura do Tratado de Madrid, seguida da ordem de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal (1699-1782), de expulsão dos jesuítas do Brasil, e anexada a aldeia a uma nova unidade política, sendo instalada oficialmente a Vila de Santarém, que mais tarde se torna a cidade de Santarém. Sobre a criação da Vila, Santos afirma que:

Efetivamente, a 16 de janeiro de 58 [1658], partiu Mendonça Furtado de Belém [...] Ao subir o grande rio, instalada a vila de Monte Alegre a 27 de fevereiro, Mendonça Furtado passou à aldeia dos Tapajós; aí deixou parte de sua flotilha e, em embarcações menores, subiu o rio Tapajós e foi instalar a vila de Alter do Chão a 6 de março, a de Boim a 9 e o Lugar de Pinhel a 10. Regressando, erigiu a de Vila Franca e, finalmente, a 14, a de Santarém. Todos os novos nomes foram dados a sponete sua [...] (SANTOS, 1974, p. 113).

Naquela época, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1769), seguindo as diretrizes governamentais de seu irmão, o Marquês de Pombal, de aporuguesar civilmente a região amazônica de domínio português, passou a substituir os nomes nativos e religiosos das vilas, por nomes da toponímia lusitana. Fato que ocorreu com a Aldeia do Paru que passou a se chamar Almeirim, Vila de Santo Antonio dos Pauxis, que virou Óbidos, Aldeia dos Tapajós de Nossa Senhora da Conceição, que passou a ser chamada de Santarém, entre outras.

A Missão dos Tapajós era dividida em duas áreas: a zona dos brancos, formada por portugueses e seus descendentes, e a aldeia dos silvícolas. Elas eram delimitadas geograficamente a partir da Igreja construída à época, cujas habitações a leste era de portugueses e a oeste pelos indígenas. Nessa época ainda não se tinha notícias de negros escravizados chegando a Santarém. A Vila possuía uma praça onde estava situada a igreja. A partir dela, três ruas seguiam até a encosta do morro (Figura 1), o

Morro da Fortaleza, e cinco ou seis transversais, a primeira junto à falda de outeiro, que pode ser visto ainda nos dias de hoje.

Figura 1: Casas junto à falda do outeiro, na esquina da Rua Siqueira Campos com a Travessa Francisco Corrêa.



Fonte: Google Street Earth/2018

Nosso registro em 15 de outubro de 2021 revela que as edificações de época localizadas junto a falda do outeiro foram demolidas (Figura 2).

Figura 2: Área após a demolição das casas



Fonte: Arquivo da Autora, 2021.

Já a Aldeia, era desprovida de ruas, possuía apenas veredas invias que recortavam as matas e de habitações apenas palhoças miseráveis (SANTOS, 1974, p. 113-114). As três primeiras ruas traçadas são as atuais Rua Senador Lameira Bittencourt (dos Mercadores), Rua Siqueira Campos (do Castelo) e Rua Wilson Fonseca (Santa Cruz); paralelas a estas surgiram as travessas, sendo em número de

seis. Tinha destaque na nova Vila, três construções: a Fortaleza, a nova Matriz e a antiga Igreja e Colégio dos Jesuítas, edificações localizadas no bairro dos Brancos, também chamado de Centro da Vila. Foi com a criação da Vila que começou a ser feito o traçado da ocupação habitacional do que hoje é o centro histórico de Santarém, sendo ignoradas as estruturas habitacionais da aldeia.

Embora estruturas arquitetônicas prediais estejam ainda em pé até os dias atuais na parte do Centro, não podemos ignorar que os dois bairros compuseram e compõem a paisagem da urbe e permanecem até os dias de hoje – o Centro da Vila ou Branco, atualmente denominado Centro; e a aldeia dos índios, atualmente denominada de bairro Aldeia, com a mesma nomenclatura. Nos tempos atuais, em ambos os bairros encontramos edificações que compõem o patrimônio cultural edificado da cidade.

Historicamente, por volta de 1820, os naturalistas Carlos Frederick Von Martius e John Baptista Von Spix, em passagem pela então Vila de Santarém, assim a descreveram:

Santarém, chamada Tapajós na língua geral, é a vila mais importante de todo o Amazonas, e a sua situação garante-lhe rápido florescimento e opulência, com o progressivo povoamento destas regiões. Está assentada sobre um terreno desigual, que se eleva 12 a 30 pés acima do rio. Diversas filas de casas de um só pavimento formam a rua principal e outras laterais, e apresentam aspecto de asseio e comodidade. A igreja nova, cuja construção ainda não se concluiu, dá ideia de gosto e boas proporções. Tem duas torres baixas, quadradas, estilo muito comum nas províncias do norte do Brasil. Aqui, como nas demais vilas do interior do Pará, as paredes das casas são de pau a pique, barreadas e caiadas de branco. O teto é coberto com telhas côncavas ou com folhas de palmeira. Poucas são as casas que têm fundamentos e alicerces de alvenaria ou tijolos. As salas são espaçosas e às vezes têm portas para a rua no lugar das janelas, porque eventualmente podem vir a servir como armazém. Muitas vezes é grande o número de quartos em fila, os quais, conforme a necessidade, se dividem para moradia de diversas famílias. Os quintais, nos fundos das casas, são separados uns dos outros por muros baixos de barro, e contêm em geral um telheiro, sob o qual se cozinha, e senzalas para a criadagem da casa, quase sempre índios, sendo raros os pretos ou mulatos. Em vez de vidraças, veem-se por toda a parte somente venezianas de madeira ou de trançado fino. O chão raras vezes é assoalhado; em geral é coberto de tijolo, ou, nas casas mais pobres, é de terra batida. As portas consistem, quase por toda a parte, em dois batentes, cada um dos quais é feito de uma só tábuca. As paredes são caiadas de branco ou de amarelo com tabatinga, tirada de enormes jazidas nos rios; para melhor ligar esse material, amassa-se não somente com água, mas também com uma parte do leite viscoso da sorveira, árvore da família das apocináceas (*Collophora utilis* Mart) (SPIX e MARTIUS, 1871 – 1820, p.139-140).

Por volta de 1843, Santarém recebeu visita de famosos cientistas, como Alfred Russel Wallace, Henry Bates e Richard Spruce. Há deles relatos da Santarém em seus primeiros dias de cidade. Wallace assim se expressa (*apud* CANTO, 2015):

Afinal, após prolongada viagem de 28 dias, alcançamos Santarém, na barra do rio Tapajós, cujas águas, muito azuis e muito transparentes, formam nítido e agradável contraste com as túrbidas águas do Amazonas./.../ A cidade de Santarém está colocada em lindo local, num declive, na barra do Tapajós, com uma linda praia arenosa e uma pequena colina em uma de suas extremidades, ali existindo uma fortaleza, de paredes de barro, dominando as proximidades do Amazonas.

As casas são limpas e as ruas regulares; mas, não havendo ali veículos de roda e sim apenas alguns cavalos, estes pastam à vontade nas ruas, que são cobertas de ervas e de relvas. A igreja, com as suas duas torres, é um edifício bonito e notável. As casas, em sua maioria, são pintadas de branco ou de amarelo, e os portais, das janelas e das portas, são pintados de um verde muito vivo.

No porto, não há desembarcadouro, ou cais, sendo as cargas descarregadas para as montarias, de modo que dificilmente podeis alcançar terra, sem molhardes os pés ou o calçado. As praias estendem-se muitas milhas, para baixo ou para cima da cidade, e é ali que se fazem todos os serviços de lavagem de roupa da localidade, vendo-se os linhos estendidos na areia quente, o que produz um agradável espetáculo. Durante todas as horas do dia, veem-se ali inúmeros banhistas.

Os filhos dos índios e dos negros nadam como peixes. Nos fundos da cidade, há extensos campos arenosos, onde se veem espalhados cajueiros, mirtáceas e muitas outras árvores ou arbustos, havendo, logo adiante, uns morros baixos, alguns desnudos e outros cobertos de mato denso. O comércio local consiste principalmente na exportação de castanhas, salsaparrilha (que é a melhor do Amazonas), farinha, peixe salgado, sendo alguns desses artigos obtidos dos índios mundurucus, industriosa tribo que habita o rio Tapajós. (WALLACE, 2015, p. 184-185).

Já Bates teve a seguinte impressão:

A cidade vista do rio é limpa e elegante. É composta de três ruas compridas cortadas perpendicularmente por outras mais curtas, e conta com cerca de 2.500 habitantes. Fica situada na foz do rio Tapajós e é dividida em duas partes – a cidade e a aldeia. As casas pertencentes aos brancos e aos comerciantes são solidamente construídas, tendo muitas delas dois ou três pavimentos e sendo todas caiadas e cobertas de telhas. A aldeia, onde vive – ou vivia antigamente – a população indígena, consiste quase que exclusivamente de choupanas de barro, cobertas de folhas de palmeiras. A localização da cidade é muito aprazível (BATES, 2000).⁴

⁴ Tradução livre para: “The town has a clean and cheerful appearance from the river. It consists of three long streets, with a few short ones crossing them at right angles, and contains about 2500 inhabitants. It lies just within the mouth of Tapajos, and is divided into two parts, the town and the aldeia or village. The houses of the white and trading classes are substantially built, many being of two and three stories, and all white-washed and tiled. The aldeia, which contains the Indian portion of the population, or did so formerly, consists mostly of mud huts, thatched with palm leaves. The situation of the town is very beautiful. (BATES, 2000)

Já no ano de 1860, Belmar em visita à cidade descreveu: “é enfeitada com elegantes casas perfeitamente alinhadas. Podemos até notar vários edifícios construídos com uma espécie de luxo, uma igreja catedral que é a mais bonita da província, um hospital, um chafariz, uma casa comum.” (BELMAR, 1861, p.151)⁵.

No ano de 1872, o naturalista João Barbosa Rodrigues em visita a Santarém também expressou suas impressões sobre Santarém:

A cidade de Santarém está situada na margem direita do rio Tapajós, quasi na confluencia do mesmo com o Amazonas [...] os dias são alegre, seu alvorecer é lindo e as suas tardes soberbas. [...] Compõe-se a cidade de cinco ruas papallelas ao rio, cortadas por oito travessas em angulos rectos, embelezada por um largo e duas praças, comprehendendo 300 casas, das quaes 12 são sobrados e 65 de palha, todas bem edificadas, se bem que algumas antigas e de rotulas e postigos. Contam-se entre ellas 36 lojas de fazendas e tavernas, 4 padarias, 1 botequim, 1 typogrphia, 1 bilhar, 3 quitandas, 3 açougues, 3 boticas, 1 ferraria, 1 funilaria, 1 relojoaria, 2 lojas de alfaiates, 4 marcenarias, 1 saboaria, 1 armazem de secos, 2 ourivezarias, 5 sapatarias e 1 fábrica de cal, etc., além de 26 regatões ou commercio ambulante para o interior (RODRIGUES, 1875, p. 6,7).

Com base nesses registros, percebemos que as construções históricas que constituem o patrimônio edificado de Santarém surgem a partir de 1820. No relato da viagem de Spix e Martius, sobre as edificações da cidade, a igreja de Nossa Senhora da Conceição é a mais antiga e a primeira edificação da cidade que compõe seu acervo patrimonial arquitetônico. A igreja tem características do estilo colonial português, construção de alvenaria de pedra e cal, espessas paredes e aberturas com vergas em arco abatido. Atribui-se o projeto da igreja a Giuseppe Antônio Landi, conhecido no Brasil como Antônio José Landi (1713-1792). Sua construção foi iniciada em 1761, na Praça Monsenhor José Gregório, cem anos depois da chegada do Padre Felipe Bettendorff em Santarém e da construção da primeira capela da cidade, e finalizada em 1881, depois que a torre esquerda colapsou em 1851 e em seguida a da direita.

Outra edificação que compõe o patrimônio arquitetônico da cidade com datação de mais de um século é o sobrado denominado Solar do Barão de Santarém (Figura 3). Não se sabe ao certo o período de construção. Provavelmente posterior a 1848, pois as edificações nesse ano possuíam até dois pavimentos, e o solar possui três,

⁵ Tradução livre para: “La ville est aujourd'hui ornée d'élégantes maisons parfaitement alignées. On y remarque même divers édifices construits avec une sorte de luxe, une église cathédrale qui est la plus belle de la province, un hôpital, une fontaine, une maison commune (BELMAR, 1861, p. 151).

conforme evidencia Santos: “aquelas três ruazinhas da roça, cheia de casinhas baixas e modestas, [...] no centro da vila, agora já ostentavam bons prédios de alvenaria, alguns com dois pavimentos” (SANTOS, 1974, p. 209).

Figura 3: Solar do Barão de Santarém, na Praça do Pescador, na Avenida Senador Lameira Bittencourt, nº 145, construído entre 1820 e 1860, de propriedade de Miguel Antônio Pinto Guimarães, o Barão de Santarém.



Fonte: Arquivo da Autora/2016.

Em 1859, passou por Santarém o alemão Robert Avé Lallemand, que descreveu a cidade como capaz de surpreender os que entravam “pela primeira vez na embocadura do rio e fundeiam a alguma distância da cidade. [...] Na margem estende-se bonito renque de casas, sólidas e grandes, de alvenaria e entre elas uma apalaçada (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 75-76, *apud* ARAGÃO, 2009, p. 81). Fonseca também resgata a narrativa de Avé-Lallemand e descreve a casa apalaçada:

A casa, à margem do Tapajós, é magnífica apresentando no andar térreo sete janelas de frente. Sucediam-se os aposentos limpos, bem mobiliados; na sala de visitas via-se até um piano vertical. Tudo muito arranjado; e sem a criadagem fusca na casa, julgar-se-ia não estar no Brasil, para não falar no Tapajós (FONSECA, 1996, p. 983).

De acordo com o relato de Avé-Lallemand, pressupõe-se que a edificação data da segunda metade do século XIX, considerando que Santos (1974) afirma que até 1848 as edificações possuíam até dois pavimentos. Outra edificação histórica que também se tem registro é o prédio da Câmara (Figura 4), hoje Centro Cultural João Fona (Figura 5). João Barbosa Rodrigues, assim a descreveu no ano de 1872:

A casa da camara é um bonito edifício, espaçoso, tendo no frontespício quatro columnas, que formam um peristyllo para onde sobe por uma escadaria que o rodeia, e que dá entrada por tres portas, tendo duas janelas de cada lado. Divide-se da cadêa, que está no mesmo edifício, por um pateo quadrado, rodeado de columnas quadrangulares. Contém este quatro grandes, arejados e limpos compartimentos, onde actualmente existem 18 presos e condemnados, e um louco. Foi começada a construção em 1853 e terminada em 1867. (RODRIGUES, 1875, p, 8).

Figura 4: Prédio construído entre os anos de 1853 e 1868 foi sede da Intendência de Santarém, e Câmara do Município de Santarém até 1991, quando foi transformado em Centro Cultural João Fona.



Fonte: Acervo do Instituto Cultura Boanerges Sena. Publicado no blog de Ignácio Ubirajara Bentes de Sousa Neto/2019. Em: <http://ignacioneto.blogspot.com/2019/05/santarem-1910.html>

Atualmente, após processos de reforma e restauração, o prédio se encontra em estado de boa conservação (Cf. Fig. 5)

Figura 5: O estado atual do Centro Cultural João Fona, na Avenida Tapajós, em Santarém, Pará



Fonte: Arquivo da Autora/2020

Além dessas edificações, existem outros exemplares que compõem o patrimônio histórico da cidade: Solar dos Campos, Solar dos Brancos, Casarão

Tapajônico, antiga Casa Elza, Capela de Nossa Senhora dos Mártires, Igreja Nossa Senhora da Saúde em Alter do Chão, entre outras.

É possível identificar através dos exemplares arquitetônicos ainda existentes e de outros já demolidos, como os prédios “O Castelo” (Figura 6) e “Villa Paraizo” (Figura 7), que na cidade de Santarém não há uma política de preservação do patrimônio histórico local além de baixo zelo de manutenção e preservação dos prédios históricos da cidade, despreocupação com a memória urbana, e insipiente educação ou valorização do patrimônio arquitetônico e cultural, mesmo que essa preservação implique no fortalecimento do turismo na cidade.

Figura 6: Hotel Mocarongo e Loja “O Castelo” localizados no mesmo Prédio, na antiga Rua João Pessoa, atual Rua Senador Lameira Bittencourt. O hotel já hospedou ilustres do País como Mário de Andrade, foi demolido em 1982, após decisão judicial em Santarém.



Fonte: Acervo do Instituto Cultura Boanerges Sena. Publicado no blog de Ignácio Ubirajara Bentes de Sousa Neto/2019. Em: <http://ignacioneto.blogspot.com/2016/02/santarem-o-castelo.html>

Figura 7: Villa Paraizo, localizada na rua Floriano Peixoto, esquina com a Travessa 15 de Agosto. Nesta casa nasceu no ano de 1912 o maestro santareno Wilson Dias da Fonseca.



Fonte: Acervo do Instituto Cultura Boanerges Sena. Publicado no blog de Ignácio Ubirajara Bentes de Sousa Neto/2019. Em: <http://ignacioneto.blogspot.com/2019/05/santarem-1910.html>

A perda com as destruições, sejam aquelas causadas por intervenção humana, sejam aquelas geradas por ação das intempéries do tempo, devido à falta de

manutenção, relaciona-se principalmente com a perda da memória da evolução urbana e com o esvaziamento do cenário estético arquitetônico que poderiam ser mais diversos e ricos culturalmente. Isso repercute de maneira prejudicial no processo de fortalecimento das políticas de preservação do patrimônio histórico local, sendo difícil de obter o apoio da coletividade para a preservação e manutenção dos bens patrimoniais edificados, pois sem o cuidado com o bem imóvel, sem divulgação e sem educação patrimonial, a importância que esses bens têm para sociedade santarena e amazônica se perde, no seu valor histórico, econômico, turístico e na conservação da memória coletiva de sua própria história.

Dessa forma se faz necessário despertar o sentimento de pertencimento dos habitantes, fazendo com que ao tomar conhecimento da história busquem preservá-la. E assim possam construir lugares de memórias a partir e por meio das memórias dos lugares, explicitando que o patrimônio histórico não está relacionado somente ao passado e à memória, mas com a vida das pessoas que ali habitam (HEIDEGGER, 1954).

A edificação de imóveis não faz sentido sem a edificação de memórias, ou seja, não é possível dar existência a um espaço, ocupando-o com estruturas materiais sem a condição transcendental do habitar, ou seja, a condição de se dar sentido e significado memorial, identitário e cultural ao lugar onde se transforma em ocupação pela força do enraizamento no espaço. É neste sentido que vamos coletar informações dos moradores do Centro Histórico de Santarém, para compreender a extensão do passado até o presente, por meio da memória de lugares, aqueles que já foram significativos por conta da ocupação e aqueles que perderam significado, pela força de seu esvaziamento de edificações históricas.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Nossas investigações estão voltadas para a questão do Patrimônio Cultural Histórico e Arquitetônico de Santarém. Nessa perspectiva, concentramos o foco da pesquisa no espaço geográfico conhecido como Centro Histórico de Santarém, considerado o lugar de fundação da cidade. Atualmente, o Centro Histórico de Santarém não se estende ao bairro Aldeia, que também é parte originária da fundação da cidade, mas que guardam raros resquícios arquitetônicos de seus habitantes, dado que as casas ali construídas costumavam ser de palha e ogre, demolidas à medida que a cidade foi se constituindo centro urbano ao longo de quatro séculos, e suas adjacências sendo anexadas ao centro para servir de lugar propício à construção de habitações brancas.

Por essas razões, as investigações nos exigiram a escolha de ferramentas metodológicas e de teóricas que nos habilitam a pensar a região a partir de suas especificidades. Nossa arquitetura didática da pesquisa implicou abrir espaço metodológico para que os próprios moradores da região pesquisada fossem os interlocutores de si mesmos na construção de um olhar científico, cultural, memorial, arquitetônico e artístico de Santarém. Por esta razão, organizamos nossa pesquisa conforme critérios e orientações que seguem.

3.1 Quanto ao procedimento

O percurso metodológico utilizado para a realização da pesquisa tem característica predominantemente exploratória, o que nos possibilita uma maior familiaridade com o problema. Segundo Gil (2008 p.27), nesse tipo de pesquisa a coleta de dados é feita através de levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes em relação ao assunto, visitas às instituições, dentre outros.

Tem enfoque qualitativo que segundo Lakatos e Marconi “desenvolve-se numa situação natural, oferecendo riqueza de dados descritivos, bem como focalizando a realidade de forma complexa e contextualizada” (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 302). Corroborando com essa concepção Goldenberg (*apud* LAKATOS; MARCONI 2017, p. 303) afirma que nesse tipo de pesquisa se pressupõe não se ter regras definidas sobre os métodos de pesquisa qualitativa, isto se dá pelo fato de que cada

entrevista ou observação é única, dependendo do tema, do pesquisador e dos entrevistados.

A metodologia que norteou a coleta e sistematização de dados auxiliou na identificação dos patrimônios edificados existentes na cidade *locus* da pesquisa. Em nossa perspectiva, a opção por uma análise qualitativa se dá por se ter a convicção de ser ela a mais apropriada para um estudo de natureza social.

Para compor os instrumentos metodológicos, conforme Lakatos e Marconi (2017), o ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento de dados, em uma pesquisa bibliográfica e, em nosso caso, propõe-se ainda um levantamento acerca de legislação sobre patrimônio. Dessa forma, iniciamos com a análise da literatura pertinente para sustentação dos argumentos que foram desenvolvidos a respeito de cultura, memória, identidade, patrimônio cultural e arquitetônico e outros conceitos que se relacionem à pesquisa.

Em relação à pesquisa documental, pretendeu-se como pesquisa histórica buscar a compreensão da formação e do desenvolvimento da região onde se situa Santarém, tendo em conta as circunstâncias sociais e econômicas, além de físico-espaciais ocorridas desde o período da colonização até os dias atuais, com base nas informações obtidas através dos registros históricos, reproduções de imagens, artigos de jornal, mapas, leis urbanas, códigos de posturas municipais e documentos disponíveis em arquivos públicos, bibliotecas particulares e municipais.

Na sequência, embasado pela pesquisa documental e pelo reconhecimento preliminar físico de algumas edificações que a pesquisa prévia ao campo nos ajudou com seus dados de registros históricos e fotográficos, fizemos uma pesquisa de campo, no formato de entrevista para coletar narrativas sobre as histórias junto às pessoas mais idosas, que vivem no Centro Histórico de Santarém, e assim analisar a relação entre as recordações memórias das pessoas e os lugares do Centro Histórico que possuem edificações, possibilitando produzir um conhecimento plausível que possibilite responder a questão científica que norteia nossa pesquisa, a saber: *o resgate da memória social e a realização do inventário são contribuições necessárias à preservação e salvaguarda dos bens patrimoniais edificados?*

Nesta parte da pesquisa, adotamos a História Oral como procedimento metodológico de coleta das informações que uma narrativa possa trazer para os objetivos da investigação. As entrevistas foram feitas junto aos moradores do centro histórico para analisar suas narrações sobre memória e correlacionar com arquitetura

e patrimônio cultural sobre as edificações com relevante valor histórico, descaracterizadas ou não, pertencentes ao período da colonização portuguesa e durante a república.

Dentre as edificações apresentadas em formulário para os entrevistados, selecionamos as mais pontuadas para fins de inventariação. Neste ponto, observamos as teorias e definições do historiador Alois Riegl, e dos arquitetos Júlio Curtis e Júlio Katinsky, atribuindo valores às edificações identificadas, para que atendam, simultaneamente, ao valor arquitetônico, à materialização do patrimônio; ao valor histórico, à memória coletiva da cidade e ao valor artístico – da representação da arte através dos elementos da arquitetura (FLÔRES, 2016).

Neste sentido, fizemos o uso de uma tabela de valores, que foi incluída no questionário dirigido aos entrevistados. Assim, por esta tabela cada edificação, pode ter a pontuação mínima de 30 (trinta) pontos e máxima de 150 (cento e cinquenta) pontos na somatória total de cada entrevistado. Ou seja, planejamos inventariar somente as edificações mais valoradas pelos entrevistados, especificamente, as edificações que obtiveram de 120 (cento e vinte) à 150 (cento e cinquenta) pontos, por entendermos que, dada as pontuações às edificações recordadas e dados os critérios para a pontuação, as edificações mais valoradas representam o sentimento de pertencimento que a sociedade tem em relação a esse objeto.

Os dados das edificações foram registrados em um formulário de inventariação (apêndice 1), desenvolvido por nós com base no “Roteiro investigativo e registro de patrimônio cultural, histórico, natural e memória local” (anexo 8), elaborado e validado em pesquisas realizadas pelo Programa de Extensão Cultura, Identidade e Memória na Amazônia, do Centro de Formação Interdisciplinar, da Universidade Federal do Oeste do Pará, coordenado pelo professor e pesquisador Itamar Rodrigues Paulino (SIGPROJ, 2013).

Nosso formulário também está baseado no modelo de inventariação publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no ano de 2007. O Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos – INBISU é resultante de um trabalho sistemático para levantamento e organização de informações que caracterizam sítios urbanos como bens culturais. Atualmente, o sistema adotado pelo IPHAN é o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG, um instrumento que integra dados sobre patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material e reúne em uma única base informações sobre cidades históricas, bens móveis e

integrados, edificações, paisagens, arqueologias, patrimônio ferroviário e outras ocorrências do patrimônio cultural no Brasil.

O SICG é constituído por um conjunto de fichas agrupadas em três módulos: Conhecimento, Gestão e Cadastro. Cada módulo corresponde a uma esfera de abordagem do patrimônio cultural e possui fichas estruturadas de acordo com o objetivo do inventário. Os módulos foram idealizados de forma a permitir uma abordagem ampla do patrimônio cultural, trabalhando desde grandes recortes temáticos ou territoriais até unidades individuais, partindo do geral para o específico.

No caso de nosso modelo técnico, após estudos e adequações realizadas em nosso formulário, o inventário das edificações de Santarém atende ao registro dos seguintes dados: identificação do endereço, ano de construção, uso e importância histórica; registro fotográfico, levantamento físico e técnico da edificação.

Quanto aos materiais necessários, utilizamos: câmera fotográfica para realizar os registros de imagem que compõem o aporte da pesquisa, material de escritório de arquitetura e engenharia, trena para levantamento arquitetônico das edificações e aplicativo para elaboração dos desenhos gráficos de plantas de fachada, situação e localização das edificações inventariadas.

3.2 Quanto aos instrumentos de coleta de dados e os sujeitos da pesquisa

Costa e Costa (2019, p. 21) afirmam que “coletar dados é um processo de obtenção de dados, por meio de instrumentos específicos, para uso em pesquisas.” Para isso, consideramos quais são os objetivos da pesquisa, a fim de que essa escolha dos instrumentos seja feita de forma satisfatória. Para a realização da pesquisa utilizamos as seguintes técnicas de coleta de dados: visita exploratória; observação não participante; entrevista estruturada e semiestruturada por meio da história oral.

A visita exploratória objetiva a compreensão do fenômeno para planejar a operacionalidade do estudo. Através das visitas a campo realizamos os levantamentos físicos e fotográficos dos bens patrimoniais com valor histórico, arquitetônico e cultural. Na observação não participante tem-se contato com a realidade que está sendo estudada, mas sem integrar-se a ela (LAKATOS; MARCONI, 2017), o que contribui para a identificação das construções históricas objeto da

pesquisa. Sendo realizada no ambiente natural, essa observação não participante permite a percepção do não verbal e daquilo que é revelado.

A história oral investiga os fatos e acontecimentos registrados na memória de pessoas, através dela é possível a reconstituição de um período ou evento histórico por meio das pessoas envolvidas, ocupando-se do que é significativo para a compreensão de determinada sociedade (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 317). A entrevista, segundo Costa e Costa segue um roteiro de perguntas abertas previamente estabelecido pelo pesquisador, e não deve sofrer adaptação ou alteração após a confirmação da testagem das perguntas (COSTA; COSTA, 2019).

A entrevista é um instrumento estratégico por ser um recurso apropriado para coleta de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado e, também para obter um maior detalhamento do assunto em questão, geralmente, na exposição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e para fazer investigações comparativas entre casos (MINAYO, 2007).

Como instrumento de coleta de dados, a fase de entrevista será uma etapa fundamental para o êxito da pesquisa. Em termos práticos, esperamos que na entrevista, a pessoa revele ao seu modo sua forma de compreender e ver o patrimônio cultural, de acordo com os momentos que marcaram a história da cidade e a história de sua vida, não necessariamente levando em consideração os lugares que ocupam, mas percebendo o sentimento de pertencimento e a vontade de contribuir para a preservação do patrimônio cultural de Santarém.

Ainda em nossa investigação, fizemos uso na entrevista do método da história oral, que é tomada como base para a compreensão do passado, juntamente com documentos escritos e outros tipos de registros. É um método que produz dado por meio de um estímulo ao entrevistado, já que o pesquisador faz perguntas ao entrevistado, e este relata fatos sobre o passado, suas opiniões, sua maneira de pensar e agir.

Quanto aos sujeitos da pesquisa, na seleção dos entrevistados, estão os idosos porque vivenciaram fatos do passado (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 318). O sujeito da pesquisa ou participante é um indivíduo, voluntário que aceita contribuir com o estudo na condição de entrevistado, de emissor de fonte de dados. Sua participação é concretizada, após a assinatura do TCLE – termo de consentimento livre e esclarecido (anexo 1). Em nosso TCLE constam informações dos objetivos, o desenho

metodológico, os riscos e benefícios do estudo, assim como contatar o pesquisador, para se dirimir dúvidas e prestar mais informações sobre a pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 318). Na pesquisa previmos o universo de 10 (dez) pessoas que residissem há mais de 30 (trinta) anos na área objeto de estudo. As mudanças dos últimos anos na região central, focadas na mudança de destinação ocupacional das residências para prédios comerciais, factualmente limitaram o número de pessoas residentes a mais de trinta anos nessa região da pesquisa.

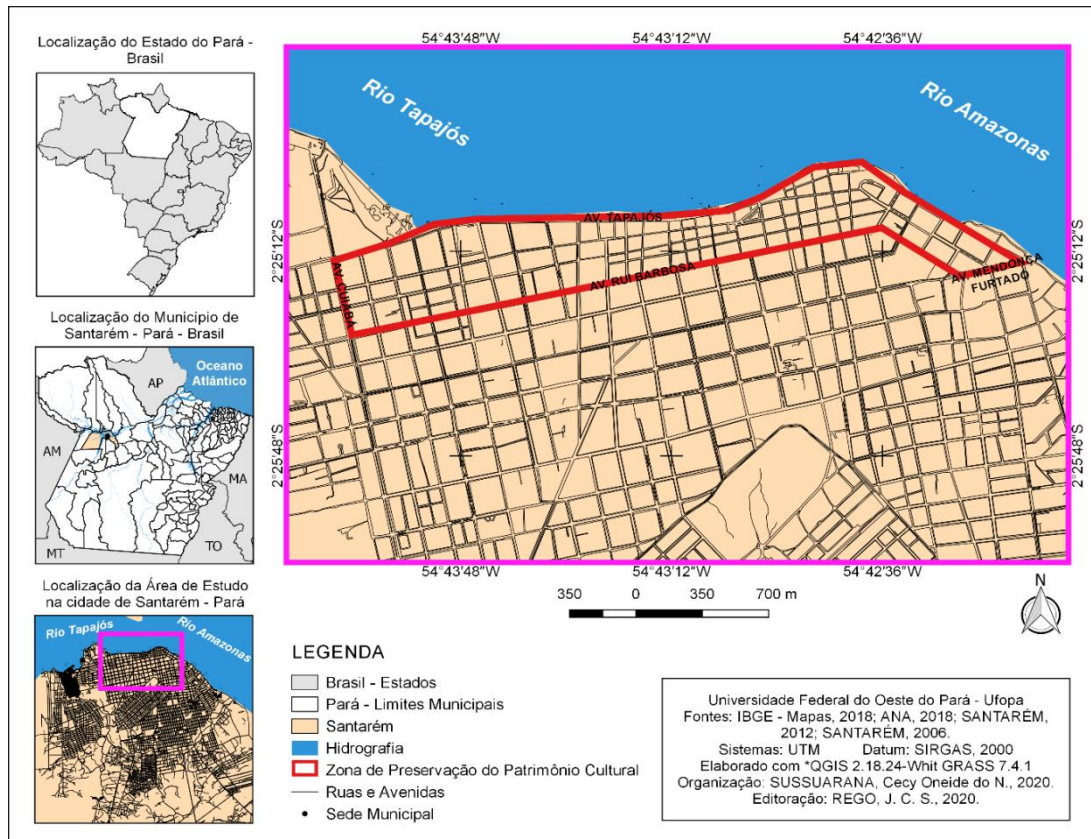
Os sujeitos da pesquisa, tiveram então acesso ao questionário desenvolvido por nós (apêndice 2), contendo a petição de dados pessoais como sexo, moradia, tempo de moradia no local, lembranças e memórias dos entrevistados sobre a área objeto de estudo e a importância da preservação do bem patrimonial arquitetônico. As respostas foram analisadas, seguindo a composição dos objetivos e buscando pontos que pudessem responder a nossa questão científica.

3.3 Local e período da pesquisa

O lócus da pesquisa é Santarém, situada na região oeste do Estado do Pará, tornada cidade pelos portugueses na primeira metade do século XVII, embora os registros de habitação no local sejam de antes da chegada dos portugueses no século XIV, pois é preciso considerar que o local fora território de diversas populações originárias, entre elas os tapajós, os mundurucus, os Arapiuns e os boraris. O recorte territorial escolhido para desenvolver o estudo é a Zona de Preservação ao Patrimônio Cultural – ZPPC do município de Santarém/PA (Figura 8), definida na Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar nº 007/2012), onde existem edificações que compõem o patrimônio histórico edificado (Figura 8). A pesquisa de campo foi desenvolvida no período de julho a agosto de 2022, quando foram feitas as entrevistas, e identificadas as edificações inventariadas para a composição final da presente pesquisa.

Conforme o Plano Diretor lei nº 20534 de 2018, a cidade de Santarém foi dividida em cinco zonas territoriais urbanas: Zona Norte, Zona Central, Zona Leste, Zona Oeste e Zona Sul. Sendo a zona urbana da área em estudo, o centro histórico, no bairro Centro disposto na Zona Norte. No Bairro Centro de Santarém é onde encontramos a maior parte dos acervos dos bens patrimoniais, já que esse sítio é considerado historicamente o núcleo inicial da cidade (Figuras 9 e 10).

Figura 8: Mapa Zona de Preservação ao Patrimônio Cultural – ZPPC do município de Santarém/PA

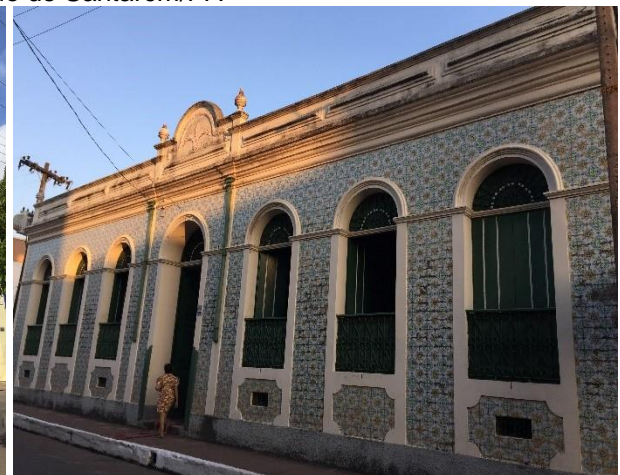


Fonte: IBGE – Mapas 2018; ANA 2018. Organização da autora/2021.

Figuras 9 e 10: Edificações históricas localizadas na Zona de Preservação ao Patrimônio Cultural – ZPPC do município de Santarém/PA



Fonte: Imagem da autora, 2019.

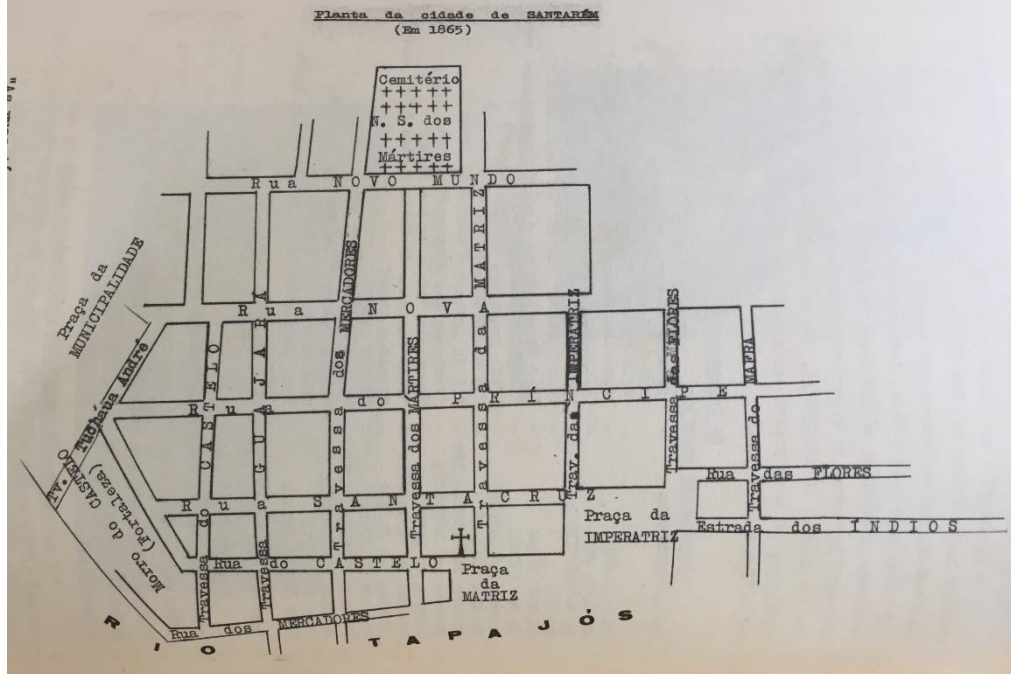


Fonte: Imagem da autora, 2019

A escolha dessa área como objeto de pesquisa se deu pelo fato de ser ela o núcleo formador da cidade e estar concentrado o maior número de edificações com valor arquitetônico, histórico e cultural do município de Santarém (Figura 11). Além disso, é o ambiente onde todos que moram ou visitam a cidade percorrem, sendo

assim, núcleo onde a circulação de moradores locais/e ou turistas permite o contato com as edificações, e a percepção do contexto arquitetônico e histórico da área.

Figura 11: *Fac-símile* Núcleo formador da cidade – Planta da cidade de Santarém, 1865.



Fonte: Fonseca, 2006

Conforme pode ser observado na figura 11, da cidade por volta de 1865, eram quatro ruas no sentido paralelo ao rio e estavam delineadas com duas largas avenidas, uma denominada Rua Nova, que com a promulgação da Constituição de 1891, passou a ser chamada de Rua da Constituição, e com a morte do estadista brasileiro Ruy Barbosa em 1923, passou a se chamar oficialmente avenida Rui Barbosa; e a outra era a rua Novo Mundo, que depois recebeu a denominação de avenida São Sebastião, devido a ela iniciar-se nas proximidades da capela do Santo Padroeiro do bairro da Prainha. Das travessas seculares, apenas a travessa dos Mártires mantém seu nome inalterado.

O nome foi dado por ser essa artéria a via que levava e leva ao cemitério Nossa Senhora dos Mártires, Tanto a travessa, quanto o cemitério, receberam essa nomeação por conta do percurso feito desde a orla do rio Tapajós até o cemitério, para se realizar exéquias e enterro dos mortos mártires e heróis durante o conflito da Cabanagem, ocorrido em 1834, em Santarém (FONSECA, 2006, p. 11-12).

3.4 Procedimentos éticos

Elaborou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE (anexo 3), instrumento pelo qual os participantes expressaram o seu consentimento para participação na pesquisa. Através desse termo, o entrevistado declarou que recebeu de forma clara e por escrito, as informações sobre a justificativa, os objetivos e os procedimentos metodológicos que serão utilizados no estudo, e ainda sobre de que forma acontecerá a entrevista. O TCLE foi impresso em duas vias, sendo uma do participante da entrevista e a outra será arquivada, definindo-se um período de 5 anos para essa guarda, após esse período o material será destruído pela pesquisadora. Além disso, para divulgação do nome dos entrevistados, solicitou-se autorização, todos autorizaram a divulgação de seus nomes; o entrevistado foi questionado se autoriza a gravação para que depois possa ser transcrita e após isso apagada. É de responsabilidade da pesquisadora manter em sigilo e segurança os dados coletados, assegurando a confidencialidade dos participantes no estudo.

3.5 Procedimentos de biossegurança

Com a finalidade de minimizar os potenciais riscos à saúde e a integridade dos participantes da pesquisa, do orientador e da pesquisadora, a coleta de dados obedeceu a procedimentos de biossegurança. Segundo orientações do Brasil (2010, p. 15) a biossegurança envolve um “[...] um conjunto de ações destinadas a prevenir, controlar, mitigar ou eliminar riscos inerentes às atividades que possam interferir ou comprometer a qualidade de vida, a saúde humana e o meio ambiente [...]”. Sendo assim, adotou-se medidas necessárias de segurança em razão de ainda estarmos convivendo com o contágio do Coronavírus (Covid-19). Dessa forma, a pesquisadora seguiu as orientações das medidas individuais contidas no “Protocolo de biossegurança para retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino”, publicado pelo Ministério de Educação (BRASIL, 2021. p.15)

3.6 Análise dos Dados coletados

As narrativas memoriais feitas pelos entrevistados a partir de provocações por meio de um questionário previamente elaborado foram analisadas com base no

ajuntamento de resposta de cada questão, para que pudéssemos ter a precisão da leitura dos dados por meio do discurso narrativo das pessoas entrevistadas. Esse modelo de análise permite destacar quais lembranças memoriais a maioria dos entrevistados está apresentando, e as respostas mais sincronizadas entre sujeitos entrevistados, bem como apresentar detalhes que algum entrevistado tenha apresentado, sem necessariamente ter sido lembrado pelos outros entrevistados. É da análise das entrevistas, com a manifestação expressa dos entrevistados e grau de valoração, que selecionamos os edifícios a serem inventariados.

Nós temos ciência de que o patrimônio arquitetônico contribui com a vida humana. A ele é atrelado um caráter histórico-social e propicia o entendimento da cidade de forma holística. Assim, preservar os bens patrimoniais edificados além de contribuir para a compreensão da cidade, ajuda na construção da memória urbana, e faz com que esta seja resguardada de maneira sólida através das construções mais antigas, uma vez que expressam a cultura, as características e as singularidades de uma determinada época e de sua sociedade.

Consideramos importante a inventariação dos edifícios citados e mais valorados pelos entrevistados durante suas narrações, porque ela reforça a preservação da memória, da identidade e o sentimento de pertencimento a uma sociedade. O inventário faz com que a história seja perpetuada por meio da preservação da arquitetura e através dela que as cidades sejam preservadas, além de valorizar o que o memorial dos idosos entrevistados apresentou como paisagem de lugar de memória.

Assim, com a realização do inventário após a coleta de quais edifícios deveriam entrar no escopo do inventário a partir das entrevistas, se busca proteger informações sobre as peculiaridades de bens patrimoniais de interesse sociocultural, sejam eles materiais ou imateriais, que servem com elementos identificadores de memória coletiva da sociedade de um modo global ou de um determinado lugar. Isto certamente caracteriza de forma autônoma e autoaplicável a preservação do bem patrimonial edificado. A realização do inventário é de imenso valor, uma vez que é um instrumento administrativo de salvaguarda de bens que são referência cultural, pois contribui para que sejam planejadas e executadas ações que pretendem evitar a destruição dos bens, dessa forma visa preservar os suportes de memória coletiva.

3.7 Perfil dos entrevistados

No processo de definição dos procedimentos metodológicos de nossa pesquisa delimitamos como critério de seleção dos entrevistados, que estes residam há mais de trinta anos na área denominada de Centro Histórico do município de Santarém/PA, área identificada na figura 08.

Inicialmente seriam realizadas entrevistas com dez pessoas (100%), que residam na área há mais de 30 anos, no entanto, só foi possível entrevistar oito pessoas (80%), pois duas (20%) tiveram problemas de saúde, uma sofreu um acidente vascular cerebral e a outra problema cardíaco, e ficaram impossibilitadas de participar. As pessoas entrevistadas possuem idade entre 50 e 83 anos, sendo três (37,5%) do sexo feminino e cinco (62,5%) do sexo masculino. O tempo de moradia na residência varia entre 75 e 50 anos, conforme tabela 01. Outros dados identificadores do perfil referem-se à escolaridade, seis (75%) possuem ensino superior e dois (20%) nível médio. Todos os entrevistados autorizaram a identificação de seus nomes, conforme consta no TCLE (anexo 3), para fins de organização, usaremos as iniciais, conforme tabela 02.

Tabela 1 - Demonstrativo de entrevistados e tempo de moradia na edificação

TEMPO DE MORADA (anos)	QUANTIDADE DE ENTREVISTADOS	%
75	1	12,50
69	1	12,50
65	1	12,50
60	1	12,50
55	1	12,50
51	1	12,50
50	2	25,00
TOTAL	8	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 2 - Relação de entrevistados e iniciais.

NOME	INICIAIS
Antônio Lisboa Paixão	A.L.P
Gina Cinthia Carneiro do Valle	G.C.C.V
Giovanna Litz Carneiro do Valle	G.L.C.V
João Davi Calderaro Miléo Câmara	J.D.C.M.C
José Agostinho Fonseca	J.A.F.
Márcia Regina Bemerguy Queiroz	M.R.B.Q
Raimundo Guilherme Miléo	R.G.M.
Renato Aurélio Carvalho Sussuarana	R.A.C.S.

Fonte: Dados da Pesquisa

3. 8 Instrumento para o registro de relatos e coleta de informações em campo


Para a pesquisa de campo utilizou-se um questionário semiestruturado, elaborado a partir de dois eixos, sendo um identificador das pessoas entrevistadas, onde se abordou perguntas objetivas, que embasaram a descrição do perfil do entrevistado; e um com perguntas abertas relacionadas a patrimônio histórico, identidade e memória, sendo este de forma qualitativa. As pesquisas foram realizadas no período de julho a agosto de 2022. O registro das entrevistas foi feito através de gravação audiovisual, algumas foram fotografadas e ainda houve a transcrição manual de tudo o que foi dito durante a entrevista. As perguntas foram apresentadas da mesma forma para todos os perfis, sendo de fácil interpretação por pessoas de qualquer escolaridade. O questionário aberto apresentado foi o seguinte:

- 1 – Há quanto tempo você mora nessa área denominada Centro Histórico?
- 2 – Por que você escolheu esse local para morar?
- 3 – Quais as lembranças que você tem dos bairros Centro e Aldeia, antes desse processo de urbanização?
- 4 – Para você o patrimônio edificado de Santarém é:
() Importante () Indiferente () Sem importância
- 5 – Quais das edificações históricas abaixo você conhece? (segue abaixo exemplos)


<input type="checkbox"/> Solar do Barão de Santarém	<input type="checkbox"/> Solar dos Campos
<input type="checkbox"/> Sobrado do Sol	<input type="checkbox"/> Centro Cultural João Fona
<input type="checkbox"/> Solar dos Brancos	<input type="checkbox"/> Solar Eclético
<input type="checkbox"/> Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	<input type="checkbox"/> Solar do Barão de São Nicolau
<input type="checkbox"/> Casa Elza	<input type="checkbox"/> Casarão dos Miléos (restaurante sobrado)


- 6 – Do seu ponto de vista, essas edificações possuem valores arquitetônico, histórico e artístico? Caso sim, numa escala de 1 a 5 que nota você atribui às edificações?


1 – Não sei definir	2 – Baixo	3 – Médio	4 - Alto	5 - Altíssimo
---------------------	-----------	-----------	----------	---------------


Solar do Barão de Santarém			Fotografia
			 <p>Fonte: Sussuarana, 2016</p>
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	


Solar dos Campos	Fotografia
------------------	------------


			
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	Fonte: Sussuarana, 2015
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	


Sobrado do Sol			Fotografia
			
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	Fonte: Sussuarana, 2018
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	


Centro Cultural João Fona			Fotografia
			
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	Fonte: Sussuarana, 2015
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	


Solar dos Brancos			Fotografia
			
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	Fonte: Sussuarana, 2017
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	

Solar Eclético			Fotografia
			
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	Fonte: Sussuarana, 2018
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição			Fotografia
			 <p>Fonte: Sussuarana, 2020</p>
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	

Solar do Barão de São Nicolau			Fotografia
			 <p>Fonte: Sussuarana, 2018</p>
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	

Casa Elza			Fotografia
			 <p>Fonte: Sussuarana, 2020</p>
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	

Sobrado da família Miléo			Fotografia
			 <p>Fonte: Sussuarana, 2020</p>
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	

7 – Como você avalia a situação do patrimônio histórico edificado no município de Santarém/PA? Por que?

() Péssimo	() Ruim	() Bom
() Muito bom	() Ótimo	() Excelente

8 – Pra você é importante a preservação dos prédios históricos do município de Santarém/PA? Por quê?

9 – Para você quem são os responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico edificado de Santarém/PA?

As análises com resultados da entrevista serão apresentados no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

TEIA, HISTÓRIA E MEMÓRIAS DO CORAÇÃO

Neste capítulo, faremos a apresentação dos dados obtidos no formato analítico das narrativas, em tópicos conforme o roteiro orientativo descrito no item 3.9, do capítulo anterior dessa dissertação. Assim, a partir das entrevistas, foram coletadas informações, que foram transcritas, organizadas e analisadas. Ressaltamos que alguns entrevistados revivem as suas memórias, descrevendo de forma detalhada desde o período de chegada ao ambiente até os dias atuais. Para melhor compreensão da descrição dos participantes da pesquisa em alguns trechos serão ilustrados com imagens que estes se referem em seus relatos.

Ao serem perguntados sobre por que escolheram este lugar para morar, 100% dos participantes disseram que as edificações em que residem são heranças familiares, como o relatado por A.L.P, R.G.M, e os outros:

“Não, a escolha na realidade foi dos meus avós né, depois passou pro meu pai e a minha família toda foi e nasceu aí e se criamos todo mundo, meus tios, meus irmãos, meu pai, inclusive nós somos umas das famílias mais antiga da cidade, família Paixão, há muito que a gente mora aí nessa localzinho ali.” (A.L.P.)

“Meus pais compraram e nós herdamos.” (R.G.M.)

“Primeiro, quando eu tinha 3 anos de idade faleceu minha mãe, com 4 anos faleceu meu pai, aí eu passei a morar com minha tia Lena Jaci que era casada com o senhor Joaquim Toscano e ela era irmã do meu pai. Então, devido eu ter ficado órfão fui morar com eles. Depois que viajei e voltei pra Santarém eu vim residir aqui na João Otaviano Matos, porque era a casa do meu avô Professor Carvalho, e como ficou só eu aqui na cidade como herdeiro deles eu passei a morar aqui nesta casa de nº 139 da Tv. João Otaviano de Matos que hoje é completamente diferente do que era antes. Porque antes era uma casa de madeira com a frente de taipa de pilão, mas já tudo deteriorado, aí foi modificada pra isso que é hoje.” (R.A.C.S.)

“A residência inicialmente era do nosso pai, onde ele fixou residência, depois meus demais irmãos viajaram para Belém, Florianópolis, enfim e só eu fiquei em Santarém. E como o terreno era grande da casa onde residia, me perguntou se queria ficar com aquela mesma área e eu aceitei.” (J.A.F.)

“Por ser um imóvel da família, por fazer parte de um contexto histórico da cidade, que é a parte antiga de Santarém. Todo mundo sabe que iniciou, mais ou menos, ali onde é a praça Rodrigues dos Santos (figura 12). Então, nós estamos no entorno dessa “ocara” que é assim que a gente chama onde foi o local que Santarém iniciou. Então, nós estamos no entorno, fazemos parte desse contexto histórico. Essa casa me traz muitas memórias boas. Pertenceu aos meus avós, a mamãe comprou a parte dos irmãos pra gente não sair daqui, então, é nossa. A gente tem muitas memórias afetivas, não só no imóvel, no local, aqui no entorno. Nós somos católicos, a igreja fica próxima, com três minutos eu tô dentro da catedral metropolitana, desço eu

tô na orla. Se eu quiser andar mais um pouquinho eu tô na praça São Sebastião, no museu. Se quiser andar pro outro lado eu tô no teatro Vitoria. E se eu quiser lembrar de alguma coisa a mais, que me traz mais lembrança ainda, eu contemplo o rio Tapajós que pra mim não tem lugar igual com tudo que eu já conheci na vida, todos os lugares por onde andei, não tem uma visão, um encontro de rios mais gostoso como nós temos na frente da cidade.” (G.L.C.V.)

No relato de G.L.C.V. observamos que ela se sente parte do meio em que vive, do contexto histórico, tem o sentimento de pertencimento. Pra ela o lugar tem um sentido, um significado, é onde ela constrói parte de suas memórias afetivas.

Figura 12: Praça Rodrigues dos Santos



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

“Na verdade é... a gente está aqui, mas porque além de ser um patrimônio da família nós sabemos do valor histórico, afetivo, cultural, arquitetônico a gente procurou conservar o mínimo possível do que era esse imóvel, [...] todos nós vamos embora um dia a gente tem um compromisso todos quatro nem vender e muitos menos virar comércio alguma coisa desse sentido, tipo um pacto para não descaracterizar, não perder a memória, que um povo sem memória é um povo sem nada.” (G.C.C.V.)

Na narrativa da entrevistada G.C.C.V. percebemos um olhar sobre preservação, manter viva a história. Nos passa a ideia que patrimônio tem a ver com o pensamento de que herança é o que um indivíduo recebe de seu pai, dessa forma as edificações passam a ser vistas como a materialização de uma identidade, e que com a preservação do patrimônio histórico, se perpetua as origens dos povos.

“Na verdade eu já nasci, meus pais tinham essa casa aqui no centro, eles eram odontólogos e precisavam ter um consultório no centro, lutaram e conseguiram essa casa. Então minha referência desde quando eu nasci foi essa área, eu ainda vi aqui os paralelepípedos na rua e vi transformar em asfalto, então essa área todo e das minhas memórias. E em 99 eu conheci o Edson, que também já trabalhava aqui no centro da cidade, nós ficamos noivos e com o casamento ele queria adquirir um imóvel no centro para que ele pudesse se livrar do aluguel, tinha um terreno mais ali pra cima e queria investir aqui no centro e tava procurando um imóvel e conseguiu ia fechar um negócio ali na Rui Barbosa uma sala pequena... e essa casa aqui estava estava fechada há 7 anos praticamente, e a história é inusitada porque que nós chegamos aqui. Por que antes de nós começarmos a nossa trajetória aqui... isso aqui já foi muita coisa, mas a lembrança que eu tenho e que aqui era uma loja de medicamento que era a antiga amazomed, que existe até hoje e que começou aqui... e ele ficou aqui mais de 10 anos e depois teve um problema com os donos não se entenderam e foram brigar na justiça. Então a casa ficou 7 anos fechada e no meio desses sete anos eu morando ai na frente, um dia... de vez em quando abria a porta ai da frente do lado do casarão e a gente com medo de bandido, com medo de assalto eu fui atrás da pessoa que tomava conta, eu consegui o telefone eu ligava e ele vinha e ajeitava a porta ai na frente, numa dessas vezes numa noite assim de muita chuva isso uns 2 anos antes de eu conhecer o Edson ele abriu a porta... deu um toro daqueles muito forte aqui a porta abriu e a gente não sabia que aqui dentro tinha uma jiboia, o antigo inquilino que era de Óbidos ele colocou uma jiboia no forro que é um hábito dos mais antigos que cê sabe que é pra comer os ratos né, e essa jiboia passou 7 anos se alimentando e ai o que aconteceu, com a porta aberta a jiboia atravessou a rua ela já tava lá na frente procurando comida que já não tinha mais nada pra ela ai e atravessou e entrou na tubulação da casa do papai [...] foi a história inicial dessa casa, ai o Edson disse não o Paulo é meu amigo eu vou lá e na hora o Paulo deu a chave pra ele, ai a gente até colocou um sapato mais fechado e nós viemos nós dois abrir a casa, quando nós abrimos e eu tenho as fotos para ti mostrar, ela tinha aqui atrás duas embaubeiras, então a embaubeira [...] e ai nós dois, onde é o cartório de casamento que é parte que tem as pedras, nós dois entramos na casa, ele foi tirando as ramas e eu fui limpando e ai ele mesmo pintou e em uma semana ele mudou, o Paulo da imobiliária passou ai na frente viu aquilo parou e voltou e disse, Edson tu já tá ai, tu é doido e o resto da casa? Ele disse o resto da casa, quando Deus mandar bom tempo, então assim a cobra que nos levou pra cá, na verdade a gente acha que tudo vem da nossa fé e tudo já estava feito para acontecer. Então nesse processo todo, foi por isso que nós viemos morar aqui.” (M.R.B.Q.)

O relato de M.R.B.Q. é muito envolvente, ela narra com brilho nos olhos a forma como ela e o marido adquiriram a casa onde vivem, a casa é cheia de histórias, história do passado quando era a casa do Barão de São Nicolau e do presente. Percebemos a sensibilidade que tem em preservar a edificação, nela ela cria laços de memória, é uma casa cheia de afeto.

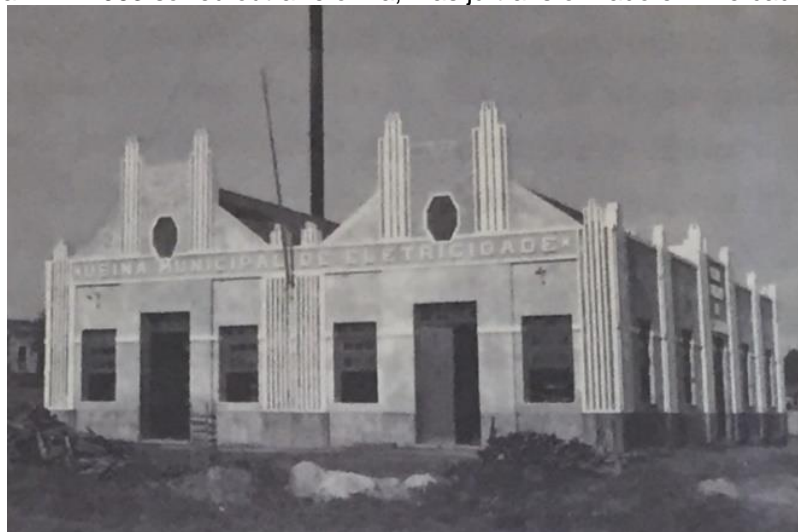
“Na verdade, pra morar é em função das propriedades da família né, é que adquirimos por herança, minha mãe né e depois eu também adquiri do meu tio lá o Brisa Hotel, que hoje é Trapiche Hotel, meu tio que já partiu... na verdade todos, mas ele passou a morar em Belém, eu adquiri e montei um hotel lá. Mas enfim, em resumo foi em função realmente do meu bisavô José Maria Miléo ter adquirido alguns desses imóveis. Herança familiar em resumo.” (J.D.C.M.C.)

Percebe-se em todos, o sentimento de pertencimento do meio que vivem, de que o lugar que moram, faz parte deles, faz parte de história. Que a edificação é uma herança familiar, passando de geração em geração, ela representa um passado vivido por eles e por seus antecessores, ela contribui para a formação da identidade de cada um. Essa identidade, segundo Hall (2006) é adquirida e transformada por processos contínuos, juntamente com princípios culturais do cotidiano do sujeito.

Quando questionados sobre as lembranças que tinham dos bairros Centro e Aldeia, antes desse processo de urbanização, da forma como esses bairros eram anteriormente, as lembranças foram as mais variadas possíveis, abrangendo desde edificações da cidade que não existem mais, pessoas ligadas à cultura da cidade, fatos históricos acontecidos.

“É, mudou muita coisa, por exemplo, aqui nessa rua aqui, aqui no centro era não tinha asfalto, era tudo área, era areão mesmo, as casas a maioria eram de palha, madeira e assim como tava começando uma cidade bem pequena. E eu acho que a partir do São Raimundo pra lá era só já aquelas ruas pequenas, poucas casas, era mais terrenos e as vezes não era nem ruas, era caminhos que iam, aí por exemplo eu conhecia muita coisa aqui na cidade, por exemplo aqui na frente da cidade, eu presenciei na época a usina de luz (figura 13) aqui onde é o mercado modelo, era o que fornecia a luz pra cidade que era a base de lenha, e por exemplo aquele Tapajós bar (figura 14) também, tinha um barzinho que tinha, a gente ia tomar banho quando era adolescente e as praias que eram lindas pra caramba, que hoje em dia se acabaram né, tomaram conta de tudo e hoje mas a gente sabe que tudo é progresso.” (A.L.P)

Figura 13: Antigo prédio da usina de luz, construído em 1920, reformado em 1938 pelo prefeito Borges Leal. Em 1963 sofreu outra reforma, mas já transformado em mercado municipal.



Fonte: Fonseca, pág. 87.

Figura 14: Tapajós bar.



Fonte: Acervo Instituto Cultural Boanerges Sena.

No relato de A.L.P. percebemos que através da memória ele trás para o presente as lembranças de fatos ocorridos no passado, as lembranças de edificações que já não existem, mas que foram de grande importância para a cidade, como a usina de luz.

“A Rui Barbosa ela não tinha asfalto nem a Galdino, né... Aqui era muito pedregulho, você não podia escorregar ali que você se ralava todo. E o esgoto era no meio da rua, né, não tinha nem uma estrutura. Hoje pelo menos tem a sarjeta, naquela época não tinha, o esgoto caía na rua. E a Rui Barbosa, uma pista dela era só grama, como aqui atrás tinha um terreno baldio a gente passava de uma rua pra outra que meu pai tava comprando essa casa e a gente tava arrumando. E a gente passava e ficava brincando em baixo das mangueiras ali, numa pista só, porque é um caminho a Rui Barbosa, não tinha pista nenhuma e areia, muita areia na Rui Barbosa, na São Sebastião. As ruas que tinham pavimentadas eram as centrais ali, a Lameira Bittencourt e a Siqueira Campos. Tinha a catedral, a casa aqui da esquina que é dos Gonçalves, dona Almira Gonçalves. A gente ia muito na catedral, a casa aqui da esquina que é dos Gonçalves, que era da dona Almira. A gente brincava muito no quintal, tinha muitos animais, tinha até jacaré na época. E é um casarão muito bonito, tinha muitas janelas a gente sempre via assombrações nas janelas (rsrsrs). Aí a casa da minha vó que eu ficava muito tempo lá, que é lá onde é o sobrado hoje, o restaurante. Eu ia com meu pai desde de moleque, chorava pra ir pro trabalho com ele, mas era pra ficar com minha vó. Eu tinha uma irmã mais velha, filhas dele e ela ficava muito comigo, fazia todas as minhas vontades. Ai, ficava muito lá com minha vó. Com ele, a gente saía da igreja aos domingos e ia dá uma volta no centro, visitava a casa do meu tio Russo que em frente ali a quadra do mascotinho, vinha pra casa da minha vó tomar café e aí ia cortar cabelo, visitava tudo ali, Marques Pinto, aquela área do centro, a barbearia Ventania que era onde a gente cortava cabelo que era na esquina da casa do seu Joaquim. É uma edificação mais nova, mas, é uma das coisas que eu lembro bem. O bar mascote que tinha muita coisa, muitas delicias, visitava muito lá. Meu pai comprava maçã, porque na época tinha poucas lojas que vendiam produtos de mercado. A gente comprava chocolate, essas coisas assim que eu recordo bem. O solar da Barão também que é vizinho nosso. Ali tá bem abandonado. A gente admirava muito, porque era um prédio alto, na época a gente era moleque aquilo parecia enorme e a gente admirava pela beleza dele também, que é muito bonito.” (R.G.M.)

“Bom, o bairro centro era um estilo diferente de edificação, tinha muitas casas de taipas, de adubes e muitas ainda cobertas com cavaco, com palha, outras com telha de barro e, por exemplo, ali na Adriano Pimentel a passagem pra área onde foi construída o centro cultural João Fona era muito difícil, era só um caminho, porque o morro da fortaleza ele vinha em direção à praia e depois alguns prefeitos que fizeram o corte dessa parte pra dá acesso direto na área, onde hoje é a praça barão de Santarém. Em cima desse morro existia um grupo escolar de Santarém, era uma escola estadual. O acesso pra lá era somente por uma grande escadaria que existia na rua Siqueira Campos e, depois para a modificação do colégio foi demolido e passou a ser uma rua de tráfego de veículo, asphaltada. A rua do comércio era completamente diferente, era casas estilo coloniais e a rua era de chão, mas que depois passou a ser pavimentada por pedras aqui da própria região e, posteriormente passou a ser colocada uma massa de cimento em cima para depois receber com decorrer dos anos o asfalto. Saindo do centro, nós temos a praça Monsenhor de José Gregório conhecida como praça da Matriz, onde se encontra a igreja de Nossa Senhora da Conceição, que infelizmente foi toda modificada na sua parte interna, inclusive, modificada por 3 vezes. Seguindo a praça, nós tínhamos mais em frente à praça da Bandeira, depois nós tínhamos a antiga usina de luz, era uma usina de caldeiras movida a lenha e gerava energia elétrica para cidade de Santarém. Adiante um pouco, no lado esquerdo desse prédio da antiga usina de luz que hoje é o mercado modelo, nós temos o teatro vitória (figuras 15, 16, 17 e 18) um estilo muito bonito que também posteriormente teve uma administração local e foi modificado para ser a sede da câmara municipal de Santarém. E antes funcionava num prédio da antiga prefeitura que já foi câmara de vereadores, foi tribunal de júri e hoje é um centro cultural.

O bairro da aldeia era também um bairro do mesmo estilo, com casas antigas, muitas casas de madeiras, casas de adube e taipa, muitas cobertas de palhas, cavaco, telhas. Na área onde é a praça Tiradentes existia um prédio antigo que era um matadouro, o município com decorrer do tempo demoliram. Infelizmente coisas antigas de Santarém foram muito descuidadas, não tinha um sentido de preservação e foi se modificando tudo, destruindo tudo, como o castelo que ficou abandonado e ruiu, foi tombado, mas tombado para o chão, como muitos outros prédios que infelizmente aconteceu isso aí.” (R.A.C.S.)

Figuras 15, 16, 17 e 18: Teatro Vitória, em quatro fases distintas: fachada original planejada pelo engenheiro francês Maurice Blaise, no ano de 1905; após a reforma no ano de 1933, na administração de Ildefonso Almeida e atualmente, após reforma.



Fonte:
Fonseca/2006.

Fonte:
Fonseca/2006

Fonte: Acervo
ICBS/2010

Fonte: Arquivo autoral/
2022

Nos relatos dos entrevistados R.G.M. e R.A.C.S. percebemos que buscam nas memórias as lembranças de fatos acontecidos em seus tempos de crianças, momentos vividos, características da cidade, processos de transformação urbana da cidade. Observamos que essa memória está relacionada a uma passagem de tempo,

já que essas lembranças estão relacionadas a determinados momentos do passado, da linha do tempo. Para Halbwachs (1990, p.54) “não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo.”

“As lembranças são as melhores possíveis, a gente pode dizer. E mesmo quando a gente cresceu viu a cidade de uma forma e hoje começa a tomar uma outra forma e lamentavelmente alguns patrimônios culturais arquitetônicos da cidade estão ameaçados, alguns já foram destruídos outros sendo ameaçados de extinção e a gente precisa contar com algum poder público, algum órgão ou instituição que possa não só reconhecer, valorizar o que Santarém tem de bom de histórico de artístico.” (J.A.F.)

“Isso, acompanhei muita coisa, muita mudança. Hoje em dia a gente vê poucas pessoas ainda que habitam, que fazem moradia aqui, até porque, as edificações, a cidade foi crescendo e as pessoas se mudando pra outros bairros, outras cidades, outros lugares e, a gente acompanhou todo esse processo de alteração mesmo nos locais, onde eram residências e hoje viraram pontos comerciais. Aqui mesmo em frente de casa, era um imóvel que hoje em dia você vê que tem quatro pontos comerciais, que era uma casa da dona Luci Vasconcelos que virou um ponto comercial com quatro coisas diferentes.” (G.L.C.V.)

Nas narrativas dos entrevistados J.A.F. e G.L.C.V. percebemos que a memória individual está limitada no tempo e espaço vivido. Eles lembram de eventos e locais onde eles ocorreram. Junto à memória ocorre o sentimento da perda pela destruição de bens patrimoniais, e transformações que o centro histórico passou.

“Ah, eu tenho mais forte do centro que Aldeia. Aldeia a gente tem uma ideia assim que era longe é tinha muito areão minha mãe mesmo fala, porque ela lecionou 28 anos no São Raimundo Nonato, ela ia a pé de salto alto nesse solzão, não tinha essa facilidade, não tinha ônibus como tem agora, não tinha nada disso, poucos táxis quase nenhum na cidade, tanto é que eram contados, os do aeroporto que era aí na pista que onde é a Anísio Chaves. Então poucos táxis, poucos carros realmente, era as rural, era a rural do seu Cazusa, rural do meu paroquiano seu Arnaldo, era rural lá do pai do Aluísio Teixeira, várias rurais. Nesse sentido está muito descaracterizado, porque eram muitos prédios que eram comércio embaixo a maioria e residência em cima com muita predominância de azulejos portugueses a... eu diria como se fosse um centro histórico igual como tem em Belém naquela parte mais antiga, a arquitetura aqui é muito depois eu tive o conhecimento como se fossem os mouros, os mouros migraram e também muito da influência árabe por causa do solzão os prédios são muito próximos um do outro, são as vielas, ruelas as travessas são muito estreita essas aqui do comércio também e o padrão sempre muito colorido como o português é, eles adoram azulejos, são os azulejos portugueses e muita cor, eles gostam muito de cor, cores variadas, tanto é que a catedral é esse azulão que é original dela, então é muita influência portuguesa, pode ver os prédios quase todos tem muito forte essa coisa dos azulejos também português predominante o azul, o azul era uma coisa muito forte, muito renda muito azul. Então os mouros também tem isso vários e tal, é como se fossem vielas não é bem uma rua, são travessas, há hoje são pouquíssimos imóveis, a maioria já foi derrubado com a desculpa do progresso e virou praticamente o centro comercial realmente. Tem poucas residências quase que nada e alguns prédios que em cima são

micro quitinetes que eu diria, que se a gente fosse considerar o espaço físico é uma coisa ínfima e sem estrutura nenhuma, [...] Agora Aldeia eu tenho assim só essa que era mais longe que era a praça do centenário (figura 19) que tinha os jacarés que hoje não tem mais as tartarugas, a igreja São Raimundo Nonato, o colégio poucas lembranças do bairro da Aldeia e agora uma coisa que acho interessante é que pra lá cresceu e que o bairro da Prainha ficou estigmatizado, era um bairro que ninguém queria marar não sei o que acontecia até hoje, é não cresceu muito apesar de ter virado Vila Arigó, ter um porto novo mas não é a mesma coisa até o metro quadrado se você falar com um corretor de imóveis é muito diferente o valor de um imóvel lá pra Prainha é desvalorizado do que um imóvel na Aldeia para se expandir os resto da cidade a partir da Aldeia subindo a Mendonça, expandiu a cidade mais não desenvolveu, nós não temos nem saneamento e nem... enfim os resto de infraestrutura mínima em Santarém, apesar de ser a cidade mais antiga do Brasil.” (G.C.C.V.)

Figura 19: Igreja de São Raimundo Nonato e Praça do Centenário. A praça foi construída em comemoração aos 100 de elevação de Santarém a categoria de cidade, no ano de 1948. A igreja foi erguida 8 anos antes, em 1940.



Fonte: Ignário Ubirajara Bentes de Sousa Neto/2013

“Bem eu tenho a imagem da escadaria do Frei Ambrósio (figura 20) que a gente subia e descia, que a gente brincava ali, eu vi essa mudança, tenho essa imagem dos paralelepípedos porque vimos esse asfalto, as lembranças maiores que eu tenho era que a noite a gente jogava cemitério a queimada ai porque não tinha tv não tinha nada e a gente tinha a rua à noite, muito diferente de hoje que você não pode nem ficar na porta né, então essa é a imagem que eu tenho, uma memória bacana que eu tenho é do seu Isoca, maestro Isoca, todo dia de manhã e de tarde, finalzinho da tarde ficava no canto da casa dele, as vezes até com aquele pijama chique que ele tinha de mangas compridas, e ele ficava vendo aquela movimentação todo dia, todo dia né. A construção do prédio do INSS, que veio aqueles ladrilhos, que eles até mudaram, aquilo foi uma festa pra nós pra molecada, a gente brincou muito com aquilo né, do lado da casa da mamãe foi onde começou o laboratório Celso Mattos, que era do seu Setembrino o pai dele, e eu conheço o Celso desde lá e eu me espantei um dia desse que o Celso já tem 74 anos, então a gente conheceu o seu Setembrino que a gente vivia lá com ele, era bem ao lado da mamãe e o Celso começou bem ai, então eu lembro de figura como o seu Neném do BBC, o seu Zeca BBC, essas são as lembranças bem forte. A minha casa era muito musical assim, não toda hora mais o seu Laudelino, vinham com seu Machadinho vinham gravar coisas ai com o papai, a noite, então nesse ponto ai a vida no centro era vida... hoje que, por exemplo você tem o interior... né, todo mundo se conhecia e a gente foi vendo

a mudança chegar e eu acabei voltando a morar aqui, então essas são as lembranças maiores que eu tenho.” (M.R.B.Q.)

Figura 20: Ao fundo a escadaria que dava acesso ao morro da Fortaleza.



Fonte: Instituto Cultural Boanerges Sena.

“Olha eu gostaria de... até me emociono, mas naquele tempo era realmente espetacular viu? Um tempo assim que eu posso dizer assim de ouro, que se fosse me perguntar, se fosse fazer uma enquete, eu gostaria de voltar há um tempo atrás, por que são belíssimas lembranças, da praia, daqui dos prédios mesmos, no fundo tinha muitas fruteiras. Então sinceramente se tivesse essa opção de perguntas né, em uma enquete eu voltaria, eu não queria esse progresso do jeito que está ai hoje não, os prédios antigos como era o velho Santarém de antigamente, sem dúvidas nenhuma, fico triste quando passo por exemplo aqui do lado mesmo, onde era a mesa de renda, a casa do Bebe Castro, casa de Saúde (figura 21), casa da família... pôxa isso me leva lá para um passado espetacular.” (J.D.C.M.C.)

Figura 21: Antiga Casa de Saúde de Santarém, localizada na avenida Adriano Pimentel, oferecia serviço de clínica médica, cirurgia e obstetrícia, dispunha de laboratório de análises clínicas.



Fonte: Instituto Cultural Boanerges Sena

Nos relatos observamos as memórias sobre o processo de evolução urbana da cidade, à perda de edificações que faziam parte da história da cidade, os momentos vividos em família. Chama a atenção a fala do entrevistado R.A.C.S. que relata a falta

de cuidado com as coisas antigas de Santarém, que a preservação não tem sentido, e muita coisa acabou sendo destruída.

Então, a memória é formada por acontecimentos vividos pessoalmente e também vividos a partir de experiências do outro, isso se dá através da projeção ou da identificação com um passado, ela é constituída por personagens e pelos lugares de memória, segundo Nora (1993) as memórias são “sinais de reconhecimento de pertencimento de um grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos idênticos” (NORA, 1993, p.13).

As memórias perpassam tanto por lugares, por pessoas e por momentos acontecidos, como o relatado por M.R.B.Q. que lembra do cenário musical em sua casa. Segundo Machado e Rodrigues (2010, p. 23) “a memória constitui um fator de edificação humana; é a marca ou sinal de sua cultura. É ela que nos distancia ou que nos aproxima.” Então, a memória é aquilo que nos identifica e nos molda a ser quem somos, de onde viemos, qual nossas raízes, a que lugar pertencemos.

Também observamos no relato dela a lembrança da evolução da cidade, não existia asfalto nas ruas, eram paralelepípedos, não se tinha televisão, as brincadeiras aconteciam na rua, a vida era mais tranquila, e assim foi construindo sua memória e tem sua percepção do passado. Nossa percepção do passado, de acordo com Nora (1993), é a apropriação viva daquilo que sabemos não mais nos pertencer. Já para Von Simson (2000), “memória é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem, etc.). Então, a memória é vida, que está sempre carregada por grupos vivos, que estão em permanente evolução, de certa forma aberta à dialética da lembrança e até mesmo do esquecimento. Segundo Bergson (1999), a nossa memória está sempre presente. Ela não é uma regressão do presente ao passado, ela é o progresso do passado no presente. Importante destacar a necessidade e importância que a memória, principalmente a coletiva, utiliza para tornar o patrimônio “vivo” em seu meio.

Evocar nos entrevistados as memórias do passado, fez com que florisse o sentimento de pertencimento, foi viver no presente fatos vividos no passado, alguns ficaram saudosos, a emoção tomou conta e as lágrimas caíram.

Quando questionados se o patrimônio histórico edificado de Santarém é importante, indiferente, sem importância, todos responderam que é importante, conforme relatos abaixo:

“Não, tu é doido é, é uma das coisas que a gente tem que preservar entendeu? É patrimônio histórico pra ficar uma lembrança pros nossos netos, filhos, né, olha foi assim. Porque hoje em dia tudo é moderno, pessoal tem que saber como começou a nossa vida aqui nessa cidadezinha.” (A.L.P.)

“Importantíssimo né, é uma fase da nossa história.” (R.G.M.)

“Ele é muito importante, porque marca uma época, faz parte da nossa história. Infelizmente, como eu disse anteriormente, se descuidaram disso aí, muitos deles foram tombados, mas foram tombados para o chão.” (R.A.C.S.)

É muito importante, faz parte da nossa história, mostra que exatamente o valor a arte, a arquitetura, o ser de um povo, quando aquela época residiu aqui. Então tem um extremo valor, porque um povo sem história é um povo sem cultura, então ela faz parte da nossa história e conseqüentemente faz parte da nossa história e da nossa cultura. (J.A.F.)

“Ele é bem importante. Bem importante sim.” (G.L.C.V.)

“Ele é importante, tudo tem sua importância, por que? Quando você fala em edificações se são as mais antigas ou as mais modernas, eu não sou contra a modernidade mas eu acredito que tem que ter um planejamento, um planejamento consensual, veja, se hoje no plano diretor tivesse já sido pensado a área de expansão do porto, a área de expansão do comércio, área de expansão para a parte agrícola, a área de expansão dos bairros mesmos criar condomínios específicos não teria essas situação que nós temos que vamos dizer assim inchaço das periferias sem o mínimo condições de nada, pessoas vão invadem e aí depois o poder público vai ter que asfaltar uma rua que não era rua que era uma vicinal vai ter que colocar postes pra obter energia elétrica, ele tem que dá o saneamento, ele tem que dá a parte do aceso a água, serviço de água e abastecimento, fornecimento de água, tratada ou não, no caso Santarém não é tratada, enfim toda essa infraestrutura, então é importante sim com certeza.” (G.C.C.V.).

Através dos relatos acima, percebe-se que o patrimônio é importante porque faz parte da identidade de uma sociedade, é o registro de uma história. Essa preservação está atrelada à memória tanto individual quanto coletiva, através da memória compreendemos o passado, a evolução da cidade e o comportamento da sociedade. Quando falamos em evolução da cidade, pensamos na modernização, em prédios “modernos” com características de uma arquitetura contemporânea, mas pelo relato de G.C.C.V. percebemos que o antigo pode perfeitamente conviver com a modernidade, desde que se haja um planejamento, que as ações a serem desenvolvidas na cidade devem estar presentes no Plano Diretor Municipal.

“Ele é bem importante!” (R.M.B.Q.)

Extremamente importante, muito mal cuidado, muito mal cuidado, as nossas autoridades não dão o mínimo valor, não fazem absolutamente nada, podemos dizer assim. (J.D.C.M.C.)

As narrativas das entrevistas não deixam dúvidas quanto à importância da preservação do patrimônio edificado de Santarém/PA, pois ele marca uma época, conta a história, e dá identidade a um povo. No entanto, o patrimônio edificado do município, aos poucos tem sido destruído, vai tombando, tombando não no sentido de proteger, mas de ruir, de cair. No decorrer desta pesquisa, aconteceu um fato, que bem poderia ser caracterizado como um crime contra a história da cidade e à cultura tapajó, uma violência ao sítio arqueológico em que o local está situado, além de demonstrar que a visão por parte da administração pública é descompromissada com os valores intrínsecos à qualidade de vida da população que habita no Centro, e às pessoas que frequentam o local. A praça mais histórica da cidade, já citada aqui diversas vezes, a praça Rodrigues dos Santos, sofreu um processo de intervenção do administrador público local que foi uma demolição de parte da praça (figura 22), lugar considerado o berço da cidade de Santarém. Nela ficava o agrupamento principal dos índios Tupaius ou Tapajós, quando por aqui chegou à aldeia o padre João Felipe Bettendorf. O local era denominado de Ocara-Açu, que na língua tupi significa terreiro grande. Nela também foi construída a primeira igreja que foi dedicada a Nossa Senhora da Conceição, nesse momento mudaram o nome de Ocara-Açu para Tupana-Ocara, que quer dizer terreiro de Deus.

Figura 22: Praça Rodrigues dos Santos, demolição de parte da praça berço da cidade de Santarém/PA.



Fonte: Arquivo da Autora/2022

A demolição aconteceu para que no local fosse construído um “shopping popular - camelódromo”. Após uma manifestação do Instituto Histórico, Geográfico do Tapajós – IHGTap, inclusive movendo uma ação no Ministério Público do Estado do Pará, as obras foram paralisadas por decisão de liminar judicial. Especialistas da Universidade Federal do Oeste do Pará emitiram um Laudo do Estado de Conservação e Impactos sobre o Sítio Arqueológico Aldeia, com análise técnica preliminar dos impactos ao patrimônio arqueológico e histórico-cultural da área que sofreu sérios danos. Essa área da praça Rodrigues dos Santos está inserida na Zona de Preservação do Patrimônio Cultural de Santarém, definida na lei de Uso e Ocupação do Solo – lei complementar 007/2012.

Observa-se hoje em dia nas cidades contemporâneas, a velocidade com que nelas acontecem as transformações gera um desafio para as cidades: a necessidade de conciliar os novos hábitos da população, que vive em constante mutação quanto à questão da ocupação territorial, isto é, às soluções de habitação, de localização de equipamentos públicos, de mobilidade (ASHER, 2012, p.13).

Para fazer frente a essas transformações, a cidade precisa ser pensada, conceitos rígidos devem dar lugar à flexibilidade, à análise de cenários alternativos e principalmente à inclusão da sociedade na formulação das políticas públicas de urbanismo, habitação, mobilidade e preservação. Nesse contexto, o patrimônio

histórico precisa ser integrado ao planejamento da cidade, em especial os que estão localizados no centro histórico, para que continuem sendo carregados de sentimento patrimonial, mesmo que já não possuam as atividades funcionais e o vigor social que lhes deram origem. Assim, se busca a preservação dos bens para que não fiquem à deriva.

Quando perguntados se conheciam as edificações históricas (figura 23) abaixo relacionadas, os entrevistados afirmaram que conhecem todas, sendo:

A) Solar do Barão de Santarém – Edificação em estilo colonial português, considerada o segundo prédio mais antigo de Santarém, não se sabe com precisão a data de sua construção (entre 1820 e 186). Nele no período de 1900 a 1919 funcionou o Grupo Escolar de Santarém, pioneiro no Estado do Pará. Recebeu esse nome por ter sido primeiramente a residência do comerciante Miguel Antônio Pinto Guimarães, o Barão de Santarém.

B) Sobrado do Sol – Sua construção data do século XIX, possui características de edificação colonial portuguesa. Na fachada principal o desenho de um relógio de Sol é característica peculiar, sendo a única na região com tal elemento.

C) Solar dos Campos - Edificação construída no ano de 1868, em estilo colonial português, possui a fachada principal revestida com azulejos portugueses

D) Solar Eclético – Não se sabe ao certo o ano de sua construção. Recebeu esse nome por ter em sua fachada traços arquitetônicos de diversos estilos.

E) Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – Construída entre 1761 e 1819, é considerada como a edificação mais antiga da cidade.

F) Solar dos Brancos – Edificação construída no final do século XIX

G) Centro Cultural João Fona – Edificação construída entre os anos 1853 e 1868, é considerada o terceiro prédio mais antigo da cidade. Abrigou a Intendência Municipal, Tribunal do Júri, Cadeia pública, Câmara Municipal e Prefeitura.

H) Casa Elza – Sobrado em estilo colonial português, construído no final do século XIX.

I) Solar do Barão de São Nicolau – Edificação construída em 1867, em estilo mourista, com fachada revestida em azulejos. Em 2 de julho de 1891, o prédio passou a abrigar o Instituto Santareno (antigo educandário), transformado em Lyceu Santareno em 1º de fevereiro de 1895.

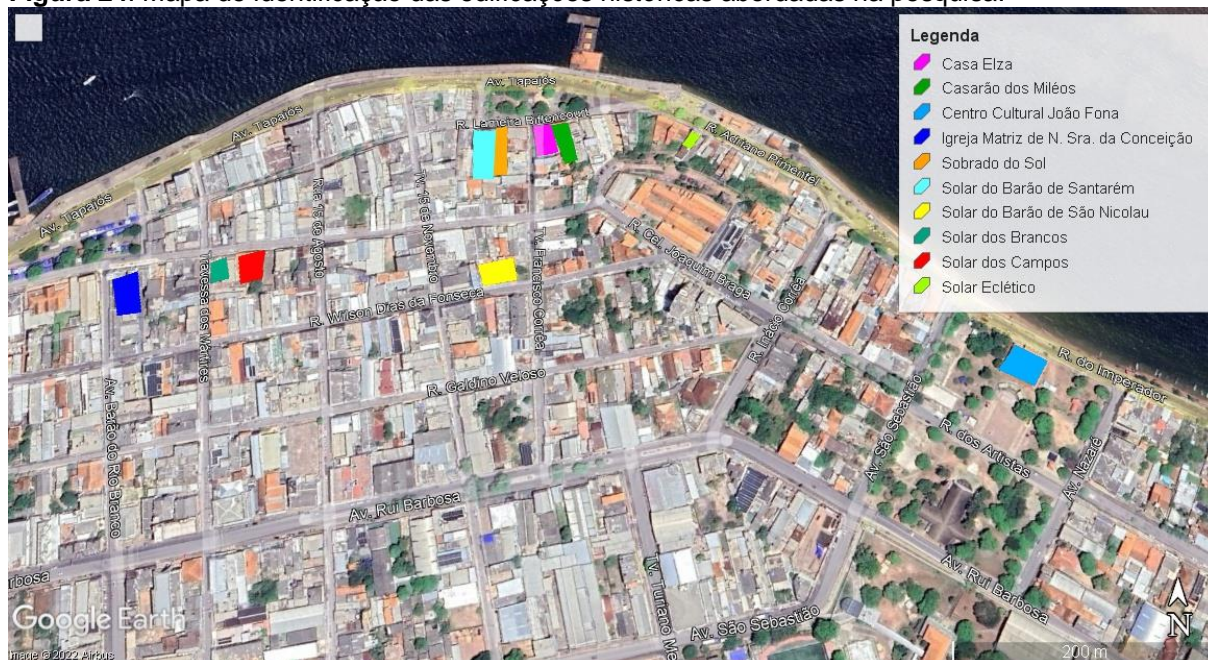
J) Casarão dos Miléos – Edificação em estilo colonial português, não se sabe ao certo a no de sua construção. No ano de 1888 sediou a firma italiana Miléo e Calderaro, a mais antiga do Baixo Amazonas.

Figura 23: Mosaico com imagens das edificações históricas abordadas na pesquisa.



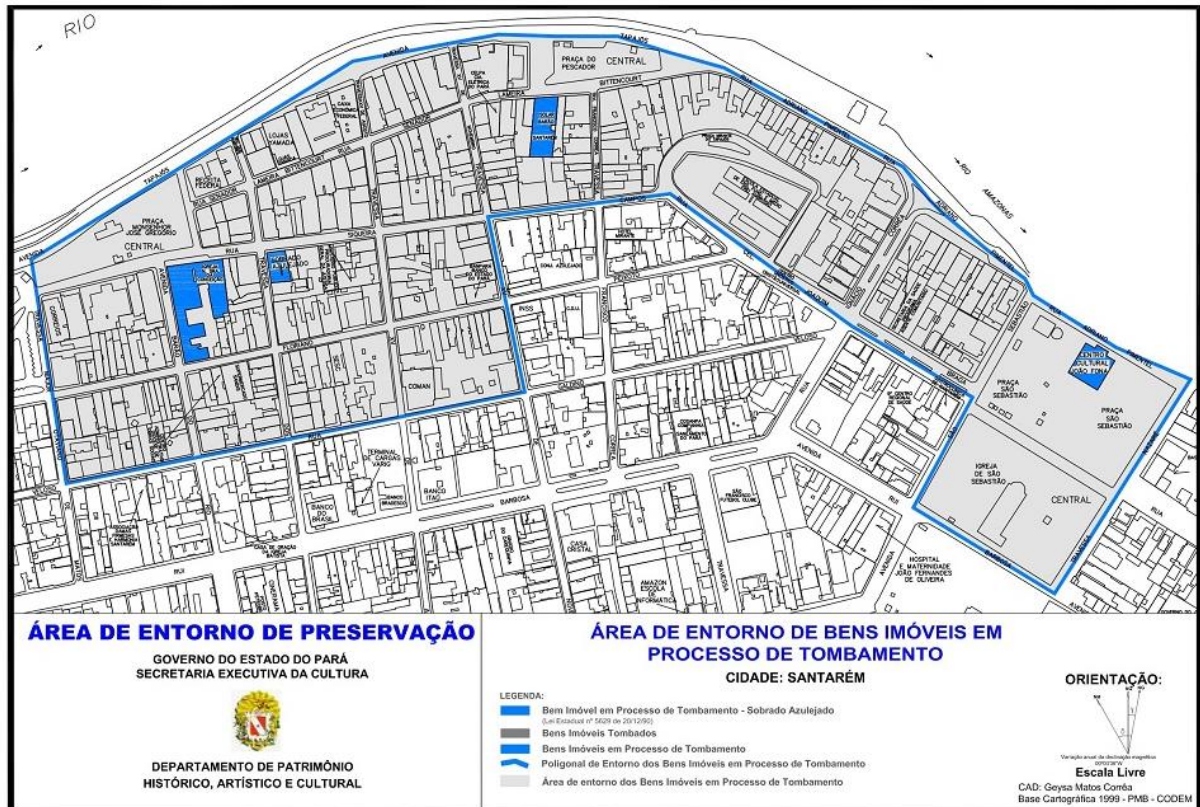
Fonte: Acervo da autora.

Figura 24: Mapa de identificação das edificações históricas abordadas na pesquisa.



Fonte: Google Earth – adaptado pela autora

Figura 25: Mapa de entorno de bens imóveis em processo de tombamento.



Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Pará.

As edificações aqui apresentadas, com exceção do Solar do Barão de São Nicolau, estão inseridas na área de entorno de bem em processo de tombamento (figura 24) no Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado do Pará – DPHAC/PA, inclusive quatro estão em processo de tombamento municipal, sendo: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – processo 1981/1087 de 27/05/1981, Centro Cultural João Fona – processo 1981/0934 de 11/05/1981, Solar dos Brancos, processo 2002207397 de 14/08/2002 e Solar do Barão de Santarém, processo 2004/242102 de 19/08/2004 (fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Santarém/PA). Em algumas fizeram alguns comentários, relatados abaixo.

“Eu acho lindo essa casa [Solar dos Campos]; a casa da minha avó [casarão da família Miléo]; todos é muito familiar.” (R.G.M.).

“Entrei nela várias vezes [Solar do Barão de Santarém]; conheço demais, trabalhei nele por muitos anos [Centro Cultural João Fona]; foi modificada várias vezes.” (R.A.C)

“São belíssimas e precisam ser conservadas, restauradas e valorizadas.” (J.A.F)

“Conheço, o solar dos Brancos, meu pai dizia que era a casa mais bonita de Santarém, e ele foi em muitas festas lá, eles davam festas em cima no sobrado e eram as melhores festas, era muito lindo aquilo ali. O Edson fez as

fotos pra perícias, ele teve que fazer uma foto documental de um cliente e ele ficou encantado com o que ele viu lá de como era, antes de derrubarem ele foi chamado pra tirar a foto documental do processo.” (R.M.B.Q.)

Na fala de R.M.B.Q. percebemos que além da sua lembrança, da memória que foi construída por ela, tem a que foi construída através das informações passadas por seu pai, uma memória passada de geração para geração. O que de acordo com Halbwachs (1990) seria uma memória coletiva, pois refere-se a um conjunto de lembranças compartilhadas.

“Na verdade, o barão de São Nicolau era o seu Pedro Salgado, que ele nunca foi Barão, que na verdade se intitulou Barão, e ai ele recebeu uma verba, na verdade não tem escrito isso a gente soube por parentes dele assim de quinta geração, que ele acabou recebendo uma verba de Portugal que ele era um dos representantes de Portugal, que era para a construção de forte aqui no Frei Ambrósio, alguma coisa assim e acabou aplicando aqui e não se sabe qual realmente a história dele não tem.” (R.M.B.Q.)

“Esse [Casarão da família Miléo] eu frequentei porque minha amiga Inês da farmácia homeopática era da avó dela, então ela colocava a gente pra rezar o terço aqui nessa janela aqui.” (R.M.B.Q.)

Percebemos na fala dos entrevistados, que o questionamento acerca do conhecimento das edificações trouxe para o presente a lembrança de momentos vividos no passado através da observação de imagens, e que a relação entre memória e patrimônio tem início no momento em que a memória busca mecanismos que lhe permitam evocar um fazer humano que revele a tridimensionalidade do tempo, consagrando-o entre o passado, presente e futuro. Olhando as imagens, vem a lembrança da família, como relatou R.G.M.: “todos é muito familiar”; do lugar de trabalho, como apontou R.A.C.S: “conheço demais, trabalhei nele por muitos anos”; a lembrança de fatos históricos, como afirmou M.R.B.Q: “na verdade, o barão de São Nicolau era o seu Pedro Salgado, que ele nunca foi barão...”. Na fala de R.G.M. os lugares de memória, tem relação com a história de vida, quando enfatiza: “casa da minha vó”. Então, essas edificações se constituem em lugares de memória, e podem ser consideradas também como um suporte da identidade.

Segundo Le Goff, “a memória é um elemento essencial do que costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e da sociedade hoje” (LE GOFF, 1990, p.410). Dessa forma a memória se consolida no registro mental do acontecido que pode ou não adquirir materialidade. Isso será transmitido de geração à geração, criando, a partir daí, o que chamamos de

identidade de um povo. Então, o patrimônio edificado cumpre a funcionalidade de construir a ligação com a memória. É importante ressaltar que a abordagem da materialidade neste caso é apresentada em dois níveis: na arquitetura, por estarmos tratando de edificações, e na própria palavra, que é imaterial. Segundo Garcia (2006, p.16), “a imaterialidade perfaz a lógica cognitiva que restabelece o limiar de subjetividade e representações.” Nesse sentido, percebemos que o patrimônio é uma categoria ambígua que perpassa tanto pelo material quanto pelo imaterial, reunindo em si as duas dimensões. Esse patrimônio edificado demonstra a riqueza da cidade, e também é uma forma de contar a história, mostrando que o povo santareno tem identidade e tem história.

Quando analisado o ponto de vista dos entrevistados referente ao valor arquitetônico, histórico e artístico das edificações selecionadas para comporem a pesquisa, além da obtenção dos valores também tivemos falas abertas espontâneas do referidos participantes da pesquisa. Dentro da área objeto de estudo, foram selecionadas 10 (dez) edificações descaracterizadas ou não, pertencentes ao período de colonização portuguesa e do início da república, para que o entrevistado dentro de uma escala de valores de 1 a 5, onde 1 – não sei definir, 2 – baixo, 3 – médio, 4 – alto e 5 – altíssimo; atribuisse pontuação acerca de seu valor arquitetônico, histórico e artístico. Os entrevistados foram informados sobre o significado de cada valor, sendo o valor histórico e artístico definidos por Riegl (2014, p. 25-55) como: Valor histórico – o mais abrangente. É um valor objetivo, em que o passado constitui elo insubstituível de uma corrente evolutiva; e os mais representativos são os que dizemos ter valor histórico. O monumento é testemunho de uma época, de uma fase da evolução humana pertencente ao passado. Valor artístico – presente na obra e possua uma integralidade em suas propriedades de concepção, forma e cor. Uma obra possui valor artístico a partir do momento que responde às exigências de uma estética. Um monumento artístico também é tido como um monumento histórico, pois ele representa uma certa escala na evolução da arte, estando relacionado às suas características de concepção, forma e cor.

O valor arquitetônico foi conceituado por Curtis (2005, p. 334-335) como: valor atribuído as edificações que oferecem particular interesse pelas qualidades que apresentem suas frontarias, elas que predominam no cenário urbano. Katinsky (1999, p. 15-24) acrescenta que o valor arquitetônico e o valor artístico estão relacionados entre si, quando relacionados aos bens arquitetônicos, o valor artístico ocorre quando

se apresenta, sob os aspectos do hábito e da criatividade, as qualidades estabelecidas há séculos para definir a beleza na arquitetura e que sofreram alterações na sua trajetória.

As edificações poderiam ter pontuação mínima de 30 (trinta) e máxima de 150 (cento e cinquenta) pontos, e as que tivessem no intervalo de 120 (cento e vinte) e 150 (cento e cinquenta) pontos seriam inventariadas. Devido a pesquisa ter sido realizada com 8 (oito) participantes, a pontuação foi reestruturada, sendo a pontuação mínima de 24 (vinte e quatro) pontos e a máxima de 120 (cento e vinte). Dessa forma as edificações inventariadas passaram a ser as que obtiveram a pontuação no intervalo de 100 (cem) a 120 (cento e vinte) pontos, por entendermos que estas representam o sentimento de pertencimento da sociedade. A edificação denominada Casa Elza, obteve a menor pontuação, sendo 84 (oitenta e quatro) pontos e o Solar dos Campos a maior, 117 (cento e dezessete) pontos. As edificações foram analisadas de maneira isolada, sendo atribuídos valores individuais a cada uma. Ao final da pontuação de cada edificação, ~~fizemos~~ destacamos o ponto de vista dos entrevistados, e no final, ~~teceremos~~ nossas impressões de forma específica, tendo como elemento a realização do inventário.

A edificação conhecida como Solar do Barão de Santarém (figura 25), localizada na rua Senador Lameira Bittencourt, nº 145, entre as travessas Francisco Corrêa e Joaquim da Costa Pereira (antiga 15 de Novembro), de acordo com 100% dos entrevistados, atende aos valores arquitetônico, histórico e artístico, obtendo a pontuação de 112 (cento e doze) pontos, ver tabela 03, dessa forma, alcançando a pontuação para ser inventariada. Alguns dos participantes teceram comentários espontâneos acerca da edificação, relatados no quadro 01.

Figura 26: Solar do Barão de Santarém, edificação construída entre os anos de 1820 e 1860, de propriedade de Miguel Antônio Pinto Guimarães, o Barão de Santarém.



Fonte: Arquivo da Autora/2016.

Tabela 3 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Solar do Barão de Santarém.

SOLAR DO BARÃO DE SANTARÉM									
Valor	Entrevistado								Total
	R.A.C.S.	A.L.P	R.G.M	J.A.F.	G.L.C.V.	G.C.C.V	M.R.B.Q	J.D.C.M.C.	
Arquitetônico	5	3	5	5	5	4	5	4	36
Histórico	5	5	5	5	5	4	5	5	39
Artístico	5	5	5	5	4	3	5	5	37
									112

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 1 - Relatos dos entrevistados acerca do Solar do Barão de Santarém

Valor Arquitetônico	<p>“Acho que ele é importantíssimo, deveriam conservar ele melhor.” (R.G.M.)</p> <p>“Atende, atende bem mesmo, apesar do estado que se encontra. Está precisando de uma boa restauração, de limpeza principalmente, mas tem um valor muito importante.” (R.A.C.S.)</p> <p>“Eu conheci pouco, mas cheguei a conhecer a parte interna e que atualmente não tive mais acesso a parte interna, mais por informações dizem que está se deteriorando tudinho e que por ter um valor arquitetônico para Santarém eles mantem a parte externa foi informação que chegou nós e que quando estiver tudo destruído na parte interna não resta mais nada a não ser manter a parede da frente o que é uma pena muito grande.” (J.A.F)</p> <p>“Acho que tem altíssimo, pela localização, pelo ano de edificação dele que deve ter mais de 200 anos igual essa casa aqui, por tá no contexto ali da praça do pescador, daquele finalzinho, início da Adriano Pimentel. A parte antiga, histórica de Santarém, onde começou toda essa parte ali. Então, atende sim.” (G.L.C.V.)</p> <p>“Se eu tivesse dinheiro com Edson nós compraríamos o prédio. Pra mim, eu nunca vi, aquela escada é a mesma dos palcos de Viena. Pra mim ele tem um valor altíssimo.” (M.R.B.Q.)</p>
------------------------	--

Valor Histórico	“Eu não sei se foi o barão de Santarém que construiu ele, né, mas, eu acho que ele é o marco da nossa história, ele como o museu.” (R.G.M)
Valor Artístico	<p>“Apesar de estar assim meio deteriorado, mas depois que der um acabamento nele fica uma coisa assim esplêndida.” (A.L.P)</p> <p>“Agora, eu não sei como tá ele, porque a gente só vê a fachada. Não posso dizer assim dentro como ele está, mas ele com certeza da gente olhar assim por fora tá faltando, com diria meu pai “Uma boa maquiada nele” ele ficaria muito melhor.” (G.L.C.V.)</p> <p>“Aí já não... aí já médio, porque não foi só a pintura que foi descaracterizada várias coisinhas lá dentro. Ele tinha, eu conheci, tem uma escadaria, escadaria bacana, parece na dona Laire... madeira mesmo, a nossa aqui da frente era uma batente de madeira, eram quatro, depois papai criou dois e agora tem três, mas de alvenaria, era originalmente toda de madeira corridinha, mesma madeira tudo igualzinho como era da dona Laire. Então isso aqui era bonito dentro, hoje não tem até porque embaixo tudinho virou comércio e isso aqui eu não sei como tá isso esse segundo... e aqui era um parecia um sótão exatamente eu só fui só uma vez, mas tava tudo muito tão sujo que eu não sei avaliar assim exatamente, mas parecia um sótão, mas agora a vista de lá era fantástica pro rio daqui desse terceiro, agora tava tudo muito danificado já quando eu conheci, então já tem um tempo isso, tinha uns vinte e poucos anos, uns 30 anos atrás já estava ruim eu não sei como esta agora, né, é uma pena.” (G.C.C.V)</p> <p>“Como ele ainda estar dá pra ser recuperado, porque depois só vai dá pra preservar a fachada, como aconteceu com o prédio da Marisa, porque ele tem problemas sério de fundação, de fossa de tudo.” (M.R.B.Q.)</p>

Fonte: Dados da pesquisa

Pela pontuação recebida, percebemos que a edificação faz parte da história da cidade. Apesar do estado que se encontra, é de grande importância sua preservação em vista da manutenção da memória da sociedade. É uma edificação que identifica a cidade. Para G.L.C.V e R.G.M. a edificação está relacionada com a história da cidade, pois é um marco de época.

Quando perguntados se o Solar dos Campos (figura 26), localizado na rua Siqueira Campos, nº 257, entre as travessas do Mártires e 15 de Agosto, atende a valores arquitetônico, histórico e artístico, 100% dos entrevistados afirmaram sim. A edificação obteve 117 (cento e dezessete) pontos no total, ver tabela 03, apta a ser inventariada. No quadro 02, destacamos comentários espontâneos narrados pelos entrevistados sobre a edificação.

Figura 27: Solar dos Campos, construído em 1868, e que ainda mantém as características originais.



Fonte: Arquivo da Autora/2016.

Tabela 4 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Solar dos Campos.

SOLAR DOS CAMPOS									
Valor	Entrevistado								Total
	R.A.C.S.	A.L.P	R.G.M	J.A.F.	G.L.C.V.	G.C.C.V	M.R.B.Q	J.D.C.M.C.	
Arquitetônico	4	5	5	5	5	5	5	5	39
Histórico	4	5	5	5	5	5	5	5	39
Artístico	5	4	5	5	5	5	5	5	39
									117

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 2- Relatos dos entrevistados acerca do Solar dos Campos

Valor Arquitetônico	<p>“Olha esse eu do 5, inclusive ele é revestido todo em azulejo de Portugal.” (A.L.P)</p> <p>“Essa eu admiro. Quando a dona Laire era viva, eu ia visitar sempre ela. Admirava a mobília que tinha, era bem conservada. Não sei o que aconteceu lá, mas eu acho que era o mais preservado de Santarém.” (R.G.M)</p> <p>“Lembra muito bem porque tem uma arquitetura portuguesa. Então muito importante porque eles fizeram e ainda fazem parte da nossa história, um que ainda se mantem com as características originais.” (J.A.F)</p> <p>“Eu gosto dele ele eu acho que é altíssimo.” (G.C.C.V)</p> <p>“Eu conheci a dona Laire ela preservou até o fim, então pra mim essa parte aí toda é altíssima.” (M.R.B.Q.)</p>
Valor Histórico	<p>“Aí é uma coisa familiar, né. Eu acho que era uma família que tinha uma importância grande, né, na história de Santarém.” (R.G.M.)</p> <p>“Embora, tá com duas placas de aluga, de venda. Que a gente sabe que se for dependendo de quem compre, se for pessoas que não tem nada a ver com as nossas raízes, eles vão colocar abaixo, que a gente sabe que vai virar um</p>

	<p>grande prédio igual eles fizeram em Belém nas edificações que a gente sabe na cidade velha.” (G.L.C.V)</p> <p>“Conseguiram preservar, ele tem eras e beiras.” (G.C.C.V)</p> <p>“Ele é mais cheio de detalhes, parece até um pouco mais antigo por conta das lajotas (azulejos), ele muito mais cheio de passado de vida.” (J.D.C.M.C.)</p> <p>“É o que eu te digo, aqui é uma hora pra quem tem o valor, porque eles não vão vender pelo preço que querem porque todo mundo tem medo de comprar essas coisas, tu tem que ter uma sensibilidade histórica pra te entender que isso lá frente pode te gerar não preço, mas valor né.” (M.R.B.Q.)</p>
Valor Artístico	<p>“É lindo, os azulejos é tudo muito bonito.” (R.G.M)</p> <p>“O prédio é lindo!” (J.D.C.M.C.)</p>

Fonte: Dados da pesquisa

O Solar dos Campos foi a edificação melhor pontuada pelos entrevistados. Ela é uma das edificações em melhor estado de conservação, dentro da área objeto da pesquisa. Como narra G. C. C. V.: “eles conseguiram preservar”. Hoje a edificação está à venda. Para M.R.B.Q., as pessoas têm medo de comprar essas edificações históricas, e as que compram precisam ter sensibilidade, perceber que a edificação não tem preço, mas é de valor inestimável. De acordo com o ponto de vista dos entrevistados, é uma edificação bela e com altíssimo valor arquitetônico, mas que as pessoas evitam comprar por conta de terem que fazer reforma ou restauro, seguindo regras de patrimonialidade material.

O Sobrado do Sol (figura 27), localizado na rua Senador Lameira Bittencourt, nº 131, entre as travessas Francisco Corrêa e 15 de Novembro, de acordo com 100% dos entrevistados, atende aos valores arquitetônico, histórico e artístico, obtendo a pontuação de 105 (cento e cinco) pontos, ver tabela 05, edificação que também será inventariada. Alguns participantes teceram comentários espontâneos sobre a edificação, descritos no quadro 03.

Figura 28: Sobrado do Sol tem em sua fachada principal, um relógio de sol pintado em números romanos, elemento que torna a edificação única na região.



Fonte: Arquivo da Autora/2018.

Tabela 5 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Sobrado do Sol.

SOBRADO DO SOL									
Valor	Entrevistado								Total
	R.A.C.S.	A.L.P	R.G.M	J.A.F.	G.L.C.V.	G.C.C.V	M.R.B.Q	J.D.C.M.C.	
Arquitetônico	4	3	4	5	5	3	5	5	34
Histórico	4	3	5	5	5	3	5	5	35
Artístico	5	4	4	5	5	3	5	5	36
									105

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 3 - Relatos dos entrevistados acerca do Sobrado do Sol

Valor Arquitetônico	“Olha ele não foi muito modificado, eu só não sei realmente se ele era verde e branco, porque alguém já me disse que não era, não lembro se o Laurimar alguém lá do museu, não era essa cor original eles tentaram resgatar, não era tudo branco, naquela época não era branco. Então perdeu um pouco pra mim.” (G.C.C.V.)
Valor Histórico	“A isso aqui quem vai fazer uma coisa dessa, porque tem toda uma história de como ele vinha pra medir isso, pra ver, então pra mim acho ele tem um valor altíssimo, acho que tem tudo a ver com arquitetura, com história, porque tem muita história esse pedacinho aqui, cada um tem muita história.” (M.R.B.Q.)
Valor Artístico	“Eu lembro muito quando a gente ainda não tinha relógio de pulso a gente corria lá pra ver a hora do relógio do Sol. Se bem que hoje ele está uma hora atrasado não, está mostrando o horário que realmente Santarém tem. Porque mudaram o fuso horário de Santarém e aí ele não está mais mostrando com precisão o horário que era é adotado, mas ele mostra o horário biológico que é da natureza.” (J.A.F.) “Eu acredito que não é o original como ele lhe falei, quando você tem essa condicionante, perde esse negócio. Eles conseguiram só o sobrado, eles não conseguiram conservar o de baixo pode observar porta de rolo. Tem em algum

	<p>livro lá a foto dele, não sei do qual é desses... acho que é naquele compêndio do baú mocrongo, não sei qual, é um que tem a foto que conseguiram falaram com o ICBS do Cristóvão, acho que você consegue uma foto do que era, não sei a cor mas pelo menos preto e branco pra você imaginar de como era e não é isso, perdeu muito só ficou o sobrado e o solar do sol aqui em cima, isso aqui com a sombra isso aqui marca até hoje.” (G.C.C.V.)</p> <p>“É por causa desse relógio que tá aí, esse relógio aí é o máximo não sei se existe no Brasil algum. Funciona perfeito, ele bate com o inglês lá, o Big Ben.” (J.D.C.M.C.)</p>
--	--

Fonte: Dados da pesquisa

No Sobrado do Sol, o que mais chamou a tenção dos entrevistados, foi a questão do relógio do sol que existe na sua fachada, segundo J.D.C.M.C. o relógio “bate com o inglês lá, o Big Ben”, bate mesmo, quando da captura de imagens para o inventário da edificação, observei isso, o que nos meus tantos anos de vida, nunca tinha observado. Para G.C.C.V. a edificação do seu ponto de vista, perdeu pontuação devido a cor da fachada, segundo informações obtidas o branco não era a cor original. Acerca dessa questão, não encontramos informações nas literaturas usadas para embasamento dessa dissertação.

O Centro Cultural João Fona (figura 28), localizado na rua Adriano Pimentel, s/nº, na praça Barão de Santarém, antiga praça da Municipalidade, de acordo com 100% dos entrevistados, atende aos valores arquitetônico, histórico e artístico, obtendo 116 (cento e dezesseis) pontos, ver tabela 06, estando dentro do intervalo definido para as edificações a serem inventariadas. No quadro 04, comentários dos participantes da pesquisa acerca da edificação Centro Cultural João Fona.

Figura 29: Centro Cultural João Fona, quando do início de sua ocupação definitiva, no ano de 1868, o prédio abrigou a Câmara Municipal e a cadeia pública, funcionou também como Prefeitura Municipal.



Fonte: Arquivo da Autora/2015.

Tabela 6 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Centro Cultural João Fona.

CENTRO CULTURAL JOÃO FONA

Valor	Entrevistado								Total
	R.A.C.S.	A.L.P	R.G.M	J.A.F.	G.L.C.V.	G.C.C.V	M.R.B.Q	J.D.C.M.C	
Arquitetônico	5	5	5	5	5	4	5	5	39
Histórico	5	4	5	5	5	5	5	5	39
Artístico	5	4	5	5	5	4	5	5	38
									116

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 4 - Relatos dos entrevistados acerca do Centro Cultural João Fona

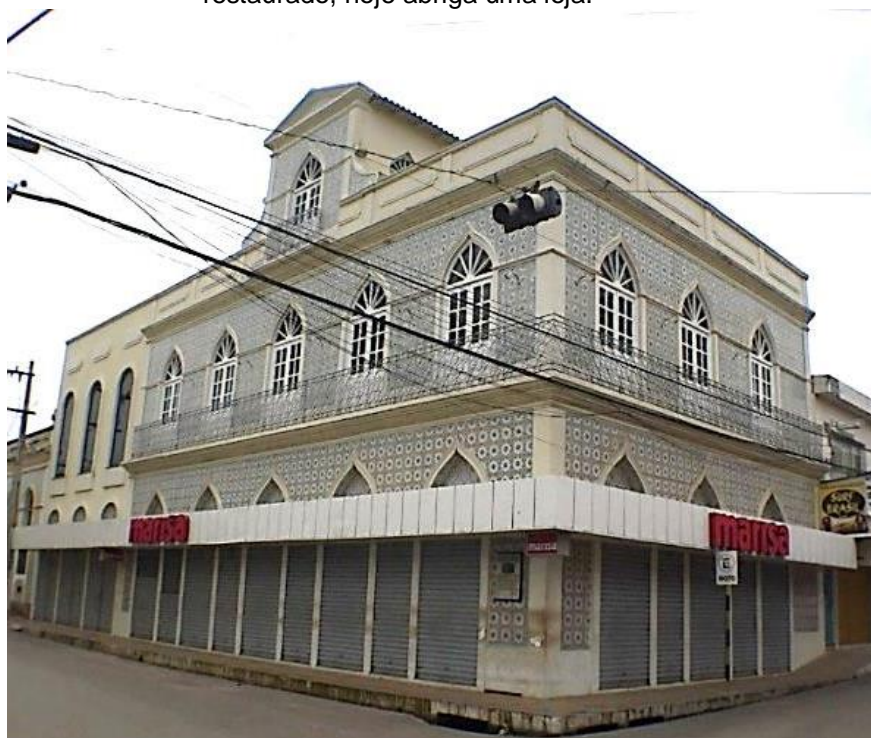
Valor Arquitetônico	<p>“Eu acho que é um dos prédios que é bem visível na cidade, é um ponto turístico, é uma marca de Santarém. Esse aí tem um valor arquitetônico 5.” (A.L.P.)</p> <p>“Tem sim, um valor arquitetônico muito importante, porque ali está registrado a maior parte da história de Santarém do passado e um pouco também do presente.” (R.A.C.S.)</p> <p>“Eu me lembro que lá funcionava a prefeitura, a delegacia (prisão). Esse aí graças a Deus que ainda está sendo preservado.” (J.A.F.)</p> <p>“Teve alguns crimes nele.” (G.C.C.V)</p>
Valor Histórico	<p>“Ele foi intendência, cadeia pública, ele já foi tanta coisa e hoje é o museu Centro Cultural João Fona e ele ainda consegue apesar dos pesares em pleno século XXI em 2022 ainda tem muita coisa... muito forte do que ele foi.” (G.C.C.V.)</p> <p>“Aí foi preso o meu avô com uma briga política com o Barata, ele mandou prender o meu avô e foi inclusive nesse prédio que ele ficou preso em vez de dois mais um dia por minha conta, ficou 3 dias preso. Em função disso eles ficaram inimigos políticos né, tanto é que ele se envolveu depois na campanha do Assunção e venceram, eu lembro que até um fato histórico dessa vitória que foi Carlos Meschede que me contou que o tio Russo ele usava uma barba muito grande, falou se nós vencermos eu vou cortar essa barba na frente do Solar aqui dos Miléo e disque que foi um evento aqui da cidade.” (J.D.C.M.C.)</p>
Valor Artístico	<p>“Eles tiveram uns pecadinhos bem grande aí, internamente né, já tem porta de vidro, já tem uma série de coisas, eu no tempo que eu trabalhei lá quando eu tinha vinte e poucos anos com a Beatriz lá, onde eu conheci o Laurimar mais de perto e as pessoas que lhe falei, já tava né... e hoje tá mais ainda porque eu já fui em exposição ali dentro, então eles tiveram essa preocupação, lógico tem que ter o conforto ambiental de um ar condicionado e várias outras coisinhas que ai foram sendo modificadas, ai vai perdendo. Se você for olhar por esse ângulo né. Essa rampa aqui não era necessária coisa nenhuma, mas em atendimento a legislação. Eu vejo assim, eu no meu entendimento, tem outras maneiras de as pessoas acessar isso aqui ou pelo lado ou pela lateral eu conheço o museu ou então lá por trás fazia no mesmo nível e pessoa entrava, o cadeirante ou com pouca mobilidade, não precisava fazer lá da frente, à não ser pra fazer controle, mas tem prédios históricos que a gente entra pelo lado pela frente aí pra fora, por que que não aqui? Por que tem que ser diferente? Não, se adapta. Antigamente mesas bem quadradas o homem tinha que se adaptar ao móvel, hoje em dia tem mesas redondas, ovais, o móvel se adapta ao homem, não precisa ficar todo machucado com a cantoneira e não sei o que né... então eu acredito que dá pra minimizar a coisa, teria... eu entraria pela lateral que não são janelas, são portas literalmente com uma coisa que é tipo porão que dá acesso inclusive um de anfiteatro que tinha que entra, tinha outra forma de ter acessibilidade ao museu de outra forma pelo fundo pela lateral e não exatamente pela frente, pra não descaracterizar a entrada e botar rampa.” (G.C.C.V.)</p>

Fonte: Dados da pesquisa

O Centro Cultural João Fona, é uma edificação considerada “marca de Santarém”, segundo A.L.P. Do ponto de vista de R.A.C.S. “nele está registrado a maior parte da cidade de Santarém”, é uma edificação que faz parte da história da cidade, da sua evolução urbana, da vida política da cidade. Acerca do valor artístico para G.C.C.V., a rampa de acessibilidade construída na fachada da edificação descaracterizou a fachada, e alguns outros “pecadinhos” na área interna.

O Solar dos Brancos (figura 29), localizado na rua Siqueira Campos, esquina com a travessa dos Mártires, de acordo com 87,50% dos entrevistados, atende aos valores arquitetônico, histórico e artístico, e para 12,50% não atende nenhum dos valores, obtendo a pontuação de 96 (noventa e seis) pontos, ver tabela 07, pontuação fora do intervalo definido para ser inventariada. No quadro 05, comentários tecidos pelos participantes acerca da edificação.

Figura 30: Solar dos Brancos, após um período de abandono na década de 1990, o prédio foi restaurado, hoje abriga uma loja.



Fonte: Arquivo da Autora/2017.

Tabela 7 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Solar dos Brancos.

SOLAR DOS BRANCO									
Valor	Entrevistado								Total
	R.A.C.S.	A.L.P	R.G.M	J.A.F.	G.L.C.V.	G.C.C.V	M.R.B.Q	J.D.C.M.C.	
Arquitetônico	4	5	5	5	0	3	5	5	32

Histórico	5	4	4	5	0	4	5	5	32
Artístico	5	4	5	5	0	3	5	5	32
									96

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 5 - Relatos dos entrevistados acerca do Solar dos Branco

Valor Arquitetônico	<p>“Ele é diferente, né?! Ele foi modificado também, mas eu acho que a prima, ela tentou trazer os azulejos de São Luiz. E ela fez uma reforma bem interessante.” (R.G.M.)</p> <p>“Ele tem um valor arquitetônico muito grande e, infelizmente, as partes de portas dele foi modificada, algumas coisas de mau gosto mesmo, mas, atende sim, porque é uma obra antiga, bem trabalhada artisticamente.” (R.A.C.S.)</p> <p>“A conservação que devido ao uso que estão dando hoje já está sofrendo alterações, mas ainda está sendo parcialmente respeitada.” (J.A.F.)</p> <p>“Na parte de arquitetura, ele já foi pro que eu conheci, eu conheci, tinha uma escada de madeira era a coisa mais linda que tem. Então eu acho o que arquitetônico ele perdeu, ele só ficou a fachada. Até os azulejos o Chapadinha mandou comprar. Eu sei porque ele veio muito com o papai na época e o papai fez alguns contatos também com alguns corretores que tinham esses azulejos. Então, ele perdeu muito. Ele tinha uma escadaria linda de madeira, tinha um corrimão todo trabalhado, todo na treliça, isso eu me lembro, passa um filme na cabeça. Então era a coisa mais linda ali em cima. Tinha as lojas em baixo e tinha também os escritórios, tinha alguma coisa em cima. Ele perdeu, ele perdeu, ele só tá a fachada. Então, eu não posso dizer que ele está como ele era, porque ele não está. É como se fosse uma construção nova só que com a fachada. Ele tá todo adaptado, inclusive, tem elevador dentro que a gente sabe, por causa da acessibilidade que está na lei. Fizeram uma escada de concreto pra pegar pro primeiro piso. Não tem mais o segundo piso que ele tinha, ele era uma coisa bem alta. Ele era alto, não sei o que eles fizeram. O que a gente sabe é que eles derrubaram dentro pra ficar aquele salão no térreo. Então, está totalmente descaracterizado.” (G.L.C.V.)</p> <p>“É meu vizinho aqui. Ele já perdeu na verdade isso aqui não é mais original tá? Eles tentaram fazer mais não é, os azulejos mandaram comprar e colar de novo porque ele mandou arrancar e depois veio o negócio do patrimônio pra cima dele, então ele teve que... é no interior só de São Paulo que tem esses azulejos que vem direto de Portugal pra lá, inclusive é arquiteto que deu orientação técnica pra ele, mas ele veio aqui com o papai e tal e se ele pegasse um corretor que não fosse assim preocupado com a questão do patrimônio né. Isso aqui é porta de rolo já, então essas portas, eram portas de madeiras não é mais isso, descaracterizou um pouco ele tentou refazer mais não era bem isso aqui, se você pegar a foto original nos livros, e esse... não sei se era um alpendre ou sobradinho um negócio que tinha aqui em cima, tinha a questão das escadas... dentro ele tá todinho... é só praticamente a fachada, então perdeu muito.” (G.C.C.V.)</p> <p>“Esse aí é um espetáculo de prédio.” (J.D.C.M.C.)</p>
Valor Histórico	<p>“Também perdeu, por conta dessa obra que fizeram dentro.” (G.L.C.V.)</p> <p>“Ainda tem, porque ainda tá, pelo menos ele apesar de não ser daqui é do Maranhão, Frecheirinha, sei lá, mas ele pelo menos recuou. Ele mandou destelhar pra poder inundar isso aqui porque era pedra e cal e se ferrou veio o ministério público aquela confusão tudo porque era patrimônio e teve que refazer a três paulada e outra gastou bastante dinheiro, pensava que era um negócio simples e não foi porque teve que buscar azulejo original... foi muito</p>

	mais oneroso pra ele, ele quis dá uma de esperto e aí ele pagou alto isso aqui, porque não foi assim não e também teve que contratar as pessoas corretas pra darem uma orientação também técnica corretas, então foi uma série de equívocos aqui um em cima do outro aqui nesse prédio, mas graças a Deus ele se mantém.” (G.C.C.V.)
Valor Artístico	“Ele é muito bonito, apesar de modificado, né.” (R.G.M) “Esse aqui está totalmente descaracterizado.” (G.L.C.V.)

Fonte: Dados da pesquisa

O Solar dos Brancos é uma edificação que por longos anos ficou “entregue ao tempo”, a edificação não tombou devido à uma manifestação de pessoas com sensibilidade pela história da cidade e preservação do patrimônio edificado. No relato de G.L.C.V. observamos que o que permanece da construção original é somente a fachada, sem os azulejos, pois estes foram totalmente substituídos. Por todas as intervenções que a edificação sofreu, do ponto de vista de G.L.C.V. a edificação não mais atende ao valor arquitetônico, histórico e artístico. Já para R.G.M. apesar de toda modificação, “ele é muito bonito”. Percebemos que, a edificação, apesar de estar somente com a fachada preservada, desperta um sentimento nas pessoas, o sentimento da preservação, “mas graças a Deus, ele se mantém” (G.C.C.V.). Atualmente, a edificação funciona como loja de roupas.

A edificação conhecida como Solar Eclético (figura 30), localizada na rua Adriano Pimentel, nº 64, entre as travessas Francisco Corrêa e Inácio Corrêa, de acordo com 87,50% dos entrevistados, atende aos valores arquitetônico, histórico e artístico, e para 12,50% não atende aos dos valores, obtendo 91 (noventa e um) pontos, ver tabela 08, pontuação fora do intervalo definido para ser inventariada. No quadro 06, comentários tecidos pelos participantes acerca da edificação.

Figura 31: Solar Eclético, edificação recebeu serviços de conservação e restauro, nos anos 2014/2015, e acompanhadas pela Secretaria de Estado de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA.



Fonte: Arquivo da Autora/2018.

Tabela 8 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Solar Eclético.

SOLAR ECLÉTICO									
Valor	Entrevistado								Total
	R.A.C.S.	A.L.P	R.G.M	J.A.F.	G.L.C.V.	G.C.C.V	M.R.B.Q	J.D.C.M.C.	
Arquitetônico	4	4	5	5	0	3	5	5	31
Histórico	4	3	5	5	0	3	5	5	30
Artístico	4	3	5	5	0	3	5	5	30
									91

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 6 - Relatos dos entrevistados acerca do Solar Eclético

Valor Arquitetônico	<p>“Quando a gente olha parece um castelo quando a gente passava quando era criança, muito bonito.” (J.A.F.)</p> <p>“O solar eclético é aquele que foi do Rui, que o Rui vendeu pro dono da engenharia lá, né. Ele teve, eu conheço esse aqui, era a casa dos portugueses, avós da Cibele, isso era uma casa belíssima. Não é mais nem a metade do que era, eu conheci isso daqui. A única coisa que eu acho que ainda é... é a fachada também. Por que? Porque eles colocaram central dentro, tem um restaurante, né? Virou restaurante, fizeram umas adaptações por conta das coisas modernas de agora, alteram lá pra trás. Alterou tudo! Então, esse aqui tá totalmente diferente do que ele era, do que eu conheci, totalmente! Só a fachada. Tá igualzinho o prédio do solar dos Brancos, totalmente!” (G.L.C.V.)</p> <p>“Até o português morou aí, e ele quis fazer do jeito que ele lembrava da casa dele né.” (M.R.B.Q.)</p> <p>“Eu sou apaixonado por esse prédio. Ainda bem que está em boas mãos lá do meu amigo Carlos Eduardo de Mendonça.” (J.D.C.M.C.)</p>
Valor Histórico	<p>“Eu acho que a família era muito importante.” (R.G.M.)</p> <p>“Ele tem ainda história. Porque eu acho que essas janelas salvo engano as de cima, não as de baixo, mas as de cima ainda são as originais era assim, tipo</p>

	em treliça mesmo, mas essas de baixo é <i>fake, fakenews</i> mesmo. É porque já colocaram ar condicionado, porque virou restaurante.” (G.C.C.V.)
Valor Artístico	

Fonte: Dados da pesquisa

O Solar Eclético atualmente tem uso comercial. Nele funciona um bar/restaurante. É uma edificação que tem na fachada a mistura de vários elementos arquitetônicos, daí ser conhecida pelo nome de Solar Eclético. Para G.L.C.V, a edificação encontra-se na mesma situação do Solar dos Brancos, apenas fachada, por toda descaracterização interna, que segundo ela, aconteceu, do seu ponto de vista a edificação não atende aos valores arquitetônico, histórico e artístico. Para A.L.P, a lembrança que vem à memória quando viu a imagem da edificação, é que quando criança, o prédio parecia um castelo.

Quando perguntados se a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (figura 31), localizada na rua Siqueira Campos, esquina com avenida Barão do Rio Branco, atende aos valores arquitetônico, histórico e artístico, 87,50% dos entrevistados, respondeu que sim e 12,50% disse que não atende aos valores. A edificação obteve 100 (cem) pontos no total, ver tabela 09, apta a ser inventariada. No quadro 07 , destacamos os comentários espontâneos sobre a edificação.

Figura 32: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, desde a data de sua construção já passou por vários processos de reforma, da construção original, restam apenas as paredes externas.



Fonte: Arquivo da Autora/2020.

Tabela 9 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO									
Valor	Entrevistado								Total
	R.A.C.S.	A.L.P	R.G.M	J.A.F.	G.L.C.V.	G.C.C.V	M.R.B.Q	J.D.C.M.C	
Arquitetônico	5	5	5	5	0	5	5	5	35
Histórico	5	5	5	5	0	5	5	5	35
Artístico	4	5	3	5	0	3	5	5	30
									100

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 7 - Relatos dos entrevistados acerca da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição

Valor Arquitetônico	<p>“Então, eu vejo assim, o altar, o interior dela, como era duro o mármore e, foi destruído. Era uma obra de arte, acabaram com ela.” (R.G.M.)</p> <p>“Atende o arquitetônico externo, porque o internamente eu digo lamentavelmente para modernizar eu não sei o objetivo perdeu a características dela.” (J.A.F.)</p> <p>“A catedral, ela teve a “revitalização” na gestão do padre Walter, na verdade, foi o Frei Viane em 70 que descaracterizou o altar, descaracterizou os confessionários, as capelas, não tem mais nada. O prédio da catedral é o primeiro prédio que a gente sabe por conta dos livros históricos, ela sofreu diversas alterações no longo da sua história, em 70, com o padre Waldir Silveira que ele fez umas reformas internas também, que tem até uma placa na porta da catedral que foi tirada. Ele fez algumas alterações. E por último teve a alteração maior que no meu ponto de vista descaracterizou totalmente a catedral que foi a mexida dela interna, descaracterizou as pinturas que foram feitas por Laurimar Leal, descaracterizou, tiraram as pias dos locais e colocaram nas portas, o altar... A única coisa que eu acho que continua o mesmo é o crucifixo de Von Martius que tem um histórico muito grande, a gente sabe de todo o episódio do porque tem esse crucifixo lá e a imagem da Padroeira que ainda não mexeram, mas o resto... ah, e o piso também, o piso já foi mexido. Então, ela tá toda mexida. Então, isso sobre meu ponto de vista é, meu que eu digo que não sou da área, não sou engenheira, nem da arquitetura, nem do desenho, nem de nada, mas, como uma pessoa que frequenta desde que foi batizada, tá totalmente descaracterizada, porque uma coisa é você fazer uma revitalização, uma coisa é você construir alguma coisa em cima de uma obra que já existia e outra coisa é você criar algo novo, criar construir... Então, tem várias etapas dentro da construção. Pra mim foi um dos maiores, vou usar a expressão da minha área jurídica: Foi um dos maiores crimes que já ocorreram contra o patrimônio foi mexer na catedral. Tendo conselho, conselho municipal de arquitetura e urbanismo e não sei o que, não sei o que, tendo conselho do patrimônio histórico e não sei o que fizeram essas pessoas, esses membros dos conselhos que deixaram mexer, que esse é o termo mesmo “mexer” e descaracterizar toda catedral. Isso pra mim, na minha área jurídica, foi um crime enorme e não tem como a gente reconstruir ela.” (G.L.C.V.)</p> <p>“Também, uma pena que o altar na época tenha sido tirado, essa parte do altar eu não lembro, mas eu lembro muito de uma certa revolta familiar, meu pai era amigo pessoal do Frei Viane e houve um embate, na época com relação a isso, e essa parte eu era muito pequena, mas eu me lembro de um desconforto aí com relação a mudança desse processo ai, eu não sei... não lembro de detalhe, mas lembro se um certo mal-estar essa relação ai.” (M.R.B.Q.)</p>
---------------------	---

	“A turma tá considerando mais o exterior que até o interior estão desfigurando, pelo menos para ter um pouco de história.” (J.D.C.M.C.)
Valor Histórico	“Acho que ela é o berço de toda civilização.” (R.G.M.)
Valor Artístico	<p>“Apesar das modificações, que eu fico muito triste com isso, eu acho que ela é importante, mas, modificada demais a igreja, principalmente o interior dela. Eu assistia a missa com a minha mãe, acho que eu dava 8 anos e o Frei Viane ainda celebrava a missa de costas e ele foi responsável por essa reforma toda que desencantou todo mundo.” (R.G.M.)</p> <p>“Aí aí já pega, porque tá tão descaracterizado de várias formas que a gente já falou, principalmente internamente não tem como.” (G.C.C.V.)</p> <p>“Lamentavelmente desfiguraram ela interiormente, eu me lembro guri, algumas vagas lembranças do interior, a gente vê a riqueza ai pra fora, mas ai justamente parece que era padre americano na época e eles não são muito muito chegado nessa história, ai houve uma votação e desfiguraram o interior da igreja, mas agora exteriormente é uma obra bem mais fantástica, muito linda inclusive tem uma história muito legal.” (J.D.C.M.C.)</p>

Fonte: Dados da pesquisa

A Igreja Matriz teve seu valor arquitetônico determinado pelos entrevistados a partir de suas análises da fachada, pois se considerado o interior, a nota seria inferior ao obtido, por todo processo de reforma que o interior da igreja passou. Para G.L.C.V. a descaracterização do interior da igreja foi um crime, e não há como reconstituir o que foi perdido. M.R.B.Q. lembra que a descaracterização ocorrida na igreja na década de 70, causou certa revolta familiar. Percebe-se aqui o sentimento da perda, e o que resta de arquitetura do interior está na memória. A edificação, apesar da descaracterização interna, da identidade e conta história da cidade, como afirmou J.D.C.M.C. “desfiguraram o interior da igreja, mas agora exteriormente é uma obra bem mais fantástica, muito linda inclusive tem uma história muito legal.”

A edificação conhecida como Solar do Barão de São Nicolau (figura 32), localizado na rua Wilson Fonseca (antiga rua Floriano Peixoto, que antes do advento da República brasileira se chamava rua Santa Cruz), nº 346, de acordo com 87,50% dos entrevistados, ela atende aos valores arquitetônico, histórico e artístico, e para 12,50% ela não atende nenhum dos valores, obtendo a pontuação de 88 (oitenta e oito) pontos, ver tabela 10, pontuação que em nosso sistema se encontra fora do intervalo definido para ser inventariada. No quadro 08, comentários tecidos pelos participantes acerca da edificação.

Figura 33: Solar do Barão de São Nicolau, abrigou no ano de 1895 o Lyceu Santareno.



Fonte: Arquivo da Autora/2018.

Tabela 10 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Solar do Barão de São Nicolau.

SOLAR DO BARÃO DE SÃO NICOLAU									
Valor	Entrevistado								Total
	R.A.C.S.	A.L.P	R.G.M	J.A.F.	G.L.C.V.	G.C.C.V	M.R.B.Q	J.D.C.M.C.	
Arquitetônico	4	5	5	5	0	3	4	5	31
Histórico	4	4	5	5	0	3	4	5	30
Artístico	4	3	3	5	0	3	4	5	27
									88

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 8 - Relatos dos entrevistados acerca do Solar do Barão de São Nicolau

Valor Arquitetônico	<p>“Ele é bem diferente, é um estilo mouro.” (R.G.M.)</p>
	<p>“O solar eu conheci também, o solar eu conheci desde não é de agora, ele está totalmente todo mudado. Também é um prédio que só ficou a fachada. O solar ele era... eu lembro quando era uma gráfica ali do Djalma Vasconcelos, eu entrei nessa gráfica e olhei e vi alguma coisa que ainda era do imóvel e, depois dessa gráfica foi um restaurante do Saulo, o Saulo teve um restaurante ali. Quando foi o restaurante do Saulo, logo em seguida foram outras coisas. E hoje em dia é cartório, escritório, é a residência do Edson que também está toda descaracterizada, não é mais! Então, ela é só fachada, o resto tudo tá descaracterizado, inclusive, a parte que tinha que a gente olhava o telhado que era aparente que a gente via como era, hoje a gente não vê mais nada, porque hoje tá todo alterado com... não é nem madeira, é tipo um outro material que estão usando agora na construção civil. Então, é só a fachada que conserva, o resto tudo dentro não é mais. Então, ela tá totalmente pra mim só a fachada.” (G.L.C.V)</p>
	<p>A eu não vou... aqui é a mesma coisa da matriz, a lembrança que eu já tenho é da escola Carequinha aqui né, então na minha cabeça sempre foi a escola carequinha, antes de ser Amazomed, meu irmão estudou aqui. Na verdade, aqui... se tu pegar o livro do seu Isoca ele vai te dizer tudo o que foi, que começou com o barão e depois o Liceu, na verdade era o Liceu, e depois veio... ai uma época nós descobrimos, acho que foi o seu Flávio o comandante que falou pro Edson, que o dono da TAM ele se hospedava aqui que, ele tinha uma companhia de taxi aéreo aqui e ele se hospedava aqui, porque aqui era uma hospedaria, alguém mostrou uma foto do dono da TAM (Rolim Amaro) aqui, o Jair Pedroso, e depois disso que já é a memória mais recente que a gente tem</p>

	<p>que é da hospedaria. A memória que eu tenho é da professora Teresinha, o Carequinha que foi aqui e depois a Amazomed. O nome da hospedaria aqui era Hospedaria da Madame Odete, e lá no livro do seu Isoca ele deve falar alguma coisa sobre isso, o que a gente nunca encontrou foi a cadeia dominial, e isso que chama? Quem era a dona... eu fui até com a dona Antônia Miléo, que o Pedro Salgado o Barão de São Nicolau, a dona da farmácia homeopática era tio dela, foi ela inclusive que me contou parte da história.</p> <p>Então na verdade esse quando tu fala o nosso, eu acredito que ele foi o único assim que ele foi construído necessariamente pra ser um patrimônio histórico intocável, ele já foi construído com alguma finalidade comercial entendeu, então dentro da concepção que a gente tem, apesar dele ter sido feito por escravos ainda, numa série de coisas, mas a visão toda que eu acho um pouquinho diferente das outras que era mais residência e tudo, eu acho que a visão do Pedro Salgado sempre foi comercial, desse processo aqui, ela não foi exatamente só pra mostrar, o que a gente acha, porque era uma casa só, ela começava aqui ia até lá no canto, tanto é que ele separou a parte da casa mesmo, a gente acha que onde a dona Inacinha mora lá no canto era a casa dele, onde tinha quintal e essa outra parte aqui era os salões enormes, era algo assim que ele pensava em alugar pra escola, montar escolas, alguma coisa que ele pudesse ganhar alguma coisa aqui, tanto era bem separado da casa, a área que não tem salão grande é a área da dona Inacinha o resto que tinha quarto que tinha tudo é tudo lá, tanto é que os quartos é assim, divididos, tem as portas originais ainda que eram divididas pelas aquelas portas ainda, primeiro quarto a sala aqui, dois quartos pra trás a cozinha, quintal. Então a parte que ele fez pra ele morar foi lá e essa outra parte aqui ele já fez no intuito de alguma outra coisa, porque se tu pensar, o Edson sabe melhor que eu, isso aqui na verdade isso aqui era uma fazenda, tinha gado aqui por perto, tinha tudo, então o que se diz que isso aqui era uma sede da fazenda dele, ele era fazendeiro, então aqui era muito salão, de repente até gado tinha por aqui, material, porque era muito salão, porque tanto aqui dessa parte que é o cartório até a nossa aqui foi adaptado pelas divisórias, a parte que não foi adaptado, que tá original com as portas é lá, então eu acredito que lá era a casa dele. Tanto é que ele deixou o quintal e se tu pegar uma foto de época daqui tu vai ver que era muito mato assim, então a gente imagina porque a gente não tem o registro dessa história, a gente imagina que aqui era uma sede assim que ele já pensava num valor comercial, então, a importância é grande. (M.R.B.Q.)</p>
Valor Histórico	
Valor Artístico	<p>“Se eu descaracterizo o imóvel em si e deixo só a fachada, eu tô comprometendo esse segundo ponto, quer dizer o valor arquitetônico dele caiu porque eu só tenho a fachada eu não tenho dentro, internamente tem muita coisa que está descaracterizado já do que era, do que eu conheci. Hoje tem porta de rolo, tem tudo. E aí cai também o valor artístico, porque eu tenho coisas originais a não ser a fachada, isso a gente não tem como dizer não... a fachada pelo menos minimamente fora essas portas de rolo e esses vidros aqui, o restante tá ok.” (G.C.C.V)</p>

Fonte: Dados da pesquisa

O Solar do Barão de São Nicolau é uma edificação que faz parte da contextualização histórica da cidade, nele funcionou o Lyceu de Santareno. Porém, as descaracterizações acontecidas no interior fizeram com que de original só exista a fachada nos dias de hoje, fato que no entendimento de G.L.C.V., compromete a edificação e ela deixa de atender aos valores arquitetônico, histórico e artístico.

Quando perguntados se a edificação conhecida como Casa Elza (figura 33), localizada na rua Lameira Bittencourt, esquina com travessa Francisco Corrêa, atende aos valores arquitetônico, histórico e artístico, 87,50% dos entrevistados, respondeu que sim e 12,50% disse que não atende nenhum dos valores. A edificação obteve 84 (oitenta e quatro) pontos no total, ver tabela 11, portanto fora do intervalo definido para ser inventariada. No quadro 09, destacamos os comentários espontâneos sobre a edificação.

Figura 34: Casa Elza, edificação fechada, nela já funcionou uma academia de dança.



Fonte: Arquivo da Autora/2020.

Tabela 11 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Casa Elza.

CASA ELZA									
Valor	Entrevistado								Total
	R.A.C.S.	A.L.P	R.G.M	J.A.F.	G.L.C.V.	G.C.C.V	M.R.B.Q	J.D.C.M.C.	
Arquitetônico	4	4	5	4	0	4	4	4	29
Histórico	5	2	5	5	0	4	4	4	29
Artístico	4	2	4	5	0	3	4	4	26
									84

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 9 - Relatos dos entrevistados acerca da Casa Elza

Valor Arquitetônico	<p>“Ela ainda está bem próximo do que foi construída, as eiras a beiras. Falta só uma conservação.” (R.G.M)</p> <p>“A casa Elza nós fizemos balé no tempo de 1980, 90... Era aqui em cima. Conhecia muito bem! Bem, a casa Elza eu me lembro... ela também tá só fachada, eu acho... eu acredito, não sei... Ela já foi tudo, esse imóvel, ela foi o comercial Temar aqui em baixo, ela foi academia em cima, foi lojas de alguma coisa aqui também. Eu tenho impressão também que ela só tá fachada, ela foi totalmente mexida dentro, eu não sei dizer como ela tá hoje, mas com certeza o seu valor só ficou mesmo na memória e lá na fachada que não pode mexer ainda, mas, quando eles conseguirem mexer, com certeza, eles vão... Teve uma época que ficou com placa de venda muito tempo, agora não sei como que eles vão fazer por conta das legislações também, porque graças a Deus</p>
---------------------	---

	tem os órgãos pra breca essas coisas e temos também o ministério público estadual e federal, que quando se trata de patrimônio a gente pode acionar essas esferas e com certeza dá uma freada nesse “falso progresso, falsa modernização” das coisas, sem agredir as coisas na sua essência, que a gente sabe, com certeza, que isso foi construído há muito tempo atrás e que tem todo um histórico em cima disso. Então, esse prédio está totalmente descaracterizado do que ele era, do que conheci.” (G.L.C.V)
Valor Artístico	<p>“O artístico ele conserva, né, mas tá precisando de maior conservação. Porque tá abandonado esse prédio aí, acho que já tem uns 10 anos.” (R.G.M)</p> <p>“Não aí já pecou bastante, porque dentro com certeza absoluta... não sei como está..., mas já deve estar, como os demais prédios, a maioria... eles pecaram muito nisso, já modificaram bastante coisa lá. Cê vê que tem três portas aqui a quarta eles já descaracterizaram todinha e fizeram quadrada e porta de rolo, só aqui já... aqui também fecharam, então já tem um crimezinho aqui básico, é eu não lembro se tinha alguma coisa aqui, mas aqui tem sempre teve aqui em cima esse brasão, eiras e beiras, mas eu não lembro eu teria que vê as fotos pra vê se tinha algumas coisinhas, as pinhas.” (G.C.C.V.)</p>

Fonte: Dados da pesquisa

A Casa Elza, do ponto de vista de R.G.M. precisa ser melhor conservada, o prédio está abandonado há 10 anos. Segundo G.L.C.V., por ter seu interior todo modificado, a edificação não atende aos valores arquitetônico, histórico e artístico.

A edificação conhecida como Casarão da família Miléo (figura 34), localizado na rua Senador Lameira Bittencourt, nº 69-A, de acordo com 87,50% dos entrevistados, atende aos valores arquitetônico, histórico e artístico, e para 12,50% não atende nenhum dos valores, obtendo a pontuação de 88 (oitenta e oito) pontos, ver tabela 21, pontuação fora do intervalo definido para ser inventariada. Na tabela 22, comentários tecidos pelos participantes acerca da edificação.

Figura 35: Casarão da Família Miléo, o interior da edificação no andar superior, ainda mantém muito das suas características originais. Atualmente funciona na edificação um restaurante.



Fonte: Arquivo da Autora/2020.

Tabela 12 - Demonstrativo de pontuação referente aos valores arquitetônico, histórico e artístico da edificação Casarão da Família Miléo.

CASARÃO DA FAMÍLIA MILÉO

Valor	Entrevistado								Total
	R.A.C.S.	A.L.P	R.G.M	J.A.F.	G.L.C.V.	G.C.C.V	M.R.B.Q	J.D.C.M.C.	
Arquitetônico	5	3	5	5	0	4	5	4	31
Histórico	5	3	5	5	0	4	5	4	31
Artístico	4	2	4	3	0	4	5	4	26
									88

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 10 - Relatos dos entrevistados acerca do Casarão da Família Miléo

Valor Arquitetônico	<p>“Ele foi adquirido pela família também quando eles chegaram em 1912 meu avô e minha vó ela tava grávida do pai, e ai eles adquiriram esse prédio, tanto é que eles chegaram como imigrantes e eles ganharam muitas terras, que o governo dava naquela época pros imigrantes, mas eles precisavam de uma morada ai adquiriram, não sei quem foi os primeiros proprietários.” (R.G.M).</p> <p>“Bom atualmente já perdeu muito as características, mas ainda lembra alguma coisa.” (J.A.F.)</p> <p>“Eu não sei como está dentro. Eu fico muito emocionada, porque eu ia muito com a vovó. O quarto da dona Marieta era esse daqui. Ela ficava conversando com a vovó, então, eu conhecia tudo dentro. Eu conhecia os quartos que eram em cima, né... e tinha a escada que a gente subia, escada de madeira, aí em cima era os quartos, em baixo tinha a cozinha, que não era cozinha, que italiano não tem cozinha, é cantina como eles chamam. Era um espaço imenso que tinha um ferro grande que eles faziam macarrão, eu via isso... macarrão, o raviole, aquele outro que a vovó fazia bastante também, o nhoque. A Raimunda que trabalhava lá com os Miléo, era uma coisa enorme, umas vasilhas enormes que não eram vidro, que naquele tempo vidro era luxo, Deus o livre, não era vidro, eu acho que era madeira... muita coisa guardada naqueles barris, porque a família era muito grande e eles comiam muito. Então era tudo feito ali, trigo... tudo era feito ali. Eles faziam massa, tinha uma mesa imensa de madeira. Acho que era o pai do Guilherme o seu Vitor ele me adorava, porque meu nome é italiano, a vovó ficava conversando com a dona Marieta alguma coisa ali em italiano, que a vovó falava alguma coisinha, elas se entendiam lá e, ele me levava pra vê os pombos. Em baixo tinha uma outra escada grande, tinha uma coisa enorme lá. Eles criavam algumas coisas lá e ele me levava pra jogar milho, pra jogar coisa de pão que eles faziam, pros pombos, sei lá, lá embaixo. Aí, voltava de novo naquela escada e, era uma casa muito grande. Essas janelas que eu esqueço o nome, que tem um nome na construção civil, na engenharia, elas tinham um espaço assim que hoje em dia não fazem mais isso na construção civil, pelo contrário, hoje em dia é recuado por causa de espaço. Então, naquele tempo tinha, dava de ficar ali conversando, dava pra ficar olhando o rio, o Mascote que já tinha ali na época, o bar Mascote, já tinha a praça, não era como é hoje, mas já tinha alguma coisa. Não tinha a orla, mas tinha o cais que sempre teve, uma cidade como a nossa que vive do rio, vive da economia que é justamente do ribeirinho. Então, a gente via tudo de lá, conseguia ver tudo. Então, esse prédio eu não sei como tá dentro, porque eu não fui mais lá. Virou um restaurante, né?! Mas ele era um imóvel que ainda conservava as coisas como ele era. Não sei como tá hoje, não posso dizer. Mas, ele atendia na época, eles conservavam. Eles não tinham aquela cultura de destruir pra fazer outra coisa, inclusive, o telhado era aparente, a gente enxergava a telha e a pintura também, era uma pintura rústica era até um determinado espaço a pintura, o resto não tinha pintura, era assim que era. A única coisa que era tudo pintado era cozinha deles lá, eu conhecia, a cozinha era, a cantina que eles chamavam, era um espaço bem grande, bem amplo, e era bem assim claro, não sei se pra enxergar bem as coisas. Geralmente esses sobrados a parte de baixo ficava pra comércio e a morada, eu só não sei o que era, porque geralmente quando eu ia com a vovó</p>
---------------------	---

	<p>era domingo, era sábado de tarde, então, eu não sei assim... Ainda tinha a casa dos Reças (figura 35) que era mais pra lá um pouquinho que ela visitava também a vovó, tinha a Luci que a gente tinha que parar ali, a casa Luci era ponto de parada obrigatória, a gente sempre parava na Luci, comia um docinho, tomava um suco que naquele tempo chamavam refresco, um sorvete natural. Não tinha esse negócio era luxo coca-cola, essas coisas, a vovó gostava era de tomar uma água, um suco. Então, esse sobrado eu não sei assim, mas, com certeza eles devem ter mexido, aproveitaram talvez 50% do que ele era. Porque eu já vejo um prédio grande do lado, eu lembro que a Valdelice Câmara ela pra poder mexer do lado, eles fizeram todo um processo com consulta no IPHAM pra não mexer, não sei nem como eles fizeram, na época eu dei uma legislação que eu tinha, pra poder mexerem nessa outra parte.” (G.L.C.V.)</p> <p>“Memória afetiva. Olha já perdeu muito, mas bora colocar 4, levando em consideração que a Solange que agora coisou esse sobrado aqui ainda tá a escada original, alguma coisa dentro ainda é original ela tentou tirar e viu que... você sabe todas aquelas paredes meias... é aquilo não era pintado. Eles tinham preocupação na cozinha, a cozinha era ampla, um alpendre, um negócio, mesa gigante, tudo não cheirava, rescindia massa muita massa, macarrão, macarrão, macarrão pendurado os rolos, uns negócios enormes que eles faziam, tudo em tamanho gigante, tudo grande, então era café, os lanches o almoço, o jantar tudo na cozinha, tudo rolava na cozinha, então era um local de encontro deles. Muita cantoria, muito vinho, muita comida, comida, comida... então era um ponto claro e pintado realmente e o resto não tinha, era só rebocado, não sei como te falar mais era isso. Agora perdeu não é, ali onde ela abriu que tá o restaurante era o quarto da dona Marieta, era exatamente ali, então era quarto grande tinha uma cama grande de mola, era grande mesmo e de metal.” (G.C.C.V.)</p> <p>“Então aí eu não posso fugir, aí tem um lado histórico lá da platibanda pra ti vê que é diferente a parte superior, aí também tem um intriga política, então mais eu considero... eu dou 4, até porque falta mais os vamos dizer não posso dizer, porque tem uma arquiteta aqui chamar de penduricalhos, mas os azulejos que tá faltando, sempre os azulejos dão uma conotação de passado maior e falta mais rebuscamentos.” (J.D.C.M.C.)</p>
Valor Histórico	“Eu desconheço a história dele, mas pela minha família acho que ele foi bem habitada e bem conservado.” (R.G.M)
Valor Artístico	“Apesar de não saber que essa pintura que tá hoje toda de branco e verde é a original realmente, mas pelo menos nos remete a uma similaridade talvez do que seria, o que foi no passado é... embora tenha essa descaracterização um pouco das luminárias que não eram isso e em cima essas antenas aí logicamente por causa da modernidade, mas pelo menos não colocaram condensador de ar externamente tiveram pelo menos essa preocupação de não externalizar aqui e cometer esse crime arquitetônico e artístico pelo menos na frente logo do imóvel e ainda conservam as portas de madeira original, o gradeado ainda é o mesmo pelo o que eu conheço, porque é uma memória afetiva de criança, quando conheceu esse imóvel eu era muito criança. Agora tem dois crmezinhos aqui da rede celpa que agora é equatorial que fizeram uns buraquinhos, que nem pode, mas demais isso é uma coisa mínima em relação ao que nós temos.” (G.C.C.V.)

Fonte: Dados da pesquisa

Figura 36: Casa dos Reças, atualmente só resta uma pequena parte da fachada, o terreno abriga o estacionamento de um hotel localizado no prédio da antiga Lucy.



Fonte: Instituto Cultural Boanerges Sena



Fonte: Instituto Cultural Boanerges Sena



Fonte: Instituto Cultural Boanerges Sena

O Casarão da família Miléo, edificação que despertou emoções em duas entrevistadas, que relembrou momentos vividos nele. A entrevistada G.L.C.V. ficou emocionada ao fazer os relatos dos momentos vividos quando frequentava o casarão. No entanto, durante a análise da edificação, a emoção foi colocada de lado e a razão passou a ser determinante. Para ela, muito da edificação foi alterada, o que faz com que do seu ponto de vista a edificação não atenda aos valores arquitetônico, histórico e artístico. Para G.C.C.V, o casarão está relacionado com memória afetiva, quando ela recorda dos cheiros, dos sabores, dos sons, elementos que lembram de algo especial e que ajudam a construir uma história.

Quando perguntados como avaliam a situação do patrimônio histórico edificado no município de Santarém/PA, para 1 (12,50%) dos entrevistados a situação é péssima, 4 (50,00%) classificaram como ruim e para 3 (37,50%) é boa. Alguns teceram comentários acerca de sua resposta:

“Apesar de muita coisa ainda tá preservado, apesar de muita coisa já terem destruído, tiraram as belezas de vários prédios aí. Não vai longe, o Teatro Vitória que não tá aí e que foi um dos maiores prédios que tinha assim a arquitetura daquele tempo do medieval, eu ainda consegui conhecer, até por dentro eu conheci que era muito bonito que era preservado, porque coisa que fizeram na época que o pessoal fez pelos portugueses e uma coisa que eu achei que fizeram muito errado, foi acabar com teatro Vitória.” (A.L.P.)

“É uma resposta difícil, o negócio é que foi muito abandonado. Não sei se de propósito pra ser ruído, demolido pra depois pensarem em outra coisa. Tem algumas pessoas que procuram recuperar pra não deixar que aconteça o que aconteceu com os outros, como o castelo que foi tombado, ou melhor, derrubado.” (R.A.C.S.)

Através dos relatos de A.L.P. e R.A.C.S. percebemos que assim como tem pessoas que procuram preservar o patrimônio arquitetônico, tem os que fazem descaso. Preservar o bem patrimonial edificado é manter a identidade de um povo, é preservar o que se tem hoje para às futuras gerações.

“Porque precisa muito de sensibilidade pelo lado de autoridades governamentais, mas dos órgãos agregados que trabalham nessa área para que a gente possa conscientizar o povo, mostrar para o povo, explicar para o povo para justificar que esse povo que está aí tem uma história e que fez parte de um passado, mas faz parte da nossa história e tem valor.” (J.A.F.)

“Porque não se conserva o que se tem. Povo sem memória, povo sem história, povo sem amor... não vai pra frente.” (G.L.C.V.)

“Eu penso que tem muito no papel e na prática quase nada. Explicando nós temos o conselho de tudo aqui, conselho de patrimônio, conselho de meio ambiente.... vários conselhos, temos ministério público federal e estadual e infelizmente não vem atendendo essa demanda, não sei o que acontece mas um povo sem memória e sem história é um povo que não vai pra frente, porque o que se sabe que as grandes civilizações que a gente tem no mundo até mesmo no Brasil onde se preservou ou se preserva a questão do patrimônio histórico e o resgate né, eu posso saber de onde eu vim e pra onde eu vou, inclusive se você tem um marco histórico você sabe e começa a entender que aquela população aquela civilização... e isso a gente já perdeu muito infelizmente.” (G.C.C.V.)

“Pois é, foi o que eu falei não se tem um... eu diria que é péssima, não existe conservação, não existe incentivo, não existe absolutamente nada, nem tipo uma orientação que tem uma história, as pessoas querem ganhar dinheiro, derrubar e fazer imóveis comerciais, nunca pensado em manter a história.” (J.D.C.M.C.)

Percebe-se diante das falas dos entrevistados, que a situação do patrimônio edificado de Santarém, não é satisfatória. Eles demonstram certa inquietação com isso à medida que se vai perdendo os patrimônios, com ele perde também a história e a identidade de um povo e ficará apenas a lembrança do que já teve. A ausência de políticas públicas direcionadas para a preservação do patrimônio edificado, para mostrar quais são os prédios antigos e seu valor, e quais são as ruas com essas edificações, leva à tendência de destruição do patrimônio.

Observamos nos relatos que há uma relação afetiva dos entrevistados com o patrimônio edificado da cidade em que vivem. As estruturas arquitetônicas estão inseridas em um contexto histórico. Dessa forma, dizem algo sobre a sociedade que as criaram. Essa transformação que ocorre no Centro Histórico de Santarém/PA, com a destruição ou alteração das edificações é resultante de processos econômicos, culturais ou ainda políticos. Dessa forma, pode-se dizer que essas edificações se constituem em elementos importantes para a concepção do patrimônio cultural de uma cidade. A falta de conhecimento e o desinteresse de alguns proprietários(as) em manter/conservar seus imóveis que possuem valor cultural e histórico para a cidade leva à destruição dos mesmos. Como aconteceu com a edificação conhecida como

Casarão Tapajônico (figura 36), que teve seu interior demolido, deixando apenas a fachada da edificação de pé.

Figura 37: Casarão Tapajônico.



Fonte: Arquivo da Autora/2022.

De acordo com Velho (2006, p. 245), alguns destes proprietários se sustentam no “direito de propriedade”, que estaria sendo “desrespeitado pela interferência do poder público, cerceando os proprietários, desvalorizando as propriedades.” Outro ponto que pode ser definido também como fator responsável pela perda de significativos bens patrimoniais edificados nos centros históricos das cidades brasileiras, em especial o centro histórico de Santarém, pode ser a falta de recursos financeiros particulares ou públicos destinados a essa finalidade.

Independentemente das razões, se perde referências da história da cidade, que remete à história das pessoas e conseqüentemente suas identidades, como visto no relato de G.L.C.V. “povo sem memória, povo sem história, povo sem amor... não vai pra frente.”

Quando questionados se é importante a preservação dos prédios históricos do município de Santarém/PA, todos os entrevistados responderam que sim, justificando suas respostas da seguinte forma:

“Claro! Tem que preservar, isso que simboliza a cidade. O pessoal chega e conhece os antecedentes dos portugueses, dos Barão, a gente tem que preservar, é o histórico de Santarém.” (A.L.P)

“É a história do município, nós temos a pré-história que foi praticamente abandonada. E hoje, o que numa época atrás, acho que época colonial, a época dos barões é época da colônia né. Então a gente tem que valorizar um pouco né, conservar essas coisas em pé. Já demoliram tanta coisa. A gente vê aqueles do Macambira, aqueles perto do ministério público, dos Figueiras (figura 37). Se não conservar... Acho que o governo do estado, o governo municipal devia dar um incentivo para as pessoas manterem.” (R.G.M.).

Figura 38: Casa dos Figueiras, a edificação encontra-se fechada e com placa de venda.



Fonte: Arquivo da Autora/2022.

“Porque se perder isso, a gente perde parte da nossa história, perde parte da nossa paisagem colonial, perde muitas edificações de grandes valores artísticos da nossa cidade. Aí no só teremos coisas de concreto, reto, construção de mau gosto. Infelizmente, só a boa vontade com recurso que se pode preservar essa história.” (R.A.C.S).

“Porque não só faz parte da nossa história, mas porque nós temos que valorizar tudo que de bom fizeram para a nossa base do início de Santarém.” (J.A.F.)

“Porque ela te remete a história, a memória, você pode dizer daqui há 10, 20, 30 anos: Olha aqui foi tal coisa, aqui funcionou a casa Luci (figura 38, 39 e

40), a casa Rosa, a casa isso, a casa Elza. Isso aqui fez parte da história, da economia da região. Então, ainda tem pontos aqui, ainda tem prédios que tem toda uma história e se a gente não preserva, um povo que não preserva, que não tem amor, que não tem memória ele se acaba.” (G.L.C.V.)

Figura 39, 40, 41: Panificadora Lucy, a edificação ficou num estado de total abandono, teve seu interior demolido, hoje o local da edificação é ocupado por um hotel, da edificação original resta apenas a fachada, no entanto os azulejos não são mais os originais.



Fonte: Instituto Cultural Boanerges Sena/2013



Fonte: Lila Rosa/2011



Fonte: Acervo Pessoal/2019

Ao analisar o relato de A.L.P., R.G.M., R.A.C.S., J.A.F. e G.L.C.V. percebemos que o patrimônio edificado, representa a história local da cidade, a materialização da cultura de um lugar, trazem características sobre o lugar, seus habitantes, Essas edificações são testemunhas da história, são elos entre a população e sua identidade cultural. Daí a importância de sua preservação. Faz-se necessário que as cidades se modernizem, novas construções surgem, com isso há alteração na paisagem, porém deve haver a preservação do patrimônio histórico, tendo em vista que ele é a materialização da nossa história, da nossa identidade cultural coletiva.

“Com certeza. Porque, como a pergunta anterior um povo sem memória é um povo que não existe, cê tem que ter um marco, você tem pai e mãe é sua memória primeira, então você é o resultado deles, você é o material genético metade de cada um, mesma coisa o patrimônio se você tem uma referência, eu sei que tenho uma referência por exemplo aqui tem uma grande influência dos portugueses, dos árabes dos mouros, então eu tenho em outros lugares eu tenho influência de franceses, aí lá pro sul do país eu tenho a influência da cultura alemã e tal, então isso resgata a uma civilização e toda sua história, porque se você sabe que a maioria dos prédios com muitos coloridos, muitos azulejos remete ao que? A Portugal, então se a gente tem quinhentos e poucos mil anos eles têm 3, 4 vezes mais do que eles existiam antes de vir pra cá e “descobriram”. Então nesse sentido você tem que ter um marco, tem que saber da onde veio pra poder avançar, evoluir e dizer olha apesar de, mas nós temos isso, nós temos história, nós sabemos de onde nós viemos, nós tínhamos aqui um aglomerado há muito tempo atrás das civilizações dos índios Tupaius, dos índios Tapajó, tinha aldeia indígena, aí eu tenho pra provar isso as cerâmicas, aí entra áreas que fogem da arquitetura, tipo a arqueologia, enfim que vai te contar como é que vivia esses povos, a mesma coisa de você tem essa preocupação com o patrimônio, fantástico, você vai amá-lo, vai respeitá-lo, você vai ter esse sentimento e não vai deixar que destruam. E o que a gente vê em pleno século XXI – 2022, aconteceu mais uma vez um crime histórico porque fizeram aquela insensatez de mexer com

a praça um ponto mais antigo de Santarém, onde começou Santarém, quando viram, quando reviraram o solo e viram os artefatos indígenas que comprovam que realmente esteve a civilização, aí que caíram em si que vieram especialista e graças a Deus, o ministério público deu uma parada ali e parece que vai ser resolvido e encaminhado e não vão mais fazer ali aquela aberração, então nesse sentido em pleno século XXI – 2022 ainda continuam fazendo. É eu acredito muito que se você não tem sentimento esse pertencimento acaba resultando nisso, nesse absurdo que aconteceu.” (G.C.C.V)

De acordo com o relato de G.C.C.V., se uma pessoa não tem sentimento de pertencimento, acaba resultando na perda, na destruição por descuido. Então observamos que a ideia de preservação surge com a noção de perda de algo valioso, já que se preserva aquilo de valor que se corre o risco de perder. Assim, a preservação abarca ações para prolongar a vida do patrimônio edificado, sendo seu objetivo apresentar a população que usa e contempla essas edificações históricas, as mensagens arquitetônicas, artísticas, culturais, históricas e humanas que essas edificações possuem.

“Porque a história tá ali de uma época de... de todas as épocas, então o patrimônio histórico vai mostrar história dessa época de 1800 ou até antes pra cá e hoje cê vê a cidade verticalizando que é da década de 2000 pra cá né, aí dá pra fazer os comparativos, nessa época aqui não existia isso é uma história das pessoas que moraram aqui, as pessoas que construíram essa história, a sua história, a história do município, então como existe a carência de tantas coisas, de teatro de músicas, que sempre tava acontecendo aí, os eventos né, exatamente nessas casas.” (J.D.C.M.C.)

“Ah sem dúvidas né. A memória arquitetônica é a memória que eu quero que a minha filha tenha que ela passe pra geração dela, porque eu sempre digo pra minha filha que a gente não vive em loja arrumada, a gente vive numa casa né, e a casa é o que vai ficar na memória da gente, e uma casa que tem que tem aconchego, tem que quer a história, tem que ter um significado, então esse é um valor que eu passo pra ela, mas ela diz: mamãe mas isso aqui não podia ser mais moderno, não podia ser...? Eu: não! Você não consegue entender isso agora nos seus 16 anos, mas lá na frente você vai perceber, que a estrutura de uma casa a forma que você consegue conceber ela, de uma casinha de madeira até um prédio tão grandes como esses assim, eles vão preservar as gerações, eles vão ficar, a arquitetura é um valor pra uma geração. E é muito bacana quando a gente tem uma história pra contar dela, então pra mim, aqui tem a história da comida que foi feita, tem a história do pensamento do Barão que eu te falei, tu consegue através da estrutura arquitetônica entender como era o perfil daquela família ali, e como eu sou filha de historiador isso pra mim... [...] Então eu acho que isso é um valor, isso não tem preço, é um valor que eu construo com a minha filha, como meu pai construiu com a gente, eu não dava muito interesse, quando o Djalma começou aqui o cartório ele tinha uma gráfica aqui, aí o Djalma pra separar bem as casas ele pegou a tinta vermelha e passou no azulejos, ficou tudo de vermelho, meu pai chegou lá e disse, eu posso ser teu pai então vou te dar um ralho, tira esse vermelhão do azulejo, nessa época não se tinha adesivo, não se tinha nada, era tinta mesmo e não demorou muito o Djalma riu, ficou meio chateado mas não demorou muito deixou a tinta sair e não pintou mas, então isso eu vi o papai fazer e é isso que eu quero que a minha filha veja a

gente fazer [...] isso aqui tem uma vivência toda nossa de significado, tem toda uma história, então eu acho que deve ser preservado pelo valor afetivo, pelo valor arquitetônico e principalmente para essa geração que tá vindo que não sai do celular e que não tem referência nenhuma, que nem olha mas pro lado só olha pra baixo, pra que elas tenham essa vivência, para que elas tenham isso aí... eu sempre digo isso, digo a partir da minha filha, olha o colégio que você estuda, olha a área bacana que a gente pode ter, a minha filha andava de bicicleta aqui dentro e pra ela era tão chique na época que ela dizia, mamãe eu posso ir pro salão de brincar? E ela lembra, então ela construiu uma memória... “eu posso ir para o salão de brincar” eu dizia mais que coisa chique que tô me sentindo na Áustria.” (M.R.B.Q.)

Nas falas dos entrevistados, percebemos que com a preservação das edificações históricas, a história se mantém viva, como disse J.D.C.M.C “a história tá ali de uma época... de todas as épocas”. A entrevistada M.R.B.Q. passa para a filha a importância do valor que tem o bem patrimonial, não só quanto ao valor arquitetônico, mas o valor afetivo e que isso deve ser estendido de geração em geração, os mais jovens pouco conhecem do nosso patrimônio, e com as perdas do patrimônio, perde-se a história, a identidade, o que de certa forma é preocupante, já que nossa história é insubstituível.

Medidas de conservação do patrimônio surgem na França, em período após a Revolução Francesa de 1789. Nesse momento se depara com o que pode ser tido como a origem da preservação de monumentos históricos, com a elaboração de aparato jurídico e técnico objetivando atender às demandas de grande parte da população preocupada com as depredações claramente ideológicas contra vários monumentos logo após a Revolução (FONSECA, 2005).

Quando se fala em preservar patrimônio edificado, deve-se pensar que isso tem uma grande relevância, isso significa uma forma de escrever história, tanto a cidade quanto a escrita sobre ela fazem parte de um processo de memorização individual e coletiva. Essa memória do patrimônio edificado tem a missão de reproduzir as experiências construídas por uma sociedade, e nisso podemos incluir uma visão de mundo, as influências recebidas, a cultura e até mesmo a questão da economia e desenvolvimento.

Acerca da responsabilidade pela preservação e conservação do patrimônio histórico edificado do município de Santarém/PA, os relatos foram:

“Olha eu acho que, não sei não, isso eu não sei nem dizer. na realidade tem uns prédios que os donos ainda preservam, mas o resto é a prefeitura. Mas que eu acho que deve preservar é a prefeitura.” (A.L.P.).

“Se tombassem esses patrimônios, acho que o governo municipal seria o principal responsável, mas o governo do estado tem que ajudar.” (R.G.M.)

“Geralmente, deveria ser os proprietários dessas edificações, mas, muitos não tem recursos. Então, eu acho que alguém, o próprio poder público poderia tentar conseguir recursos para fazer suas restaurações e usar essas edificações como um ambiente da cultura, um ambiente da administração para que não venha ocorrer as suas destruições. Então, recurso pra isso tem, agora o que falta é boa vontade. Eu acho que os poderes públicos tanto estadual, quanto municipal e até federal, através dos seus representantes poderiam tentar conseguir recursos para restaurá-los e ver se conseguia a desapropriação, a aquisição pro município, ou pro estado para ser transformado em alguma coisa, por exemplo, nós temos muitas entidades aqui em Santarém que não tem sede, entidades importantes, escolas de músicas, academias, institutos históricos que não tem sede própria, não tem recurso pra isso e ficam perambulando em busca de locais para se reunirem. E se o poder público tivesse interesse em ajudar, eles poderiam bem partir pra isso, pra conseguir os recursos necessários para aquisição definitiva, ou o contrato com os proprietários para que funcionassem lá essas entidades e, com isso, a preservação estaria garantida.” (R.A.C.S.).

A.L.P., R.G.M. e R.A.C.S. atribuíram ao poder público a responsabilidade da preservação e conservação do patrimônio histórico edificado, e que este desenvolva mecanismos para obtenção de recursos para desapropriação destes bens patrimoniais, e que as edificações possam sediar órgãos, instituições ligadas à cultura. Dessa forma o bem tem uma ocupação, serve à sociedade e se mantém de pé. Se observa que nos dias atuais, algumas edificações de relevante interesse histórico para o município, encontram-se fechadas, algumas com placas de “vende-se ou aluga-se”, e o não uso da edificação contribui para sua deterioração.

“Eu diria a partir do poder público municipal seria o principal responsável, dele deveria partir programas de preservação, conservação até se fosse o caso tombamentos e valorização e até explicar e justificar e reescrever capturar novamente a história e tornar público para o povo tomar conhecimento e abraçar junto essa história.” (J.A.F.)

“Todos nós! A gente não pode mais pensar só no “Eu” quando se trata de patrimônio, de coisas que fazem parte da história e que nos remete as memórias, ela deixa de ser do individual e ela se torna coletiva. Então, não sou eu que tô dizendo, está na Constituição Federal, está na Lei Orgânica do município, está no Código de Postura, na lei estadual. Então, nas diversas legislações que temos que falam e que nos remetem a essa fundamentação jurídica.” (G.L.C.V)

“Todos nós, todos nós, não só o poder público cada cidadão que aqui está, tendo nascido ou que está morando aqui ou que veio e escolheu pra morar aqui, pra construir a sua vida pessoal, carreira ou que for, tem que ter um respeito, porque quando você respeita o outro e se respeita aí tudo anda bem, aí faltou com respeito aí já né ... é como todas as relações se você não respeita o meio ambiente, degrada, você vai ter as consequências, se você não tem esse respeito pelo patrimônio mesma coisa acontece, é fica sem história e mais lá na frente fica sem história, sem memória sem nada, ai não

sabe de onde veio e não sabe pra onde vai, então é um perdido aí não é interessante nesse sentido. (G.C.C.V.)

Além de apontar a necessidade de se respeitar a coisa patrimonial, G.C.C.V., em sua narrativa, também pondera que:

“E eu gostaria de deixar como mensagem que é uma pesquisa científica, eu sou de ciências biológica e sou pela ciência, sou a favor da ciência, é uma ciência social por que é nessa área do patrimônio que eu aprendi a gostar e respeitar até porque eu trabalhei no centro cultural João Fona, no museu, até por que eu aprendi muito com as pessoas que estavam lá, que estavam trabalhando inclusive com Laurimar Leal que pra mim foi muito bom esse conhecimento que ele tinha ele e os outros que estavam lá naquele momento, seu pai também, então é nesse sentido a gente só tem a ganhar, então eu queria assim que a sua pesquisa pudesse somar e pudesse ser divulgada pra que principalmente com os mais jovens, por que?”

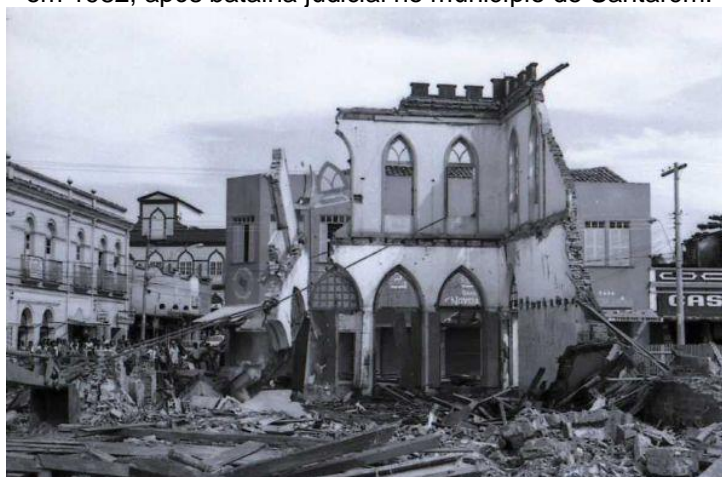
G.C.C.V. continua sua entrevista insistindo na necessidade de se resgatar a o valor dos patrimônios a partir do que as memórias possam possibilitar de lembranças, e daí se produzir exigências de preservação, principalmente se a cidade tem interesse econômico na exploração da atividade turística. Ela expõe que:

“Você tem que incentivar os mais jovens, eles terem esses sentidos de pertencimento, as crianças como fazem lá fora, em Minas, até em Portugal, em Minas isso é muito forte as crianças que são os guias das cidades históricas, como por exemplo em Ouro Preto, por que você deve ensinar as crianças? Porque elas são um livro aberto e se eles tomam pra si esse sentimento do pertencimento do patrimônio e quando eles ficarem adultos e depois idoso eles vão ser os primeiros defensores e não vão deixar que aconteça o que tá acontecendo com Santarém, que apesar de ser a mais antiga do Brasil né não adianta de muita coisa nesse momento agora infelizmente, por que? Tá precisando resgatar, resgatar a nossa memória, a gente tinha descendo aqui em casa um castelo, eu tinha sete anos de idade, eu tenho a visão de um bolo deste tamanho de ferro, tipo um canhão um negócio um guindaste eu não sei o que era aquilo e pah as paredes caindo e pah (figura 41) ficou uma memória negativa no final das contas, então o que acontece... tinha um castelo, tinha trapiche, tinha uma série de coisas que não tem mais, Santarém ficou uma cidade que já teve e não exatamente, não é interessante ao nosso ponto de vista isso, tem que dá agora uma freada e como eu acredito na ciência que pode ser um instrumento de renovação resgate eu diria que resgate nesse momento e também de acolher não só esse depoimento das pessoas, como você estar fazendo essa pesquisa mas ensinar pros novos a respeitar, a gostar, respeitar esse é o principal, porque o respeito ele não adentra ele pode até não gostar mais ele não adentra porque ele respeita. Então esse sentido de respeito e quiçá de pertencimento de sentir orgulho em ter uma Santarém que teve história e ainda que continua e que com isso possa trazer mais turistas e que em vez de depredar isso aqui é melhor ainda vai se ganhar economicamente falando, como todas outras cidades no mundo que vivem do turismo e porque não Santarém não daria certo?”

Então, G.C.C.V. conclui que é preciso um trabalho mais especializado de educação do patrimônio e promoção de valores de pertencimento.:

“E dá, é só trabalhar bem isso, e aí seria assim nas escolas, nós temos quatrocentos e poucas escolas do município e 40 do estado, já dá um bom número se você sensibilizar.... que tem um programa dentro do planejamento pedagógico sei lá da escola e em algum momento, em uma disciplina ter essa interface de patrimônio incorporar seria muito interessante, porque eles estariam se empoderando de uma informação, internalizando, isso vai servir... porque quando eles crescerem ficarem mais adultos e depois idosos eles vão tomar pra si aquilo com um sentimento de pertencimento e não vão deixar que isso se acabe, que isso fique, é nesse sentido.” (G.C.C.V.)

Figura 42: Hotel Mocarongo e Loja “O Castelo”, localizados na antiga Rua João Pessoa, atual Rua Senador Lameira Bittencourt. O hotel já hospedou ilustres do País como Mário de Andrade, demolido em 1982, após batalha judicial no município de Santarém.



Fonte: Acervo do Instituto Cultura Boanerges Sena. Publicado no blog de Ignácio Ubirajara Bentes de Sousa Neto/2019. Em: <http://ignacioneto.blogspot.com/2016/02/santarem-o-castelo.html>

Para J.A.F. o poder público é o principal responsável pela preservação e conservação do patrimônio edificado de Santarém/PA, que dele deveriam partir as ações para a proteção do bem, já para G.L.C.V. e G.C.C.V. a responsabilidade é de “todos nós!”, o que envolve não só o poder público quanto qualquer cidadão. Observando o art. 216 da CF 1988 percebe-se que essa responsabilidade é tanto do poder público, quanto do cidadão, da comunidade, é uma ação de comprometimento que deve partir de ambas as partes. Então, a comunidade além de cobrar do poder público a responsabilidade para como patrimônio histórico edificado, não só o edificado, mas o patrimônio cultural de modo geral, também deve fazer sua parte, ajudando na preservação, denunciando casos de vandalismos. Assim contribuimos para a perpetuação do patrimônio edificado de Santarém/PA.

“Olha o proprietário sem dúvidas é o principal né, mas tem que ter também o poder público poderia participar, incentivando, dando, dando... já que aí pra fora existe até governo que investem, fazem investimento para recuperação, podia fazer pequenos incentivos, poderia ser um agrado, dispensar o IPTU que é o mínimo do mínimo.... mas só isso daí já dava uma conotação nos proprietários, e falta hoje as universidades pra chegar e fazer um trabalho mesmo de peso na mídia, levando histórico pros proprietários, eu acho que a universidade hoje em dia é fundamental, já que existe a ausência do poder público que tá envolvido com tantas questões também, mas a infraestrutura seria bem junto, mas reforço a universidade sem dúvida nenhuma que participar e correr atras o tempo tá passando eu tô vendo prédio lindo aqui na Siqueira Campo vê o mato subindo tá no meio da rua a fiação elétrico e ninguém faz nada. Ali onde morou a família Cleo Bernardes, em frente ao seu Mimico, na Siqueira Campos, Sebastião Tapajós depois.” (J.D.C.M.C.)

Para J.D.C.M.C. o principal responsável pela preservação é o proprietário do imóvel, mas é importante a participação do poder público, através de leis de incentivo, por exemplo, dispensa do imposto predial territorial urbano, o que já seria uma motivação para os proprietários conservarem o bem. Exemplos dessa natureza, encontramos em São Luís – MA, que através da Lei Municipal nº 3.836/1999, os imóveis que são tombados podem ser beneficiados com isenção total ou parcial da alíquota de IPTU, o que se dá de acordo com o grau de conservação e preservação da edificação. Na cidade de Santos – SP, em seu plano diretor, elaboraram um capítulo específico para a temática de preservação do patrimônio cultural, instituíram benefícios fiscais para o incentivo à preservação e recuperação de bens culturais, podendo os proprietários terem direito à isenção de IPTU e imposto sobre serviço – ISS da obra de restauração. Percebe-se que a preservação não requer somente ações de conscientização da sociedade que é a detentora do patrimônio, mas também do fator econômico.

“Ah sem dúvida né, eu acredito que hoje seria uma parceria entre o poder público e o... quem tem que ter a iniciativa maior é o poder público, mas eu acredito que hoje não dá pra fazer lei nenhuma que não tenha as parcerias, por causa da questão mesmo da propriedade particular que ninguém tem culpa. Nós pagamos IPTU, pagamos tudo, e assim... outra coisa tu dá uma casa como garantia é uma coisa assim, então seria uma política que parece que já existe nesse sentido que eu vou aplaudir se sair, não por nós, mas... que o poder público dê prioridade pra deixar alugar esse tipo de prédio e ai ele tem obrigação de restaurar, mas ele já dá um retorno para o proprietários, talvez por um valor abaixo de mercado, alguma situação, ele tá lá, ele não vai perder a propriedade. É por isso que eu te digo, eu não acredito em nada hoje de patrimônio tendo em vista que não dá pra fazer nada praticamente, que não seja em parceria, parceria nós somos aqui totalmente aqui favoráveis, como aconteceu a parceria do ministério público com o poder público ali que ele fez o teatro Vitória lá, esses órgãos eles têm dinheiro e eles precisam de espaço e eles ficam alugando casas aí que é de parentes, que é de não sei o que, entendeu? Então se tu tens uma lei, que diz que tu precisas, tem espaço, tu faz o tombamento de fachada e tu podes fazer esse espaço

funcional, eu acredito que não tem outro caminho, aqui no comércio nessa parte toda não tem outro caminho. [...] um dia aqui passou uma senhora ela voltou tirou foto, aí eu fui me aproximando, ela disse olha desculpa tá tirando foto da sua casa, mas eu sou arquiteta, [...] eu disse assim pode entrar venha vê, ela veio tomou um café por aqui, fez umas perguntas pra mim, ela disse mas a senhora tá fazendo... faz essa parte do novo e do velho? Não a gente faz tudo pela nossa intuição, pela minha vivência assim do papai que era historiador e o Edson que é fotógrafo e fotografou esses casarão todo por aí e também a gente tem essa revista aqui, eu passo ali eu vejo uma revista e compro, ela disse eu sou a editora dessa revista, eu nunca me esqueci do nome, ela disse eu sou a Patrícia Patrício, aí eu fui olhar, ela disse veja o editorial aí, eu sou a Patrícia Patrício, foi eu que fiz a edição dessa revista, eu sou a editora da casa Claudia [...] e aí eu disse meu Deus, então a senhora assim eu tenho que colocar como se diz por aqui eu tenho que colocar a viola no saco, porque eu tô falando com uma autoridade e pensando que tô abafando aqui lhe mostrando né, ela disse não esse é o caminho, não tem nada errado vai fazendo não deixe cair, entendeu? Aqui você não tem culpa de nada o que aconteceu aqui e assim parabéns que vocês conseguiram resgatar algumas coisas.” (M.R.B.Q.)

Conforme a fala dos entrevistados, tanto o poder público quanto o proprietário são responsáveis pela preservação do patrimônio edificado de Santarém/PA, cada um com sua parcela de responsabilidade. Para J.A.F, o poder público deve promover programas de conservação e preservação e até mesmo ações de tombamento de bens. Dessa forma o povo toma conhecimento e abraça a história, se sente parte do meio, sente que aquilo lhe pertence. M.R.B.Q. fala sobre parceria entre o poder público e o privado. O poder público poderia alugar os prédios históricos para abrigar seus órgãos, assim como fez com o Ministério Público na cessão do Teatro Vitória. Nesse mesmo sentido é a fala de R.A.C.S., para ele o município poderia usar essas edificações como espaço de cultura, poderia desapropriar e alocar entidades culturais aqui existentes, dessa forma a preservação estaria garantida.

G.L.C.V, foi enfática em sua resposta: “Todos nós!” para ela quando se trata do patrimônio, da história de um povo, não se pensa só no eu, mas no coletivo, e isso está nas legislações que tratam das questões referentes ao patrimônio. A proteção do patrimônio cultural é uma responsabilidade imposta tanto ao Poder Público quanto à comunidade, conforme o que dispõe a Constituição Federal em seus arts. 216, § 1º, 23, III e IV e 30, IX. O século XX foi marcado por movimento político mundial de preservação do Patrimônio Cultural, dessa forma é correto afirmar que hoje a preservação da identidade popular é uma das funções do Estado e um dever da sociedade. Um importante ponto, foi a criação da Unesco, organização que promove a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo (CASTRO, 1991).

Para G.G.C.V., tanto o poder público quanto cada um de nós somos responsáveis, para que mais tarde não fiquemos sem história, sem memória, sem saber de onde viemos e para onde vamos, um perdido. Ela ainda abordou questões acerca da educação patrimonial, de sensibilizar as crianças sobre a importância da preservação. Educar a população acerca desse cuidado com sua cultura, sua história é fundamental na busca da preservação do patrimônio, difundir o conhecimento de leis e métodos para que se alcance a preservação do patrimônio de determinado lugar, de determinado grupo social, destacar a importância desse cuidado, dessa proteção, é garantir que se mantenha viva a memória, a tradição, para que esse sentimento de pertencimento seja passado para geração futuras.

Dessa forma a base para o surgimento de uma política de preservação em uma cidade, é a educação ambiental. A sociedade precisa ser ativa e participativa para requerer dos órgãos responsáveis as medidas imprescindíveis para essa proteção histórica e cultural do patrimônio de uma sociedade. E, esclarecendo que a política pública de preservação patrimonial é um conjunto onde se trabalha o poder público e a sociedade:

Partindo do consenso de que tal política é de responsabilidade dos poderes em todas as esferas (estadual, municipal e distrito federal) com a colaboração da sociedade, desde a Carta de 1988, o acesso aos bens culturais e a fruição que podem despertar são, portanto, um direito e um dever. (MARCHETTE, 2016, p.70)

Para J.D.C.M.C., além do poder público e do proprietário serem os responsáveis, outro elemento fundamental no processo de preservação são as universidades. Ele percebe ausência do poder público e vê na universidade um importante apoio. Então, todos os níveis de Estado têm competência utilizar dos meios necessários para impedir a degradação e destruição dos bens culturais, aqui se tratando do patrimônio edificado. Por abordarmos questões patrimoniais acerca de bens edificados no centro histórico de Santarém/PA, é importante destacar entre os meios de preservação, o papel do município na realização dessa tarefa.

A aprovação do Estatuto da Cidade e a obrigatoriedade do plano diretor colocou a questão da responsabilidade do município em muitas frentes da política pública, destacando a da preservação cultural. Assim, é necessário que o município tenha um posicionamento diante da memória e da cultura local. Por meio da questão do patrimônio cultural local, impõe-se uma obrigação educativa e unificadora: a

preservação de valores locais. Dessa forma, é importante que o município se aposses de sua história, chamando para si ações de preservação, tais como o tombamento de bens de interesse local.

O município dispõe de legislação específica acerca do patrimônio cultural, Lei nº 19.661/2014, de 12 de dezembro de 2014 – Dispõe sobre a preservação do patrimônio cultural e natural do município de Santarém – Estado do Pará, Cria o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural e Institui o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural (anexo 2). Dentre as atribuições do Conselho, destacamos: propor as bases da política de preservação do patrimônio cultural do município. No entanto, apesar da lei de criação do Conselho Municipal do Patrimônio, das atribuições nela contida, faz-se necessário que o município crie toda uma ordem jurídica direcionada para a preservação (onde se trabalhe definição de patrimônio, definição de registro e tombamento, definição de uso dos bens), sempre observando os parâmetros definidos em legislações federais e estadual. O município deve definir suas prioridades acerca da preservação.

É importante citarmos que antes da Lei 19.661/2014, desde o ano de 1978, o município “tenta” fazer algo pela cultura do município, o que entendemos estar implícita a questão da preservação do patrimônio edificado. Em 1978 foi promulgada a lei nº 8.120 de 05 de julho de 1978 (anexo 3) - Institui o Conselho Municipal da Educação e Cultura e dá outras providências, que tinha por finalidade estudar, coordenar e propor soluções para os problemas da educação e da cultura do município. Em 1986, outra legislação cria novo conselho, lei nº 11.620, de 23 de janeiro de 1986 (anexo 4) – Institui o Conselho Municipal de Cultura de Santarém e dá outras providências. Sua finalidade era estudar, coordenar, determinar medidas e propor soluções para os problemas das artes e da cultura do município. Em 1991, mais uma vez, surge uma nova legislação, lei nº 13.958, de 26 de dezembro de 1991 (anexo 5) – Dá nova redação a dispositivos que menciona a lei municipal nº 12.076/86 e dá outras providências. Neste ponto fica evidente quais são as ações voltadas para o patrimônio:

Art. 3º - Compete ao Conselho Municipal de Cultura:

VI – Recomendar as medidas necessárias para a defesa, conservação ou restauração do patrimônio histórico, artístico ou cultural do município e cooperar para a defesa e conservação em se tratando de patrimônio estadual ou nacional.

Em 2001 foi promulgado outro instrumento para prática de preservação, a lei nº 16.904, de 24 de maio de 2001 (anexo 6), que institui uma comissão de preservação do patrimônio histórico de Santarém. Nessa época é registrada a necessidade de preservação da memória da cidade por meio de gravações de depoimentos de viva voz. Em 2005 outra lei abordando a questão patrimonial é sancionada, a lei 17.912/2005 (anexo 7), que recomenda as medidas necessárias para defesa, conservação ou restauração do patrimônio histórico, artístico, cultural ou ambiental. Porém, ela não cita quais são as medidas recomendadas. Ainda assim há ações de preservação embora pouco eficientes. Observamos então, que houve diversas tentativas de se trabalhar a preservação do patrimônio histórico-cultural do município, e que essa preservação caminha lentamente.

O entrevistado J.D.C.M.C., ao término de seu depoimento, relembrou momentos vividos da época de infância, nesse momento, os olhos brilharam e a emoção tomou conta. Segue o relato:

Muitas boas lembranças. Então eu, as vezes que meus tios, eram dois tios que ficaram por últimos, os outros casaram, desde que eu me entendo, desde os 12 anos, então algumas vezes eu ia dormir lá quando eles viajavam eu revezava com os outros primos, minha irmã, e assim de toda tarde nós estávamos brincado no fundo, que eras umas das maiores mangueiras que eu já vi em Santarém ou em qualquer lugar, que era uma manga imensa, sem fiapo, gotosíssima, muitas plantações de ata, de sapotilha e era adubado, o tio trazia muito esterco de gado e escorregar, escorregávamos em casco de tartaruga, tinha uma inclinação com os pedregulhos que era um espetáculo, minha mãe conta que tem corrimão grande que ela escorregava ali também no corrimão, era jogo de canastra ai sempre com o seu Otaviano Matos, Emir Bemerguy, professor Emir sempre vinha, Neném BBC, quem mais eu lembro Eduardo Antunes, Valquíria Antunes, então sempre tinha aí as atividades da jogatina, do baralho e os almoços, aí era, e ai essa casa virou eu sempre chamava agora... teve os 95 anos da minha tia que era lá de Óbidos Rosa Valinor, que reunia as italianada, a "talianada" toda em Belém e eu dizia que era o consulado Italiano em Santarém, que todos os italianos do Baixo Amazonas ficavam aqui pra pegar o avião, chegavam de suas cidade Óbidos, Oriximiná e Alenquer, que pernoitavam aqui as vezes passavam até dois dias pra pegar o avião pra Belém, de Belém seguia para São Paulo e no retorno era a mesma coisa, então via todo tempo a mesa imensa sempre com três ou quatro pessoa de fora aí, tinha um relógio espetacular pêndulo que tá com meu primo, uma obra prima que dá uns dois metros e meio, um piano que a minha mãe tocava tá com a gente, quero trazer pra cá pro nosso prédio e um fogão também me chamava atenção que tinha umas seis bocas, um forno e em cima sempre tinha os queijos que ficavam defumando, linguiça, tudo era feito aí, e tinha uma área embaixo que a gente chamava de chagão antigamente, que era criado galinha, porco, pato todo começo de ano era colocado um porco lá e no final do ano era um evento a matança desse porco era um espetáculo. Então eu tenho muitas lembranças, se a gente for puxar, eu quando comecei meu trabalho inclusive, na lateral que é um terreno que também fazia parte, que é onde a gente está hoje nesse prédio aqui, eu comecei minha atividade aqui de refrigeração num galpão bem antigo, reformamos e depois a minha mãe, minha mãe é uma guerreira de 95 anos

comprou isso aqui da família e ela construiu isso aqui, ajudamos um pouco os filhos e tá esse prédio hoje que tá praticamente acabado já e com essa visão abençoada aqui. E a Cecy aqui ficou muito encantada.”

Então, conforme os relatos, percebemos que as memórias não são pertencentes a um único indivíduo. Elas são propriedades de um grupo comum, de uma coletividade. Assim, nossa vida é construída de memórias que montam o quebra-cabeça de nossa existência. Cuidar, proteger e preservar nosso passado é garantir a continuidade da história de todos, para todos.




Os pontos de vista dos entrevistados acerca dos valores arquitetônicos, históricos e artísticos das edificações abordadas nessa pesquisa, subsidiaram a seleção das edificações a serem inventariadas. Conforme as narrações memoriais dos entrevistados, apresentamos cinco edificações inventariadas por nós, a saber: *Solar do Barão de Santarém, Solar dos Campos, Sobrado do Sol, Centro Cultural João Fona e Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição*. Com elemento final de nossa dissertação, apresentaremos a inventariação detalhada desses bens com base na percepção dos entrevistados sobre a importância do bem para a sociedade, tendo em vista o método de valoração com que Alois Riegl, Júlio Curtis e Júlio Katinsky e Itamar Paulino trabalharam para analisar os bens, “a partir de diferentes percepções que o contato com os monumentos suscita nos indivíduos” (FONSECA, 1997, p. 65), observando valores arquitetônicos, históricos e artísticos.

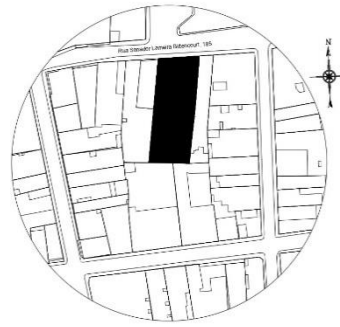
O termo inventário, de acordo com sua etimologia, se origina no termo latino *inventarium*, com o sentido de achar, ou ainda pôr à mostra, dar a conhecer (HOUAISS, 2006). O termo está associado ao patrimônio, que é entendido como o conjunto de bens que pertencem a alguém, herdados ou adquiridos. Em comum empregam o sentido de relacionar, contabilizar, descrever minuciosamente, proceder a levantamentos individuados e completos, achar, descobrir, através deles pode-se valorar os itens que compõem um determinado patrimônio. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, determinou o inventário como uma das formas de preservação do patrimônio, bem como o registro e o tombamento (art. 216, §, 1988).

^{1º} O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988).

Quando se considera os inventários como importante instrumento de identificação, documentação e produção do conhecimento histórico, o historiador que se utiliza desse instrumento está diante da seleção e da escolha de uma história e de uma memória a serem preservadas. Os inventários passaram a se destacar nas novas políticas de memória até então dominadas pelo instrumento do tombamento e os correlatos restauração e conservação. Em se tratando de patrimônio cultural, inventariar os bens significa produzir um conhecimento que necessariamente parte do estabelecimento de critérios, pontos de vista e recortes sobre determinados universos sociais e territoriais.

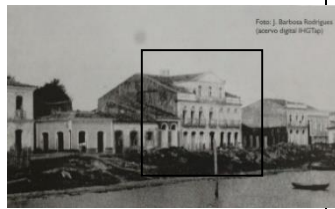
A partir daqui, apresentaremos as fichas de inventariação dos bens selecionados. As inventariações foram feitas através das características externas, isso se deu pelo fato da impossibilidade de adentrar em duas edificações selecionadas, sendo elas: Solar do Barão de Santarém, Sobrado dos Campos, e ainda pelo momento que ainda se vive, com a transmissão do vírus do coronavírus.

INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS							
CARACTERÍSTICA DO BEM ARQUITETÔNICO							
IDENTIFICAÇÃO DO UNIVERSO DO OBJETO DE ANÁLISE							
Município: Santarém		Localidade: Centro		UF: PA		Data: 26/08/2022	
LOCALIZAÇÃO DO OBJETO							
Identificação do bem: Solar do Barão de Santarém							
Logradouro: Rua Senador Lameira Bittencourt						Nº:145	
Identificação do proprietário: Vânia Suely Pereira Maia		Coordenadas geográficas			Propriedade		
		Latitude:	2°24'59.82"S		Pública		
Contatos:		Longitude:	54°42'44.87"O		Privada		X
					Mista		
						Outra	
CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO							
CONTEXTO		PROTEÇÃO EXISTENTE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
	Rural		Estadual		Integro		Excelente
	Urbano	X	Municipal*		Pouco alterado		Bom
	Entorno preservado		Federal		Muito alterado	X	Regular
X	Entorno alterado		Nenhuma	X	Descaracterizado		Precário
	Forma conjunto						Em arruamento
	Bem isolado						Arruinado
* A proteção municipal refere-se a Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo, Lei Complementar nº 007/2012 e Plano Diretor Municipal lei nº 20.534/2018.							
IMAGENS							
							
Fonte: Manassés Lobo e Folha Filmes Produtora, 2022		Fonte: Manassés Lobo e Folha Filmes Produtora, 2022			Fonte: Cecy Susuarana, 2022		
SÍNTESE HISTÓRICA							
<p>A área onde está localizada a edificação, está inserida na Zona de Preservação do Patrimônio Cultural de Santarém/PA, definida na Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar nº 007/2012). Essa área faz parte do traçado de ocupação habitacional do que hoje é o Centro Histórico de Santarém. Por volta dos séculos XVIII e XIX, a arquitetura começa a ser desenvolvida na cidade. A edificação está localizada na Rua Lameira Bittencourt, que já se chamou Barão do Tapajós, Rua dos Mercadores, Rua do Comércio e na década de 1930 passou a chamar-se Rua João Pessoa, em homenagem a um dos líderes revolucionários, o paraibano João Pessoa, assim foi até a década de 1960, quando mais uma vez teve o nome trocado, passando a chamar-se Rua Senador Lameira Bittencourt. Essa era a primeira rua da cidade no sentido paralelo ao Rio Tapajós. Início da década de 70 surgiu a Avenida Tapajós, através de aterros no rio. Antes do aterro, os quintais das casas terminavam na praia. De 1900 a 1919, a edificação abrigou o Grupo Escolar de Santarém, pioneiro no interior do Estado do Pará.</p>							
DESCRIÇÃO DA ÁREA							
Mapa de localização em relação ao contexto							



Fonte: Mapa de Santarém/ Prefeitura Municipal de Santarém. Elaboração: Cecy Sussuarana, 2022.

ICONOGRAFIA HISTÓRICA



Fachada principal, 1889
Fonte: IHGTap/Acervo



Fonte: ICBS



Fachada principal, década de 70. Fonte: Fonseca, 2006. p. 973

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE

Imagens/ croquis das fachadas



Fachada.
Fonte: Cecy Susuarana, 2022









Conjunto de portas segundo pavimento.
Fonte: Cecy Susuarana, 2022



Detalhe bandeira.
Fonte: Cecy Susuarana, 2022



Porta principal.
Fonte: Cecy Susuarana, 2022

ÉPOCA/ DATA DA CONSTRUÇÃO		TIPOLOGIA		PAVIMENTOS			
Século XIX			Religiosa	Acima da rua	03		
USO ORIGINAL		X	Civil	Abaixo da rua			
Misto			Oficial	Sótão		Si m	X Não
USO ATUAL			Outra	Porão		Si m	X Não
Edificação fechada							
MEDIDAS GERAIS DA EDIFICAÇÃO				OBSERVAÇÕES			
Altura fachada frontal	±12m	Altura da cumeeira	±2,5m	A edificação encontra-se bastante degradada, tanto pelo desgaste do tempo, intempéries, quando pela depredação por vandalismo. A edificação está em processo de tombamento no Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Pará, desde o ano de 2004.			
Altura fachada posterior	-	Altura total	±12m				
Largura	± 26m	Pé direito térreo	-				
Profundidade	±30m	Pé direito tipo	-				
							
Fonte: Cecy Susuarana, 2022		Fonte: Cecy Susuarana, 2022					
FOTOS E ILUSTRAÇÕES DE DETALHES IMPORTANTES							
							
Detalhe pilastra. Fonte: Arnaldo Riker, 2022				Detalhe figuras florais no frontão. Fonte: Arnaldo Riker, 2022			
							
Platibanda almofada e detalhe floral. Fonte: Cecy Susuarana, 2022				Detalhe do consolo. Fonte: Cecy Sussuarana, 2022.			



Verga em arco abatido.
Fonte: Cecy Susuarana, 2022



Verga em arco pleno.
Fonte: Cecy Susuarana, 2022



Gradil em serralheria decorada
Fonte: Cecy Susuarana, 2022



Vista superior do telhado
Fonte: Manassés Lobo e Folha Filmes
Produtora, 2022

DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

Edificação assobradada, com elementos ecléticos na fachada, como o frontão retilíneo, com motivos fitomórficos na parte mais alta e platibanda cega almofadada na parte mais baixa. Possui 17 portas de duas folhas, de abrir, atualmente são 10 portas com bandeira e 7 sem, diferente da configuração da fachada na década de 70, quando ela tinha no térreo, 3 portas com bandeiras. e A implantação no lote ocupa toda a largura do terreno, configurando uma edificação colonial, sem abertura nas laterais. Apresenta balcões com grade de ferro. No primeiro pavimento existem quatro pilastras com capitel da ordem dórica, e no segundo pavimento também existem quatro pilastras, mas com capitel da ordem jônica. A edificação é no nível da rua. Destacando o período de sua construção, é um exemplar da arquitetura histórica da cidade, no entanto, seu estado de conservação é precário.

Paredes externas (técnicas construtivas, estruturas, materiais e acabamentos)

O sistema construtivo da edificação é baseado em estrutura de pedra e cal. Sua fachada frontal encontra-se em condições precárias, possui elementos decorativos como pilastras decoradas com capitéis e cimália perfilada separando a platibanda do corpo da edificação.

Cobertura (técnicas construtivas, estruturas, materiais e acabamentos)



A cobertura não é mais a original, que era em telha de barro, hoje é fibrocimento.

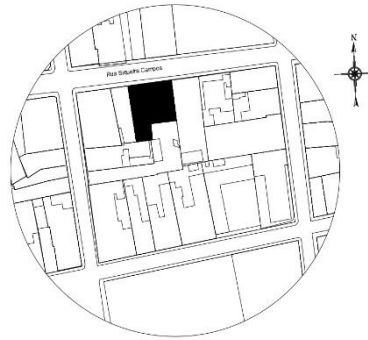
Abertura e elementos integrados à fachada

As esquadrias externas são todas com as características originais, elas variam conforme o andar da edificação, no entanto são todas de folhas duplas de abrir para o interior. No térreo, as portas não possuem bandeiras, somente guarnições e vergas, na porta central (a mais larga de todas), que dava acesso à antiga residência, a verga possui frisos, nas outras são lisas. As portas do primeiro e segundo pavimento possuem guarnições, bandeiras fixas e vergas, são do tipo porta-janela; nas do primeiro pavimento as bandeiras tem o formato de arco pleno, assim como as vergas, já no segundo bandeiras e vergas de arco abatido. A porta central do térreo e todas do primeiro e segundo pavimento são tipo almofada envaziada, as demais são do tipo porta calha. São 10 portas com bandeiras com vidro, e 7 sem bandeiras. Os balcões em serralheria com diferentes desenhos, estão presentes nas esquadrias externas do primeiro e segundo pavimento. Sendo no primeiro de forma individual, apoiado em consolos e no segundo de forma contínua, apoiado em cimália.

Palavras-chave

Solar do Barão de Santarém; Patrimônio cultural, casarões santareno, identidade		
FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS		
ALBERNAZ, Maria Paula e LIMA, Cecília Modesto. Dicionário ilustrado de arquitetura. Vol.1, verbetes da letra A até L. – 1ª reimpressão/ São Paulo: ProEditores, 1997-1998.		
ALBERNAZ, Maria Paula e LIMA, Cecília Modesto. Dicionário ilustrado de arquitetura. Vol.2, verbetes da letra J até Z. –São Paulo: ProEditores,1998.		
FONSECA, Wilde Dias da. Santarém logradouros públicos – Santarém: Instituto Cultural Boanerges Sena, 2006.		
FONSECA, Wilson. Meu baú mococongo. Belém: SECULT/SEDUC, 2006.		
PREENCHIMENTO		
Entidade	Universidade Federal do Oeste do Pará	Data:
Responsável	Cecy Oneide do Nascimento Sussuarana	26/08/2022

INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS						
CARACTERÍSTICA DO BEM ARQUITETÔNICO						
IDENTIFICAÇÃO DO UNIVERSO DO OBJETO DE ANÁLISE						
Município: Santarém	Localidade: Centro	UF: PA	Data: 26/08/2022			
LOCALIZAÇÃO DO OBJETO						
Identificação do bem: Solar dos Campos						
Logradouro: Rua Siqueira Campos					Nº:257	
Identificação do proprietário: Laire Campos	Coordenadas geográficas			Propriedade		
	Latitude:	2°25'3.95" S		Pública		
	Longitude:	54°42'51.33" O		Privada		X
Contatos:				Mista		
				Outra		
CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO						
CONTEXTO	PROTEÇÃO EXISTENTE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
	Rural		Estadual		Integro	Excelente
	Urbano	X	Municipal*		Pouco alterado	Bom
	Entorno preservado		Federal		Muito alterado	X Regular
X	Entorno alterado		Nenhuma	X	Descaracterizado	Precário
	Forma conjunto					Em arruinamento
	Bem isolado					Arruinado
* A proteção municipal refere-se a Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo, Lei Complementar nº 007/2012 e Plano Diretor Municipal lei nº 20.534/2018.						
IMAGENS						
			 <p>Entorno – vista aérea Fonte: Manassés Lobo e Folha Filmes Produtora, 2022</p>		 <p>Entorno Fonte: Cecy Susuarana, 2022</p>	
SÍNTESE HISTÓRICA						
<p>A área onde está localizada a edificação, está inserida na Zona de Preservação do Patrimônio Cultural de Santarém/PA, definida na Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar nº 007/2012). Essa área faz parte do traçado de ocupação habitacional do que hoje é o Centro Histórico de Santarém. Por volta dos séculos XVIII e XIX, a arquitetura começa a ser desenvolvida na cidade. A edificação está localizada na Rua Siqueira Campos, que até a década de 30 era chamada de Rua Lauro Sodré. A mudança se deu com a vitoriosa Revolução de 1930.</p>						
DESCRIÇÃO DA ÁREA						
<p>Mapa de localização em relação ao contexto</p>						



Fonte: Mapa de Santarém/ Prefeitura Municipal de Santarém. Elaboração: Cecy Sussuarana, 2022

ICONOGRAFIA HISTÓRICA



Fachada principal, 1981.
Fonte: Fonseca, p. 977



Fachada principal, 1981.
Fonte: Fonseca, p. 979



Desmoronamento de parte da fachada, ano 2011. Fonte: Antônio Júnior Farias, 2011.

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE

Imagens/ croquis das fachadas



Fonte: Cecy Sussuarana, 2022



Fonte: Cecy Sussuarana, 2022

ÉPOCA/ DATA DA CONSTRUÇÃO	TIPOLOGIA		PAVIMENTOS				
Século XIX		Religiosa	Acima da rua	00			
USO ORIGINAL	X	Civil	Abaixo da rua				
Residencial		Oficial	Sótão		Sim	X	Não
USO ATUAL		Outra	Porão	X	Sim		Não
Edificação fechada							
MEDIDAS GERAIS DA EDIFICAÇÃO			OBSERVAÇÕES				

Altura fachada frontal	±6m	Altura da cumeeira	±2,5m	No ano de 2011, parte da fachada da edificação desabou, sendo reconstruída. O imóvel encontra-se na área de entorno de proteção do Solar dos Brancos – edificação em processo de tombamento no DPHAC, desde 19/08/2002.
Altura fachada posterior	-	Altura total	±6m	
Largura	± 15m	Pé direito térreo	-	
Profundidade	±30m	Pé direito tipo	-	

FOTOS E ILUSTRAÇÕES DE DETALHES IMPORTANTES



Frontão redondo.
Fonte: Cecy Sussuarana, 2022



Bandeira da porta principal.
Fonte: Cecy Sussuarana, 2022



Platibanda almofadada
Fonte: Cecy Sussuarana, 2022



Óculo
Fonte: Cecy Sussuarana, 2022



Gradil em ferro fundido
Fonte: Cecy Sussuarana, 2022

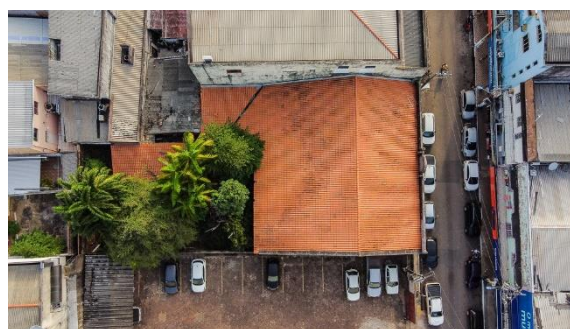


Azulejos portugueses
Fonte: Cecy Sussuarana, 2022



Almofada

Fonte: Cecy Sussuarana, 2022



Vista superior do telhado

Fonte: Manassés Lobo e Folha Filmes
Produtora, 2022

DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

A edificação tem tipologia arquitetônica de casa de porão alto, ainda de frente para a rua, representava uma transição entre os sobrados e as casas térreas. Para solucionar o desnível entre o piso da habitação e o passeio, tem uma pequena escada, em seguida à porta de entrada. A edificação é revestida em azulejos portugueses em cerâmica, com técnica de fabricação vidrado e elementos decorativos do tipo estampilha, com dimensões 13,4 x 13,4cm. Tem fachada simétrica, com uma porta central que dá acesso à residência, e nas laterais da porta 3 portas-janelas em cada lado. Em 1932 o beiral original foi substituído por platibanda, de acordo com uma lei decretada por Ildefonso Almeida.

Paredes externas (técnicas construtivas, estruturas, materiais e acabamentos)

As paredes externas são em taipa de pilão na parte antiga e alvenaria de tijolos cerâmicos na parte que foi reconstruída. A fachada é revestida em azulejos portugueses, com partes já danificadas; porta e janelas são pintadas com tinta esmalte, já desgastada em algumas partes; gradil de ferro das da bandeira da porta, das portas-janelas e de fechamento dos óculos são pintados em tinta à óleo, com desgaste da pintura; guarnições, vergas abatidas, cimalha, platibanda e frontão pintados com tinta acrílica, algumas partes já bem desgastadas.

Cobertura (técnicas construtivas, estruturas, materiais e acabamentos)

A cobertura é composta de duas águas, cobertas com telha de barro tipo francesa, com inclinação aproximada de 35°, uma das águas é cortada por uma calha condutora de águas pluviais. Possui um pequeno alpendre, também coberto com telha de barro. A cobertura está bem conservada, pois as peças foram substituídas quando a edificação passou pelo processo de recomposição da fachada no ano de 2011, devido o desabamento ocorrido, após esse período se manteve preservada e conservada.

Abertura e elementos integrados à fachada

As esquadrias externas são todas com as características originais, são todas de folhas duplas de abrir para o interior, possuem bandeiras fixas em formato de arco pleno em serralheria com detalhes, e fechamento por trás em madeira. Possuem guarnições. Na bandeira da porta central constam as iniciais da antiga proprietária Maria Gertrudes Corrêa Campos - "MGCC", e também a inscrição do ano de 1868, que conforme relatos é o ano em que a família Campos passou a residir na edificação. Os balcões estão presentes nas portas-janelas, são em serralheria com diferentes desenhos e de forma individual, o parapeito é em madeira. A fachada frontal se encontra bem conservada, apesar do desmoronamento ocorrido, a reconstrução é imperceptível, possui alguns elementos decorativos, como as pilastras decoradas com capitéis, óculos no porão, esse trabalhado em ferro, o que era característico da época e, ainda platibanda com almofadas, frontão redondo e pinhas decorativas. Cimalha marcando a divisão com a platibanda.

Palavras-chave

Solar dos Campos; Patrimônio cultural, casarões santareno, identidade


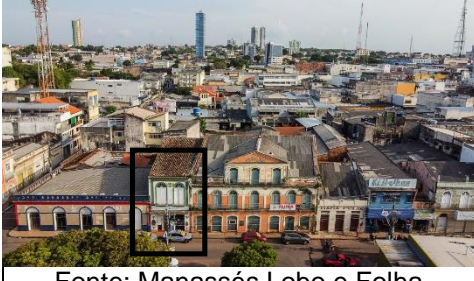

FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

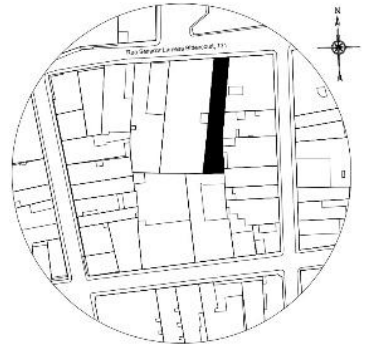
ALCANTARA, Dora Monteiro e Silva de; BRIT, Stella Regina Soares de e SANJAD, Thaís Alessandra Bastos Caminha. Azulejaria em Belém: inventário – arquitetura civil e religiosa – século XVIII ao XX. Brasília, DF: IPHAN, 2016.

ALBERNAZ, Maria Paula e LIMA, Cecília Modesto. Dicionário ilustrado de arquitetura. Vol.1, verbetes da letra A até L. – 1ª reimpressão/ São Paulo: ProEditores, 1997-1998.

ALBERNAZ, Maria Paula e LIMA, Cecília Modesto. Dicionário ilustrado de arquitetura. Vol.2, verbetes da letra J até Z. –São Paulo: ProEditores, 1998.

FONSECA, Wilde Dias da. Santarém logradouros públicos – Santarém: Instituto Cultural Boanerges Sena, 2006.		
FONSECA, Wilson. Meu baú mococongo. Belém: SECULT/SEDUC, 2006.		
PREENCHIMENTO		
Entidade	Universidade Federal do Oeste do Pará	Data:
Responsável	Cecy Oneide do Nascimento Sussuarana	26/08/2022

INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS							
CARACTERÍSTICA DO BEM ARQUITETÔNICO							
IDENTIFICAÇÃO DO UNIVERSO DO OBJETO DE ANÁLISE							
Município: Santarém		Localidade: Centro		UF: PA		Data: 26/08/2022	
LOCALIZAÇÃO DO OBJETO							
Identificação do bem: Sobrado do Sol							
Logradouro: Rua Senador Lameira Bittencourt						Nº:131	
Identificação do proprietário: Ivanilda Oliveira Miléo		Coordenadas geográficas			Propriedade		
		Latitude:	2°24'59.75" S		Pública		
		Longitude:	54°42'44.41" O		Privada	X	
Contatos:					Mista		
					Outra		
CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO							
CONTEXTO		PROTEÇÃO EXISTENTE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
	Rural		Estadual		Integro		Excelente
	Urbano	X	Municipal*		Pouco alterado		Bom
	Entorno preservado		Federal		Muito alterado	X	Regular
X	Entorno alterado		Nenhuma	X	Descaracterizado		Precário
	Forma conjunto						Em arruinamento
	Bem isolado						Arruinado
* A proteção municipal refere-se a Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo, Lei Complementar nº 007/2012 e Plano Diretor Municipal lei nº 20.534/2018.							
IMAGENS							
 <p>Fonte: Cecy Sussuarana, 2022</p>		 <p>Fonte: Manassés Lobo e Folha Filmes Produtora, 2022</p>		 <p>Fonte: Manassés Lobo e Folha Filmes Produtora, 2022</p>			
SÍNTESE HISTÓRICA							
<p>A área onde está localizada a edificação, está inserida na Zona de Preservação do Patrimônio Cultural de Santarém/PA, definida na Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar nº 007/2012). Essa área faz parte do traçado de ocupação habitacional do que hoje é o Centro Histórico de Santarém. Por volta dos séculos XVIII e XIX, a arquitetura começa a ser desenvolvida na cidade. A edificação está localizada na Rua Lameira Bittencourt, que já se chamou Barão do Tapajós, Rua dos Mercadores, Rua do Comércio e na década de 1930 passou a chamar-se Rua João Pessoa, em homenagem a um dos líderes revolucionários, o paraibano João Pessoa, assim foi até a década de 1960, quando mais uma vez teve o nome trocado, passando a chamar-se Rua Senador Lameira Bittencourt. Essa era a primeira rua da cidade no sentido paralelo ao Rio Tapajós. Início da década de 70 surgiu a Avenida Tapajós, através de aterros no rio. Antes do aterro, os quintais das casas terminavam na praia.</p>							
DESCRIÇÃO DA ÁREA							
Mapa de localização em relação ao contexto							



Fonte: Mapa de Santarém/ Prefeitura Municipal de Santarém. Elaboração: Cecy Sussuarana, 2022.

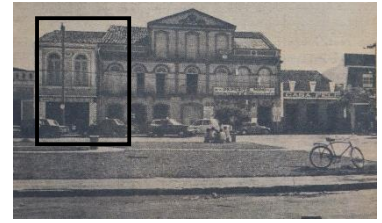
ICONOGRAFIA HISTÓRICA



Fachada principal, sem o andar superior
Fonte: ICBS



Fachada principal, 1974
Fonte: Fonseca, 2006, Pág. 1026



Fachada principal, 1974
Fonte: Fonseca, 2006, pág. 984

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE

Imagens/ croquis das fachadas



Fachada
Fonte: Cecy Sussuarana, 2022.



Primeiro pavimento
Fonte: Cecy Sussuarana, 2022.

ÉPOCA/ DATA DA CONSTRUÇÃO		TIPOLOGIA			PAVIMENTOS				
Século XIX			Religiosa		Acima da rua	03			
USO ORIGINAL		X	Civil		Abaixo da rua				
Misto			Oficial		Sótão		Sim	X	Não
USO ATUAL			Outra		Porão		Sim	X	Não
Edificação fechada									
MEDIDAS GERAIS DA EDIFICAÇÃO					OBSERVAÇÕES				
Altura frontal	fachada	±12 m	Altura da cumeeira	±2,5m	A edificação é conhecida como Sobrado do Sol, por ter em sua				

Altura fachada posterior	-	Altura total	±12m	fachada principal um relógio de sol pintado em números romanos, acompanhado de uma haste de metal no meio, que indica a hora conforme a posição do sol. Elemento que torna a edificação única na região. Com a mudança de fuso horário de Santarém, a hora marcada é 1h a menos. O imóvel encontra-se na área de entorno de proteção do Solar do Barão de Santarém – edificação em processo de tombamento no DPHAC, desde 19/08/2004.
Largura	± 26m	Pé direito térreo	-	
Profundidade	±30 m	Pé direito tipo	-	

FOTOS E ILUSTRAÇÕES DE DETALHES IMPORTANTES



O relógio de Sol.
Fonte: Cecy Sussuarana, 2022.



Bandeira
Fonte: Cecy Sussuarana, 2022.



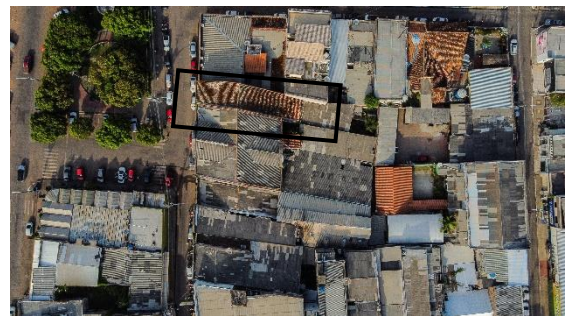
Detalhe pilastra.
Fonte: Cecy Sussuarana, 2022.



Térreo ocupado por uma loja
Fonte: Cecy Sussuarana, 2022.



Acesso residência no primeiro pavimento
Fonte: Cecy Sussuarana, 2022.






Vista superior do telhado
Fonte: Manassés Lobo e Folha Filmes Produtora, 2022

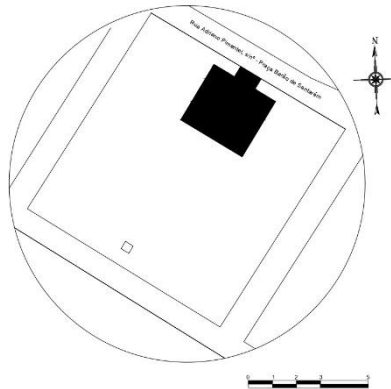
DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

Edificação assobradada, implantada no alinhamento frontal do lote com a rua, uma característica de edificação colonial, não possui aberturas laterais, a edificação ocupa toda a largura do terreno. O

<p>pavimento térreo teve as esquadrias alteradas. Existem pilastras no primeiro pavimento, separando a fachada da loja com a fachada da residência, foi construída uma marquise. A edificação é no nível da rua. É uma edificação com valor arquitetônico e artístico, dentro da linguagem eclética e histórico por ter sido um importante casa de comércio no período de formação e expansão da cidade. Pelas características preservadas a edificação é um bem de interesse a preservar.</p>		
<p>Paredes externas (técnicas construtivas, estruturas, materiais e acabamentos)</p>		
<p>O sistema construtivo da edificação</p>		
<p>Cobertura (técnicas construtivas, estruturas, materiais e acabamentos)</p>		
<p>A cobertura é composta de duas águas, cobertas com telha de barro tipo francesa, com inclinação aproximada de 35°, uma das águas é cortada por uma calha condutora de águas pluviais. Possui um pequeno alpendre, também coberto com telha de barro. A cobertura está bem conservada, pois as peças foram substituídas quando a edificação passou pelo processo de recomposição da fachada no ano de 2011, devido o desabamento ocorrido, após esse período se manteve preservada e conservada.</p>		
<p>Abertura e elementos integrados à fachada</p>		
<p>As esquadrias externas do térreo já não possuem as características originais, em 1940 sofreram alteração para atender ao novo uso da edificação. As do primeiro pavimento permanecem com a configuração original, portas de 2 folhas de abrir para dentro, possuem guarnições e verga em arco pleno com frisos, tímidas ombreiras unem as guarnições e as vergas. Os balcões estão presentes nas esquadrias externas do primeiro pavimento, sendo individuais e apoiadas.</p>		
<p>Palavras-chave</p>		
<p>Sobrado do Sol; Patrimônio cultural, casarões santareno, identidade</p>		
<p>FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS</p>		
<p>ALBERNAZ, Maria Paula e LIMA, Cecília Modesto. Dicionário ilustrado de arquitetura. Vol.1, verbetes da letra A até L. – 1ª reimpressão/ São Paulo: ProEditores, 1997-1998.</p>		
<p>ALBERNAZ, Maria Paula e LIMA, Cecília Modesto. Dicionário ilustrado de arquitetura. Vol.2, verbetes da letra J até Z. –São Paulo: ProEditores,1998.</p>		
<p>FONSECA, Wilde Dias da. Santarém logradouros públicos – Santarém: Instituto Cultural Boanerges Sena, 2006.</p>		
<p>FONSECA, Wilson. Meu baú mcorongo. Belém: SECULT/SEDUC, 2006.</p>		
<p>PREENCHIMENTO</p>		
Entidade	Universidade Federal do Oeste do Pará	Data:
Responsável	Cecy Oneide do Nascimento Sussuarana	26/08/2022

INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS							
CARACTERÍSTICA DO BEM ARQUITETÔNICO							
IDENTIFICAÇÃO DO UNIVERSO DO OBJETO DE ANÁLISE							
Município: Santarém		Localidade: Centro		UF: PA		Data: 26/08/2022	
LOCALIZAÇÃO DO OBJETO							
Identificação do bem: Centro Cultural João Fona							
Logradouro: Avenida Adriano Pimentel – Praça Barão de Santarém						Nº:	
Identificação do proprietário: Município de Santarém/PA		Coordenadas geográficas			Propriedade		
		Latitude:	2°25'6.69" S		Pública	X	
		Longitude:	54°42'29.88" O		Privada		
Contatos:					Mista		
					Outra		
CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO							
CONTEXTO		PROTEÇÃO EXISTENTE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
	Rural		Estadual		Integro		Excelente
	Urbano	X	Municipal*		Pouco alterado		Bom
	Entorno preservado		Federal		Muito alterado	X	Regular
X	Entorno alterado		Nenhuma	X	Descaracterizado		Precário
	Forma conjunto						Em arruinação
	Bem isolado						Arruinado
* A proteção municipal refere-se a Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo, Lei Complementar nº 007/2012 e Plano Diretor Municipal lei nº 20.534/2018.							
IMAGENS							
							
Fonte: Manassés Lobo, 2022		Fonte: Manassés Lobo, 2022		Fonte: Manassés Lobo, 2022			
SÍNTESE HISTÓRICA							
<p>A área onde está localizada a edificação está inserida na Zona de Preservação do Patrimônio Cultural de Santarém/PA, definida na Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar nº 007/2012). Essa área faz parte do traçado de ocupação habitacional do que hoje é o Centro Histórico de Santarém. Por volta dos séculos XVIII e XIX, a arquitetura começa a ser desenvolvida na cidade. A edificação está localizada na Rua Lameira Bittencourt, que já se chamou Barão do Tapajós, Rua dos Mercadores, Rua do Comércio e na década de 1930 passou a chamar-se Rua João Pessoa, em homenagem a um dos líderes revolucionários, o paraibano João Pessoa, assim foi até a década de 1960, quando mais uma vez teve o nome trocado, passando a chamar-se Rua Senador Lameira Bittencourt. Essa era a primeira rua da cidade no sentido paralelo ao Rio Tapajós. Início da década de 70 surgiu a Avenida Tapajós, através de aterros no rio. Antes do aterro, os quintais das casas terminavam na praia. O local escolhido para a edificação foi para além do morro da Fortaleza (onde hoje é a Escola de Ensino Médio e Fundamental Frei Ambrósio), no sentido leste, a área tinha um clima mais ameno e também forçavam uma expansão para aquele lado. Houve uma certa inquietação quanto ao local, mas acabaram aceitando. Então foi aberto um quadrilátero na mata e lhe deram o nome de Praça da Municipalidade, que depois teve o nome mudado para Praça Barão de Santarém. O acesso à Casa da Câmara se dava pela praia em tempo de verão, por rio por meio de canoa, e por uma vereda que passava pelas arruinadas muralhas do forte, que durou aproximadamente 12 anos.</p>							
DESCRIÇÃO DA ÁREA							

Mapa de localização em relação ao contexto

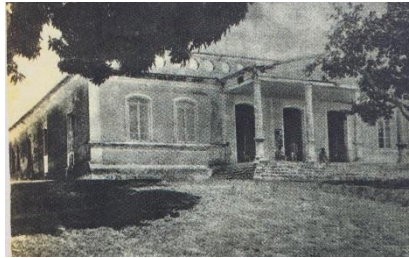


Fonte: Mapa de Santarém/ Prefeitura Municipal de Santarém. Elaboração: Cecy Sussuarana, 2022.

ICONOGRAFIA HISTÓRICA



Ano 1960
Fonte: Fonseca, pág 1028



Fonte: Fonseca, pág 998.






Fonte: ICBS.

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE

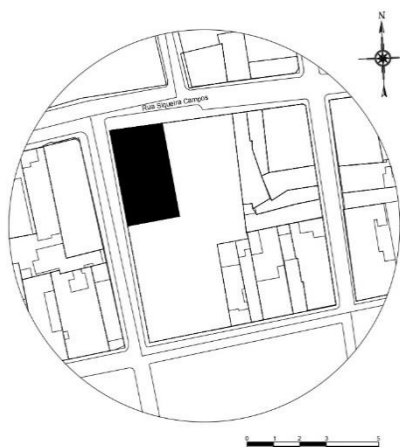
Imagens/ croquis das fachadas

ÉPOCA/ DATA DA CONSTRUÇÃO	TIPOLOGIA		PAVIMENTOS			
Século XIX		Religiosa	Acima da rua	00		
USO ORIGINAL	X	Civil	Abaixo da rua			
Misto		Oficial	Sótão		Si m	X Não
USO ATUAL		Outra	Porão		Si m	X Não
Edificação fechada						
MEDIDAS GERAIS DA EDIFICAÇÃO				OBSERVAÇÕES		
Altura fachada frontal	±7,60m	Altura da cumeeira	±2m	A platibanda no átrio foi construída por vota de 1922/1932. Nas laterais da edificação havia uma porta de cada, não se sabe o ano certo de mudança para janela. Possui tombamento a nível municipal, o que se deu através do Decreto nº 159, de 29 de agosto de 2011. E está em processo de tombamento no Departamento de Patrimônio		
Altura fachada posterior	-	Altura total	±7,60m			
Largura	± 29m	Pé direito térreo	-			
Profundidade	±33,70 m	Pé direito tipo	-			

				Histórico Artístico e Cultural do Pará, desde o ano de 1981. A edificação apesar de algumas reformas nela realizada, ainda mantém muito das características originais.
FOTOS E ILUSTRAÇÕES DE DETALHES IMPORTANTES				
 <p>Platibanda vazada Fonte: Cecy Sussuarana, 2022.</p>		 <p>Átrio Fonte: Cecy Sussuarana, 2022.</p>		
 <p>Grades originais Fonte: Cecy Sussuarana, 2022</p>		 <p>Detalhe da coluna e platibanda Fonte: Cecy Sussuarana, 2022</p>		
DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA				
<p>Edificação térrea, com elementos do neoclássico, foi construída solta no terreno. A composição da fachada possui equilíbrio na sua forma e simetria. Uma escadaria dá acesso ao átrio, com quatro colunas e quatro pilastras em estilo greco-romano. No ano de 2016 foi incorporada à edificação uma rampa de acessibilidade. Como coroamento, possui a platibanda, somente na parte frontal, cobrindo o telhado em telhas portuguesa, na testada maior é vazada, e na área do átrio fechada na parte da frente e vazada na lateral. Cimalhas separam a platibanda do corpo da edificação. Originalmente no átrio havia um frontão em linhas retas, por volta dos anos 1922/1932, houve a mudança para a platibanda reta, com o centro em arco abatido, nessa parte atualmente tem em relevo o brasão do município, bem com elementos decorativos retilíneos. Essa edificação expressa muito bem a época de sua construção. A edificação faz parte da evolução arquitetônica e histórica da cidade.</p>				
Paredes externas (técnicas construtivas, estruturas, materiais e acabamentos)				
<p>O sistema construtivo da edificação é em taipa de pilão. O acabamento das paredes é feito com tinta acrílica, já desgastada em algumas partes, e das portas e janelas em tinta esmalte, também com alguns desgastes.</p>				
Cobertura (técnicas construtivas, estruturas, materiais e acabamentos)				
<p>A cobertura é composta de múltiplas águas, coberta com telha de barro tipo francesa, com inclinação de 30°, sendo coberta por 9 panos de telhados. Estrutura do telhado em madeira. Platibanda na parte frontal, nas demais cimalhas fazem o acabamento do beiral. A cobertura está em bom estado de conservação, nos anos de 2003/2004 passou por um processo de substituição das telhas e parte do madeiramento, devido ao estado de deterioração que se encontrava.</p>				

Abertura e elementos integrados à fachada		
As esquadrias da fachada são todas em madeira. <u>Fachada Norte</u> : as portas (três) são de duas folhas de abrir para o interior, são almofadadas, possuem guarnições e vergas arbaletas. As janelas também são de duas folhas de abrir para dentro e são duplas, sendo a interna toda em madeira e a externa com módulos de vidros, possuem bandeiras em arco abatido, com dois módulos de vidro, todos preenchidos. <u>Fachada Sul</u> : A porta é de duas folhas de abrir para o interior, do tipo enrelhada, com grades em ferro, janelas (duas) são de madeira com módulos de vidro, de abrir para dentro, com grades em ferro, originais do período da construção. Janela em vidro fixo. <u>Fachada Leste</u> : janelas (três) são de madeira com módulos de vidro, de abrir para dentro, com grades em ferro. Janela (duas) em vidro fixo. <u>Fachada Oeste</u> : janelas (três) são de madeira com módulos de vidro, de abrir para dentro, com grades em ferro. Portas e janelas possuem guarnições e verga em arco abatido.		
Palavras-chave		
Centro Cultural João Fona; Patrimônio cultural, casarões santareno, identidade		
FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS		
ALBERNAZ, Maria Paula e LIMA, Cecília Modesto. Dicionário ilustrado de arquitetura. Vol.1, verbetes da letra A até L. – 1ª reimpressão/ São Paulo: ProEditores, 1997-1998. ALBERNAZ, Maria Paula e LIMA, Cecília Modesto. Dicionário ilustrado de arquitetura. Vol.2, verbetes da letra J até Z. –São Paulo: ProEditores, 1998. FONSECA, Wilde Dias da. Santarém: momentos históricos. 4ª edição – Santarém: Gráfica e Editora Tiagão, 1996. FONSECA, Wilde Dias da. Santarém logradouros públicos – Santarém: Instituto Cultural Boanerges Sena, 2006. FONSECA, Wilson. Meu baú mocrongo. Belém: SECULT/SEDUC, 2006.		
PREENCHIMENTO		
Entidade	Universidade Federal do Oeste do Pará	Data:
Responsável	Cecy Oneide do Nascimento Sussuarana	25/08/2022

INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS						
CARACTERÍSTICA DO BEM ARQUITETÔNICO						
IDENTIFICAÇÃO DO UNIVERSO DO OBJETO DE ANÁLISE						
Município: Santarém	Localidade: Centro	UF: PA	Data: 26/08/2022			
LOCALIZAÇÃO DO OBJETO						
Identificação do bem: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição						
Logradouro: Rua Siqueira Campos, esquina com Av. Barão do Rio Branco					Nº:145	
Identificação do proprietário: Diocese de Santarém/PA	Coordenadas geográficas			Propriedade		
	Latitude:	2°25'4.45"S		Pública		
	Longitude:	54°42'54.70"O		Privada		X
Contatos:				Mista		
				Outra		
CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO						
CONTEXTO		PROTEÇÃO EXISTENTE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO
	Rural		Estadual		Integro	Excelente
	Urbano		Municipal*		Pouco alterado	Bom
	Entorno preservado		Federal		Muito alterado	X Regular
X	Entorno alterado		Nenhuma	X	Descaracterizado	Precário
	Forma conjunto					Em arruinação
	Bem isolado					Arruinado
* A proteção municipal refere-se a Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo, Lei Complementar nº 007/2012 e Plano Diretor Municipal lei nº 20.534/2018.						
IMAGENS						
						
Fonte: Manassés Lobo e Folha Filmes Produtora, 2022		Fonte: Manassés Lobo e Folha Filmes Produtora, 2022		Fonte: Manassés Lobo e Folha Filmes Produtora, 2022		
SÍNTESE HISTÓRICA						
<p>A área onde está localizada a edificação, está inserida na Zona de Preservação do Patrimônio Cultural de Santarém/PA, definida na Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar nº 007/2012). Essa área faz parte do traçado de ocupação habitacional do que hoje é o Centro Histórico de Santarém. Por volta dos séculos XVIII e XIX, a arquitetura começa a ser desenvolvida na cidade. A edificação está localizada na Rua Lameira Bittencourt, que já se chamou Barão do Tapajós, Rua dos Mercadores, Rua do Comércio e na década de 1930 passou a chamar-se Rua João Pessoa, em homenagem a um dos líderes revolucionários, o paraibano João Pessoa, assim foi até a década de 1960, quando mais uma vez teve o nome trocado, passando a chamar-se Rua Senador Lameira Bittencourt. Essa era a primeira rua da cidade no sentido paralelo ao Rio Tapajós. Início da década de 70 surgiu a Avenida Tapajós, através de aterros no rio. Antes do aterro, os quintais das casas terminavam na praia.</p>						
DESCRIÇÃO DA ÁREA						
Mapa de localização em relação ao contexto						



ICONOGRAFIA HISTÓRICA



Igreja ainda sem as torres
Fonte: Programa da Festa de Nossa Senhora da Conceição, 1976



Fachada principal, 1942. Na torre esquerda a presença de um relógio.
Fonte: Acervo ICBS



Fachada principal, 1960.
Fonte: Acervo ICBS

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE

Imagens/ croquis das fachadas



Fonte: Cecy Sussuarana, 2022








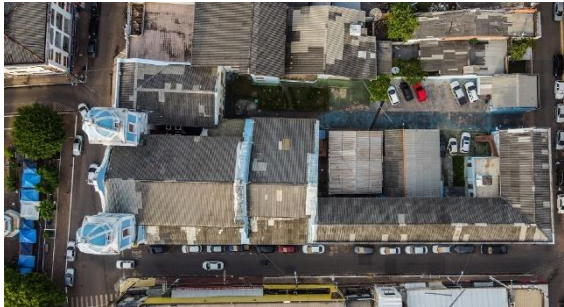
Fonte: Cecy Sussuarana, 2022



Fonte: Manassés Lobo e Folha Filmes Produtora, 2022



Fonte: Manassés Lobo e Folha Filmes Produtora, 2022

ÉPOCA/ DATA DA CONSTRUÇÃO		TIPOLOGIA			PAVIMENTOS			
Século XIX		X	Religiosa		Acima da rua	02		
USO ORIGINAL			Civil		Abaixo da rua			
Misto			Oficial		Sótão		Sim	X Não
USO ATUAL			Outra		Porão		Sim	X Não
Edificação fechada								
MEDIDAS GERAIS DA EDIFICAÇÃO					OBSERVAÇÕES			
Altura fachada frontal	±12m	Altura da cumeeira		±2,5m	A edificação está em processo de tombamento no Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Pará, desde o ano de 1981.			
Altura fachada posterior	-	Altura total		±12m				
Largura	± 26m	Pé direito térreo		-				
Profundidade	±30m	Pé direito tipo		-				
FOTOS E ILUSTRAÇÕES DE DETALHES IMPORTANTES								
 <p>Frontão e óculo Fonte: Cecy Sussuarana, 2022</p>					 <p>Detalhes figuras decorativas Fonte: Cecy Sussuarana, 2022</p>			
 <p>Gradil sobre cimalha Fonte: Cecy Sussuarana, 2022</p>					 <p>Vitrals Fonte: Cecy Sussuarana, 2022</p>			
								

Torre Fonte: Cecy Sussuarana, 2022		Fonte: Manassés Lobo e Folha Filmes Produtora, 2022
DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA		
Edificação térrea, implantada no alinhamento frontal do lote com a rua. A composição da fachada possui equilíbrio na sua forma e simetria. Possui duas torres laterais, inicialmente não existiam as torres. As torres são coroadas com cúpulas. Entre as torres observa-se um frontão com detalhes em figuras geométricas almofadadas. Sobre as cúpulas e frontão existem cruzeiros metálicos. Na fachada frontal elementos decorativos como pilastras decoradas com capitéis, cimbras perfiladas, óculo. A construção da igreja iniciou no ano de 1761, no período colonial brasileiro. A edificação faz parte da evolução arquitetônica e histórica da cidade.		
Paredes externas (técnicas construtivas, estruturas, materiais e acabamentos)		
O sistema construtivo utilizado foi de paredes em pedra assentadas em argamassa de cal e areia, o que conferiu a grossa espessura das paredes rebocadas com argamassa de cal e areia. O acabamento é feito com tinta acrílica. A pintura está em boas condições, foi pintada em outubro/novembro de 2021.		
Cobertura (técnicas construtivas, estruturas, materiais e acabamentos)		
A cobertura não é mais a original, atualmente é em telha de fibrocimento, é composta de múltiplas águas. A estrutura do telhado é em madeira.		
Abertura e elementos integrados à fachada		
As esquadrias externas são todas com as características originais, as portas de acesso para a nave da igreja são duplas, vazadas, em ferro, pintadas com tinta esmalte, possuem guarnições e vergas abatidas. As janelas são em madeira com módulos de vidro, possuem grade de proteção. Três vitrais no pavimento acima, onde ficava o coro da igreja, e nas laterais portas de madeira de duas folhas de abrir para dentro, com módulos de vidro e guarda-corpo em ferro decorado. Em cada torre quatro portas em madeira de abrir para dentro, almofadadas, com guarda-corpo entalado. <u>Fachada Oeste</u> : duas portas, seis janelas em madeira, com duas folhas de abrir para dentro. Nos altos três janelas em estrutura metálica, fixas, com módulos de vidro, sendo que em duas delas existem vitrais decorados, <u>Fachada Sul</u> : dois grandes vitrais decorados. Portas e janelas frontais e da torre, possuem guarnição, verga em arco abatido, nas da fachada oeste, somente o arco abatido. <u>Fachada Leste</u> : Nos altos três janelas em estrutura metálica, fixas, com módulos de vidro.		
Palavras-chave		
Catedral de Nossa Senhora da Conceição; Patrimônio cultural, casarões santareno, identidade		
FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS		
ALBERNAZ, Maria Paula e LIMA, Cecília Modesto. Dicionário ilustrado de arquitetura. Vol.1, verbetes da letra A até L. – 1ª reimpressão/ São Paulo: ProEditores, 1997-1998. ALBERNAZ, Maria Paula e LIMA, Cecília Modesto. Dicionário ilustrado de arquitetura. Vol.2, verbetes da letra J até Z. –São Paulo: ProEditores, 1998. CANTO, Sidney Augusto. A Catedral de Santarém. Santarém: Edição do autor, 2015. FONSECA, Wilde Dias da. Santarém logradouros públicos – Santarém: Instituto Cultural Boanerges Sena, 2006. FONSECA, Wilson. Meu baú mococongo. Belém: SECULT/SEDUC, 2006.		
PREENCHIMENTO		
Entidade	Universidade Federal do Oeste do Pará	Data:
Responsável	Cecy Oneide do Nascimento Sussuarana	01/09/2022

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após nosso percurso acadêmico de estudos sobre Cultura e Patrimônio Histórico de Santarém, podemos considerar que a preservação das edificações históricas permite uma síntese memorial da história vivida, transmitindo em suas estruturas fatos e contribuem com o senso criativo, cultural das gerações futuras. Em Santarém, a conservação destas edificações faz com que seja sempre mantida presente a memória coletiva, fazendo com que a sociedade tenha um senso de pertencimento àquele lugar. O acervo arquitetônico do Centro Histórico de Santarém, é remanescente do século XIX e início do XX, infelizmente muitas edificações já não existem mais. Escolhido o recorte espacial (o centro histórico de Santarém) e o tema a ser abordado (patrimônio edificado e memória), foi definido o objetivo da pesquisa: responder se a sociedade santarena se importa e se esforça em se apropriar de seus bens culturais arquitetônicos e, assim, possa exigir das autoridades sua preservação sob a pena da perda da história local, que também é parte fundamental na história do Brasil.

Assim, propomos identificar e inventariar o patrimônio histórico edificado no centro-histórico da cidade de Santarém, no oeste do Estado do Pará, fundada às margens do rio Tapajós, na sua foz junto ao rio Amazonas, com base em apresentações e narrativas constitutivas da memória social mocoronga. Ao final, a resposta à questão científica: *O resgate da memória social e a realização do inventário são contribuições necessárias à preservação e salvaguarda dos bens patrimoniais edificados?* é de que a sociedade santarena possui um acervo rico de patrimônio material que contribuem com a história e memória da Amazônia. Esse acervo expõe de maneira bastante evidente a dimensão histórica, contando cada tempo conforme as condições arquitetônicas de época, desde a formação da Aldeia dos Tupaius até a ascensão à categoria de cidade de Santarém, com suas construções no que é denominado atualmente de Centro Histórico, seja de maneira preservada, seja de maneira arruinada.

Quando se pensa na proteção de um bem do passado, se pensa nos atributos estéticos, estilísticos, nas características arquitetônicas, esquecendo do seu contexto social. Observamos a preservação de unidades isoladas, mas não do organismo urbano, o que acarreta transformações no meio, muitas vezes de forma inconsequente. Promover a preservação do patrimônio histórico-cultural não é tarefa

fácil, quando pensamos em nível municipal, é perceptível o descaso que existe para preservar o patrimônio das cidades no interior do estado. A memória afetiva, o saudosismo, o sentimento de pertencimento que ligam as pessoas aos patrimônios, por vezes laços temporais de proximidade rememorados de sentimentos pela exposição, não são ativados instantaneamente pelos órgãos de proteção de tal patrimônio. Assim é importante se ter alternativas ou mecanismos que estabeleçam ligações entre o poder público e a sociedade. Percebe-se que não há incentivos à preservação do patrimônio arquitetônico, apesar do município de Santarém dispor de legislação específica acerca da questão patrimonial, de ter Plano Diretor, há lacunas, pois não existem inventários, catalogação, nem mesmo levantamentos desses bens para que tenham sua preservação e sua memória assegurados. Essas lacunas precisam ser preenchidas.

A preservação histórica e cultural nos municípios caminha a passos lentos, apesar de aqui próximo termos um exemplo de preservação, a cidade de Óbidos/PA, que nos faz pensar o contrário. Os municípios esperam tombamentos e proteções a seu patrimônio, vindos da esfera estadual ou até mesmo da federal, e essa letargia faz com que o movimento de preservação fique travado na região.

E o que fazer para que essa prática da preservação/conservação seja eficaz, que vire realidade? É necessário que sejam desenvolvidas políticas de preservação patrimonial, ou seja, é fundamental se ter a dimensão do quanto esses patrimônios são importantes, abarcando não somente o patrimônio material como também o imaterial. Nesse processo, a educação tem um papel fundamental, uma educação que trabalhe a valorização das memórias, do sentimento de pertencimento e dos costumes, dessa forma buscando o fortalecimento das identidades locais.

O patrimônio edificado de Santarém, relatado como um bem palpável, com dimensão material, está atrelado à ideia de herança, dessa forma, cheio de significados simbólicos e afetivos, que já é algo imaterial, por serem recheados de lembranças, e assim fazendo florir sentimentos de pertencimento na população. Santarém é terra de poetas, é cantada em versos e prosas, conhecida internacionalmente através das artes de nossos artistas: Dica Frazão, Laurimar Leal, Sebastião Tapajós, Lili do Rosário, Raimundo Fona, e por que não ser conhecida pelo nosso Centro Histórico?

A perda da história é identificada nos relatos dos entrevistados frente à associação ao valor afetivo do patrimônio, as falas fizeram sérias alusões à sua

própria história de vida e à referência de lugares carregados de lembranças, manifestando a apropriação desses lugares. Através do sentimento da perda, os entrevistados manifestaram suas inquietações, e fizeram referências quanto à importância da preservação, e a necessidade fundamental de manutenção da memória coletiva sobre bens que foram perdidos, e que não deveria ter acontecido.

Notou-se, durante as entrevistas, que as questões colocadas serviram para reavivar a memória com experiências vividas, pessoas e bens relacionados à vida de cada desde o tempo de infância até os tempos atuais, aflorando o sentido de pertencimento ao local, assim como a emoção associada ao sentido de identidade. Todos os entrevistados conheciam os locais referenciados durante a entrevista, e além das próprias memórias, também guardam relatos feitos pelos seus antepassados, confirmando que a memória afetiva também é construída de forma compartilhada e que tem como base os bens materiais e imateriais. Os entrevistados consideraram importante a manutenção do patrimônio porque o relacionam diretamente com a identidade de cada um (individual) e com a manutenção da história da cidade (coletiva).

Para os sujeitos da pesquisa, uma forma de frear esse processo de perda do bem é uma atuação eficaz do poder público, que deve adotar medidas que garantam a conservação das edificações, promovam benefícios aos proprietários(as) e a destinação dos bens a um uso que lhe garanta a permanência para o usufruto das próximas gerações.

Avaliando os resultados encontrados, consideramos que os objetivos da pesquisa foram alcançados, identificamos os elementos que estruturam o imaginário dos sujeitos entrevistados, referentes aos símbolos, às memórias e as suas referências de identidade, e dessa forma apontamos os sentimentos acerca do patrimônio edificado do centro histórico de Santarém.

Por conseguinte, um dos produtos da pesquisa é a realização do inventário de edificações, selecionadas em sua maior representatividade pela narrativa do sujeito participante, tendo em vista que, o patrimônio é um construto social, estruturado a partir da relação entre as noções de valores (arquitetônicos, históricos e artísticos) e patrimônio, já que é o grupo social que, em um certo espaço de tempo, atribui valor a algo, passando então a ser considerado como bem patrimonial. É importante que a sociedade e o poder público tomem conhecimento desses fatos, para que de alguma forma se reconheça e proteja o patrimônio edificado de Santarém. No

entanto, se no decorrer do tempo, algum desse bem vier a “tombar”, sua memória estará salvaguardada por meio desta pesquisa.

Sendo as iniciativas de preservação patrimonial de bem edificado de grande importância, principalmente o inventário arquitetônico, que registra as informações necessárias para que as edificações históricas sejam preservadas, ao final da produção deste trabalho científico, espera-se delinear como resultados e contribuições acadêmicas para a sociedade, os seguintes pontos: i) instigar o Poder Público e a comunidade à prática de ações que visem promover e proteger o bem patrimonial edificado; ii) Fazer com que a sociedade reconheça os bens patrimoniais construídos e de suas relações com a paisagem da cidade e sua história; iii) Estimular a análise crítica, o entendimento e importância da valorização e preservação através do sentimento de pertencimento; iv) Difundir o conhecimento sobre o patrimônio edificado, a fim de fomentar sua valorização; v) Que seja um instrumento norteador para a criação de um banco de dados digital, através do órgão municipal de preservação do patrimônio cultural, com informações acerca das edificações históricas, como forma de socializar a pesquisa com a sociedade e comunidade acadêmica; vi) Que o inventário subsidie a construção de um plano municipal de conservação do patrimônio edificado; vii) Que o inventário resulte na definição de diretrizes para a preservação do patrimônio arquitetônico local, e que o conhecimento da história e da cultura possam ser úteis para o futuro, gerando desenvolvimento econômico e qualidade de vida à população.

É possível que com o reconhecimento e valorização dos bens patrimoniais edificados o poder público desenvolva políticas públicas para preservação de seu patrimônio, garantindo que as gerações futuras possam conhecer a história e a identidade do município.

A preservação do patrimônio histórico edificado é de grande importância, pois o desenvolvimento local depende de vários fatores, dentre os quais, a manutenção da memória urbana, que é tida como algo vivo e testemunho material de uma sociedade. É necessário entendermos a preservação do patrimônio arquitetônico como necessidade de referência histórica e cultural. As cidades se modernizam, surgem novas construções, a paisagem muda, mas não devemos deixar de lado a preservação do patrimônio histórico, que representa a materialização da nossa história e identidade cultural coletiva.

A preservação patrimonial, no que diz respeito aos edifícios históricos, constitui-se como conjunto de obras que visa proteger e garantir a sobrevivência e a continuidade deste patrimônio. Pois a perda dessas edificações representa a perda da nossa história e da identidade, a história de um lugar é única e insubstituível, e a destruição desses bens representa o esquecimento de parte de nossa identidade cultural. Esquecer nossa cultura é esquecer quem somos.

Ações que promovam o reconhecimento dos bens culturais por parte da população são fundamentais para a conservação dos mesmos, uma vez que à medida que a população reconhece esses bens como parte de sua identidade, será a principal interessada em sua preservação. Dessa forma, o levantamento dos bens patrimoniais e futuro inventário dos mesmos dará direcionamento às políticas de preservação e educação patrimonial na cidade.

Entendemos que esse estudo trouxe importantes contribuições não somente para o meio acadêmico, como também para a sociedade, podendo fomentar ações que fortaleçam e tragam benefícios à preservação do patrimônio histórico-cultural de Santarém, tendo em vista que contém elementos que podem subsidiar a formulação de políticas públicas de preservação. Essa pesquisa também possui elementos que podem auxiliar no desenvolvimento e implementação de um programa de educação patrimonial a ser desenvolvidos nas escolas de ensino infantil e fundamental, como forma de despertar nas crianças o sentimento de pertencimento, e se tornarem porta-vozes do processo de preservação.

Que nós cidadãos santarenos, possamos conhecer nosso patrimônio e compreender a importância e a necessidade de preservar a memória coletiva mantida e retratada por meio do patrimônio edificado. Que esta pesquisa fomente discussões e seja norteadora de ações do poder público municipal em favor do diálogo e da preservação dos bens, para que assim, os bens que vejo hoje, possam ser vistos e admirados por gerações futuras, e que elas não só vejam, mas conheçam e valorizem o seu patrimônio cultural. Então...

“Tu é doido é, é uma das coisas que a gente tem que preservar.” (A.L.P)

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Cristóbal. Nuevo descubrimiento del Gran Río de las Amazonas. Madrid (ESP), Imprenta del Reino, 1641

ARAGÃO, Solange de. **De Belém a Tefé – as cidades e os rios do norte do Brasil nos relatos de viagem do século XIX. Em Tempo de Histórias** - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília - PPG-HIS, n. 15, Brasília, jul./dez. 2009. ISSN 1517-1108. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231257216.pdf>. Acesso em: out. 2021.

ASENSIO, Ana. Donde habita el pensamiento. Em: Fundación Arquia Blog, Barcelona-ESP, 02/05/2017. Disponível em: https://blogfundacion.arquia.es/2017/05/arquitectura-popular-y-memoria/?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br.

ASHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. Tradução e apresentação Nádia Somekh - São Paulo: Romano Guerra, 2010.

AZEVEDO, Paulo. O. de. **Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 22, 1987.

BATES, Henry Walter. **The Naturalist on the River Amazons**. December, 2020. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu002440.pdf>. Acesso em: nov. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

BELMAR, A. Voyage aux Provinces Bresiliennes du Pará et des Amazonas em 1860, Précédé d'un rapide coup d'oeil, sur le Litoral du Brésil, Londres: Trezise, Imprimeur, 4, Beech Street, Barbican. 1861. Disponível em: <https://archive.org/details/voyageauxprovinc00belm/page/n7/mode/2up?q=SANTAR%C3%89M>. Acesso em: out. 2021.

BETTENDORFF, João Filipe. Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão. 1ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Tao, 1979.

BRASIL. **Constituição Federal 1934**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: set. 2021.

_____. **Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: set. 2021.

_____**Constituição Federal de 1988.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: set. 2021.

_____**Protocolo de biossegurança para retorno das atividades nas instituições Federais de Ensino.** 2021. Disponível em: <https://eduxconsultoria.com.br/wp-content/uploads/2021/06/PROTOCOLO-DE-BIOSSEGURANCA-MEC.pdf>. Acesso em: out. 2021.

BRUSADIN, L. B. **O Turismo e a História Sob a Ótica do Patrimônio Cultural: interlocuções entre os campos do saber, práticas e representações** (Tourism and History Under the View of Cultural Heritage: interlocutions among the fields of knowledge, practices and representations). Em: M. Chuva, A. G. R. Nogueira. (Eds.) **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil** (pp. 17-26). Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas**. São Paulo, Edusp, 1998.

CANTO, Sidnei Augusto. **Sobre o Centro Histórico de Santarém**. Santarém: Edição do autor, 1ª edição, 2015.

CASTRO, Sônia Rabello de. **O Estado na preservação de bens culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo, Ática, 2000.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3ª edição. São Paulo: Estação Liberdade – UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória – sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: editora UFRJ. 2017.

CORIOLOANO, Luzia N.; MARTINS, José Clerton de Oliveira. **O turismo na construção das identidades contemporâneas**. Em: CORIOLOANO, L.; VASCONCELOS, F. **O turismo e a relação sociedade-natureza**. Fortaleza: EdUECE, 2007.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH): Por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979**. Brasília, PPGAU/UnB, 2012. Dissertação de Mestrado.

COSTA, Marcos Antônio F. da. e COSTA, Maria de Fátima B. da. **Metodologia de Pesquisa: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: Dos Autores, 2019.

COUTO, Estefany Miléo de. **Casarões Históricos de Santarém: Estudo sobre os sobrados e prédios históricos e sua significação dentro da área central da cidade de Santarém**. Belém: PPGAU/IT/UFPA, 2013. Dissertação de Mestrado.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 1999.

CURTIS, Júlio Nicolau Barros de. **Vivências coma arquitetura tradicional do Brasil**. Porto Alegre: Ed. Ritter dos Reis, 2005.

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Declaração do México**. Em: Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais – ICOMOS –Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>. Acesso em: set. 2021.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo, Unesp, 2005.

FERREIRA, Maria Letícia M. **Patrimônio: discutindo alguns conceitos**. Diálogos, v. 10, nº 3, Maringá – PR, 2006.

FLÔRES, Caira. B. **Inventário do patrimônio arquitetônico do núcleo histórico da cidade de Santiago/RS**. Florianópolis-SC, PPGPC/UFSC, 2016. Dissertação de Mestrado.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, UFRJ; MinC - Iphan, 2005.

FONSECA, Wilde D. da. **Santarém: Momentos Históricos**. Santarém: Gráfica e editora Tiagão, 4ª edição, 1996.

FONSECA, Wilson. **Meu baú mcorongo**. Belém: SECULT/SEDUC, 2006.

FRANCO, Maria I. M. Lei Sarney: **Desafio à competência**. Em **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, DF: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 22. 1987

FREUD, Sigmund (1930). **O mal estar na cultura**. Tradução de Renato Zwick. Coleção L&PM Pocket. São Paulo: L&PM, 2010.

FUÃO, Fernando. **Construir, Morar, Pensar: uma releitura de ‘Construir, Habitar, Pensar’ (Bauen, Wohnen, Denken) de Martin Heidegger**. Em: Revista Estética e Semiótica, Brasília Vol. 6, N. 1, p.001-030, Jan/Jun 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/esteticaesemiotica/article/download/12052/10566/21740#:~:text=Em%20Construir%2C%20morar%20e%20pensar,do%20homem%20na%20atualidade%2C%20ser>.

GARCIA, Wilton. Corpo, design e subjetividade: a tatuagem como poética. In: Garcia, Wilot (org.). **Corpo e subjetividade: estudos contemporâneos**. São Paulo: Factash, 2006, pp. 13-25.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 3ª Ed. São Paulo: DP&A, 2006.

HEIDEGGER, Martin. **Bauen, Wohnen, Denken: Vorträge und Aufsätze. Das Darmstädter Gespräch 1951**. Tradução de Marcia Sá Cavalcante. Em: Schuback. Vorträge und Aufsätze. NESKE, G., Pfullingen-GER, 1954. Disponível em: <https://filosofiaepatrimonio.files.wordpress.com/2017/03/martin-heidegger-construir-habitar-pensar.pdf>

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO E NACIONAL – IPHAN. **Patrimônio Material**. Portal IPHAN, 2022. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em: ago. 2022.

_____. **O IPHAN**. Em: Portal do IPHAN, 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em: jul. 2021.

_____. **Intervenções em bens culturais móveis e integrados à arquitetura: manual para elaboração de projetos**. Em: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Coordenação de Ana Claudia Magalhães, n. 43. Brasília-DF, 2019.

_____. **Manual de preenchimento de Inventários**. Brasília: Senado, 2007.

KATINSKY, Júlio Roberto. **Critérios de classificação dos bens arquitetônicos do Estado de São Paulo**. São Paulo: Sumário, p. 15-24.dez 1999.

KUHL, Beatriz Mugayar. **História e Ética na Conservação e na Restauração em Monumentos Históricos**. São Paulo: Rcpcc, 2006.

LAKATOS, Eva. M.; MARCONI, Marina de A. **Metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LE GOFF, Jacques **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da Unicamp, 1990.

LOPES, Camila da Costa. **Investigações Culturais e Geoarqueológicas da Etnia Konduri a partir de Registros Cerâmicos**. Santarém-PA: PPPGSAQ//CFI/UFOPA, 2019. Dissertação de Mestrado.

LOUREIRO, João de Jesus Paz. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. Belém, Cejup, 1995.

MARCHETTE. Tatiana Dantas. **Educação patrimonial e políticas públicas de preservação patrimonial no Brasil**, Curitiba: InterSaberes, 2016.

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. **A Construção de uma cidade-monumento: O caso de Ouro Preto**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa social: método e criatividade**. São Paulo: Vozes, 2007.

MIRANDA, Danilo S. **Memória e Cultura a importância da memória cultural na formação humana**. Ed. SESC SP. São Paulo, 2007.

NASCIMENTO, Cláudia Neves. **Culturas e Memórias das Comunidades de Quilombo da Amazônia: um passado revisto a partir do presente**. Santarém, PPGSAQ/CFI/UFOPA, 2018. Dissertação de Mestrado.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Os Tapajó**. Em: Revista de Antropologia, Vol. 1, No. 1 (JUNHO 1953), pp. 53-61. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41615512>

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PAULA, Francenilce Silva de. **Cenários culturais do Baixo Amazonas na obra “O Coronel Sangrado” de Inglês de Souza: uma leitura epistemológica do romance**. Santarém: PPGSAQ/CFI/UFOPA, 2018. Dissertação de Mestrado.

PAULINO, Itamar. **A Amazônia entre culturas, identidades e memórias**. Em: Culturas e imaginários: deslocamentos, interações e superposições/organização Rogério Lima, Maria da Glória Magalhães. - 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2018.

PRIANTE, Wagner Penedo. **A cerâmica dos Tapajó e o desejo de formas : estudo de peças cerâmicas arqueológicas mirando potências criativas**. São Paulo: Instituto de Artes/UNESP, 2016. Dissertação de Mestrado.

REIS, Artur César Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. 2ª edição Belém: Civilização Brasileira, 1979.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. **Fundação Nacional Pró-Memória**. In: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990>. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

RODRIGUES, Joaquim Barbosa. **Exploração e estudo do Valle do Amazonas - Rio Tapajós**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1875.

RUSKIN, John. **A lâmpada da Memória**. Tradução de Odete Dourado. Salvador-BA, FAU/UFBA, 1996 (PRETEXTOS, série b, n. 02). Disponível em: <https://www.ufjf.br/lapa/files/2008/08/A-l%C3%A2mpadada-mem%C3%B3ria.pdf>

SANT'ANNA, Márcia Genésia. **Fundamentos da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil (1997 a 2021)**. Aula Magna 2021.2. Cachoeira-BA: Canal Youtube do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Patrimônio Cultural-PPGAP/UFRBA, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zss7awfT5MM>. Acesso em: jul.2022.

SANTARÉM. **Lei nº 20.534** de 17 de dezembro de 2018. Institui o Plano Diretor do Município de Santarém/PA.

_____. **Lei Complementar 007** de 28 de setembro de 2012. Dispõem sobre o Parcelamento e Uso do Solo do Município de Santarém/PA.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. **Tupaiulândia**: 2ª edição. Belém: Globo, 1974.

SÃO LUÍS. **Lei 3.836** de 1 de junho de 1999. Isenta de pagamento do imposto predial e territorial urbano (IPTU) os imóveis do centro histórico de São Luís, tombados pela união, estado ou município, e dá outras providências.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília-DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

SILVA, Carolina. Di L. J. **Inventário do Patrimônio Cultural no IPHAN: instrumentalização do discurso na política nacional de preservação**, 2014. Rio de Janeiro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, 2014. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Elian Karine Serrão da. **O Mascarado Fobó entre a seriedade e a ludicidade: uma investigação sobre o folião da Amazônia no cenário carnavalesco de Óbidos-Pará**. Santarém: PPGSAQ/FI/UFOPA: 2019. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SOARES, Anauene. D. **Destrução do patrimônio cultural: crime de guerra**. Via Iuris (25), 1-30. 2018.

SPHAN/Pró-Memória. **A mudança sem a perda da identidade**. Boletim, n. 6, 1980b. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bol_sphan&id=2037501905263&pagfis=475. Acesso em: out. 2022.

SPIX, Joahnn P. von; MARTIUS, Carl. F. P. von. **Viagem pelo Brasil (1817 – 1820)**; tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3v.: il. 486p. – (Edições do Senado Federal; v. 244-C) Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573991/001118266_Viagem_pelo_Brasil_v.3.pdf?sequence=16&isAllowed=y. Acesso em: out. 2021.

STELLO, Vladimir Fernando. **Além das Reduções: A paisagem Cultural da Região Missioneira**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2013.

SUSSUARANA, Felisberto. **Amazônia, Tapajônia, Santarênia – Enigmas e revelações**. Prefeitura Municipal de Santarém, 2000. 389p.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture**: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom. London, John Murray, 1871.

UNESCO. **Patrimônio Mundial no Brasil**. Portal da Unesco, 2016. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil>. Acesso em: jul. 2022.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, negociação e conflito**. Em: Mana: revista de antropologia social, 2006, vol. 12, n. 1, pp. 237-248. Disponível em SciELO - Brasil - Patrimônio, negociação e conflito Patrimônio, negociação e conflito. Acesso em: ago. 2022.

VON SIMSON, Olga. **Memória e cultura e poder na sociedade do esquecimento**. Revista Acadêmica. n. 6, maio 2003.

WALLACE, Alfred Russel. Viagens pelo Amazonas e Rio Negro (1847). Notas de Basílio de Magalhães, Vol. 17. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Tradução André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

APÊNDICE

Apêndice A – Ficha de inventariação

INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS			
CARACTERÍSTICA DO BEM ARQUITETÔNICO			
IDENTIFICAÇÃO DO UNIVERSO DO OBJETO DE ANÁLISE			
Município:	Localidade:	UF:	
LOCALIZAÇÃO DO OBJETO			
Identificação do bem:			
Logradouro:		Nº:	
Identificação do proprietário:	do	Coordenadas geográficas	Propriedade
		Latitude:	Pública
		Longitude:	Privada
Contatos:			Mista
			Outra
CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO			
CONTEXTO	PROTEÇÃO EXISTENTE	ESTADO DE PRESERVAÇÃO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Rural	Estadual	Íntegro	Excelente
Urbano	Municipal	Pouco alterado	Bom
Entorno preservado	Federal	Muito alterado	Regular
Entorno alterado	Nenhuma	Descaracterizado	Precário
Forma conjunto			Em arruinamento
Bem isolado			Arruinado
IMAGENS			
SÍNTESE HISTÓRICA			
DESCRIÇÃO DA ÁREA			
Mapa de localização em relação ao contexto			
ICONOGRAFIA HISTÓRICA			

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA					
LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE					
Planta/ croqui			Imagens/ croquis das fachadas		
ÉPOCA/ DATA DA CONSTRUÇÃO		TIPOLOGIA		PAVIMENTOS	
		Religiosa		Acima da rua	
USO ORIGINAL		Civil		Abaixo da rua	
		Oficial		Sótão	
USO ATUAL		Outra		Porão	
				Sim	
				Sim	
				Não	
				Não	
MEDIDAS GERAIS DA EDIFICAÇÃO				OBSERVAÇÕES	
Altura fachada frontal		Altura da cumeeira			
Altura fachada posterior		Altura total			
Largura		Pé direito térreo			
Profundidade		Pé direito tipo			
FOTOS E ILUSTRAÇÕES DE DETALHES IMPORTANTES					
DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA					
Paredes externas (técnicas construtivas, estruturas, materiais e acabamentos)					
Cobertura (técnicas construtivas, estruturas, materiais e acabamentos)					
Abertura e elementos integrados (técnicas construtivas, estruturas, materiais e acabamentos)					
Palavras-chave					

FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

<input type="checkbox"/> Sobrado do Sol	<input type="checkbox"/> Centro Cultural João Fona
<input type="checkbox"/> Solar dos Brancos	<input type="checkbox"/> Solar Eclético
<input type="checkbox"/> Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	<input type="checkbox"/> Solar do Barão de São Nicolau

2.4 Do seu ponto de vista, essas edificações possuem valores arquitetônico, histórico e artístico? Caso sim numa escala de 1 à 5, que nota você atribui as edificações?

Solar do Barão de Santarém			Fotografia
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	

Solar dos Campos			Fotografia
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	

Sobrado do Sol			Fotografia
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	

Centro Cultural João Fona			Fotografia
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	

Solar dos Brancos			Fotografia
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	

Solar Eclético			Fotografia
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição			Fotografia
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	

Solar do Barão de São Nicolau			Fotografia
Valores	Atende ao valor	Pontuação	
Valor Arquitetônico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Histórico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	
Valor Artístico	Sim () Não ()	1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()	

2.5 Como você avalia a situação do patrimônio histórico cultural no município?

() Péssimo	() Ruim	() Bom
() Muito bom	() Ótimo	() Excelente

2.6 Pra você é importante a preservação dos prédios históricos do município?

2.7 Para você quem são os responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico cultural de Santarém?

ANEXO

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa **À Margem do Tapajós: Cultura, Memória e Patrimônio Histórico**, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) **Cecy Oneide do Nascimento Sussuarana**.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por objetivo fazer inventariar com base nas memórias dos entrevistados das edificações do ponto de vista histórico, arquitetônico e cultural, localizadas no “centro histórico” da cidade de Santarém-PA;
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em dar entrevista, que inclui registro de áudio, de vídeo e de imagem;
3. Ao participar desse trabalho estou ciente de que estarei contribuindo com a promoção de estudos e pesquisa sobre a preservação do patrimônio histórico arquitetônico e de possíveis benefícios diretos e/ou indiretos que a pesquisa trará;
4. A minha participação neste projeto deverá ter a duração de até dois encontros, respeitando o tempo dedicado à entrevista, busca de informações e de material relevantes ao andamento da pesquisa;
5. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo por isso;
6. Fui informado e estou ciente de que não há valor econômico a receber ou a pagar por minha participação;
7. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa e de registro em dissertação de mestrado, bem como em artigos correlacionados;
8. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Cecy Oneide do Nascimento Sussuarana, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: **(93) 991785337**, e-mail: **cecysussuarana@gmail.com**

Eu, _____, RG nº _____

_____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário(a), do projeto de pesquisa acima descrito. E confirmo que:

Meu nome deverá ser mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Meu nome pode ser citado na pesquisa, na dissertação e nos artigos que do estudos resultarem, abolindo minha privacidade exclusivamente quanto à entrevista sobre memória e patrimônio histórico de Santarém, além de que terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Santarém, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do participante

Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

Anexo B – lei nº 16.661/2014



PREFEITURA DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 19.661/2014, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM – ESTADO DO PARÁ, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E NATURAL E INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

O Prefeito Municipal de Santarém faz saber que a Câmara Municipal de Santarém aprovou e faz sancionar a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º A preservação do Patrimônio Cultural do Município de Santarém é dever de todos os seus cidadãos e do Poder Público que dispensará proteção especial ao patrimônio cultural do Município, segundo os preceitos desta Lei e de sua regulamentação.

Art. 2º São considerados Patrimônio Cultural do Município de Santarém os bens de natureza material ou imaterial, quer tomados individualmente ou em conjunto, que sejam relacionados à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos que formam a sociedade santarémense, dentre os quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - a cidade, os edifícios, mausoléus e jazigos, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico, natural, científico e inerentes a relevantes narrativas de nossa história cultural;
- VI - a cultura indígena tomada isoladamente e em conjunto;
- VII - a cultura quilombola tomada isoladamente e em conjunto.

Art. 3º O Município procederá ao tombamento dos bens que constituem o seu Patrimônio Cultural, segundo os procedimentos e regulamentos desta Lei, através do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMPAC, igualmente criado por esta Lei.

Art. 4º Fica instituído o Livro do Tombo Municipal, destinado à inscrição dos bens que o COMPAC considerar de interesse de preservação do Município, e o Livro de Registro do Patrimônio Imaterial ou Intangível, destinado a registrar os saberes, celebrações, formas de expressão, e outras manifestações intangíveis de domínio público.



PREFEITURA DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO II
DA DIVISÃO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 5º É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, através da Divisão do Patrimônio Cultural de Santarém, cuidar das questões do patrimônio discriminado na presente Lei.

CAPÍTULO III
DO CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 6º Fica criado o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural - COMPAC, de caráter consultivo e deliberativo, composto por 14 (quatorze) conselheiros, sendo 50% (cinquenta por cento) do Governo Municipal e 50% (cinquenta por cento) da Sociedade Civil Organizada, indicados ou eleitos, com exceção das alíneas "d" e "e" do item II que serão eleitos em Fórum específico sobre Patrimônio Cultural.

I - do poder público municipal:

- a) Secretaria Municipal de Cultura;
- b) Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- c) Secretaria Municipal de Turismo;
- d) Secretaria Municipal de Educação;
- e) Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- f) Secretaria Municipal de Finanças;
- g) Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento.

II - da sociedade civil organizada:

- a) Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Santarém – OAB/STM;
- b) Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós – INGTAP;
- c) Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – CREA/PA;
- d) Representação das Instituições de Ensino Superior de Santarém, afins;
- e) Representação da Sociedade Civil Organizada, afins;
- f) Associação Comercial e Empresarial de Santarém – ACES;
- g) Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI/PA.

§ 1º - Em cada processo, após a respectiva instrução e encaminhamento pela Divisão do Patrimônio Cultural de Santarém, a critério de qualquer conselheiro, poderá ser ouvida a opinião de especialistas que poderão ser técnicos profissionais da área de conhecimento específico ou representantes da comunidade de interesse do bem em análise.

§ 2º - O exercício das funções de conselheiro é considerado de relevante interesse público e não poderá ser remunerado.

§ 3º - O Conselho elaborará o seu estatuto e o regimento interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a posse de seus conselheiros.

§ 4º - São atribuições do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural:

- I - propor as bases da política de preservação do Patrimônio Cultural do Município;
- II - examinar parecer prévio do qual dependerão os atos de tombamento e cancelamento do tombamento;



PREFEITURA DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

III - fixar diretrizes, relacionando-as com o interesse público de preservação do patrimônio cultural quanto:

- a) à demolição no caso de ruína iminente, modificação, transformação, restauração, pintura ou remoção de bem tombado pelo Município;
- b) à elaborar parecer para orientar a gestão pública quanto à expedição ou renovação, pelo órgão competente, de licença para obra, afixação de anúncios, cartazes ou letreiros, ou parte e instalação de atividade comercial em imóvel tombado pelo Município;
- c) à prática de qualquer ato que de alguma forma altere a aparência do bem tombado pelo Município

IV - receber e examinar propostas de proteção a bens culturais encaminhadas por associações de moradores e entidades representativas da sociedade civil do Município.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO DE TOMBAMENTO

Art. 7º Para inscrição em qualquer dos Livros do Tombo será instaurado o processo que se inicia por iniciativa:

- I - de qualquer pessoa física ou jurídica legalmente constituída;
- II - de entidades organizadas; e
- III - da Secretaria Municipal de Cultura ou seu equivalente.

§ 1º - Caberá à Divisão do Patrimônio Cultural de Santarém, da Secretaria Municipal de Cultura, instruir o processo de tombamento para posterior apreciação e votação do COMPAC.

§ 2º - O requerimento de solicitação de tombamento será dirigido à Divisão do Patrimônio Cultural de Santarém e será protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal.

§ 3º - Em caso de urgência ou de interesse público relevante, o chefe do poder executivo municipal poderá decretar o tombamento definitivo, conforme art. 224 e seu parágrafo único, da Lei 19.207/12 - Código de Postura do Município de Santarém.

Art. 8º O Conselho Municipal de Patrimônio Cultural – COMPAC poderá propor o tombamento municipal de bens móveis e imóveis já tombados pelo Estado e/ou pela União.

Art. 9º Os requerimentos de que trata o § 2º do Art. 7º poderão ser indeferidos pela Divisão do Patrimônio Cultural de Santarém com fundamento em parecer técnico, caso em que caberá recurso ao COMPAC.

Art. 10 Sendo o requerimento para tombamento, solicitado por qualquer uma das iniciativas descritas no Art. 7º, deferido, o proprietário será notificado pelo Correio, através de aviso de recebimento (A.R.), para, no prazo de 20 (vinte) dias, se assim o quiser, oferecer impugnação.



**PREFEITURA DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO**

Parágrafo único. Quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontra o proprietário, a notificação far-se-á por edital, publicado uma vez no Diário Oficial e, pelo menos, duas vezes em jornal de circulação no Município.

Art. 11 Todo o tombamento levará em conta a área de entorno, que deverá estar claramente delimitada, e a paisagem natural na qual o bem está inserido; esta situação deverá ter suas questões ambientais consideradas, tais como o trânsito de veículos (emissão de gases poluentes, trepidação), estacionamentos, coleta de resíduos, de acordo com o art. 230, da Lei 19.207/12 - Código de Postura do Município de Santarém.

§ 1º - A delimitação do entorno é de competência da Secretaria Municipal de Cultura, através da Divisão do Patrimônio Cultural.

§ 2º - Não se poderá fazer construção que impeça ou afete a visibilidade do bem tombado, nem colocar anúncios ou cartazes, sob pena de multa.

Art. 12 Instaurado o processo de tombamento ou o inventário dos bens de interesse de preservação, passam a incidir sobre o bem as limitações ou restrições administrativas próprias do regime de preservação de bem tombado, até a decisão final.

Art. 13 Decorrido o prazo determinado no Art. 10, havendo ou não impugnação, o processo será encaminhado ao COMPAC para julgamento.

Art. 14 O COMPAC poderá solicitar à Divisão do Patrimônio Cultural de Santarém novos estudos, pareceres, vistorias ou qualquer medida que julgue necessária para melhor orientar o julgamento.

Parágrafo único. O prazo final para julgamento, a partir da data de entrada do processo no COMPAC, será de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta), se necessárias medidas externas.

Art. 15 A sessão de julgamento será pública e poderá ser concedida a palavra a qualquer pessoa física ou jurídica que queira se manifestar, a critério do COMPAC.

Art. 16 Na decisão do COMPAC que determinar o tombamento, deverá constar:

- I - descrição detalhada e documentação do bem;
- II - fundamentação das características pelas quais o bem será incluído no Livro do Tombo ou Livro de Registro;
- III - definição e delimitação da preservação e os parâmetros de futuras intervenções: para o bem natural, um Plano de Manejo, e para o bem arquitetônico, um Plano de Uso;
- IV - as limitações impostas ao entorno e à paisagem do bem tombado, quando necessário;
- V - no caso de bens móveis, os procedimentos que deverão instruir a sua saída do Município; e
- VI - no caso de tombamento de coleção de bens, relação das peças componentes da coleção e definição de medidas que garantam sua integridade.



PREFEITURA DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 17 A decisão do COMPAC que determina a inscrição definitiva do bem no Livro do Tombo ou Livro de Registro será publicada no Diário Oficial, ou jornal de grande circulação local, oficiada, quando for o caso, ao Registro de Imóveis para os bens imóveis e ao Registro de Títulos e Documentos para os bens móveis.

Art. 18 Se a decisão do COMPAC for contrária ao tombamento, imediatamente serão suspensas as limitações impostas pelo Art. 12 da presente Lei.

CAPÍTULO V
DA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS TOMBADOS

Art. 19 Cabe ao proprietário do bem tombado a proteção e conservação do mesmo.

Art. 20 As Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, deverão ser notificadas dos tombamentos e, no caso de concessão de licenças, alvarás e outras autorizações para construção, reforma e utilização, desmembramento de terrenos, poda ou derrubadas de espécies vegetais, deverão consultar a Divisão do Patrimônio Cultural de Santarém, da Secretaria Municipal de Cultura, antes de qualquer deliberação, respeitando ainda as respectivas áreas envoltórias.

Art. 21 Cabe ao poder público municipal a instituição de incentivos legais que estimulem o proprietário ao cumprimento do Art. 19 e aqueles que vierem a ser instituídos mediante a edição desta Lei.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal poderá, quando da regulamentação desta Lei, conceder incentivos fiscais de 50% (cinquenta por cento) a 100% (cem por cento) no pagamento do IPTU, para empresas e/ou entidades que, comprovadamente, promoverem a conservação de bem imóvel tombado ou em processo de tombamento, de forma total ou parcial, assim como, conceder os mesmos percentuais para empresas e/ou entidades que assumirem a responsabilidade de adotar patrimônio público cultural ou histórico, na sua conservação.

Art. 22 O bem tombado não poderá ser descaracterizado.

§1º - A restauração, reparação ou adequação do bem tombado, somente poderá ser feita em cumprimento aos parâmetros estabelecidos na decisão do COMPAC, cabendo à Divisão do Patrimônio Cultural de Santarém, da Secretaria Municipal de Cultura, a conveniente orientação e acompanhamento de sua execução.

§ 2º - Havendo dúvidas em relação às prescrições do COMPAC, haverá novo pronunciamento que, em caso de urgência, poderá ser feito, ad referendum, pela Divisão do Patrimônio Cultural de Santarém, da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 23 As construções, demolições, paisagismo, no entorno ou paisagem do bem tombado, deverão seguir as restrições impostas por ocasião do tombamento; em caso de dúvida ou omissão deverá ser ouvido o COMPAC.

Art. 24 Ouvido o COMPAC, a Divisão do Patrimônio Cultural de Santarém, da Secretaria Municipal de Cultura, poderá determinar ao proprietário a execução de obras imprescindíveis à conservação do bem tombado, fixando prazo para o seu início e término.



PREFEITURA DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

§ 1º - Este ato da Divisão do Patrimônio Cultural de Santarém, da Secretaria Municipal de Cultura, será de ofício, em função da fiscalização que lhe compete ou por solicitação de qualquer cidadão.

§ 2º - Se a Divisão do Patrimônio Cultural de Santarém não determinar as obras solicitadas por qualquer cidadão, no prazo de 30 (trinta) dias, caberá recurso ao COMPAC que avaliará a sua efetiva necessidade e decidirá sobre a determinação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 25 VETADO.

Art. 26 O Poder Público Municipal poderá se manifestar quanto ao uso do bem tombado, de sua vizinhança e da paisagem, quando houver risco de dano, ainda que importe em cassação de alvarás.

Art. 27 No caso de extravio ou furto do bem tombado, o proprietário deverá dar conhecimento do fato ao COMPAC no prazo de 48 horas, sob pena de, não o fazendo, incidir multa de 100 % do valor do objeto.

Art. 28 O deslocamento ou transferência de propriedade do bem móvel tombado deverá ser comunicado à Divisão do Patrimônio Cultural de Santarém, da Secretaria Municipal de Cultura, pelo proprietário, possuidor, adquirente ou interessado.

Parágrafo único. Qualquer venda judicial de bem tombado deverá ser autorizada pelo Município, cabendo a este o direito de preferência.

CAPÍTULO VI
DAS PENALIDADES

Art. 29 A infração a qualquer dispositivo da presente Lei implicará em multa correspondente a dois mil e quinhentos mil UFMS (Unidade Fiscal Municipal), acrescido do VVI (Valor Venal do Imóvel).

§ 1º - Se houver como consequência demolição, destruição ou mutilação do bem tombado, a recomposição do bem será obrigatória, de acordo com dados constantes no Livro do Tombo Municipal.

§ 2º - As multas terão seus valores fixados através de decreto regulamentar, conforme a gravidade da infração, e serão fiscalizadas pela Divisão Municipal de Patrimônio Cultural, da Secretaria Municipal de Cultura, ou seu equivalente, devendo o montante ser recolhido à Fazenda Municipal, no prazo de até 05 (cinco) dias da notificação, ou no mesmo prazo ser interposto recurso ao COMPAC.

Art. 30 Todas as obras e coisas construídas ou colocadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos no tombamento ou sem observação da ambientação ou visualização do bem tombado deverão ser demolidas ou retiradas; se o responsável não o fizer no prazo determinado pela Divisão do Patrimônio Cultural de Santarém, da Secretaria Municipal de Cultura, o Poder Público o fará e será ressarcido pelo responsável, de acordo com o art. 226 da Lei 19.207/12 - Código de Postura do Município de Santarém.



PREFEITURA DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 31 Todo aquele que, por ação ou omissão, causar dano ao bem tombado responderá pelos custos de restauração ou reconstrução e por perdas e danos, sem prejuízo da responsabilidade criminal, feita a comunicação ao Ministério Público, com o envio de documentos, para os casos das infrações previstas nos artigos 28 e 30 desta Lei.

CAPÍTULO VII
DO FUNDO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTARÉM

Art. 32 VETADO.

Art. 33 VETADO.

Art. 34 VETADO.

Art. 35 VETADO.

Art. 36 VETADO.

Art. 37 VETADO.

Art. 38 VETADO.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 VETADO.

Art. 40 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2014.

ALEXANDRE RAIMUNDO DE VASCONCELOS WANGHON
 Prefeito Municipal de Santarém

Publicada na Secretaria Municipal de Administração, aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e catorze.

ANA RITA LOPES DE MACÊDO
 Secretária Municipal de Administração

Anexo C – lei nº 8.120/1978



300

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM - PARÁ

Praça Barão de Santarém, 41
CEP 68.100 - SANTARÉM - PARÁ

LEI Nº 8.120 05 DE JULHO DE 1978.

Institui o Conselho Municipal de Educação e Cultura e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTARÉM, Estado do Pará, Faço saber que a Câmara Municipal estatui e eu sanciono e publico a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica instituído sem ônus para o erário municipal, e o Conselho Municipal de Educação e Cultura (COMEDC) de Santarém, com a finalidade de estudar, coordenar e propor soluções " para os problemas da Educação e da Cultura do Município.

Artigo 2º - O Conselho a que se refere o artigo anterior será constituído por nove (9) membros escolhidos entre os educadores do Município, com efetiva atividade no ensino de primeiro e segundo graus ou entidades culturais.

§ 1º - Em se tratando de um órgão eminentemente assessor do Chefe do Poder Executivo Municipal, quatro (4) de seus membros " serão indicados pelo Prefeito do Município, três por livre escolha dos quatro primeiros; sendo membros natos o Secretário Municipal de Educação Cultural e Desportos e o Diretor da 5ª Divisão Regional da SEDUC.

§ 2º - Com exceção dos Titulares da SEMEDC e 5ª Divisão Regional da SEDUC os demais membros do COMEDC deverão ser indicados na seguinte proporção:
a) três (3) membros do ensino de primeiro (1º) grau
b) três (3) membros do ensino de segundo (2º) grau
c) um (1) membro de entidade cultural.

§ 3º - Entre os membros do COMEDC deverão constar, abrigatoriamente, pelo menos, dois (2) elementos da rede de ensino particular.

Artigo 3º - O COMEDC será dirigido por uma diretoria composta por um presidente, um vice-presidente e um primeiro e segundo secretário, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição.

Art. 4º - O COMEDC terá um Regimento Interno e funcionará na sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos onde a Prefeitura Municipal proporcionará todos os meios necessários às suas atividades.

ARQUIVO

continua . .



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM - PARÁ

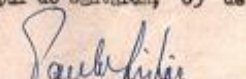
Praça Barão de Santarém, 41
CEP 60.100 - SANTARÉM - PARÁ

Continuação . .

Artigo 5º - O exercício da função de membros do COMEDC, será gratuito e nenhuma vantagem pecuniária poderá ser paga a qualquer pretexto pelo desempenho das atividades, salvo quando estas se desenvolverem fora do Município ou de sua sede.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor após sua regulamentação, através de Decreto, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santarém, 05 de julho de 1978.


PAULO IMBIRIBA LIDENÇA
Prefeito Municipal


ADILSON CARVALHO SIVALANA
Chefe de Gabinete

Anexo D – lei nº 11.620/1986



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Praça Barão de Santarém, 41

CEP 68.100 - SANTARÉM - PARÁ

LEI Nº 11.620, DE 23 DE JANEIRO DE 1986.

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE
CULTURA DE SANTARÉM E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTARÉM, Estado do Pará, faz saber que a Câmara Municipal de Santarém estatui e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Cultura de Santarém, com a finalidade de estudar, coordenar, determinar medidas e propor soluções para os problemas das Artes e da Cultura do Município.
- Art. 2º - O Conselho Municipal de Cultura de Santarém será constituído por 9(nove) membros, entre personalidades representativas das Artes e da Cultura Santarémense e das entidades artísticas e culturais, com a devida aprovação da Câmara Municipal de Santarém e do Prefeito Municipal.
- Parágrafo Primeiro - Ao ser constituído o Conselho, um terço de seus membros terá mandato de 2(dois) anos, um terço de 4(quatro) anos e um terço de 6(seis) anos.
- Parágrafo Segundo - Os nomes serão previamente aprovados pelo Sr. Prefeito Municipal.
- Art. 3º - O Conselho será dirigido por uma diretoria composta por um Presidente e um Vice-Presidente com mandato de 2(dois) anos e por um Secretário nomeado pelo Presidente.
- Art. 4º - O Conselho Municipal de Cultura de Santarém, será regido por um Estatuto por ele elaborado, submetido à aprovação do Prefeito Municipal.
- Parágrafo Único - Caberá ao Conselho alterar seu Estatuto quando julgar conveniente, sendo essas alterações submetidas à aprovação do Prefeito Municipal, que terá um prazo de 15(quinze) dias para se pronunciar, cabendo recursos à Câmara Municipal.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

fls. 02

Praça Barão de Santarém, 41

CEP 68.100 - SANTARÉM - PARÁ

Art. 5º - O Conselho Municipal de Cultura de Santarém, funcionará na Casa da Cultura de Santarém, ficando atribuídas ao Diretor desta as providências e os meios necessários às suas atividades.

Art. 6º - O Exercício da função de membro do Conselho Municipal de Cultura será gratuito e nenhuma vantagem pecuniária poderá ser paga a qualquer pretexto pelo desempenho das atividades, salvo quando de despesas indispensáveis a estas ou quando estas se desenvolverem fora do Município ou de sua Sede.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTARÉM, aos vinte e três dias do mês de janeiro de mil novecentos e oitenta e seis.

JOSÉ RONALDO CAMPOS DE SOUSA
Prefeito Municipal

DAVID PEREIRA DE SOUSA
Chefe de Gabinete

Anexo E – lei nº 13.958/1991

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PRAÇA DE RODRIGUES DOS SANTOS, 60
46.100 - SANTARÉM - PAJÁ

LEI No. 13.958, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1991.

DÁ NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS QUE MENCIONA A LEI MUNICIPAL No. 12.076, DE 17.10.86 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, nos termos do Art. 25, §§ 6o, 7o e 8o da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER que, tendo sido rejeitado o VETO posto ao item X do Art. 3o da Lei Municipal que menciona, pelo Exco. Sr. Prefeito Municipal de Santarém, por decisão plenária havida na Sessão realizada no dia 25 de fevereiro de 1992, é mantida a sua redação e promulgada na forma seguinte:

Artigo 1o. Os dispositivos abaixo mencionados, da Lei no. 12.076, de 17 de outubro de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1o
§ 1o. Os membros do Conselho Municipal de Cultura serão escolhidos dentre as diversas entidades culturais e afins, cadastradas na Secretaria Municipal de Cultura e assim distribuídos:

- I - Um representante do Poder Legislativo;
- II - Um representante da Literatura;
- III - Um representante do Teatro;
- IV - Um representante do Carnaval e do folclore;
- V - Um representante dos Historiadores;
- VI - Um representante da Música e da Dança;
- VII - Um representante da Pintura e da Escultura;
- VIII - Um representante do Artesanato.

§ 2o. O Secretário Municipal de Cultura é membro nato do Conselho.

§ 3o. O mandato de membro do Conselho Municipal de Cultura é gratuito e pelo prazo de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4o. O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos representantes dos Poderes Legislativo e Executivo.

§ 5o. Cada membro do Conselho Municipal de Cultura está vinculado à entidade que representa e exerce o mandato nessa condição.

Art. 2o. O Conselho Municipal de Cultura é um órgão colegiado vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e tem por finalidade promover estudos e propor medidas tendentes à valorização das artes, da ciência e da cultura do Município.

segue ...
[Assinatura]



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PRAÇA DR. RODRIGUES DOS SANTOS, 66
18.100 - SANTARÉM - PARÁ

Continuação da LEI Nº. 13.958, de 26 de dezembro de 1991.

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Cultura:

- I - Elaborar e alterar o seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado pela maioria absoluta de seus membros;
- II - Organizar e dirigir os seus serviços administrativos;
- III - Eleger e expor a sua Diretoria;
- IV - Elaborar o Plano Municipal de Cultura, anual ou plurianual;
- V - Reconhecer as instituições Culturais municipais e aprovar os seus respectivos estatutos, para efeito de recebimento de auxílio ou subvenções do poder público municipal;
- VI - Recomendar as medidas necessárias para a defesa, conservação ou restauração do patrimônio histórico, artístico ou cultural do Município e cooperar para a defesa e conservação em se tratando de patrimônio estadual ou nacional;
- VII - Recomendar campanhas e proações que objetive o desenvolvimento artístico, cultural e científico do Município;
- VIII - Recomendar que sejam erguidos, conservados ou restaurados os monumentos municipais;
- IX - Recomendar a instituição de festivais, concursos e prêmios para trabalhos artísticos, culturais ou científicos no âmbito municipal;
- X - Opinar quanto à nomeação do secretário de Cultura do Município;
- XI - Divulgar, anualmente, relatório sobre as atividades do Conselho;
- XII - Dar cumprimento à legislação municipal que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais à realização de projetos culturais no Município de Santarém.

Art. 4º. O Conselho Municipal de Cultura será instalado pelo Prefeito Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias, após a publicação desta Lei.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Cultura terá uma Diretoria, composta de um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleito pelo Plenário, cuja mandato será de acordo com o art. 10º, § 3º desta Lei.

segur ..



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PRAÇA DR. RODRIGUES DOS SANTOS, 66
14.100 - SANTARÉM - PARÁ

Continuação da LEI No. 13.958, de 26 de dezembro de 1991.

- Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Cultura:
- I - Elaborar e alterar o seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado pela maioria absoluta de seus membros;
 - II - Organizar e dirigir os seus serviços administrativos;
 - III - Eleger e expor a sua Diretoria;
 - IV - Elaborar o Plano Municipal de Cultura, anual ou plurianual;
 - V - Reconhecer as instituições Culturais municipais e aprovar os seus respectivos estatutos, para efeito de recebimento de auxílio ou subvenções do poder público municipal;
 - VI - Recomendar as medidas necessárias para a defesa, conservação ou restauração do patrimônio histórico, artístico ou cultural do Município e cooperar para a defesa e conservação em se tratando de patrimônio estadual ou nacional;
 - VII - Recomendar campanhas e promoções que objetivem ao desenvolvimento artístico, cultural e científico do Município;
 - VIII - Recomendar que sejam erigidos, conservados ou restaurados os monumentos municipais;
 - IX - Recomendar a instituição de festivais, concursos e prêmios para trabalhos artísticos, culturais ou científicos no âmbito municipal;
 - X - Opinar quanto à nomeação do secretário de Cultura do Município;
 - XI - Divulgar, anualmente, relatório sobre as atividades do Conselho;
 - XII - Dar cumprimento à legislação municipal que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais à realização de projetos culturais no Município de Santarém.

Art. 4º. O Conselho Municipal de Cultura será instalado pelo Prefeito Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias, após a publicação desta Lei.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Cultura terá uma Diretoria, composta de um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleito pelo Plenário, cujo mandato será de acordo com o art. 10, § 3º desta Lei.

segur

Anexo F – lei nº 16.904/2001

ALTERAÇÃO DE LEI
Lei nº 16.904/03



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Av. Dr. Anysio Chaves, 853 – Aeroporto Velho – Cep. 68030-290
Santarém-Pa

LEI Nº 16.904/2001, DE 24 DE MAIO DE 2001.

“INSTITUI COMISSÃO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM.”

O Prefeito Municipal de Santarém, faz saber que a Câmara Municipal de Santarém, aprovou e ele sanciona e publica a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica criada a Comissão Municipal de Preservação Histórica de Santarém, vinculada a Coordenadoria de Cultura da Prefeitura Municipal, que será constituída de 9 (nove) membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º - A preservação da memória da cidade e de seu patrimônio histórico, efetivado pela Comissão, objetiva prioritariamente, colher depoimentos de viva voz, pleitear o tombamento de bens públicos ou particulares, promover coleta e arquivamento de documentos que devam ser preservados, etc.

§ 2º - A nomeação a que se refere o “**caput**” deste artigo recairá sobre a indicação que farão as seguintes entidades, devidamente convidadas para tal:

- I - Câmara Municipal de Santarém, 1 (um) representante.
- II – Secretaria Municipal de Educação e Desporto, 1 (um) representante.
- III – Coordenadoria Municipal de Cultura, 1 (um) representante.
- IV – Um historiador e/ou escritor.
- V – Um artista plástico.
- VI – Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santarém, 1 (um) representante.
- VII – Imprensa local, 1 (um) representante.
- VIII – Um representante do 3º Grau da área de Pedagogia ou Letras.
- IX – Associação Comercial de Santarém, 1 (um) representante.

Art. 2º -A Comissão Municipal de Preservação Histórica de Santarém, terá regimento próprio que será estabelecido por decreto do Prefeito Municipal, a ser baixado no prazo de (90) noventa dias da vigência desta Lei.

Parágrafo Único – A instalação da comissão se dará no prazo máximo de quinze (15) dias após regulamentado seu funcionamento na forma prevista no “caput” deste artigo.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Av. Dr. Anysio Chaves, 853 – Aeroporto Velho – Cep. 68030-290
Santarém-Pa

Continuação da Lei nº 16.904/2001, de 24 de maio de 2001.

Art. 3º - Dentre as atribuições da Comissão Municipal de Preservação Histórica de Santarém, incluir-se-ão obrigatoriamente:

- a) apreciar pedidos de demolição de edifícios particulares que tenham sido edificados antes de 1950;
- b) autorizar as reformas em prédios públicos e particulares antes de 1950, obedecidas as linhas arquitetônicas da época da edificação;
- c) promover a coleta e preservação de depoimentos sobre a cidade, seus costumes, pessoas e demais informações históricas, os quais deverão ser gravados de viva voz pelo depoente, inclusive com imagem, mediante o uso de sistemas adequados.
- d) promover preservação dos monumentos existentes no município;
- e) propor a quem de direito, o tombamento de prédios e áreas, ou outros bens e valores que devam ser preservados.

Art. 4º - Os membros integrantes da Comissão Municipal de Preservação Histórica de Santarém, não serão remunerados, reconhecendo-se os serviços prestados como de relevância para a comunidade.

Art. 5º - Fica terminantemente proibida a demolição de prédios públicos municipais construídos antes de 1950, os quais deverão ser conservados e preservados com suas características originais.

Parágrafo Único - A reforma de qualquer prédio público que se inclua na hipótese deste artigo somente será processada mediante a autorização concedida pela Comissão Municipal de Preservação Histórica, a qual se manifestará sempre que for solicitada e através da apresentação do projeto da reforma pretendida, que necessariamente obedecerá às linhas arquitetônicas do prédio a ser reformado.

Art. 6º - O órgão municipal responsável pela expedição do alvará de demolição e reformas de prédios e ocupação de logradouros, não poderá expedi-los sem ouvir, previamente, a Comissão Municipal de Preservação Histórica, quando as reformas ou demolições pleiteadas sejam de prédios construídos antes de 1950 ou a ocupação se refira a área que deva ser preservada.

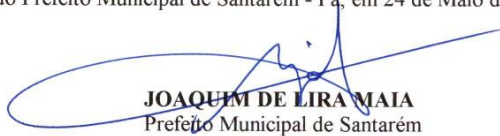


PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Av. Dr. Anysio Chaves, 853 – Aeroporto Velho – Cep. 68030-290
Santarém-Pa

Continuação da Lei nº 16.904/2001, de 24 de maio de 2001.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santarém - Pa, em 24 de Maio de 2001.



JOAQUIM DE LIRA MAIA
Prefeito Municipal de Santarém

Publicada na Secretaria Municipal de Administração, aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e um.



EMIR MACHADO DE AGUIAR
Secretário Municipal de Administração

Anexo G – lei nº 17.912/2005



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DA PREFEITA

LEI Nº 17.912/2005, DE 30 DE AGOSTO DE 2005.

Dá nova redação a dispositivos que menciona a Lei Municipal nº 13.958, de 26 de dezembro de 1991, que delibera sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santarém, Estado do Pará: Faço saber que a Câmara Municipal de Santarém aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Acrescentam-se e alteram-se dispositivos da Lei nº 13.958, de 26 de dezembro de 1991, que alterou dispositivos da Lei nº 12.076, de 17 de outubro de 1986, passando a vigorar com o seguinte texto redacional:

“Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Cultura (CMC), constituído de 11 (onze) membros, radicados no município de Santarém, escolhidos dentro de suas entidades, todas cadastradas no Órgão Municipal de Cultura, sendo nomeados pelo(a) Prefeito(a) Municipal de Santarém, assim distribuídos:

- I –*
- II –*
- III –*
- IV - um representante do carnaval;*
- V - um representante do folclore;*
- VI – um representante da música;*
- VII – um representante da dança;*
- VIII – um representante das artes plásticas;*
- IX – um representante do artesanato;*
- X- um representante da poesia.*

§ 1º - Os representantes terão suplentes, escolhidos dentro de suas entidades e assumirão os cargos de seus respectivos titulares nos moldes de seu regimento interno.

§ 2º - O responsável pelo Órgão Municipal de Cultura é membro nato do Conselho.

- § 3º -*
- § 4º -*
- § 5º -*





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DA PREFEITA

Art. 2º - O Conselho Municipal de Cultura é um órgão colegiado, com o qual o Órgão Municipal de Cultura trabalhará harmoniosamente, e tem por finalidade promover estudos e propor medidas tendentes à valorização das artes, da ciência e da cultura do Município.

Art. 3º -

I -

II -

III -

IV - Elaborar o Plano Municipal de Cultura conjuntamente com o Órgão Municipal de Cultura;

V - Reconhecer as instituições culturais municipais, para efeito de recebimento de auxílio ou subvenções do Poder Público Municipal;

VI - Recomendar as medidas necessárias para defesa, conservação ou restauração do patrimônio municipal histórico, artístico, cultural ou ambiental, quando for o caso, e cooperar para a defesa e conservação em se tratando de patrimônio estadual ou nacional;

VII - Recomendar campanhas e promoções que objetivem ao desenvolvimento artístico, cultural, científico e ambiental, quando for o caso, do Município;

VIII - SUPRIMIDO:

IX - recomendar a instituição de festivais, concursos e prêmios para trabalhos artísticos, culturais, científicos no âmbito municipal, bem como dar continuidade naqueles já instituídos;

X - Opinar quanto à nomeação do responsável pelo Órgão Municipal de Cultura;

XI - Divulgar, anualmente, relatório sobre as atividades do Conselho;

XII - Fiscalizar o cumprimento da legislação municipal que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais à realização de projetos culturais no Município de Santarém.

Art. 4º -

Art. 5º -

Art. 6º -

Art. 7º -

Art. 8º - Os casos omissos desta lei serão resolvidos pelo Conselho Municipal e regulamentados pelo Regimento Interno”.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DA PREFEITA

Gabinete da Prefeita Municipal de Santarém-Pa, 30 de agosto de 2005.


MARIA DO CARMO MARTINS LIMA
Prefeita Municipal de Santarém

Publicada na Secretaria Municipal de Administração, aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e cinco.


KÁSSIO ALMEIDA PORTELA
Secretário Municipal de Administração



Anexo H

ROTEIRO INVESTIGATIVO DE PESQUISA E REGISTRO PATRIMONIAL DE CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA LOCAL

Fonte: PAULINO, Itamar Rodrigues. Fundamentação Teórica do Proext-Cima.

Em: FORMULÁRIO-SÍNTESE DA PROPOSTA – ProEXT 2016. BRASIL. Ministério da Cultura, Sigproj, 2016. Pp. 01-91

1) INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO COMUNITÁRIO

O patrimônio histórico é importante para a compreensão da identidade histórica da comunidade X. Neste sentido, é preciso considerar que seus bens coletivos não se percam ou caiam no esquecimento, mantendo vivos os usos e costumes populares. A comunidade X possui os seguintes patrimônios históricos:

I. PRÉDIOS E HABITAÇÕES

- a) Prédio para encontro comunitário: (data da construção, tamanho, tipo de material feito, uso, importância histórica)
- b) Prédio para encontro religioso: (data da construção, tamanho, tipo de material feito, uso, importância histórica)
- c) Prédio para encontro educacional (data da construção, tamanho, tipo de material feito, uso, importância histórica)
- d) Casas e sobrados: (data da construção, tamanho, tipo de material feito, uso, importância histórica).
- e) Praça... (data da construção, tamanho, tipo de material feito, uso, importância histórica)
- f) Espaço para lazer: (data da construção, tamanho, tipo de material feito, uso, importância histórica)
- g) Ruínas e lugares de acontecimentos históricos: (data da construção, tamanho, tipo de material feito, uso e descrição da época, importância histórica)

> ONDE PESQUISAR:

A pesquisa de construções e lugares de acontecimentos pode ser feita em arquivos históricos do município, na biblioteca escolar, na subprefeitura, na igreja, na associação de moradores ou em instituições que guardem documentação e/ou registros; com moradores mais antigos, pesquisadores e estudiosos sobre a história local; a internet.

> COMO PESQUISAR (INSTRUMENTO):

Por meio de pesquisa bibliográfica, fotográfica, filmagem, pesquisa descritiva do prédio, da ruína ou de algum lugar de acontecimento histórico, pesquisa desenhada do local.

> COMO ANALISAR OS DADOS OBTIDOS:

Procurar fazer estudos e observações escritas dos significados atuais e antigos, das construções e de locais que permanecem intactos e dos locais que receberam mudanças, bem como do valor histórico de tais construções (isso é fundamental)

II. OBJETOS E ARTEFATOS USADOS PELOS MORADORES LOCAIS EM SEUS COTIDIANOS

- a) Instrumentos de Trabalho: descrever o objeto, sua função e sua importância; as histórias desses objetos, datar e descrever a época a qual pertenceram.
- b) Instrumentos Religiosos: descrever o objeto, sua função e sua importância; as histórias desses objetos, datar e descrever a época a qual pertenceram.
- c) Instrumentos de casa: descrever o objeto, sua função e sua importância; as histórias desses objetos, datar e descrever a época a qual pertenceram.
- d) Achados arqueológicos: descrever o objeto, sua função e sua importância; as histórias desses objetos, datar e descrever a época a qual pertenceram.

> ONDE PESQUISAR:

A pesquisa de objetos e artefatos de valor histórico pode ser feita em prédios da administração municipal na comunidade, igrejas, centros comunitários, junto aos comunitários mais antigos que guardem esses artefatos.

➤ **COMO PESQUISAR (INSTRUMENTO):**

Per meio de pesquisa fotográfica, filmagem, pesquisa descritiva do objeto, pesquisa desenhada do objeto, pesquisa da história do objeto e sua representação simbólica (função).

➤ **COMO ANALISAR OS DADOS OBTIDOS:**

Procurar fazer estudos e observações escritas dos significados simbólicos dos objetos pesquisado, principalmente seu valor histórico, sua função e a importância do seu uso.

III. REGISTRO DA HISTÓRIA LOCAL

Histórias da comunidade local, procurando registros antigos (**fotografias, documentos de época, livros, matérias publicadas em jornais, revistas etc.**), ou relatos que ajudem a contar e ilustrar a história da localidade, como sua origem, a origem de seu nome, os ilustres que fundaram ou conhecem a fundação da comunidade, e etc.

➤ **ONDE PESQUISAR:**

Pode-se fazer a pesquisa da história local por meio de referência bibliográfica, pesquisa dos documentos de época junto à administração municipal na comunidade, registros de batistério das igrejas, jornais, panfletos e livretos que possam ter algum caráter histórico, junto aos comunitários mais antigos que possam relatar a história da comunidade local.

➤ **COMO PESQUISAR (INSTRUMENTO):**

Fazer Registro fotográfico, análise de documento de época e entrevista com os comunitários mais antigos.

➤ **COMO ANALISAR OS DADOS OBTIDOS:**

Procurar fazer estudos e observações escritas relatando a história da localidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO:

A comunidade XXX tem sua identidade histórica explicitada a partir dos bens coletivos apresentados neste ponto com a finalidade de que não se percam ou calam no esquecimento, mantendo vivos os usos e costumes populares de um determinado grupo/sociedade. **(FAÇA UMA BREVE ANÁLISE DA RIQUEZA DESCRITA E SUA IMPORTANCIA PARA A EXISTÊNCIA DA COMUNIDADE).**

2. INVENTÁRIO DESCRITIVO DO PATRIMÔNIO NATURAL COMUNITÁRIO

I) RELEVO E SOLO

a) Descreva o local quanto ao relevo e ao solo (visão geral)

Exemplo: A comunidade x está situada às margens da PA xx, fazendo fronteira ao norte com a comunidade B, ao sul com a comunidade C, ao oeste com o município de D, e a leste com a comunidade. Seu relevo é bastante acentuado e considerado como região de Planalto, possui uma serra. O Tipo de solo é arenoso. A comunidade também tem em seu relevo os seguintes minerais: calcário....

II) FAUNA

a) Descreva o local quanto à fauna (espécies de animais vistos com frequência na comunidade e suas adjacências (tipos de peixe, animais rastejantes, animais mamíferos, aves e insetos)

Exemplo: A comunidade X abriga uma diversidade de espécies de fauna. Conforme depoimento dos comunitários e observação, as espécies mais frequentes são:

- Animais aquáticos: xxxxxxxx
- Animais rastejantes: xxxxxxxxxx
- Animais mamíferos: xxxxxxxxxxxx
- Animais alados: xxxxxxxx

III) FLORA

a) Descreva o local quanto à flora (espécies de plantas, árvores...)

Exemplo: A comunidade x abriga grande diversidade de espécies de flora. Conforme depoimento dos comunitários e observação, as espécies de flora mais frequentes são:

IV) RIOS, MARES E MANANCIAS

a) Descreva o local quanto aos mananciais:

Exemplo: A comunidade x possui rios, igarapés, igapós, córregos, olhos d'água, nascentes...

Exemplo: A comunidade x é banhada pelo lago x, com uma extensão de xkm quadrados...

PARA OS QUATRO TÓPICOS DESCRITIVOS:

➤ **ONDE PESQUISAR:**

Em toda a área da comunidade e seu entorno, até onde se estendam suas práticas cotidianas (de produção).

➤ **COMO PESQUISAR (INSTRUMENTO):**

Registro Fotográfico, usar referência teórica para descrever bens naturais, entrevista com pessoas que utilizam os bens naturais.

➤ **COMO ANALISAR OS DADOS OBTIDOS:**

Procurar fazer estudos e observações escritas descrevendo, desenhando, fotografando e/ou ilustrando os bens naturais pesquisados, e explicando seus usos pela comunidade. Destacar na descrição da paisagem seus elementos e comparar a situação atual ao que eram no passado, refletindo sobre seus significados atuais e antigos, as permanências e mudanças, os ambientes degradados e os preservados.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO NATURAL:

A comunidade XXX possui um conjunto de bens naturais que constituem a sua paisagem e com o qual ela se mantém a partir de uma relação de identidade e dependência, compreendendo áreas de importância preservacionista e histórica, beleza cênica, o que torna o ambiente significativo para a comunidade e sua história (FAÇA UMA BREVE ANÁLISE DA RIQUEZA DESCRITA E SUA IMPORTANCIA PARA A EXISTÊNCIA DA COMUNIDADE).

3. INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL COMUNITÁRIO

O patrimônio cultural é um importante acervo de tradições, sobretudo de bens imateriais, permitindo que usos, costumes, saberes e viveres sejam mantidos, e assim reincorporados e reelaborados no cotidiano de uma comunidade. Proporciona uma fonte de descoberta das origens de nossos hábitos, possibilitando compreensão da história local sob diferentes perspectivas.

I) MANIFESTAÇÕES POPULARES

a) Descreva as manifestações populares tradicionais que caracterizam (ou caracterizaram) a cultura da comunidade local,

- Festividades culturais: (data de realização, há quanto tempo ocorre, descrição da história do acontecimento, local de realização, etc)
- Festividades Religiosas: (data de realização, há quanto tempo ocorre, descrição da história do acontecimento, local de realização, etc)
- Músicas e danças e vestimentas: (tipos de músicas, descrição, tipos de danças que ocorrem na comunidade, vestimentas utilizadas na festividade)
- Brincadeiras e brinquedos: (descrição do objeto, função e importância histórica)
- Artesanato: (descrição do objeto, função, comercialização ou não e o que ele representa na comunidade ou porque ele é importante)
- Culinária (tipos de comida local, especiarias e possível receita)
- Saberes locais sobre ervas e cura (tipos de ervas e funções)
- Literatura, histórias, lendas, mitos credíes, "causos", superstições, etc. (tipos, recolhimento das próprias narrativas)

➤ **ONDE PESQUISAR:**

Na própria comunidade local, junto aos moradores (principalmente os mais antigos) ou nos centros de referência (museus, biblioteca, casa de cultura, instituições religiosas etc.). A internet e arquivos da secretaria de cultura do município, também podem ser boas fontes, no caso da Zona Rural, conversas informais e entrevistas com os mais envolvidos na comunidade são importantes.

➤ **COMO PESQUISAR (INSTRUMENTO):**

Fazer Registro Fotográfico, uso de referencial teórico para descrever os bens culturais, entrevista com pessoas que utilizam esses bens culturais, colher depoimentos dos mais antigos da comunidade que explicam o significado das manifestações culturais, entrevistar e colher informações de organizadores de eventos histórico-culturais da comunidade.

➤ **COMO ANALISAR OS DADOS OBTIDOS:**

Procurar fazer estudos e observações escritas descrevendo, desenhando, fotografando e/ou ilustrando os bens culturais pesquisados, e explicando seus significados, suas manifestações e importância para a comunidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL:

A comunidade XXX possui um conjunto de bens culturais que constituem a sua identidade e memória, e com o qual ela se mantém em suas tradições, o que torna o ambiente significativo para a comunidade e sua história (FAÇA UMA BREVE ANÁLISE DA RIQUEZA DESCRITA E SUA IMPORTANCIA PARA A EXISTÊNCIA DA COMUNIDADE).

4. INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO DA MEMÓRIA VIVA

A Memória viva constitui a história da comunidade local por meio de depoimentos que revelam tradições, histórias de acontecimentos na localidade, sendo que a voz do depoente deve ser valorizada.

I) IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- a) Nome e Sobrenome
- b) Nome completo (se possível) da mãe e do pai
- c) Idade
- d) De onde vieram os seus parentes e ascendentes

II) ASPECTOS RELIGIOSOS

- a) **DESCREVA:** aspectos da religiosidade local (Religiões e/ou Rituais espirituais) existentes no **passado** na comunidade.
- b) **DESCREVA:** aspectos da religiosidade local (Religiões e/ou Rituais espirituais) existentes nos **dias atuais**.

III) ASPECTOS DE FESTIVIDADES

- a) **NARRAR:** aspectos das Festas que comemoravam na Comunidade, incluindo as religiosas no **passado**.
- b) **NARRAR:** aspectos das Festas que comemoram na Comunidade, incluindo festas religiosas no **presente**.

IV) ASPECTOS DA HISTÓRIA

- a) **DESCREVER:** Histórias que o(a)s depoentes ouviam no **passado**.
- b) **DESCREVER:** Histórias que o(a)s depoentes contavam ou conta para seus filhos, netos e outras pessoas da comunidade.
- c) **NARRAR:** História que deu origem ao nome da sua comunidade.
- d) **NARRAR:** Histórias da família do depoente.

V) COTIDIANIDADE

- a) **DESCREVER:** as lembranças do cotidiano (dia-a-dia) da comunidade pelo depoente (o modo de viver da comunidade, os hábitos, os acontecimentos que marcaram no passado).
- b) **DESCREVER:** como depoente vê hoje a comunidade (o modo de viver da comunidade, os hábitos, os acontecimentos, etc).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO DA MEMÓRIA VIVA:

A comunidade XXX possui um conjunto de bens culturais que constituem a sua identidade e memória, e com o qual ela se mantém em suas tradições, o que torna o ambiente significativo para a comunidade e sua história (FAÇA UMA BREVE ANÁLISE DA RIQUEZA DESCRITA E SUA IMPORTANCIA PARA A EXISTÊNCIA DA COMUNIDADE).